ASSIS CINTRA

O HOMEM DA INDEPENDENCIA

(COM PREFACIO DE **ASSIS BRASIL**)

— «O dr. José Bonifacio era opposto á Independencia do Brasil» (MARQUEZ DE OLINDA, *compadre e amigo de José Bonifacio*).

— «Quem não queria a independencia patria era o conselheiro dr. José Bonifacio de Andrada e Silva» (MELLO MORAES, *chronista da Independencia e contemporaneo dos Andradas*).

(HISTORIA DOCUMENTADA DE **JOSÉ BONIFACIO,** DO SEO PSEUDO-PATRIARCADO E DA POLITICA DO BRASIL EM 1822)

1921
EDITORA-PROPRIETARIA
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE S. PAULO
(Weiszflog Irmãos Incorporado)
CAYEIRAS, S. PAULO E RIO

A RUY BARBOSA,

meo grande Mestre, meo generoso Amigo,
Apostolo da redempção politica do Brasil,
intemerato e intimorato, que sabe pensar
livremente e livremente fazer o que pensa,
— as minhas homenagens e gratidão.

Assis Cintra.

PREFACIO

DE ASSIS BRASIL

A sinceridade que procuro pôr em quanto digo ou faço manda-me declinar a honra de escrever o prefacio deste livro, como tão amavelmente me pediu o seu autor.

Uma leitura apressada das primeiras provas typographicas e as reminiscencias de fontes que a tantos annos deixei de perlustrar não me habilitam a juizo seguro sobre esta formidavel these: **José Bonifacio é, ou não é, o patriarcha da independencia?**

Considerando-me, entretanto, sem categoria para julgar do merito da questão debatida, presumo ter alguma para avaliar o do autor: é de plena consciencia e convicção que reputo o Sr. Professor F. de Assis Cintra um estudioso intelligente, movido pelos mais honestos ideaes e orientado pelo melhor criterio. O seu methodo é o mais proprio para dar fecundos resultados, tanto nas pesquisas historicas como nas de todas as sciencias: procura beber nos mananciaes originaes, captar e interpretar documentos, fazel-os falar, em vez de se contentar com chronicas mais ou menos authenticamente fabricadas sobre alguns d'esses mesmos documentos e successivamente copiadas de primitivos pelos modernos escriptores.

É um trabalhador, um pensador substantivo. Não possuirá, nem pretenderá, naturalmente, o dom divino da infallibilidade,

como ninguem o possue, parece que nem mesmo os deuses, a quem tem sido attribuido com a maior candidez por sabios e nescios de todas as epochas. Mas ser *veridico* já é uma grande cousa, especialmente em historia. E essa virtude, julgo vel-a brilhar com evidencia em toda a obra do jovem professor Assis Cintra.

É muito humano, e é particularmente muito brasileiro, levar o amor ou a antipathia, por homens ou cousas, muito alem das justas raias. Raramente se mede, antes de as exarar, o alcance das affirmações mais graves. É de todos os dias ouvirmos proclamar *o mais intelligente* dos brasileiros, dos americanos, dos latinos. A expressão cacophonica — *o unico capaz* é familiarissima nas manifestações nacionaes, provinciaes e até aldeãs. Taes exaggêros são já recebidos com a indifferença que merecem; mas, se algum effeito podem ter, é antes o de prejudicar o objecto que alvejam.

O nosso José Bonifacio pode ser uma de tantas victimas desse genero. Se se contentassem com o chamar patriarcha, um dos patriarchas da independencia, ou antes um dos fautores (como prefere o autor deste livro, por amor da propriedade de linguagem), muito provavelmente os seus manes nunca seriam turbados pelo rumor da discussão em torno da legitimidade de tão honrosa prenda. Decretal-o, porem, *o* patriarcha, *o unico* fautor da independencia — foi deixar aberta a brecha por onde se havia de fatalmente infiltrar a impugnação.

Debaixo d'este ponto de vista, não temo errar pensando que o presente livro vae exercer benefica influencia sobre o criterio nacional no julgamento do capital episodio que é a independencia. É possivel que as feridas de algumas das settas mais impiedosamente cravadas pelo autor no idolo em discussão venham a ser lenidas pela razão popular, cuja instinctiva sabedoria desconta algumas vezes muito das santas iras do historiador apaixonado, mesmo quando só o é, como o nosso autor, pela ver-

dade; é possivel que ainda novos documentos venham compensar a força probante dos actuaes; mas o effeito salutar de todas as boas controversias não poderá deixar de acompanhar esta, na qual o ardor e a boa fé correm parelhas.

O que me parece mais provavel é que o accordo do sentimento nacional se estabeleça dentro destas linhas: José Bonifacio foi um grande homem; foram-no tambem os seus irmãos; mas não foi elle, nem foram elles, os unicos autores da independencia; nem seria honroso para o Brasil que o tivessem sido; a independencia nasceu da propria nação, do proprio povo; entre os seus servidores, os Andradas não foram, evidentemente, os primeiros na ordem chronologica, nem os maiores na combinação da independencia com a liberdade, isto é, com a Democracia, sua condição politica; em certos momentos os Andradas tiveram a proeminencia, juntos ou isolados, mas em outros foram obumbrados pelos Ledo, Cunha Barbosa, Clemente, França e outros.

Em todo caso, discutir os grandes homens não é fazer-lhes injuria. Se a sua gloria é substancial e resistente, apparecerá mais limpa e mais radiosa depois dos gilvazes da critica.

Eu mesmo, em pleno deslumbramento da verde mocidade, aos dezoito annos de edade, offendido na minha sacra intolerancia republicana pelas manifestações do velho prócer contra a democracia, imprequei-o com estas rimas vazias de tudo, menos de sinceridade:

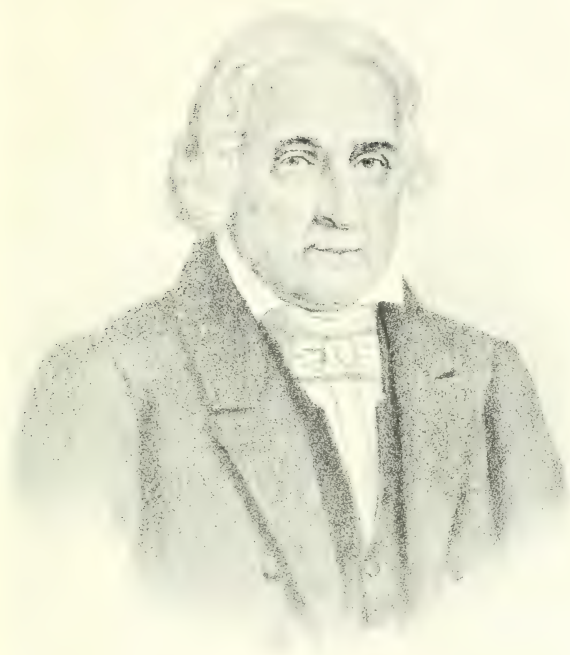
Andrada, sublime Andrada!
A tua gloria que é?
Deixaste um rei sobre um throno,
Deixaste um throno de pé!...
. . . .
. . . .
Ah! tu não eras o Christo;
Foste apenas precursor!
. . . .

E, menos de um lustro depois, na *Republica Federal,* chamei-lhe atrevidamente e ao irmão Antonio Carlos — *Agentes imperiaes.* É o que exprime em linguagem mais philologica e historicamente correcta o Sr. Assis Cintra quando inflige ao discutido patriarcha o qualificativo *aulico.* Eu estava ainda, por antecipação, no criterio do autor d'este livro, quando em outra pagina assaquei aos tres grandes irmãos a qualidade de abyssinios, por haverem, depois de repudiados pelo principe estouvado, adherido á moção radical dos constituintes que convidava o povo a tratar da propria defeza, em seguida ao escandalo David Pamplona Côrte Real.

Estes antecedentes importam — é verdade — certa concordancia *a priori* entre as conclusões do moço professor de hoje e as do menino de ha cerca de quarenta annos, já hoje em plena edade provecta. É uma sympathia espontanea, o que não tira que eu peça, em vez de immediata sentença da opinião, uma dilação probatoria, não só para o caso dos Andradas, mas para os de muitos outros grandes vultos do alvorecer da nação. Temol-os estudado pouco e as mais das vezes á luz de falsos methodos.

O maior valor d'este livro é plantar o debate sobre o terreno chão e solido dos documentos originaes e primarios. A correspondencia e outros diplomas que pintam o homem no seu intimo permittem reconstruir caracteres e avaliar capacidades. É a historia vivída, mais historia que á contada. Ter sido a figura é mais banal que a resuscitar. Fazer historia pode ter menos merito e ser menos interessante que escrever historia.

Pedras Altas, 22 de maio de 1921.

J. F. DE ASSIS BRASIL.

O conselheiro José Bonifacio de Andrada,
pseudo-patriarca da Independencia

O jornalista Joaquim Gonçalves Lédo,

fautor maximo da Independencia

Razões do auctor

ooo

I

Razões do auctor

De bibliotheca em bibliotheca, de archivo em archivo, de pesquisa em pesquisa, chegámos, um dia, após annos de estudo, a uma conclusão dolorosa: José Bonifacio não é o *patriarca* (1) da independencia, o supremo architecto da emancipação politica do Brasil. Maior, em serviços á causa santa da liberdade patria, é a figura rutilante do tribuno e jornalista fluminense Joaquim Gonçalves Lédo, redactor e proprietario do «Reverbero Constitucional», porta-voz dos ideaes democraticos em 1821 e 22. Impressionante, formidavel, robusta é a documentação que colligimos. E é este livro o fecho necessario de nossas investigações historicas sobre os vultos brilhantes e masculos do primeiro quartel do seculo passado, sobre os fautores, intrepidos e valorosos, de nossa separação de Portugal.

Aforçurado em nossa crença, publicámos, na primeira pagina do «Correio Paulistano», em pleno coração de S. Paulo, o appello em favor do glorioso esquecido. E proclamámos Joaquim Gonçalves Lédo o heroe verdadeiro, o maior architecto da independencia do Brasil. Varios artigos escrevemos. E dissemos então:

«Estamos mui proximos do 1.º centenario de nossa independencia. Iremos commemora-la faustosamente daqui a dois annos. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, nessa data, fará circular o «Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil», no qual tivemos

---

(1) *Patriarca*, no sentido erroneo de fautor magno, conforme se diz por ahi alem.

a honra de collaborar, pelo convite (1) da commissão presidida pelo dr. Ramiz Galvão (2). Fizemos com prazer o que de nós exigiram. Entretanto, pensamos que o Instituto deverá corrigir os grandes erros historicos que maculam os fastos nacionaes. Em geral, os auctores, em vez de pesquisarem com cuidado e paciencia a velha papelada dos archivos do Brasil e Portugal, repetem machinalmente o que os antecessores disseram. Isso não se chama escrever Historia, e sim contar historias. Urge que se restabeleça a verdade majestosa nas paginas da Historia Patria. Faltam apenas dois annos para o primeiro centenario de nossa independencia, e ainda ninguem fez a justiça devida ao maximo heroe da liberdade nacional. Esse não foi Pedro I, nem José Bonifacio. Foi o abnegado, o intemerato, o tenaz Gonçalves Lédo, para quem nossa patria foi ingrata, confirmando a sentença de Michelet:

«A Historia é, ás vezes, madrasta, — cobre de louros os que pouco fizeram e obscurece os meritos dos verdadeiros heroes.»

. . . .

Estudamos, investigando. Nosso espirito, educado na mais ampla liberdade de acção, guiado, desde a meninice,

---

(1) Acompanhava o convite um officio do titular da Secretaria do Interior de S. Paulo, dr. Oscar Rodrigues Alves, que nos pedia mandassemos nosso trabalho, dactylographado, para a sua repartição, donde seguiria em destino ao Instituto, com os de outros paulistas. Assim o fizemos.

(2) Eis os termos do convite que recebemos:

Instituto Historico e Geographico Brasileiro — *Commissão Directora do Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil, em 5 de Novembro de 1917.*

Illmo. e Exmo Sr.

Tenho a honra de vos remetter os questionarios e modelos approvados pela Commissão Directora do *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, — obra para a qual a referida Commissão solicita o vosso precioso concurso, que espero lhe será prestado como significação do esclarecido patriotismo que vos distingue.

Sendo muitas vezes possivel que o espaço dado no *Questionario* não baste para as completas informações, com que tendes de contribuir para os artigos do *Diccionario*, rogo-vos o obsequio de dá-las em folha separada, e sempre com referencia ao numero de perguntas feita no mesmo *Questionario*.

Aproveito o ensejo para desde já apresentar-vos os protestos de reconhecimento da Commissão Directora do *Diccionario*, a qual tanto almeja contribuir com esta grande obra de bons brasileiros para solemnizar a data gloriosa da Independencia Patria.

Attenciosas saudações.

Dr. B. F. RAMIZ GALVÃO

PRESIDENTE DA COMMISSÃO

por mestres insignes e independentes dos preconceitos litterarios, não se prende nos palpos paralysantes da sciencia do *magister dixit*, ou em teias mortaes de citações sediças. Si em nossa meninice tivemos mestres que nos despertaram, com a rutilancia de seos ensinamentos, as largas e robustas asas da analyse historica, na mocidade tivemos amigos que nos ensinaram a pesquisar a verdade soberana nas regiões das lettras. Foram esses o erudito Mello Moraes, o paciente Vieira Fazenda, o sabio José Hermenegildo Pereira Guimarães (1), principalmente este ultimo que vive ha 40 annos numa das mais selectas bibliothecas do Brasil, fóra das mundanas competições utilitaristas, vivendo para seos livros, estudando sem descanso, e alliando a uma vastissima cultura medica uma erudição historica invejavel. Sabio, *par droit de naissance e de conquête.* Da dymnastia intellectual dos Guimarães.

Já formada nossa diretriz, encontrámos na estrada da vida o doutissimo Silveira Brasil, dono de intelligencia potente, senhor de cultura fascinante, proprietario de bibliotheca riquissima, habil colleccionador de documentos de historia patria. Este nos ensinou a paciencia benedictina na senda das investigações, na caça difficil e desesperante dos papeis historicos. E assim procurámos a verdade, e ora a dizemos, dôa a quem doer, custe o que custar. Nenhuma sentença é mais exacta que a de Seneca: *In tanta inconstantia turbaque rerum nihil nisi quod præteriit certum est.* (*Em tamanha inconstancia e multidão das cousas nada, a não ser o que passou, é certo*). Os homens passam e desapparecem, gerações sobre gerações; as idolatrias esfrangalham-se, clangorosamente, no transcorrer dos seculos: só persiste, sobranceira e invicta, a verdade soberana, que é eterna. Ella é inteiriça como a tunica inconsutil do Christo; immaculada como a consciencia dos justos; incorruptivel como a alma santa dos bons apostolos. Muitas vezes parece succumbir, ferida

(1) O dr. Guimarães vive em Bragança, cidade paulista. Si não tivesse a immensa modestia que tem e si residisse no Rio de Janeiro, seria hoje considerado um dos maiores sabios do Brasil, como realmente é.

pela fallibilidade humana, pela intermina injustiça dos homens; porem, mais cedo ou mais tarde, altea-se, avulta-se, ergue-se impavida e serena. É o que succederá com a verdade historica no Brasil. *O espirito humano tem sêde de certeza e quer sempre um ponto de apoio firme e estavel*, disse-o Eduardo Prado, e o historiador Lellis Vieira tal proclamou ha pouco tempo.

Nas questões historicas esse ponto de apoio de que carece o espirito humano para julgar, é, justamente, a documentação do facto, e jamais as citações de auctores palacianos. Uma simples pagina de livro tirou de Shakspeare a paternidade de trinta e tantas obras; um pamphleto de 15 folhas, escripto por Guilherme Harvey, no seculo XVII, sobre a theoria da circulação, derrocou vinte seculos de sabedoria medica; uma carta intima de Josephina, recentemente encontrada e publicada, revelou o segredo da ascenção militar do corso illustre, destruindo asserções de meio cento de historiadores que sobre elle escreveram. Nós argumentamos com innumeras cartas, officios, relatorios, decretos, noticias do tempo, e com a propria correspondencia de José Bonifacio e Pedro I.

. . . .

Não temos o prazer satanico da demolição. Não visamos destruições e sim reconstrucções. Longe de nós a iconoclastia. Apenas proclamamos a verdade historica, obscurecida até agora. Isso não é ser *iconoclasta*: é ser *verdadeiro*.

O que pretendemos demonstrar é que, nas paginas de nossa historia, Bonifacio apparece como o rutilante sol, e Lédo, a timida estrellinha de brilho humilde; mas, em verdade, a estrella de brilho timido é muitas vezes maior que o sol majestoso. Ha, de feito, no céo, estrellas que, como Arcturus (da constellação da Ursa), apparecem aos nossos olhos com um modesto brilho, sendo, entretanto, centenas ou milhares de vezes maiores que o sol, cognominado, impropriamente, *o astro-rei*. É apenas questão de proximidade. O que está mais pro-

ximo aos olhos apparenta mais. Assim acontece com a historia patria no caso da independencia. Já dizia o velho Proudhon: «Não se julga a grandeza real dum astro pelo seo brilho apparente». Não julguemos, pois, José Bonifacio pelo brilho enganoso com que surge no céo de nossa politica. O telescopio do historiador moderno não é mais a sabedoria auctoral, e sim a lente poderosa da pesquisa nos archivos publicos e particulares. E quem isto fizer tirará a certeza de que Gonçalves Lédo, estrella de brilho apparentemente humilde, Arcturus do céo politico de nossa historia, é, em verdade, maior que José Bonifacio, impropriamente chamado o sol da independencia, rutilante e majestoso nas paginas dos historiadores do Brasil.

. . . .

Si para Cesar Cantú a Historia é apenas uma testemunha dos factos humanos, para Roseberry ella é a synthese dum estudo imparcial do homem, do meio e do acontecimento na escala do tempo. O assombroso Taine, com suas pesquisas historicas, destruiu a rotina das chronicas francêsas, desmantelou phantasticos heroes já consagrados nos bronzes das praças e parques. Ensinou que nas duvidas historicas deverá prevalecer a analyse arguta e minuciosa dos documentos do facto, e, de par com isso, o testemunho dos contemporaneos e dos protagonistas. E, aliás, foi essa a directriz de Momsem, Michelet e Schertteton.

Supponha-se, e não vae nisso disparate, que se aponte Deodoro como patriarca da Republica e que, ao se approximar o centenario primeiro dessa instituição do Brasil, queira alguem fazer um estudo exacto do acontecimento de 89. E havendo duvidas, a quem o investigador recorrerá, em suas pesquisas? Aos meros repetidores de licções sediças e refalsadas de historiadores pouco veridicos? Aos copiadores de factos mal narrados? Absolutamente, não. Deodoro deverá ser estudado através dos depoimentos de Bocayuva, Benjamin, Assis Brasil, Prudente, Ruy, Campos Salles, Bernardino e outros proceres

republicanos, protagonistas do facto, contemporaneos do heroe. A esses depoimentos valiosos se junctará um exacto estudo do tempo em que viveu Deodoro, e uma analyse rigorosa das circumstancias do momento que o obrigaram a agir. É o que se diria uma reconstrucção do facto pelo estudo da individualidade, do meio, das circumstancias, dos documentos publicos e privados. É o que faremos relativamente a José Bonifacio, demonstrando com firmeza que elle não é *patriarca* da independencia, architecto maximo de nossa emancipação politica. Altea-se, acima do nivel de todos os homens publicos de 1822, a figura nobre, suggestiva, empolgante, soberba do abnegado apostolo da liberdade, do encantador tribuno, do brilhante jornalista, do fecundo agricultor, do habil advogado, do sagaz conductor de homens, do assombroso propagador de idéas, — do fluminense Joaquim Gonçalves Lédo. S. Paulo é Estado prospero, rico, fecundado pelas energias conjunctas de gentes fortes; Estado glorioso que é um país dentro do país. Mas acima do orgulho regionalista está a verdade historica, o respeito á justiça soberana, a gratidão de brasileiro ao superhomem da independencia.

Em se tratando das consagrações patrioticas, desapparecem preconceitos de provincias: só ha o Brasil, só ha brasileiros...

Victoriosa nossa campanha em favor de Lédo, o governo paulista, por intermedio do director do «Museo do Ipiranga», dr. Escragnolle Taunay, em appello á imprensa e aos brasileiros, pediu um retrato do heroe para collocar no monumento que commemora o grito de 7 de setembro. E, *proh pudor!*, não se encontrou o retrato de Gonçalves Lédo. Nem seos parentes, nem sua cidade natal, nem sua provincia, nem sua patria a quem tanto servira — o seo amado Brasil — possuiam a sua effigie de augusto apostolo de 22. A Patria não tinha o retrato de Lédo!! Entretanto, existe um na America do Norte, numa galeria de sul-americanos illustres. Por intermedio do consul norte-americano, o distincto e illustre historiador patricio dr. Taunay pretende obter uma

copia. É a que vae figurar no salão nobre do monumento do Ipiranga.

Nosso grito em favor de Lédo despertou contra nós as iras de grandes intelligencias paulistas. E sustentámos, então, formidaveis polemicas, que ecoaram até no Rio de Janeiro e no Rio da Plata. O «Correio Paulistano» recebeu pedidos de nossos artigos, subscriptos por notaveis intellectuaes do Brasil. E surgiram applausos, de todos os recantos do país, ao humilde polemista que ousava enfrentar corajosamente o dogma historico. Nós os reproduziremos nas paginas finaes deste volume. Por elles verificará o leitor que a controversia impressionou a opinião publica de nossa Patria.

CAPITULO I

O meio social em 1822

CAPITULO I

O meio social em 1822

José Bonifacio veio ao Brasil em 1819. Havia pouco, tinha sido jugulada a Revolução Pernambucana (1817). Os próceres do movimento pagaram com a vida o amor á patria. Entretanto, o sangue derramado não extinguiu a flamma da liberdade, que incandescia e alumiava os bons corações brasileiros.

Preparara-se outra revolução, esta no Rio, devendo explodir em 1821. Dirigiam-na Gonçalves Lédo (grão-mestre da maçonaria), Targini (juiz da alfandega), o almirante Rodrigo Pinto Guedes, o brigadeiro Felisberto Caldeira Brant, e os desembargadores do paço Luis José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa. Descoberta pela habilidade do conselheiro Thomaz Antonio, a conspiração fracassou. Della, porem, faziam parte, — juizes, altos funccionarios publicos, fidalgos, muitos officiaes, e padres.

Os animos estavam exaltadissimos. Ou por isso, ou porque não quizesse condemnar o escól da sociedade carioca, envolvida no movimento emancipador, ou, finalmente, por um acto espontaneo de generosidade, d. João perdoou aos revolucionarios, lavrando o decreto de 26 de março de 1821.

Mas, as conspirações continuaram por toda a parte. Intelligente e habil, o ministro Thomaz Antonio expoz a D. João VI a situação do país, a impossibilidade de Portugal reprimir um movimento revolucionario com ramificações nas provincias, o ardor patriotico que inflammava todos os corações brasileiros.

2

A correspondencia de Thomaz Antonio com o rei, diz Mello Moraes, falla bem alto acerca das opiniões deste ministro, para que possamos julgar, por outras faces, o homem.

Certa occasião «fallou claramente ao seo rei e amigo, mostrando que a união do Brasil com Portugal não podia durar muito tempo e que a obrigação do governo era de a fazer durar o mais que fosse possivel, mas que a separação havia por fim de se realizar; que si Sua Magestade tinha saudades do berço de seos avós, regressasse a Portugal; mas si queria ter a gloria de fundar um grande e poderoso Imperio, e fazer da nação brasileira uma das maiores potencias do globo, ficasse no Brasil». E acrescentou: — «Aonde Vossa Magestade ficar é seo; a outra parte ha de perder... Outro conselho desejava eu dar a Vossa Magestade: desejava que Vossa Magestade visse que *os brasileiros já estão muito esclarecidos para serem exclusivamente governados pelos portuguezes*». (Mello Moraes, *Brasil-Reino*, pag. 193).

Eis ahi a lingoagem sincera dum admiravel ministro português ao seo rei, d. João VI. Thomaz Antonio revelou-se um profundo psychologo das multidões. Perscrutou o sentimento nacional e indicou-o com precisão assombrosa. Um francês, que estivera no Brasil nesses tempos promissores de tempestades sociaes, assim se expressou:

— A 4 de Outubro de 1821, um movimento esteve a ponto de estalar no Rio de Janeiro; proclamações atrevidas foram affixadas...». (Angliviel de Beauville, *L'Empire du Brésil*, 1823, pag. 90).

A revolução palpitava em todas as almas brasileiras. Attingira a maturidade, sazonada por uma propaganda intensa e pelo exemplo dos movimentos triumphantes chefiados por Bolivar, San Martin, Rivadavia, e outros, que transformaram as antigas colonias espanholas em republicas espano-americanas. Aliás, a intensidade do sentimento patriotico nos ultimos tempos do Brasil-Reino foi facilmente comprehendida pelos chronistas de nossa independencia. Vemo-la indicada em Mello Moraes:

— «A independencia estava nos corações de todos os brasileiros; e o seo grito muitas vezes havia chegado aos labios dos que, algumas nobres, mas arriscadas tentativas, fizeram em diversos pontos do Brasil para libertarem a patria da vergonhosa tutela de uma metropole. As circumstancias aplainaram e apressaram esse acto, já impossivel de embaraçar-se por mais tempo.» (Mello Moraes — *A Independencia*, pag. 158).

Em Varnhagen:

— «Viu-se extraordinariamente alentada a pequena minoria dos clubs que ousara acenar tão cedo com a independencia; e o que se viu de mais extraordinario foi o apresentarem-se alistados, abertamente, a declamarem contra as providencias das Côrtes, centenares de familias inteiras...» (Varnhagen, *Historia da Independencia*, pag. 125).

E em Luis Francisco da Veiga:

— «A Independencia do Brasil com a separação, era um facto providencial, irresistivel. Em Portugal todos os homens a previram e presentiram... O Brasil tinha chegado a seu periodo de maioridade e essa maioridade devia torna-la uma realidade.» (Veiga, *O Primeiro Reinado*, pag. 18).

Ainda em um outro, João Romeiro:

— «A proclamação de nossa independencia no dia 7 de setembro de 1822 só podia ter surprehendido a quem estivesse em completa ignorancia da situação do paiz... Então se fallava abertamente nas condições em que o Brasil se achava de poder viver independente e respeitado das demais nações e de poder prosperar e engrandecer-se sem protecção extranha, mas unicamente com os recursos de que dispunha. Em todas as camadas sociaes percebia-se o crepitar do fermento emancipador que tinha contaminado o paiz inteiro. (Dr. João Romeiro, *De D. João VI á Independencia*, pag. 6).

Em summa, José Bonifacio veio ao Brasil na occasião em que as aspirações brasileiras se congregavam

num esforço supremo em prol da liberdade; em que a opinião publica, irresistivel e irrefreavel como os vendavaes formidaveis das planicies majestosas de Obi, ia anniquilando os oppressores da nossa grande patria. A independencia era fatal, era um fructo maduro pendente da arvore, prestes a ser colhido. Em todos os recantos fervilhava o ardor patriotico. Nas lojas maçonicas, generaes, doutores, juizes, almirantes, funccionarios publicos, capitalistas, fazendeiros, artifices, e até padres dos mais illustres desse tempo, conspiravam.

Eis o meio propicio que acolheu José Bonifacio no Brasil. Entretanto, o grande sabio paulista não foi de encontro ás aspirações nacionaes, e procurou marasmar, na medida do possivel, o movimento nativista que crepitava em toda a parte. Percebendo, depois, que sua acção era inefficaz, acompanhou a onda nacionalista quando esta já avassalava tudo, vencendo as ultimas resistencias. E o movimento foi tão violento e irrefreavel que o proprio principe regente o comprehendeu, communicando-o ao seo real pae, em carta secreta, no seguinte topico:

Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Magestade me disse, antes de partir dois dias, no seu quarto: *Pedro, si o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar, do que para algum desses aventureiros.* — Foi chegado o momento da quasi separação, e estribado nas eloquentes e singelas palavras de Vossa Magestade, tenho marchado diante do Brasil, que tanto me tem honrado... Ainda que isto aconteça *(o que espero que não)* conte Vossa Magestade que eu serei rei, mas tambem gosarei da honra de ser de Vossa Magestade subdito, ainda que em particular seja para mostrar a Vossa Magestade a minha consideração, gratidão e amor filial tributado livremente. (Carta de D. Pedro a D. João VI, de 19 de junho de 1822).

Foi chegado o momento da separação, disse-o o principe, e aproveitando o conselho paterno, effectivou

a independencia do Brasil em seo proprio proveito. Nesse passo, auxiliou-o José Bonifacio. Mas, em verdade, a emancipação já estava feita pela obra gigantesca de Gonçalves Lédo e seos companheiros. Lédo foi o sól que sazonou o fructo da revolução; — José Bonifacio a mão feliz que o colheu, sazonado.

Ha um episodio que demonstra perfeitamente o gráo de saparação existente entre os nacionalistas brasileiros e os partidarios da recolonização do Brasil, representados pelos officiaes portuguêses, sob a chefia do general Jorge Avilez. Esse episodio foi o baile que a officialidade portuguêsa offereceu em 24 de agosto de 1821 ao principe D. Pedro. Leiamos a descripção da festa através dum relato de 1821, transcripto pelo velho e respeitavel Mello de Moraes (*Brasil Historico*, n.º 20 e seguintes de 22 de maio de 1864, 1.ª serie):

« Ás 8 horas da noite começaram a concorrer as pessoas que tinham de assistir aquelle espectaculo; a maior parte dos militares, que não tinham commissão e se não propunham figurar nos bailes foram occupar as differentes ordens de camarotes, assim como muitos magistrados e outros individuos que queriam estar mais a seu commodo. As demais pessoas iam entrando para a sala do baile.

As senhoras eram recebidas pelo mestre-sala e conduzidas á porta principal da platéa e ahi um mestre-sala e um membro da commissão dos convites lhes offereciam uma medalha de prata dourada, pendente de um laço de fita azul-claro e encarnado. Estas medalhas eram de feitio da cruz que Sua Magestade designou para os militares que andaram nas ultimas campanhas na Europa; tinham o numero desde 2 por diante até 324, e no reverso o anno de 1821, 1.º da regeneração nacional. A cada senhora que chegava se dava a medalha, que correspondia á ordem numerica em que ella estava relativamente ás outras que tinham vindo primeiro e dali era conduzida aos assentos da sala. Servia esta divisa para irem á primeira as que tivessem numero de 100 para

baixo; á segunda as que tivessem de 200 para baixo; e assim por diante, sem que nenhuma tivesse motivo para se escandalisar por se dar preferencia ás outras. O numero 1, de que a cruz era feita de ouro, foi reservado para offerecer-se á Serenissima Senhora Princeza Real, posto não tivesse de lhe servir para o mesmo fim. Ás 8 horas e meia rompeu a orchestra uma symphonia e foi tocando depois mais algumas peças de musica, até chegarem SS. AA. Reaes, que seriam 9 horas; então cantou-se o hymno constitucional, cuja letra e solfa eram composição de S. A. Real o Principe Regente, findo o qual tocou outra symphonia e se dispoz tudo para começar o baile. Foi o tenente-general Jorge de Avilez e a exma. condessa de Belmonte, D. Maria, quem lhe deu principio, sendo as senhoras para elle convidadas pelos mestres-salas e seguindo-se inalteravelmente a ordem de dansar primeiro uma contradança ingleza, depois uma franceza, e em ultimo lugar uma hespanhola, e cada uma dellas alternada com uma valsa: a solfa era de composição de S. A. Real. A commissão da copa tinha mandado apromptar immensa quantidade de doces proprios para o chá, e de que eram servidas as senhoras nos intervallos com toda delicadeza e promptidão. Quando lhes parecia iam ao toucador, onde se concertavam, se era necessario, e onde achavam criadas para todo o serviço que desejavam e até trajes para mudar. SS. AA. Reaes dignaram-se de honrar com a sua augusta presença todas as casas ou departamentos destinados para os differentes usos dos convidados para o fim que lhes era consagrado, dando aos encarregados de cada um delles todo o merecido louvor pela delicadeza e asseio com que tudo se havia promptificado, chegando a tanto o extremo de bondade, que não duvidaram assentar-se na sala do baile por alguns momentos. Sendo passadas 11 horas da noite ceiaram os mesmos senhores na sala para isso destinada, como fica dito, sendo servido pelos criados da sua casa, e permittindo que lhes fizessem côrte tres dos membros da commissão das mesas e tres senhoras das dez destinadas a fazerem as honras da casa. Quando se acabou a ceia

de SS. AA. Reaes pediram os membros da «Commissão da Mesa» licença para patentearem a mesa geral, que a esse tempo se achava servida e para conduzirem a ella os convidados; então se levantou o panno de bocca do proscenio e appareceu a referida mesa de que já se deu idéa, mas de que não é possivel descrever-se a impressão agradavel que a sua vista causou nos circumstantes. Para a primeira mesa foram conduzidas as senhoras, cujas medalhas tinham numero de 100 para baixo, as quaes tomaram assento onde quizeram. Na cabeceira de cada mesa, que formava um dos raios da estrella, se achava uma das senhoras destinadas a fazer as honras da casa, e no meio de cada um lado um dos cavalheiros, mestres-salas para servirem as senhoras; os mais logares foram occupados pela fórma já dita. Emquanto este primeiro turno ceiava, continuava o baile pela maneira recontada, sendo, entretanto, a mais comitiva servida de algum refresco que appetecia. Quando se acabou a primeira mesa em um instante se renovaram todas as peças e pratos encetados e se tiraram os guardanapos de que se haviam servido e puzeram outros e então se repetio o segundo turno de convidados pela mesma maneira que o primeiro, o que continuou sem intermissão até a manhã do dia 25, reformando-se sempre a mesa com pratos novos, com a maior promptidão, por ser sobremodo avultado o numero de criados destinados para aquelles e para outros serviços. No meio de um concurso de tamanha multidão de individuos não houve o mais pequeno dissabor; todos se empenharam em concorrer para a gostosa celebridade de um dia consagrado a nossa regeneração politica e que os officiaes da 1.ª, 2.ª e 3.ª linha, e dos corpos de marinha dedicavam a S. A. R. o Principe Regente, como a um defensor mais heroico do systema constitucional, que havia de fazer toda a fortuna e prosperidade do Reino-Unido. No toucador das senhoras havia muitos versos, que os não transcrevemos por julgarmos desnecessarios. Neste baile gastou-se 53:000$000.»

Eis ahi o essencial da descripção que Mello Moraes

transcreve no *Brasil-Historico*, de 1864. Foi escripta por um dos convidados. Mello Moraes commenta (pag. 74):

Apezar do concurso e da má educação dos officiaes lusitanos que davam o baile, não houve occurrencia de maior importancia, a não ser a ausencia da gente grada brasileira que, sendo convidada, só um ou outro appareceu por condescendencia ao Principe, circumstancia que não escapou ao sr. D. Pedro. Os officiaes dissimularam e não deram a menor demonstração de haverem percebido, salvo mais tarde, quando a sociedade foi diminuindo e se limitou a elles sós. Este baile poz a limpo a divergencia mais ou menos encoberta que já havia entre brasileiros e portuguêses. Não era preciso reflectir muito para ver que no animo de cada brasileiro passava alguma cousa que se não podia amalgamar. Tudo isto era individual; ninguem communicava o seu pensamento; o que sabiam era que o estado presente não convinha ao Brasil, que era indigno do caracter de homens de pundonor o sujeitarem-se aos caprichos de um punhado de soldados brutaes e estrangeiros no Brasil. Foi por isto que o Brasil inteiro concorreu para a Independencia *logo que o Rio de Janeiro lhe deu o signal que era chegada a hora*. Acontece sempre assim: as idéas que vingam não são aquellas que se proclamam, são aquellas que já estão acreditadas no animo de cada um antes dellas serem proclamadas.»

A falta do elemento brasileiro nesse famoso baile, diz com justeza Mello Moraes, marcou com precisão o gráo de divergencia entre portuguêses e brasileiros, em 1821. Para o estudo social do anno seguinte, 1822, é de summa importancia essa descripção. Indica, innegavelmente, a fatalidade da independencia, nesse tempo. Desde que a officialidade portuguêsa era repellida e desprezada publicamente pela gente brasileira, dois milhares de soldados lusitanos não poderiam mais refrear tres milhões de brasileiros sequiosos de liberdade.

A ausencia, quasi completa, do elemento brasileiro no grandioso baile de 24 de Agosto de 1821, offerecido ao principe D. Pedro e á princêsa D. Leopoldina, pelo

general Avilez e demais officiaes portuguêses, foi uma revelação que assombrou ao proprio Principe Regente.

Elle a comprehendeu e se preparou para os acontecimentos. A grande fogueira da revolução estava accesa. Nella se aqueceu o principe, tirando o melhor proveito possivel. Era fatal a separação de Portugal. Questão de mêses. E foi nesse tempo que surgiu José Bonifacio, o politico.

CAPITULO II

Bonifacio — o politico

ooo

CAPITULO II

Bonifacio — o politico

O conselheiro José Bonifacio era um politico cavilloso, violento, cruel, machiavelico.

A maçonaria brasileira estabelecera em S. Paulo agentes propagadores das idéas liberaes. Em S. Paulo e em outros logares. Combinou-se que se deporiam os governadores das diversas provincias. O signal deveria ser dado por José Bonifacio de Andrada e Silva, cujo nome era apontado no Brasil e no estranjeiro como o de um grande sabio.

Joaquim Gonçalves Lédo, Januario da Cunha Barbosa, o general Luis Nobrega, José Joaquim da Rocha e José Mariano prepararam o terreno, magistralmente. Far-se-hia uma revolta do povo e das tropas no Rio, S. Paulo e Pernambuco.

Em S. Paulo, povo e tropas, reunidos, convidariam José Bonifacio para presidir uma assembléa eleitoral. Desta sahiria eleito, como presidente de S. Paulo, José Bonifacio; como ministro da Guerra do novo governo paulista, o coronel Francisco Ignacio de Sousa Queiroz, commandante do 1.º regimento de infantaria miliciana; e governador da cidade de S. Paulo, o coronel Lazaro José Gonçalves, commandante do batalhão de caçadores. Suppunha-se que José Bonifacio seria incapaz de trahir a revolução.

O decreto de 14 de maio de 1821, concedendo-lhe annualmente uma respeitavel quantia em ouro, parecia te-lo prendido aos interesses brasileiros, pois era esse decreto genuinamente brasileiro. A origem delle foi ter dito Martim Francisco a José Joaquim da Rocha que

Bonifacio não podia entrar na politica brasileira porque era funccionario publico em Portugal (cargo que não exercia e pelo qual recebia annualmente 12.000 cruzados, sem trabalhar). Com o decreto de 14 de maio de 1821 ficou José Bonifacio usufruindo proventos, apesar de inactivo, do erario português e do erario brasileiro. Sua politica seria, pois, impedir a separação de Portugal do Brasil. A revolta fez-se em S. Paulo, em 23 de junho de 1821. Chefiaram-na os irmãos Alvins (José Innocencio Alves Alvim e Joaquim Alvim) agentes da maçonaria. Eis o relatorio do representante secreto da loja de Gonçalves Lédo, em carta de 24 de junho de 1821:

— « Adheriram as tropas aquarteladas em S. Paulo, no total de 2.000 homens. Povo e tropas, ao appello dos Alvins, feito pelo badalar dos sinos da cadeia e da igreja de S. Gonçalo, reuniram-se em frente do paço municipal. E os sinos continuavam a badalar o rebate. O ouvidor, o juiz de fóra e os vereadores chegaram tambem. Asteou-se numa janella do Paço o estandarte da Camara. Postaram-se ahi, alinhados em semi-circulo, o batalhão de caçadores, na frente, com o seo commandante coronel Lazaro José Gonçalves; depois o 1.º regimento de infantaria miliciana, com o seo chefe coronel Francisco Ignacio de Sousa Queiroz; atrás o 1.º regimento de cavallaria com o seo chefe coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo; e, na retaguarda destas tropas, as peças de artilharia, cercadas pelo 2.º regimento de cavallaria, pelo regimento de uteis (policia) e pelo 2.º de infantaria. Ao todo, dois mil combatentes, mais ou menos. E com elles, o povo de S. Paulo, em peso. O capitão-general João Carlos, odiado pelo povo e pelas tropas, governador portuguez, escondeu-se amedrontado. Sem o povo e sem as tropas, que poderia fazer? Triumphara a revolução. Então José Innocencio arengou ás tropas e ao povo, propondo que fosse uma commissão de povo e de tropas á casa de José Bonifacio e que o trouxesse para presidir nessa reunião de chefes populares e militares, a eleição do presidente e ministros do novo governo de S. Paulo. E José Innocencio fez vêr

ao povo e ás tropas que a revolução de S. Paulo era o rastilho de polvora que ia levantar a labareda da Independencia do Brasil, pois estava tudo combinado.

Nomeou-se uma commissão e esta composta de tres capitães, foi a casa do conselheiro e o trouxe.

O coronel Lazaro, levantando ao ar sua espada, deo um grito forte: — «*Viva o conselheiro!*». E a multidão enthusiasmada secundou esse viva. E José Innocencio arengou novamente dizendo:

— «Queremos que o conselheiro presida nossos trabalhos. Está deposto o governador portuguez, o despota João Carlos. Queremos a liberdade. Estamos cansados de escravidão. O Brasil inteiro ouvirá a nossa voz e nos ajudará. Viva o conselheiro! Viva a religião! Viva S. Paulo! Viva o Brasil! Viva a Liberdade!».

A multidão prorompeu em acclamações. O conselheiro, assomando numa janella fez um discurso aconselhando calma. Disse que os portuguêses tinham dinheiro, tinham navios em abundancia, tinham muitos soldados, poderiam pôr em Santos uma esquadra e um exercito. Que no Rio de Janeiro estava uma tropa aguerrida, fiel ao governo de Portugal. Que se lembrassem os chefes do fracasso de Pernambuco. Lá tambem depuzeram o governador; lá tambem fizeram um presidente com uma republica; lá tambem arranjaram soldados da liberdade; lá tambem houve bravura e coragem... E o que aconteceu? Ficaram desgraçados os chefes e as suas familias. De homens ricos e poderosos o que resta? Pobres orphãos, passando miseria, sem paes, sem protecção, desprezados por todo o mundo. Esses chefes militares que alli se achavam (e apontou para o coronel Lazaro) não sabiam, como elle, que estivera em Portugal, quanto recurso tinha Portugal para vencer os rebeldes. E que si Portugal sozinho não pudesse vencer, pediria o auxilio da Inglaterra, sua alliada, e interessada que o Brasil não fosse independente; porque o ouro brasileiro ia parar em Inglaterra. Que si os paulistas quizessem fazer loucuras que as fizessem sem elle, porque

elle tinha o exemplo com o seo irmão Antonio que estivera tanto tempo preso e que fôra surrado até com gato podre na cara sem que o Brasil olhasse para isso. Que os mais punidos seriam os militares que juraram fidelidade ao governo. Que emfim propunha uma acclamação.

José Innocencio interrompeu o discurso desta fórma: Senhor conselheiro, nós não queremos o governo dos que até agora nos tem opprimido».

O conselheiro continuou a fallar, explicando que aquelle dia para ser feliz devia ser de união com os portuguêses e com o governador e não de guerra e de luto. Que não devia haver odios; que devia ser presidente de S. Paulo o mesmo governador deposto para não magoar o rei e o principe d. Pedro. E para que todos ficassem satisfeitos, se fizesse um ministerio, que elle ia indicar. E depois elle mesmo redigiu uma acta que foi copiada e assignada pelos chefes do movimento, com a exclusão de José Innocencio e seo irmão Joaquim Alvim, que protestaram contra ella. E o governo foi feito assim:

1) *Presidente:* João Carlos Augusto Oyenhausen, que era e continua a sêr o governador da provincia, representante do rei de Portugal;
2) *Vice-presidente:* O conselheiro José Bonifacio de Andrada, representante do povo brasileiro;
3) Arcipreste Felisberto Gomes Jardim e conego João Ferreira de Oliveira Bueno, representantes do clero;
4) Coronel Antonio Leite Pereira da Gama e coronel Daniel Pedro Muller, representantes das forças armadas;
5) Coronel Francisco Ignacio e brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, representantes do Commercio;
6) O tenente-coronel André da Silva Gomes e o reverendissimo padre Francisco de Paula e Oliveira, representantes da Litteratura e do Ensino Publico;

7) O dr. Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro e o tenente-coronel Antonio Maria Quartim, representantes da Agricultura;
8) O coronel Martim Francisco de Andrada, deputado do povo e secretario do Interior e da Fazenda;
9) O coronel Lazaro José Gonçalves, deputado do povo e secretario da Guerra;
10) O chefe de esquadra Miguel José Oliveira Pinto, deputado do povo e secretario da Marinha.

Todos os que estavam presentes foram empossados, e o auto da vereação foi lavrado em redacção do conselheiro José Bonifacio. Depois, entre vivas ao rei, ao Brasil, ao principe d. Pedro, ao conselheiro, ao capitão-general João Carlos, foram á casa deste ultimo, que, avisado por um amigo de que o conselheiro fizera fracassar a revolução, appareceu, um pouco nervoso.

O prestito obedecia á seguinte ordem:

1.o) Musica do batalhão de caçadores;
2.o) O conselheiro José Bonifacio e o bispo, rodeados dos membros do novo governo, e tendo ao lado o estandarte da Camara;
3.o) Povo e tropas misturados;
4.o) Musica do 1.o regimento miliciano.

As musicas tocavam o *Hymno da Constituição* e os membros do governo com o povo e tropas cantavam a letra desse hymno.

Chegando á casa do presidente este se reunio ao prestito e voltou com elle aos Paços da Camara, onde foi jurada por elle obediencia ao rei de Portugal, ás Côrtes Portuguezas, ao Principe Regente, ao Governo Provisorio, á Constituição Portugueza. Depois do presidente, fez identico juramento o conselheiro José Bonifacio, o bispo, os membros do governo e todos os presentes. Acabado o juramento foram todos á Sé, onde ouviram um *Te Deum* cantado em acção de graças pelos factos succedidos.

São essas as noticias que tenho a communicar-lhe de accordo com suas instrucções. A confiança que V. S. depositou no conselheiro, e nos coroneis Lazaro, Lobo, Ignacio, e outros, foi immerecida. O novo governo já começou, como primeiro acto, a perseguição aos maçons que não concordaram com o conselheiro José Bonifacio. Reunimo-nos na casa do patriota José Innocencio Alves Alvim. Tanto elle, como o irmão Joaquim, foram fieis até o ultimo instante, e por isso são alvo dos odios dos outros que foram traidores. O conselheiro foi a causa de tudo fracassar, porque, lembrando o que succedeu com seo irmão e com os revolucionarios de Pernambuco em 1817, tirou a coragem e o enthusiasmo dos militares. Garanto a V. S. que si não fosse a traição do conselheiro José Bonifacio, não estaria mais no governo o capitão-general João Carlos, que é despota e fiel ao rei, até á morte. Tanto dinheiro e tanto trabalho perdido só por um erro de tatica politica! A idéa de se chamar o conselheiro foi a mais infeliz possivel. Bem razão tinha em dizer-lhe o que eu disse antes de vir para cá: «*cuidado com os Andradas: elles não são leaes*». (F. Soares, Carta dos Acontecimentos de S. Paulo do dia 23 de junho de 1821, ao veneravel da loja do Commercio e Artes, — Joaquim Gonçalves Lédo).

Assim, pois, os acontecimentos de S. Paulo, de 23 de junho de 1821, com a traição de José Bonifacio, impedio que a nossa independencia fosse feita nesse anno, sob a fórma republicana, como projectara a Maçonaria. E José Bonifacio iniciou sua vida politica no Brasil com uma negra traição.

No anno de 1821 reuniam-se diariamente os maçons para tratar da Independencia. Eis a descripção feita por um chronista do tempo:

Iam diariamente á casa do capitão-mór José Joaquim da Rocha os coroneis Francisco Maria Velloso, Gordilho de Barbuda, Luiz Pereira da Nobrega, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond, Dr. José Mariano de Azeredo Coutinho, desembargador Francisco de França Miranda e outros, e como não queriam divulgar

os passos que davam sem haver certeza se o principe annuiria ás representações que se lhe fizessem, o coronel Gordilho de Barbuda (depois barão de Giracinó, visconde de Lorena e marquez de Jacarépaguá) guarda-roupa do Principe, se offereceu para este empenho, e partio para S. Christovão. Em conferencia com o Principe D. Pedro de Alcantara, lhe expoz o motivo da sua ida ao Paço, visto que a respeito delle não poderia haver suspeitas. Contou-lhe tudo o que se estava fazendo e o que pretendiam fazer, e então perguntou elle a Sua Alteza si ficaria no Brasil si as tres provincias do Rio, Minas e S. Paulo lhe pedissem. O Principe, a principio resistio, pelo receio que tinha da divisão auxiladora; mas por fim, movido pelas razões e rogativas de Gordilho, seu guarda-roupa, que estava casado no Brasil, onde tinha muitos bens de fortuna, disse-lhe: «Fico, se fôr essa a unanime vontade dos povos do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, e em tal caso estou prompto a receber as deputações». Esta resposta do Principe não foi dada logo ao coronel Gordilho, e sim no dia seguinte em casa deste, á rua do Aterrado, hoje de Miguel Frias. Gordilho, transportado de alegria, veio á casa do capitão-mór Rocha, e transmittio-lhe as palavras do Principe Regente. Havendo certeza de que Sua Alteza ficava, os patriotas resolveram reunir-se no convento de Santo Antonio, com o fim de fazerem a representação ou manifesto pelo Rio de Janeiro e encarregaram de sua redacção ao padre-mestre Fr. Sampaio, em cuja cella se reuniram o capitão-mór Rocha, o coronel Nobrega, o dr. José Mariano, o coronel Gordilho de Barbuda, Fr. Antonio de Arrabida (depois bispo de Anemuria) confessor do Principe, e o tenente-coronel Almeida. Assentaram as bases do manifesto. Depois de redigido e revisto mandaram copiar, e tiraram-se copias para serem assignadas por toda a cidade, encarregando-se de obter as assignaturas Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond e Innocencio da Rocha Maciel; e com effeito, conseguiram um grande numero de assignaturas. Os commandantes dos corpos da tropa portugueza, querendo

impedir que fossem á casa do capitão Rocha assignar a representação, faziam rondar as immediações da mencionada casa, por soldados disfarçados em paisanos, o que sendo presentido pelo brigadeiro Vidigal, commandante do corpo de policia da cidade, de seo motu-proprio tambem fez rondar a rua da Ajuda por patrulhas de cavallaria, afim de impedir qualquer tentativa que os soldados portuguezes quizessem fazer. O desembargador Francisco da França Miranda entendeu dispôr a população para o movimento que se estava preparando, e escreveu um papel a que deu o nome de Deputado Brasilense (transcripto na 1.ª serie do *Brasil Historico*) que foi logo impresso, distribuido, e produziu um effeito espantoso.

O manifesto do povo do Rio de Janeiro sobre a residencia de Sua Alteza Real no Brasil, dirigido ao Senado da Camara, foi datado do dia 29 de dezembro de 1821. Pedro Dias de Macedo Paes Leme foi até Sepetiba, e depois embarcando em uma canôa, chegou a Santos, e dahi partio para S. Paulo, em cuja cidade entrou na noite do dia 23 de dezembro. José Bonifacio estava doente de erysipela em uma cama, fóra da cidade. Apezar da chuva copiosa que cahia naquella noite, Pedro Dias foi á chacara onde se achava José Bonifacio. A visita de Pedro Dias aquella hora da noite o sorprehendeu.

O conteúdo da carta e as explicações dadas por Pedro Dias o puzeram em agitação e, ao amanhecer o dia, transportou-se para a cidade, convocou a junta, expoz o negocio e propoz que se escrevesse ao Principe pedindo que não partisse para Portugal emquanto não chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação que a provincia de S. Paulo ia mandar para explicar á Sua Alteza os motivos do seo pedido. O presidente da junta poz opposição a esta conclusão; mas, vendo que todos os membros della votavam com José Bonifacio, e que este já o convidava para demittir-se do cargo que não sabia sustentar, assim contrariado, concordou em assignar o que estava vencido. José Bonifacio, doente como se achava, ditou alli mesmo o officio de 24 de dezembro de 1824,

do qual tirado a limpo, surgiram novas reflexões da parte do presidente e membros da junta e assignaram o officio tal qual estava redigido.» (Relato do Conselheiro Menezes Drumond, conforme informação verbal de José Bonifacio — B. R. — pags. 87-88).

Como se vê, José Bonifacio era um politico energico, convincente, voluntarioso, e de fertil imaginação. Elle não tomava a iniciativa dos movimentos politicos, mas quando os via victoriosos, procurava por-se á frente delles, como a sentinella da victoria.

Convidado para ministro de d. Pedro, fez pela independencia muito menos que Gonçalves Lédo, Clemente Pereira, conego Januario, general Luis Nobrega, e outros. Proclamada a independencia, continuou como ministro. Em vez de emprestar ao seo governo um cunho liberal, quer como ministro do Brasil-Reino-Unido, quer do Brasil-Separado, opprimiu a liberdade, como se póde deduzir dos seguintes documentos officiaes, que se encontram no Archivo Nacional. Prohibiu as reuniões dos maçons e criou mais dois logares de inspectores geraes da policia:

— «Manda Sua Alteza Real o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos Negocios do Reino, que o intendente geral da policia:

1.º) Escolha e augmente o numero das pessoas que devem espiar todas as maquinações referidas da Maçonaria, a quem se dará as gratificações do costume, segundo o seu prestimo e serviço;

2.º) Sendo os actuaes juizes do crime poucos em numero, e carregados de outras obrigações e encargos, e alguns delles frouxos e pouco zelosos; e cumprindo que a policia tenha ministros activos, habeis, e corajosos, a quem se possa encarregar diligencias de ponderação e segredo:

Ha Sua Alteza Real por bem approvar a proposta, que o mesmo intendente acaba de fazer, do bacharel

João Gomes de Campos, e do desembargador Francisco de França Miranda, para servirem interinamente de ajudantes do mesmo intendente geral, por si e pelos ditos ajudantes, e com tropa da policia, passem a verificar os ajuntamentos de pessôas suspeitas e perturbadoras do socego e segurança publica (os carbonarios e republicanos) que já lhe foram communicadas por esta secretaria de Estado, e achando serem verdadeiros e criminosos taes ajuntamentos (os da Maçonaria), mande cercar as casas, aonde se fizerem taes clubs, por força armada, prender todas as pessôas que nellas forem encontradas, e fazer apprehensão em todos os papeis e correspondencias, que forem suspeitas: para tudo ser examinado por uma commissão, que para este effeito se haja de nomear; finalmente, que no dia 18 do corrente, em que se fizerem as eleições, o mesmo intendente geral mande para o local, em que ellas se hão de fazer, espias seguras, para lhe darem parte immediatamente de tudo o que alli se possa praticar, contrario ao fim unico das ditas eleições, e contra a tranquillidade publica; e para que o dito intendente geral possa logo occorrer a qualquer desordem, que possa succeder, se postará com seus officiaes e tropa necessaria nas immediações do logar das referidas eleições, como lhe parecer mais adequado. O que tudo cumprirá debaixo da sua maior responsabilidade. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1822. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Verificamos por este officio que José Bonifacio como politico abusava do cargo de ministro, criando logares novos de espionagem, mandando espionar por secretas os seos adversarios politicos, enviando para as eleições galfarros e tropas sob a direcção do intendente geral de policia. As actuaes eleições brasileiras, feitas sob a coacção da força policial, não são novidade. Taes comedias eleitoraes foram criação de José Bonifacio... A elle, pois, a gloria dessa instituição.

Prégou o regime das delações. É o que se infere do seguinte documento:

— «Tendo-me Sua Alteza Real encarregado de fazer executar o decreto de 18 do mez passado, é do meu dever transmittir a V. S. todas estas partes e denuncias, que acabo de receber, e ao mesmo tempo communicar-lhe que por muitas outras indagações e noticias, estou capacitado que ha tramas infernaes *(a da Maçonaria, em favor da Republica)* que se urdem não só contra a causa do Brasil, mas contra a preciosa vida de Sua Alteza Real, contra a minha e contra todos os honrados cidadãos amigos da nossa causa. É preciso, pois, que Vossa Senhoria mostre presentemente toda a sua energia e actividade em conhecer os perversos, descobrir os tramas até sua raiz, e ver tudo com seus proprios olhos, não confiando diligencias importantes e delicadas a juizes do crime, sem cabeça e sem energia; cumpre tambem que até ao dia 12 V. S. deixe de estar em Catumby, e venha morar no meio desta cidade, para com mais energia e promptidão dar todas as providencias necessarias para descobrir os perversos, e esmagar seus conluios. Quando a patria está ameaçada por traidores solapados (os republicanos), não valem as chicanas forenses, e só deve reinar a lei marcial. Cumpre finalmente que V. S., reservando para outra occasião os dinheiros da policia, destinados para objectos menos importantes, os empregue na conservação de bons agentes e vigias. — Deus guarde a Vossa Senhoria. — Paço, em dois de outubro de 1822.

José Bonifacio de Andrada e Silva: — Ao Sr. Desembargador João Ignacio da Cunha.»

Eis ahi um ministro politico mandando gastar dinheiro da verba destinada ás obras publicas, com o augmento de espiões e secretas, e aconselhando ao chefe da policia o regime da *lei marcial*, o desrespeito aos juizes!!!

Ordenava José Bonifacio que se fizessem processos á revelia dos accusados e que as testemunhas fossem separadas dos mesmos, isto é, que não fossem acareadas com os presos politicos. Eis a prova:

— «Sendo necessario, para se preencher o importante fim a que se dirige a portaria de dois do corrente mez, que se facilitem aos honrados e fieis cidadãos desta capital os meios de deporem com imparcialidade e em toda a liberdade e segurança, a favor da verdade, e contra os malvados desorganizadores da boa ordem, e conspiradores do governo estabelecido: afim de que sejam patentes, e de todos reconhecidos seus abominaveis crimes e attentados: Manda Sua Magestade Imperial, por sua immediata ordem, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio que o desembargador Francisco de França Miranda, faça remover para fóra da cidade e em termo, segundo a lei, todos aquelles individuos, que se acham já accusados pela opinião publica, assim como seus infames partidistas e mais pessoas comprehendidas na facção ultimamente forjada contra o governo para que deste modo se possa proceder á competente devassa sem aquelles obstaculos, que a presença delles poderia offerecer aos animos de seus accusadores. — Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1822. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Esses *criminosos*, esses *infames partidistas*, eram os inimigos politicos de Bonifacio, tinham sido protagonistas da Independencia, chamavam-se Lédo, conego Januario, Lisboa, Nobrega, padre Feijó, etc.

Não admittia a minima critica ao seo governo, e prohibia as reuniões.

Era crime juntarem-se mais de tres homens numa casa. Onde tal houvesse, iria a policia. Eis a prova:

— « Constando na augusta presença de Sua Magestade Imperial que nas casas de Joaquim José Ribeiro, empregado na Thezouraria Geral das tropas; de Luiz Manoel, da Thezouraria Mór do Thezouro Publico, e nas do Sequeira, e do denominado — *Boquinha*, se fazem clubs secretos, com fins sinistros e inteiramente criminosos e abominaveis: e sendo muito necessario dar todas as providencias que possam occorrer e obstar a execução de seos malvados projectos: Manda o mesmo augusto Senhor pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o desembargador do Paço intendente geral da Policia, empregue toda actividade e energia em reconhecer com a maior cautela e segredo, a realidade destes factos e os individuos nelles comprehendidos; e que proceda immediatamente á prisão delles, logo que se encontrem juntos em numero maior de tres, ou concorram áquellas circumstancias, que façam confirmar as suspeitas que delles se formem; seguindo-se depois todas as mais providencias, que forem justas e legaes, afim de se cortar pela raiz o plano, que a sua perversidade tenha organizado. — Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1822. — *José Bonifacio de Andrada e Silva* ».

Era bastante uma simples denuncia, ás vezes producto de uma vingança, para que um cidadão fosse encarcerado, incommunicavel. Haja vista o que succedeu ao padre João Motta e a Luis Silva. Foram presos e depois se verificou que eram innocentes, victimas da perversidade de um frade libidinoso e ciumento. Eis a prova:

— « Tendo-se apresentado na secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, frei Francisco de Assis, participando que no dia quatro do corrente, achando-se em casa de Rosa Francisca, viuva, moradora na rua do Cano, junto á botica, alli casualmente jantara com o padre João José Pinto da Motta e Luiz Manoel da Silva, escriptu-

rario da junta da bulla da Cruzada, filho da dita viuva, os quaes convidaram ao referido frei Francisco para que este alliciasse a seo primo Manoel Antunes Vieira, official de artilharia a cavallo, afim de entrar com elles em uma associação de facciosos, que se propunham lançar mãos dos dinheiros publicos e particulares, para fazerem uma revolução, e mudarem o governo; e portanto o referido frei Francisco acompanhasse esta denuncia das maiores protestações da sua veracidade, e dos receios que lhe inspirava taes individuos: e cumprindo prover por todos os meios á segurança e tranquillidade publica: Manda Sua Magestade o Imperador pela referida Secretaria de Estado que o desembargador do Paço, intendente geral de policia, faça pôr em segurança os referidos João José Pinto da Motta e Luiz Manoel da Silva, para que á vista do exposto, e dos ulteriores esclarecimentos de seus crimes e consocios, sejam logo processados e sentenciados, como fôr de justiça. — Paço, 5 de dezembro de 1822. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Entretanto, esses pobres homens eram innocentes, e José Bonifacio já lhes achara *crimes e consocios!!* E o ministro mesmo confessou depois a innocencia desses pobres diabos. Eis a confissão ministerial:

Havendo a maior probabilidade de que a denuncia dada por frei Francisco de Assis contra o padre João José Pinto da Motta e Luiz Manoel da Silva, sobre a qual se expedio portaria na data de hontem ao desembargador do Paço, intendente geral de Policia, fôra uma calumnia contra os mencionados sujeitos por motivos os mais vergonhosos: Manda Sua Magestade o Imperador pela secretaria de Estado dos Negocios do Imperio que o desembargador do Paço, intendente geral da policia, procedendo sem perda de tempo ás mais escrupulosas indagações sobre este objecto, continue á vista dellas a promover a execução da portaria da data de hontem,

e passe a pôr logo em segurança o referido frei Francisco de Assis, que parece incurso no crime dos que mentem ao rei, em prejuizo de terceiros. — Paço, 6 de dezembro de 1822. *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Até as imprimições foram prohibidas. Estevam de Magalhães quiz imprimir a *Constituição de Lisbôa*. Que mal havia nisso? Mostraria ao povo brasileiro liberdades gosadas pelo povo português. E Bonifacio tal não quiz. Eis a prova:

— «Constando que um certo Estevão Alves de Magalhães, socio que foi na typographia de Garcez, pretende re-imprimir nesta côrte, por espirito de partido, ou por sordida ambição, a *Constituição*, que acabam de decretar as côrtes de Lisbôa: Manda Sua Magestade o Imperador, pela secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o desembargador Francisco de França Miranda, tomando conhecimento deste objecto, procure destramente dar as providencias convenientes. — Paço, 24 de dezembro de 1822. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Bonifacio commemorava assim, suffocando a liberdade de imprensa, a sua carta de 24 de dezembro de 1821 ao principe d. Pedro, pedindo para que ficasse no Brasil.

Era bastante que um individuo se declarasse amigo dum desaffecto do Ministro para que fosse logo vigiado como criminoso. É o que succedeu com o respeitavel coronel Bernardes Machado, que governara o Rio Grande do Sul. Eis a prova:

— «Sendo presente a Sua Magestade o Imperador que Antonio Bernardes Machado, membro do governo pro-

visorio da provincia do Rio Grande do Sul, e ora residente nesta côrte, tem sido um dos partidistas do ex-governador Saldanha, que naquella provincia promoveram sempre as mais escandalosas intrigas entre as auctoridades publicas, e pretenderam com fim principal de seus perversos designios, perturbar a tranquillidade e união daquelles povos, e indispol-os contra o governo; e constando, egualmente, que elle nesta côrte não tem mudado de sentimentos, e que póde vir a ser mui prejudicial á segurança do Estado, e se não tomarem a seu respeito todas as medidas de prevenção: Manda o mesmo Augusto Senhor pela secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o desembargador do paço, intendente geral da policia, expeça as ordens necessarias para que haja toda a vigilancia em tão perigoso individuo, observando-se mui rigorosamente os seus passos pela referida secretaria de Estado afim de se darem todas as mais providencias, que forem convenientes. — Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1823. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Assim, só porque o homem era amigo de Saldanha, desaffecto de Bonifacio; só porque *podia ser prejudicial*, foi considerado criminoso e rigorosamente vigiado!

O padre Feijó gosava de grande influencia em S. Paulo e na Côrte. Somente por isso ficou suspeito. Ao partir para Itú foi abraçado por José Bonifacio e, entretanto, esse mesmo Bonifacio mandou espionar os passos e a vida de seo então amigo Feijó. Eis a prova:

— «Sua Magestade o Imperador, confiando muito no zelo, patriotismo e constante adhesão á causa do Brasil, que tem manifestado o capitão-mór da villa de Itú, Vicente da Costa Taques Góes Aranha, e no amor e fidelidade inabalavel que consagra á sua augusta pessôa: Manda pela secretaria de Estado dos Negocios do Imperio que elle, por todos os meios occultos que estiverem ao seu alcance, procure conservar debaixo da maior vi-

gilancia ao padre Diogo Antonio Feijó, ex-deputado pela provincia de S. Paulo ás Côrtes de Lisbôa, por ser constante ao mesmo Augusto Senhor, que elle aos sentimentos anarchicos e sediciosos, de que é revestido, une a mais refinada dissimulação, da qual sem duvida resultará grande perigo á tranquillidade e união dos povos daquella fidelissima comarca, se não se empregarem todas as cautelas na sua perniciosa influencia. E ha outrosim, por bem que o dito capitão-mór informe pela mesma secretaria de Estado de qualquer resultado que obtiver de suas investigações. Palacio do Rio de Janeiro, 11 de junho de 1823 — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Referindo-se a este officio, e respondendo ao deputado Martim Francisco que o chamara de hypocrita, o padre Feijó, sendo ministro da Justiça, disse, em discurso da sessão de 21 de Maio de 1832, da Camara dos deputados:

— «Comparemos os factos, e vejamos quem é hypocrita. Despedir com abraços a um homem, chamal-o «patricio honrado» em quem se confia haja de promover a tranquillidade do paiz para onde parte; entretanto, no primeiro correio mandar que este homem «seja vigiado por todos os meios occultos, porque aos sentimentos anarchicos e sediciosos une a mais refinada dissimulação», isto sim, é hypocrisia; Feijó não faz outro tanto. Mandar para Pernambuco um membro da mesma sociedade confidente para promover a acclamação do ex-Imperador que tanto se difficultava por causa do ministerio de então, e com effeito conseguil-o, entretanto mandar-se uma portaria ao escrivão daquella provincia para, no primeiro barco que partisse para a Europa, expulsar aquelle mesmo homem, «por ser menos affecto á causa do Brasil», isto sim, é hypocrisia. Outro tanto Feijó não faz, nem nunca fez. Srs.: tudo quanto faz o ministro da

justiça é patente, nenhum dos seos actos são occultos, elle não é hypocrita.»

Esta traição é narrada da seguinte fórma por um historiador contemporaneo de José Bonifacio:

Não havendo embarcação para Pernambuco, prompta a partir, um dos membros da maçonaria, que era capitão e dono de um navio ha pouco chegado, se offereceu para levar o emissario, mas que para esse fim se expedissem ordens para descarregar o navio; o que sendo feito, foi nomeado o capitão João Mendes Vianna, com as necessarias instrucções e cartas de recommendações para as pessôas influentes da provincia. Apenas havia partido João Mendes Vianna, chegaram de Pernambuco uns officios do governo provisorio, e a participação de Filippe Nery ao Grande Oriente, com os protestos de adhesão de Pernambuco ao Rio de Janeiro; e poucos dias depois voltou arribado o navio em que fôra João Mendes Vianna, cuja commissão se tornava desnecessaria; mas o ministro José Bonifacio o obrigou a seguir para Pernambuco, sob o pretexto de esclarecer quaesquer duvidas; e na mesma occasião expedio ordens ao presidente da provincia, o morgado do Cabo — Paes Barreto — (pois que se tinha dissolvido o governo provisorio), para prender João Mendes Vianna, e o ex-deputado Cypriano José Barata de Almeida que, em Pernambuco, redigia a «Sentinella da Liberdade», periodico livre, e remettel-os para a ilha de Fernando de Noronha, ordem que não cumpriu o Morgado do Cabo; e por isso foi de novo ordenado ao coronel Aleixo José de Oliveira, que commandava as armas, que prendesse a Barata de Almeida e a João Mendes Vianna, e os remettesse para a côrte, os quaes, aqui chegando, foram encarcerados na fortaleza da Lage, onde soffreram toda a sorte de privações, suscitadas pelo commandante da fortaleza o tenente-coronel José dos Santos Oliveira, e onde adquiriram as enfermidades que mais tarde os levaram á sepultura.» (*Historia da Constituição*, pag. 357).

Eis ahi o hypocrita. Abraça Feijó, deseja-lhe bôa viagem, elogia-o, chama-o de *patricio honrado*, amigo, etc., e na mesma occasião expede ordens secretas para que seja vigiado como individuo falso, perigoso, perturbador da ordem publica! Envia João Mendes Vianna para pacificar os animos de Pernambuco, insiste com elle para partir, e ao mesmo tempo manda ordens secretas ao governador de Pernambuco para o prender. Depois manda encerra-lo na fortaleza. E os máos tratos recebidos, fazem de um homem sadio, um doente incuravel, que pouco tempo durou.

E haverá quem negue ter sido Bonifacio um hypocrita?

Somente porque Feijó não cortejava o ministro, porque lhe fazia sombra com seo prestigio em S. Paulo, era vigiado como *homem perigoso de sentimentos anarchicos e sediciosos, refinado hypocrita* (dissimulador) *que gosara de perniciosa influencia.* Entretanto foi Feijó quem salvou o Brasil da anarchia, alguns annos depois desse decreto!!

Mas quem era Feijó? Que no-lo diga Washington Luis, essa fidalga intelligencia que a Politica porfia em roubar ás Lettras:

— Dotado de intelligencia lucida, de caracter integro, de vontade robusta e fogosa, sabendo principalmente mandar, inflexivel, indomavel, não conheceu transacções nem condescendencias e proseguiu sempre, com tenacidade, até o sacrificio, naquillo que entendeu ser o cumprimento do seu dever.

Resumindo a razão de ser da sua existencia num amor entranhado á sua patria, o seu lemma foi, quando no poder, combater pela ordem para assegurar a liberdade; e quando fóra delle, combater pela liberdade para estabelecimento da ordem.

Sobre elle repousaram em dado momento a existencia do imperio e a vida do Brasil. Os seus adversarios

reconheceram a sua energia, o seu caracter austero, as suas virtudes antigas, os seus serviços ao paiz (Uruguay); os seus correligionarios sagraram-no heroe (Costa Ferreira), que a voz publica de todos os cidadãos, movidos de um só pensamento — o de escapar ao perigo —, proclamou salvador da patria (Veiga).

Pela nobreza de sua alma, pelo amor da patria, pela preoccupação constante do bem publico, pelos seus feitos pouco vulgares, faz pensar nos varões illustres de Plutarcho; pela rigeza de seu caracter imperturbavel, pela abnegação e desinteresse provado, lembra os romanos quando Roma os preparava para a grandeza; pelo completo desapego das honras e bens materiaes, pela pureza e austeridade de sua vida, é entre os santos que a Igreja, a que elle pertenceu, o deve procurar.

O Brasil o olha como um dos grandes constructores da sua nacionalidade e como um dos vultos eminentes da nossa raça.» (*Feijó*, pg. 41).

Fallou a justiça historica pela sentença de Washington Luis.

E, emtanto, só porque Feijó não era seo correligionario politico, Bonifacio mandou vigia-lo, como um pessimo cidadão, criatura de sentimentos perversos e refalsados, anarchista perigoso!

As perseguições de José Bonifacio eram tantas, diz um seo contemporaneo, e historiador illustre, que mesmo ao Correio Geral da Côrte se expediu uma portaria para que fossem abertas todas as cartas de particulares julgadas suspeitas. (Moraes, *A Independencia*, pag. 124).

Este mesmo historiador (Moraes, ob. cit., pag. 113) conta como José Bonifacio chegava a representar torpes comedias para poder perseguir seos inimigos politicos, quando estes eram amigos de Pedro I. Eis um relato:

— E José Bonifacio, que tratava a d. Pedro I muito de resto e o havia desmoralizado para tental-o, confiado na sua capangagem, procurou uma nova farça e pedio no dia 28 de outubro de 1823 a sua demissão de ministro, bem como seu irmão Martim Francisco. O imperador, que já estava enfastiado dos Andradas, acceitou-lhe a demissão, sem fazer reparo, e nomeou novo ministro, chamando para ministro do Imperio e Estrangeiros o barão de Santo Amaro; para a Justiça, Sebastião Luiz Tinoco da Silva; Fazenda, João Ignacio da Cunha; Guerra, João Vieira de Carvalho; Marinha, Luiz da Cunha Moreira. Logo que este successo constou aos enthusiastas dos Andradas, illudindo a todos, fizeram reunir immediatamente a Camara Municipal, para pedir a volta de José Bonifacio, e sahiram os partidarios dos Andradas pelas ruas, praças e casas particulares, com diversos — *Nós abaixo assignados* — pedindo ao imperador a reintegração dos demittidos (e demissão dos nomeados); e obtidas para mais de 10.000 assignaturas foram ao passo e fallaram ao imperador, pedindo-lhe que reconsiderasse o acto da demissão dos ministros e chamasse de novo os Andradas para o governo do paiz. José Bonifacio morava no Largo do Rocio, sobrado, que faz esquina com a rua do Sacramento; e logo que preparou a farça retirou-se para a casa de Luiz Menezes Vasconcellos de Drumond no caminho velho de Botafogo (casa abarracada de muitas janellas e portão ao lado, que ainda existe tal qual, ns. 27 ou 31) onde José Bonifacio costumava passar dias, com a familia.

Recebidas pelo imperador as representações da Camara e povo, pedindo a reintegração de José Bonifacio e seo irmão no ministerio, foram logo demittidos os nomeados do dia 28 e chamados de novo os Andradas; e o imperador, por volta das 4 horas da tarde do dia 30 de outubro, dirigindo-se da cidade para o caminho novo de Botafogo, encontrou-se com José Bonifacio, que vinha para sua casa, no meio de uma multidão de povo, e ao encontrarem-se abraçaram-se, e o imperador com-

movido, chorando, chamou a José Bonifacio de «*seo pae, seo mentor, e seo protector*». E José Bonifacio chamou o imperador de «*seo filho do coração*»; e em novos abraços entraram para a carruagem e vieram para a casa de José Bonifacio, no Largo do Rocio; e este, chegando a uma das janellas, vendo a praça coalhada de povo, gritou para a multidão:

— *Viva D. Pedro I, D. Pedro II, D. Pedro III, D. Pedro IV, V, VI e quantos Pedros houverem no Brasil!!*

A toda esta acclamação irrisoria o povo correspondia em «*Vivam os Pedros!!*».

De noite foram ao theatro, onde os satellites de José Bonifacio o victoriaram, com estremecimento, e assim se passou a farça do dia 28 a 30 de Outubro (de 1823) que terminou por um monstruoso processo *(Processo contra varios patriotas, conhecido na Historia pelo nome de «A Bonifacia», e publicado no Brasil Historico).*

E no dia 11 de Novembro de 1822 expedio uma portaria circular para todas as provincias, mandando processar todos os que fossem opposicionistas ao seo governo.»

José Bonifacio não tolerava os jornalistas que não o endeosassem. E amordaçou a imprensa, perseguindo os jornaes independentes.

Mandou empastellar a «Sentinella da Liberdade» e encerrou seo redactor na fortaleza da Lage, donde sahiu doente, para morrer.

Gonçalves Lédo foi o jornalista e o tribuno da Independencia. Foi o fautor verdadeiro da nossa emancipação Porque divergisse de José Bonifacio, seo jornal — «O Reverbero» — foi empastellado, e lavrado o decreto de sua prisão. Procuraram-no com afinco, como se vê por este documento:

«Constando a Sua Magestade Imperial que na rua da Cadeia em uma casa terrea, pertencente ao tenente-coronel Monte, defronte do hespanhol chamado D. José,

se ajuntam frequentemente varios individuos suspeitos de *carbonarismo* e que segundo a informação de uma mulher da vigilança estivera Joaquim Gonçalves Lédo abrigado nessa casa no dia 30 de Outubro ultimo: Manda Sua Magestade Imperial, pela secretaria de Estado de Negocios do Imperio que o desembargador do Paço, intendente geral da policia, procurando certificar-se da existencia de clubs na mencionada casa, proceda ulteriormente a dar a este respeito as providencias que para casos de semelhante natureza lhe tem já sido recommendadas. — Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1822. *José Bonifacio de Andrada e Silva.*

O marquês de Sapucahy («Correio Official», n.º de 28 de dezembro de 1833) conta que Bonifacio disse em 2 de junho de 1822, deante do ministro da Austria, referindo-se a Lédo e outros partidarios:

— «Hei de enforcar estes constitucionaes na praça da Constituição.»

E Bonifacio ordenou, pouco depois (30 de outubro de 1822), a prisão de Lédo.

Tendo conhecimento desse dito, e dessa ordem de prisão, que correu de bocca em bocca em 1822, e sabendo que os Andradas cumpriam suas promessas macabras, como fizeram com o *Chaguinhas*, que foi enforcado apesar do protesto do povo, Gonçalves Lédo escapou-se para a Republica Argentina. Mas o odio de Bonifacio contra este valoroso jornalista era tão grande, que o calumniou, chamando-o, em documento official, de vendido aos interesses do Plata. Entretanto, justificou-se Lédo plenamente com o testemunho valioso de D. Thomaz Garcia de Zoniga, dignatario do Cruzeiro,

brigadeiro dos exercitos imperiaes, e syndico procurador geral do estado cisplatino. D. Thomaz Zonica apresentou os mais claros documentos do procedimento de Lédo em relação aos interesses do Brasil. A imprensa de Buenos-Aires, de 9 e 10 de maio de 1823, fez o mesmo, e a policia daquella republica informou ao governo brasileiro, em extenso relatorio que «el señor Joaquim Gonçalves Lédo és un apreciable cabalero, de cumpuertamiento irreprehensible». E explicava detidamente o que fazia Lédo no Plata: *trabalhava honestamente em terra estranha, elle que fôra o jornalista e o tribuno da Independencia.*

João Soares Lisbôa escreveu um artigo analysando os actos de José Bonifacio. Foi o bastante. Ordem de prisão, condemnação a 10 annos de reclusão e multa de 100$000. Seo jornal, o «Correio do Rio de Janeiro», foi fechado. E a typographia, mais tarde (1824) foi comprada por Pedro Plancher que com ella fundou o «Jornal do Commercio», que ainda subsiste. (1)

O pobre Lisbôa «republicano de convicções», no dizer de Mello Moraes (*Independencia*, pag. 115), fugiu e morreu depois atravessado por uma bala de um soldado do Imperador.

Era de tal tempera o caracter desta victima de José Bonifacio, deste jornalista intimorato, que, escrevendo a Pedro I, assim se exprimiu:

«Nunca V. A. verá escripto meo de servilismo; deixei de ser vassallo, não voltarei á escravidão; se os portuguezes se deixaram avassallar, deixarei de ser portuguez e buscarei em terra extranha a augusta liberdade. Não faltamos á nossa palavra, e se fosse necessario, que suspeitassemos o mesmo que então, acrescentariamos — deixarei de ser brasileiro. — São invariaveis os nossos sentimentos.» (Vide o 5.º anno, 3.ª serie e n.º 9 de 1873, do *Brasil Historico*).

---

(1) O brilhante jornalista senador Felix Pacheco contesta esta asserção, respeito a officina do «Jornal do Commercio». Porem Mello Moraes, que foi contemporaneo dos homens da Independencia, diz o que escrevemos, na pg. 115 do livro A Independencia.

João Soares, o digno redactor do «Correio do Rio de Janeiro», morreu em Pernambuco, batendo-se pela «Confederação do Equador», em 1824, victimado por um tiro dum soldado de Pedro I.

Outro jornalista que foi victima do despotismo da politica andradina foi Luis Augusto May.

Eis a descripção que encontramos, feita por um contemporaneo dos Andradas:

— «José Bonifacio, como já disse, tinha criado um partido seo chamado *andradista*, e se havia cercado de uma sucia de pardos cacetistas, que espancavam os portuguezes, como aconteceu ao livreiro Paulo Martins, e davam sóvas de *camarões* nos que se diziam não serem affectos ao governo dos Andradas. Luis Augusto May, portuguez, enthusiasta pela independencia do Brasil, fez apparecer em dezembro de 1821 um periodico todo seo, intitulado «A Malagueta» (que durou até 31 de Maio de 1832). May se havia pronunciado contra os excessos e despotismo de José Bonifacio; e no dia 5 de junho de 1823, em uma «Malagueta» extraordinaria, dirigio uma carta ao Imperador, na qual fustigou os Andradas, e no dia seguinte, domingo, passando José Bonifacio pela frente da casa de May, á rua de S. Christovão, n. 77 (sobrado antigo, afastado da rua) disse a um homem, que suppunha feitor, e que se achava no portão da Chacara, que dissesse ao sr. May que José Bonifacio lhe mandava dizer que esperasse por elle á noite, que lhe vinha fallar. Em vista desse recado, May não sahiu de casa, deixando de acompanhar a mulher e filhos á casa de sua cunhada d. Marianna Lopes de Araujo e Azambuja, á rua do Mata-Cavallos, onde foram jantar, por estar a espera da visita do ministro José Bonifacio. Desde a tarde Luiz Augusto May se poz a espera de José Bonifacio, mas lhe apparecendo o vigario de S. Sebastião, Luiz Lobo de Saldanha e Antonio José da Silva Callado, cirurgião-mór da Academia de Marinha, entraram a conversar, e por volta das 8 horas da noite, depois do chá, entram pela escada da frente da casa quatro homens

armados e de espada, com lenços amarrados no rosto, os quaes surprehendendo e ameaçando com uma pistola uma escrava que se achava sentada em baixo, junto á porta, e entrando na sala, o primeiro descarregou um golpe de espada sobre May, que a esse tempo, suspendendo o castiçal para reconhecer com a luz os surprehendentes, sentiu-se ferido e se apagando as luzes que estavam na sala, o cirurgião Callado precipitou-se pela janella, o vigario metteu-se em baixo do piano e May, já ferido, aproveitando a escuridão, fugiu, e os assassinos, acutilando os trastes ás escuras desceram pela escada e se retiraram. Ouvindo o feitor o barulho correu em soccorro armado de foice e não encontrando os assassinos nada poude fazer. May, logo que viu os assassinos descerem a escada da frente foi-se arrastando de gatinhas por baixo do piano e com a mão cortada, de que ficou aleijado por toda a sua vida e com um golpe na cabeça, sahiu e foi cahir em uma valla que separava a chacara em que morava o padre Serafim dos Anjos. Estava chovendo; mas uns cães que o padre tinha para guardar a sua propriedade começando a ladrar muito, motivou ao padre Serafim mandar por um escravo vêr o que era, o qual lhe foi dizer ser um homem que estava cahido na valla gemendo e pedindo soccorro. O padre Serafim, com perto de 80 annos, muito doente, foi com dois pretos que tinha, levando luz, ao logar dos gemidos e reconheceu estar o seo vizinho quasi morto na valla. Conduzido para sua casa mandou chamar um cirurgião, que lhe pensou as feridas. O Imperador que estava no portão perguntou aos assassinos: *mataram May!* — Responderam que fugira, mas em misero estado. E José Bonifacio, nessa noite, passou a cavallo pela rua do Engenho Velho.»

Quem nos conta assim este episodio é o dr. Alexandre Mello Moraes, o grande historiador do Brasil, na expressão de nossos criticos litterarios. (*A Independencia*, pag. 111).

José Bonifacio não admittia que o combatessem. Percebendo que seo poderio se abalava em consequencia de

se avolumarem o numero de seos inimigos, abusou de seo cargo de ministro e fez processos monstruosos.

José Bonifacio, diz Mello Moraes (*A Independencia*, pag. 102) criou um partido seo e cercou-se de gente da mais infame e baixa do tempo, como o português *José dos Cacos* e os mulatos *Porto-Seguro*, *Orelhas*, *Miquelino* e *Lafuentes*. Estes eram capoeiras e caceteiros terriveis. Todos que contrariavam o seo orgulho e não lisonjeavam a sua vaidade eram victimas do seo despotismo implacavel».

Como soffresse grande opposição em S. Paulo, deportou de lá os seos adversarios. Os deportados foram os seguintes cidadãos:

1) Dr. José da Costa Carvalho (mais tarde marquês de Monte Alegre);
2) Coronel Francisco Ignacio de Sousa Queiroz;
3) Miguel José de Oliveira Pinto;
4) D. Matheus de Abreu Pereira, Bispo de S. Paulo;
5) Francisco Gonçalves dos Santos Cruz;
6) Frei Antonio do Menino Jesus;
7) Daniel Pedro Muller;
8) Major José Fernandes;
9) João Ferreira Bueno;
10) Francisco de Paula e Oliveira;
11) André da Silva Gomes;
12) Amaro José Vieira;
13) Antonio Maria Quartim;
14) Antonio Cardoso Nogueira;
15) Antonio de Siqueira Moraes;
16) Francisco Alves Ferreira;
17) Padre Bernardo Conrado;
18) Caetano Pinto Homem;
19) Antonio José Vaz;
20) Gabriel Henrique Pessoa;
21) Manoel José Sevilha;
22) Pedro Taques de Almeida Alvim;
23) Jayme da Silva Telles;
24) Joaquim Ignacio Ribeiro;

25) Antonio Floriano Alves Alvim;
26) Jeronymo Pereira Chrispim;
27) José Rodrigues Coelho de Oliveira Netto;
28) Frei José Tundela;
29) Francisco de Paula Macedo;
30) João Theodoro Xavier;
31) Antonio Gonçalves Mamede;
32) José Manoel Tralhão;
33) Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme;
34) José Fernando da Silva;
35) Antonio José da Motta;
36) Raymundo Pinto Homem;
37) Francisco Antonio Pinto Bastos;
38) José Innocencio Alvim.

Eis ahi como elle fazia politica. O partido *andradista* estava em minoria lastimavel. José Bonifacio, abusando do seo cargo de ministro, deportou de S. Paulo os seos adversarios e venceu a eleição. Até o bispo de S. Paulo caíu no odio de Bonifacio.

No Rio, elle fez a mesma cousa. O partido forte na opinião publica era o de Gonçalves Lédo, — o maçonico. Pois José Bonifacio perseguiu os maçons e ordenou a prisão dos seos inimigos politicos, instaurando-lhes um nefando processo, accusando-os de *republicanos*.

Pela seguinte lista, que se vê no processo começado em 30 de outubro e continuado em 4 de novembro de 1822, fica-se sciente da importancia social dos processados, adversarios politicos de Bonifacio:

1) Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto;
2) General Luis Pereira da Nobrega de Sousa Coutinho;
3) Jornalista Joaquim Gonçalves Lédo, redactor do «Reverbero»;
4) Conego Januario da Cunha Barbosa;
5) Conselheiro José Clemente Pereira;
6) Jornalista João Soares Lisbôa, redactor do «Correio do Rio»;
7) Padre Antonio João Lessa;

8) João da Rocha Pinto;
9) Luiz Manoel Alves de Azevedo;
10) Thomaz José Tinoco de Almeida;
11) José Joaquim de Gouveia;
12) Joaquim Valerio Tavares;
13) Pedro José da Costa Barros;
14) João Fernandes Lopes.

«Pronunciados na monstruosa devassa que mandou proceder José Bonifacio em 30 de outubro, e fez effectiva o ministro da Justiça por aviso de 2 de novembro e que teve o começo no dia 4, para justificar os acontecimentos do dia 30 de outubro e por não haver provas, foram julgados innocentes os accusados pelo Tribunal da Supplicação, á excepção de João Soares Lisbôa.

Note-se que o crime por que foram accusados esses benemeritos cidadãos foi uma phantastica conspiração contra o governo, e contra a vida do imperador, dizendo-se que se queria mudar a fórma do governo monarchico para uma *republica*. A devassa durou até 16 de abril de 1824.» (Mello Moraes, *A Independencia*, pag. 115, e *Brasil Historico)*.

Ninguem melhor que Mello Moraes definiu José Bonifacio como politico:

«José Bonifacio temia a todos os homens livres e os mandava vigiar com muito cuidado por seus capangas, como fez com João Ricardo Drumond, padre Feijó, João Mendes Vianna e João Soares Lisbôa, aos quaes chamava de *carbonarios*.

Mandava prender as pessôas suspeitas sempre que eram encontradas reunidas nas ruas em numero de tres, e o seo excesso de perseguição chegou a tal ponto que dava protecção ao escravo para depôr contra o senhor. Os Andradas entendiam por liberdade no Brasil o poderio concentrado nos membros de sua familia e que sem elles nada se poderia fazer que prestasse. Quando elles no poder, o que não era Andrada era considerado *demagogo*, *anarchista*, *republicano* e *conspirador*; e quando

elles fóra do poder os governantes eram *despotas*, *tyrannos*, e contra os quaes machinavam guerra de morte.» (Moraes, ob. cit., pag. 104).

Todos os que o contrariavam, politica ou pessoalmente, que se precatassem, porque Bonifacio atiçava sobre elles a sua *matilha* de *bull-dogs*, os capoeiras e caceteiros Miquelino, Lafuentes, e principalmente o mulatão Porto-Seguro.

Para elle, os inimigos pessoaes e politicos tratavam-se a páo. Era um grande apaixonado do *argumentum baculium* de Sgnanarello. E um bom attestado poderia ter sido passado pelo jornalista Luis Augusto May.

E passou-o no *Malagueta*, seo jornal:

— «O ministro Andrada e o Imperador mandaram-me esbordoar, como costumam fazer a todos que analysam a sua politica. Não é assim, porem, que se sufocará a Verdade. O tempo o dirá. O Brasil nasceu para ser livre. Os brasileiros terão sua liberdade que hoje se pretende destruir com caceteiros e assassinos. Hoje fui eu. Mas quem nos dirá que um dia a opinião publica se não levantará contra esses que hoje esbordoam jornalistas indefesos?»

May foi propheta. Bonifacio foi expulso de seo país em 1823 e voltando, em 1829, quatro annos depois se assentava no banco dos réos, na capital do Brasil, deante dum jury solemne.

Pedro I, em 7 de abril de 1831, teve tambem a recompensa de sua politica de cafagestes e caceteiros.

Em carta a Aracaty dizia o primeiro imperador em 23 de janeiro de 1834:

— «Sou odiado no Brasil por todos os politicos, e perdi a esperança de lá ir abraçar o meu filho amado». (1)

E Bonifacio, em carta de 3 de março de 1829, dizia a Drummond:

— «Sou aborrecido por todos os partidos do Brasil». (2)

(1) Archivo Silveira Brasil. (2) Bibliotheca Nacional.

Mas como deveria ser amado esse politico, si elle somente tratava de destruir a liberdade individual de todos que não o incensavam? Si tratava a páo os que livremente pensavam?

Um jornalista escreveu quando os Andradas estavam no exilio que elles eram Tartufos. E só por isso, lá do retiro de Talance, na França, clamava, sedento de vingança e represalia, o sabio Andrada:

— «Permittisse o céo que voltassemos (ao Brasil) e lá o encontrassemos (o jornalista) para lhe pagar com um páo os favores que lhe devemos (o epiteto de *Tartufos* atirado aos Andradas)».

E saudoso do seo capanga, o mulatão Porto-Seguro, exclamava, em seguida:

— «Não haverá um mulatão que lhe *tose* o espinhaço?» (Carta de José Bonifacio a Drummond, em 27 de Agosto de 1826 — Bibliotheca Nacional).

De outra feita, um deputado jornalista criticou a politica andradina, dizendo-a absolutista e retrograda. Bramiu o *Patriarca*, ex-redactor do *Tamoyo*:

— «Este miseravel merece, a meu ver, páo, e nada mais, *por óra*». (Carta de 6 de outubro de 1826 — Bibliotheca Nacional).

Numa eleição disputadissima, derrotando o partido andradista, Gonçalves Lédo foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro. Que fez o ministro Andrada? Lavrou um decreto de prisão contra o adversario, por ser elle — *republicano* e *carbonario*.

E no aviso *reservadissimo*, de 3 de novembro de 1822, ao intendente de policia ordenava o ministro:

— «He de todo necessario que se ponha em segurança o sobredito réo Joaquim Gonçalves Lédo, mesmo

que para isso se use de violencias ou gastos extraordinarios ou se contrarie representantes extranjeiros (1), protectores de republicanos e carbonarios. E V. S. fará o impossivel, si fôr preciso, para o apanhar de *qualquer forma*. Disso fará conhecimento aos seus auxiliares, sendo que se gratificará quem o descobrir, pagando-se um conto de reis, si fôr homem livre, ou a carta de alforria, si fôr «escravo».

Já na vespera (aviso de 2 de novembro de 1822), ordenara uma arbitraria e rigorosa devassa, processando, á revelía, o digno deputado pelo Rio de Janeiro.

Com a data de 4 de outubro de 1822 expediu o decreto de confiscação dos bens de Gonçalves Lédo.

Tendo Clemente Pereira grandes amizades na colonia portuguêsa do Brasil de então, sendo quasi toda partidaria de Lédo, Bonifacio lavrou o decreto de 11 de dezembro de 1822, mandando confiscar os bens de todos os subditos de Portugal. Mas o decreto só foi executado em relação aos amigos de Lédo e Clemente Pereira.

Para jogar ás prisões todos os amigos de Lédo, prometteu a liberdade aos escravos que denunciassem os senhores, só acceitando, comtudo, delações que visassem seos inimigos politicos.

Um negociante, denunciado por um escravo, de ter em casa a *Constituição Portuguêsa*, teve seo lar varejado pela policia e sendo encontrada num armario a dita *Constituição*, foi condemnado a 3 annos de carcere e multa de 100$000 (Vide processo de Joaquim Garcez de Avila, 1822).

Facto identico é revelado até em decreto: o de 5 de Outubro de 1822, em que surge na scena politica o pardo Filippe, escravo de João Coelho, delatando o seo senhor.

Pelo decreto de 22 de abril de 1822 Bonifacio des-

(1) Referia-se a Westine, consul da Succia no Rio, pois constava que Lédo se escondera em sua casa na noite de 30 de outubro.

tituiu os juizes imparciaes e nomeou, em substituição, exaltados politicos do seo partido.

Pelo decreto de 2 de outubro de 1822 estabeleceu a lei marcial em todo o país. São palavras textuaes desse *ukase bonifaciano*: «SÓ DEVE REINAR A LEI MARCIAL».

O visconde de Porto-Seguro, bem comprehendendo o *caracter politico* de Bonifacio, commenta na pg. 227 de sua *Historia da Independencia*:

— Inaugurava (Bonifacio) deste modo, logo no primeiro mez do Imperio, um systema inquisitorial, que nem siquer tinha estado em vigor no Rio de Janeiro durante os treze annos de regimen absoluto que findara em 23 de Fevereiro do anno precedente. E como si ainda não fosse bastante, quando a imprensa da opposição estava pelo proprio José Bonifacio agrilhoada, tinha este a debilidade e a falta de generosidade de insultar o seu adversario, com uma satyra em fórma de villancico de trinta e oito estrophes de lyricos quebrados, que fazia publicar nesse mez de Novembro, começando por esta:

Com ar altivo, com rosto *lédo*,
Já vi ao cume de alto penedo,
Subir da lama um figurão,
Gritando ao mundo — *Constituição.*» (1)

Referia-se a Gonçalves Lédo e ao seo partido que exigia uma *Constituição Liberal*, modelada pela da Inglaterra.

Deante de tão grande *sanha* ministerial, Lédo, o chefe do partido que pugnava por uma *Constituição* modelada pela da Inglaterra, perseguido apesar de ser deputado pelo Rio, escondeu-se na fazenda de seo amigo Bellarmino Ricardo de Sequeira (depois barão de S. Gonçalo), em S. Gonçalo, provincia do Rio.

Diz o barão do Rio Branco, na *Revista do Instituto Historico*, nota do tomo 79, parte I, pg. 228:

(1) Esse insulto ao grande Lédo foi impresso no prelo official.

— «O consul da Suecia, Lourenço Westine, facilitou-lhe (a elle, Lédo) o embarque para Buenos Aires em um navio mercante de sua nação. A vida de Gonçalves Lédo correu perigo naquelles dias. Os capangas (de José Bonifacio) José de Oliveira Porto-Seguro, Miquelino e outros pediam em altas vozes a sua cabeça, e um conego Thomaz José de Aquino não duvidou declarar, depondo na devassa, pondo-se de pé e em altas vozes, que si era necessaria para a salvação de sua patria e dos seus concidadãos a morte de Lédo, elle testemunha, naquelle mesmo instante lhe ia romper as entranhas, uma vez que lhe perdoassem o assassinato». (1)

Esse conego temeroso e sanguinario era intimo commensal de José Bonifacio.

As fortalezas de Santa-Cruz, Ilha das Cobras, Conceição e Lage foram atulhadas de presos politicos, partidarios de Gonçalves Lédo. O general Luis Pereira da Nobrega, José Clemente Pereira, o conego Januario da Cunha Barbosa, o brigadeiro Domingos Alves Branco, protagonistas da Independencia, foram presos e recolhidos á fortaleza de Santa Cruz. No dia 20 de dezembro, no bergantim francês «La Cécile», foram expulsos do territorio nacional, deportados para o Havre.

Até deante de ministros estranjeiros, no Rio, Bonifacio explodia a sua colera. Ouçamos o que diz um ministro de Estado em 1833 (o marquês de Sapucahy) na primeira pagina do orgam official do Imperio, o «Correio Official», de 28 de dezembro de 1833:

— «Celebrando-se no dia 22 de maio o anniversario dos martyres da Bahia, com pomposo funeral na egreja de S. Francisco de Paula e movendo-se a conversação sobre a *representação do povo*, que teria logar no dia seguinte, disse o sr. José Bonifacio, tratando-se dos seus agentes (representantes do povo, Lédo e outros), em uma tribuna do lado da Epistola da Capella-Mór daquella egreja:

(1) Depoimento de 28 de outubro de 1822. *Processo dos Maçons*, cognominado *A Bonifacia de 30 de outubro*.

— «*Hei de dar um ponta-pé nestes revolucionarios e atirar com elles no inferno!*»

Deste dito temos testemunhas presenciaes no Rio de Janeiro, pessôas de inteiro credito.

Por essa occasião disse o sr. José Bonifacio ao ministro encarregado dos Negocios de... (1), na sua sala de visitas e em voz tão alta que foi ouvido pelos que se achavam na sala de espera:

— «*Hei de enforcar estes constitucionaes na praça da Constituição!*»

* * *

Ahi está o *grande espirito liberal* do primeiro Imperio; ahi está o *glorioso paladino* da democracia; ahi está o politico de sentimentos liberaes, democraticos e altruisticos; ahi está o *brilhante patriarca* da liberdade do Brasil.

* * *

E vós, ó republicanos de 1922, congregae agora vossos esforços para glorificar o paulista José Bonifacio! E, si vos apraz, esquecei-vos do fluminense Gonçalves Lédo, o glorioso espirito liberal de 1822. É da Historia taes ingratidões...

(1) *Ministro da Austria*, segundo esclarecimento posterior publicado no *Correio Official*.

CAPITULO III

Bonifacio — o patriota

CAPITULO III

Bonifacio — o patriota

Si José Bonifacio fosse um patriota ardente, teria, certamente, trabalhado pela nossa independencia, com devotamento e ardor, desde a sua chegada ao Brasil. Somente em fins de 1821 é que surgiu elle frouxamente independencista, através da carta de 24 de dezembro de 1821, attendendo a um convite do Rio de Janeiro. Entretanto, encontrou um meio propicio para a revolução, que latejava em todas as consciencias brasileiras...

Em 1817 explodiu a revolução de Pernambuco, visando a emancipação politica. José Bonifacio, que era um aulico perfeito, fazedor de panegyricos dos Braganças, poderia adherir ao movimento, o que não fez. Nem elle, nem Martim Francisco. Entretanto, seo irmão, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, collocou-se immediatamente ao lado dos brasileiros, contra o dominio português, separando-se, dess'arte, politicamente, de seos dois irmãos, que se conservaram fieis ao soberano de Portugal e portanto, ao dominio português no Brasil. Foi nessa occasião que Antonio Carlos escreveu a José Bonifacio e a Martim Francisco, separados pela politica, mas unidos pela amizade e pelo sangue. Eis as suas cartas:

Carta de Antonio Carlos a José Bonifacio — Meu bom irmão e amigo — Tendo recebido a ultima carta em vesperas de correição, não respondi logo, guardando para quando viesse: mas como fui chamado antes de findar a correição, agora o faço. Eu contava de mandar alguma cousa á minha pobre amiga D. Luiza; mas

a sorte, que é minha adversa, faz gorar todas as minhas idéas. Eis-me de novo sem meios certos de subsistencia. A revolução de Pernambuco distrahiu o meu lugar, e isto tendo eu só um anno de occupa-lo, e não tendo podido nesse tempo fazer mais do que desempenhar-me. Foi um successo assombroso (a revolução): cinco ou seis homens destroem num instante um governo estabelecido, e todas as auctoridades se lhe sujeitam sem duvidar. Eu fui chamado pelo novo governo provisorio, e fui tratado com o maior respeito e distincção, pedindo-se-me que tivesse assento entre elles e assistisse ás suas deliberações para os aconselhar, o que até agora tenho feito. As tropas mostrão zelo, e todos tem jurado defender a causa da liberdade, e não se sujeitarem mais ao poder real; se alguns animos vacillão, o geral é aferrado á nova ordem. Vai a ser convocada a assembléa constituinte, e interinamente ha um governo de cinco membros e um conselho de governo.

Foram destruidos os juizes de fóra e ouvidores, e ficou tudo devolvido aos juizes ordinarios, e para ultima instancia a um collegio supremo de justiça. Tem-se abolido alguns impostos dos mais onerosos e trabalha-se muito em porem-se num pé de defesa respeitavel. *Eis-me, portanto, separado dos meus, visto os dois partidos em que nos achamos alistados*, o que me custa. A lista civil tem sido mal paga, que é o mesmo que dizer-te que estou pobre. Adeus; recommenda-me á tua familia, e recebe o coração de teu irmão e amigo. — ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA. — Pernambuco, 14 de abril de 1817.» (H. C., pag. 176).

Repare-se bem na phrase: «*Eis-me, portanto, separado dos meus, visto os dois partidos em que nos achamos alistados*». Isso quer dizer que José Bonifacio e Martim Francisco ficaram ao lado do dominio português, emquanto Antonio Carlos se punha ao serviço dos brasileiros, que tentavam sacudir o jugo de Portugal, arvorando o estandarte da independencia no territorio pernambucano, em 1817.

E emquanto Antonio Carlos passava necessidades em Pernambuco, por servir á causa da independencia, não tendo nem um vintem para mandar á sua amiga Luisa, José Bonifacio e Martim Francisco, ao lado dos portuguêses, gosavam os favores do aulicismo.

Eis a carta dirigida a Martim Francisco:

«Martim. — Já sabes, a estas horas, o successo de Pernambuco. No dia 5 do corrente, estando eu de correicção, levantou Pernambuco a bandeira da independencia e o conseguiu, tendo nisto grande parte a fraqueza do general Caetano Pinto. *Fui chamado pelo novo governo e cheguei no dia 9*, e tenho assistido a mór parte dos conselhos. Este successo tem sido muito applaudido por todo o povo; eu tenho, porém, um grande desgosto com elle, *que é nos vermos separados*, talvez para sempre. O destino assim o quer, que remedio! Particulares e autoridades, tudo tem reconhecido o novo governo e a fórma republicana. Participa á nossa mãe estas noticias; tem, porém, cuidado em tranquillizal-a a meu respeito. Tu bem sabes quanto geito é preciso para que estas novas não a acabem, visto a sua grande edade. Adeus; saudades aos amigos Mariano, Belchior e Rodrigues. Pernambuco, 29 de março de 1817. Sou teu irmão e amigo — ANTONIO CARLOS.

P. S. — Acabo de vir do conselho, assombrado de ver a immensa tropa que baixa do interior; ha já mais de 6.000 de tropa regular, e deve montar a 10.000, o que com as milicias e ordenanças formará um exercito de 30.000. O systema de administração e justiça está se reformando; as ouvidorias vão abaixo; eu... perdendo o meu logar, além do risco de perder o officio que tenho em S. Paulo. Sinto mas tenho paciencia. Dá-me noticias tuas. A. C.»

Ahi está. Antonio Carlos arriscou a perder seo officio, seo emprego em S. Paulo, collocando-se ao lado dos brasileiros, contra o dominio português. José Bonifacio

e Martim Francisco fizeram o contrario, ficaram com o rei de Portugal, numa occasião em que poderiam, como Antonio Carlos, dar provas de amor á independencia do Brasil.

Assim, fica provado por essas duas cartas de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada que, em 1817, José Bonifacio era inimigo da independencia do Brasil, pois, emquanto Antonio Carlos, seo irmão, se collocou ao lado dos brasileiros da revolução de 1817, perdendo o emprego publico e a profissão de advogado, que exercia em S. Paulo, José Bonifacio entoava lôas e dithyrambos aos poderosos reinóes, como succedeu com o seo celebre discurso laudativo ou panegyrico da rainha de Portugal. E ficava separado de seo irmão, Antonio Carlos, porque militavam em partidos differentes, isto é, José Bonifacio ficava com os reinóes e Antonio Carlos com os brasileiros. Que excellente patriarca da independencia!

A inactividade de José Bonifacio — Depois da sedição de 26 de fevereiro de 1821, levada a effeito, no Rio de Janeiro, pelas tropas que obrigaram d. João VI a jurar uma constituição, os brasileiros começaram a conspirar intensamente para sacudir o jugo português, visando o estabelecimento da Republica. Chefiavam essa conspiração Gonçalves Lédo, o patriota Targini, juiz da Alfandega; o almirante Rodrigo Pinto Guedes; o brigadeiro Felisberto Caldeira; e os desembargadores do paço Luis José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa. Della faziam parte muitos officiaes e funccionarios publicos. Descoberto o conluio pelo conselheiro Thomaz Antonio, o brigadeiro Felisberto Caldeira fugiu para a Inglaterra e os outros conspiradores foram presos e depois perdoados por d. João VI.

Diz o historiador dr. Alex. Mello Moraes, referindo-se a essa conspiração: «Estes factos se deram no Rio de Janeiro, e não tomaram vulto porque o rei, por sua bondade, não quiz perder a ninguem. Conversando eu no Senado com o duque de Caxias, em presença dos senadores barão de Pirapama e desembargador Firmo Rodrigues Silva, nos disse s. exc. ser este facto verda-

deiro e seu contemporaneo e nos contou varias circumstancias que omitto». (*Historia das Constituições*, Rio, 1871, pag. 58).

De feito, o decreto de 16 de março de 1821 proclamou o perdão dos responsaveis. José Bonifacio não foi convidado para tomar parte nesse movimento, porque, disse um dos implicados, «eram muito conhecidas as affeições do sabio paulista pela familia real e pela união dos dois paizes, Brasil e Portugal». (*Processo*, folha 6).

Eis ahi. Em 1821, isto é, um anno antes da independencia, os brasileiros organizaram uma conspiração visando o estabelecimento da Republica no Brasil e os chefes dessa conspiração, militares e desembargadores, não convidaram José Bonifacio para della fazer parte, porque *o sabio paulista tinha affeição notoria pela familia real e pela união luso-brasileira.*

Do processo instaurado contra os conspiradores ficou provado que a idéa da Republica partira da loja maçonica *Commercio e Artes*, installada na rua Pedreira da Gloria por inspiração dos irmãos Gonçalves Lédo (Custodio e Joaquim). O primeiro, que era medico, foi para Portugal, como deputado brasileiro, mas com o fim occulto de mandar informações aos conspiradores sobre a politica do reino, e instigar as pretenções do duque de Cadaval, o que determinaria a separação do Brasil de Portugal. O segundo, Joaquim Gonçalves Lédo, conservou-se no Rio, conspirando. A policia, em virtude disso, ordenou o fechamento da loja *Commercio e Artes*, e organizou uma perseguição aos maçons, por serem «*perigosos alteradores da ordem*». Mas os maçons continuaram a conspirar. Em 24 de junho de 1821 foi a loja installada secretamente na casa do capitão de mar e guerra José Domingues de Athayde Moncorvo, sita á rua do Fogo e esquina da rua Violas.

Os acontecimentos de 26 de fevereiro, de 20 e 21 de abril, atiraram a ira policial contra a maçonaria. Mas em 5 de junho de 1821 as sessões secretas tiveram inicio, reerguendo-se as columnas abatidas do templo maçonico. Da casa de Athayde, a loja passou para a rua

Nova do Conde, n. 4, tendo como irmãos principaes Joaquim Gonçalves Lédo, conego Januario da Cunha Barbosa, marechal Joaquim de Oliveira Alves, conselheiro José Caetano Gomes, brigadeiro Domingos Alves Muniz Barreto, dr. Manuel Joaquim de Menezes, Athayde Moncorvo, major José Maria de Sá Bittencourt, Ruy Gernak Possolo, capitão João Mendes Vianna, tenente-coronel Manuel dos Santos Portugal, brigadeiro José Maria Pinto Peixoto, Pedro José da Costa Barros, tenente-coronel Francisco de Paula Vasconcellos, Albino dos Santos Pereira, e mais 600 membros secundarios, dispersos pelo país, em propaganda da independencia.

Os maçons trabalhavam sem descanço, ora na sede da loja, na rua Nova do Conde, n. 4, ora em casa do capitão-mór José Joaquim da Rocha, na rua da Ajuda, n. 64, ora no convento de Santo Antonio.

Eram elles padres, generaes, juizes, capitalistas, doutores, e, entretanto, em seo gremio não se via, até 1822, a figura de José Bonifacio. Este, em S. Paulo, esperava os acontecimentos, timidamente, sempre leal aos governantes portuguêses, emquanto a maçonaria trabalhava febrilmente, orientada por Gonçalves Lédo. Dessa timidez politica, dessa inactividade em prol da independencia, foram tira-lo os acontecimentos de 23 de junho de 1821. E ainda nessa occasião, revelou plenamente sua fidelidade aos Braganças, seo desamor á independencia do Brasil, como veremos adeante.

José Bonifacio, até o fim de 1821, não quiz a Independencia, porque a julgava perniciosa ao país, determinando-lhe, talvês a desaggregação, e tambem porque *(no fundo de todas as acções humanas ha sempre o interesse, o egoismo que se enrodilha na vontade como serpente constrictora)* si o Brasil se separasse de Portugal elle PERDERIA 12.000 CRUZADOS POR ANNO, QUE LHE ABONAVA O ERARIO REAL PORTUGUÊS. Era um homem velho, luctador que se encanecera na aspereza da vida, sem conseguir fortuna, sempre pobre.

Tendo conhecimento das condições de pobresa de José Bonifacio, Joaquim Gonçalves Lédo, por intermedio

de José Clemente Pereira e do conego Januario, conseguiu que o principe regente abonasse, como recompensa por serviços publicos, uma certa quantia annual, que lhe garantisse a subsistencia. Era um acto politico que procurava attrahir o grande sabio para a Maçonaria e para a revolução contra Portugal. Os maçons já contavam com o verbo fluente de Antonio Carlos, e precisavam do grande prestigio scientifico de José Bonifacio e da energia de ferro de Martim Francisco. E dessa manobra resultou o seguinte

Decreto

« Tomando em consideração os bons serviços praticados com muita intelligencia pelo dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, do conselho d'El-Rei, Meu Senhor e Pae, nos empregos que occupa em Portugal, de intendente geral das Minas e Metaes do Reino, superintendente do Rio Mondego e Obras Publicas de Coimbra, e lente da cadeira de Metalurgia, da Universidade de Coimbra: Hei por bem fazer-lhe mercê da metade dos vencimentos que justificar percebe pela real fazenda em Portugal, sendo-lhe paga, a quarteis, a titulo de pensão pela junta da fazenda da provincia de S. Paulo — O Conde de Lousã, D. Diogo de Menezes, etc. — Paço, 14 de maio de 1821. Com a rubrica do Principe Regente. »

E somente depois disso José Bonifacio começou a apparecer no scenario politico do país, procurando, entretanto, annular o *movimento republicano que a Maçonaria propagara, trabalhando com a maxima dedicação pelos interesses da casa de Bragança, concretizados no principe regente.* E a tactica politica de Gonçalves Lédo produziu resultados contrarios aos esperados.

Em meiado de outubro de 1821 Antonio Carlos escreveu a seo irmão José, então vice-presidente de S. Paulo, que o governo português lhe suspenderia os vencimentos. E, de feito, em sessão de 30 de outubro de

1821, o deputado Borges Carneiro, após um violento discurso, apresentou nas «Côrtes Portuguêsas» um projecto que autorisava o governo a sustar o pagamento dos differentes vencimentos (cerca de 12 contos de reis por anno) que José Bonifacio, apesar de estar ausente no Brasil, recebia como lente, como inspector das minas e como director das obras do Mondego.

Eis os termos dessa proposta publicada no Diario das Côrtes, n. 213, sessão de 30 de outubro de 1821:

PROJECTO

Sou informado de que o Dr. José Bonifacio de Andrada, ha muito tempo ausente no Brasil, recebe annualmente de ordenado cousa de doze mil cruzados de officios publicos, que tem neste reino, como, por exemplo, de inspector de encanamento do Mondego, de inspector geral das minas, de lente de metalurgia, etc., etc. Ter muitos officios e não servir nenhum; tel-os em Portugal e estar no Brasil, e fazerem-se taes remessas de dinheiro para o paiz onde elle nasce, são cousas que não entendo. O dinheiro publico é muito precioso para assim se desperdiçar. Ordenados são tributos impostos á nação; não sei que se possam impôr tributos para semelhantes fins. Proponho, portanto, se diga ao governo que emquanto o dito Dr. Andrada não vier, effectivamente, para o reino, servir seus officios, mande suspender-lhe os pagamentos, á excepção dos que lhe tocarem por jubilação ou aposentadoria — *Borges Carneiro.*»

O projecto passou, e em virtude disso Bonifacio deixou de receber dos cofres portuguêses os milhares de cruzados que até então recebia, apesar de se achar ausente de Portugal. Esse acto das Côrtes, approvando o projecto de Borges Carneiro, irritou, sobremaneira, José Bonifacio, e atirou-o nos braços dos independencistas.

E só depois disso é que surgiu na scena politica do Brasil o sabio paulista, trabalhando, comtudo, muito fracamente. Os laços que o prendiam a Portugal foram

rotos com a suspensão dos vencimentos que indevidamente recebia do governo português. Que se diria de um homem que, residindo em S. Paulo, recebesse ordenados de tres empregos rendosos em Portugal? Não leccionava, não inspeccionava as minas portuguêsas, não dirigia as obras do Mondego... e ganhava como si tudo isso fizesse! Em 30 de dezembro de 1821 foi pago a José Bonifacio, pela ultima vez, a importancia de 12.000 cruzados por conta do thezouro de Lisbôa. E a thezouraria avisava o mesmo Bonifacio que, por uma resolução superior, aquelle seria o ultimo pagamento. E lá se acha o recibo de Bonifacio, de quitação com o erario real.

O visconde de Porto Seguro, em sua *Historia da Independencia*, pg. 132, diz, em nota, que doze mil cruzados equivalem a doze contos de reis, em moeda brasileira. Logo, José Bonifacio, recebendo 18.000 cruzados por anno (12.000 do Thesouro de Lisbôa e 6.000 do Thesouro do Rio de Janeiro) tinha a *bagatella* de 1:500$000 por mês. Naquelle tempo, era um *recebimento* de principe!

Antes de 30 de outubro de 1821, dia da proposta de Borges Carneiro, não se conhece acto algum de José Bonifacio em favor da independencia. Só depois de se ver privado de seos subsidios é que se resolveo a ser patriota. Estudemos o patriotismo de José Bonifacio através dos grandes acontecimentos politicos da independencia

A maçonaria preparara movimentos subversivos em todas as provincias. O plano era derrubarem-se os governadores portuguêses; elegerem-se juntas governativas, compostas de brasileiros; organizarem-se, por intermedio dessas juntas, milicias brasileiras; e depois disso lançar-se o grito da independencia, com a republica. Em diversas provincias os governadores foram derrubados. Vejamos o que succedeu em S. Paulo. Eis a descripção, feita por uma testemunha occular, e transcripta por Mello Moraes, na *Historia das Constituições*, pag. 52:

«Os males provenientes de um systema abusivo tinham de tal sorte indisposto os animos, que toda a interposição da parte do governador para consolidar a confiança dos

povos, já abalada por anteriores comportamentos, era inteiramente baldada. Elle mesmo, intimamente convencido da sua impossibilidade para obrar com energia, vendo-se despopularizado, sem força physica nem moral para fazer executar as leis, pedio, por vezes, ao ministerio, a sua demissão... alguns patriotas, bem certos na unanimidade de sentimentos que animavam a todos os cidadãos, determinaram-se aproveitar da occasião que a fortuna parecia deparar na reunião dos corpos milicianos, convocados para a festividade do dia 21, e ajuntando-se na manhã de 23 na praça dos Paços do Conselho, tocaram rebate no sino da camara, e dando vivas á religião, a el-rei e á constituição, proclamaram um governo provisorio. Esta noticia, levada rapidamente ao quartel do batalhão de caçadores, causou a mais forte sensação. Seu chefe, o coronel Lazaro José Gonçalves, não hesitou um momento em annuir aos votos dos seus soldados, que marcharam logo em auxilio do povo para installação do governo provisorio. O coronel Francisco Ignacio de Sousa Queiroz, que então se achava com seu 1.º regimento de infanteria miliciana, passando-lhe mostra, ouvindo tocar rebate e sabendo o que se passava na praça dos Paços do Conselho, não tardou em apresentar-se á frente do dito regimento. O mesmo fez o coronel Antonio Leite Pereira da Gama, apparecendo logo com o seu primeiro regimento de cavallaria miliciana, assim como todas as praças do 2.º de infanteria, todos milicianos, que se achavam na cidade. O sino tocava sempre a rebate, e cada vez se ajuntava mais povo. Reunidos os corpos, uma deputação de tres capitães foi mandada em nome do povo e tropa, convidar para presidente da eleição ao conselheiro José Bonifacio de Andrada. Outra deputação foi mandada ao ouvidor e á camara para que se apresentassem nos paços do conselho. Apenas a primeira deputação appareceu na praça, trazendo no meio o illustre sabio da nação, conhecido em toda a Europa pelo nome de *Monsieur d'Andrada*, os ares retumbaram com este grito muitas vezes repetido: — Viva o sr. conselheiro! — Elle subio á sala da camara, acompanhado de immenso

povo, e disse: — «Senhores, eu sou muito sensivel á honra que me fazeis em eleger-me para presidente da eleição do governo provisorio que pretendeis installar. Pela felicidade de minha patria eu farei os mais custosos sacrificios até derramar o ultimo pingo do meu sangue». — A resposta foi um grito geral: — *Viva o sr. conselheiro!* — E elle continuou: — «Esta eleição só póde ser feita por acclamação unanime; descei, senhores, á praça e eu da janella vos proporei aquellas pessoas que por seus conhecimentos e opinião publica, já por vós manifestada, me parecem dignas de serem acceitas». — Alguns cidadãos lhe disseram: — «*Sr. Conselheiro, nós não queremos no governo aquelles que até agora tem sido nossos oppressores*» e queriam personalizar. Mas elle os atalhou, dizendo: — «Senhores, este deve ser o dia da reunião de todos os partidos, da reconciliação geral entre todos. Não nos lembremos mais do passado; desappareçam odios, inimizades e paixões: a patria seja a unica nossa mira. Completemos a obra da nossa regeneração com socego e tranquillidade, imitando a honrada e gloriosa conducta de nossos irmãos de Portugal e Brasil. Persuadido de que haveis posto em mim vossa confiança, acceitei o vosso convite, e aqui estou prompto para dirigir-vos e para trabalhar pela causa publica. Se de facto confiaes em mim, e estaes resolvidos a portar-vos como homens de bem, então eu me encarrego de procurar a vossa felicidade, expondo a minha propria vida; mas se outros são vossos sentimentos, se o vosso fito não se dirige somente ao bem da ordem, se pretendeis manchar a gloria que vos póde resultar deste dia, e projectais desatinos, então eu me retiro; ficai e fazei o que quizerdes». — «Não senhor», responderam todos, a uma voz; «nós temos toda a confiança em V. S., toda e toda». — «Pois bem», disse elle, «descei á praça e approvareis daquelles que eu nomear os que mais vos merecem». — O povo se metteu no meio do circulo formado pelas tropas. O estandarte da camara foi collocado em uma janella e na mesma se achava o ouvidor, juiz de fóra e vereadores. Em outra janella ap-

pareceu o conselheiro e depois de uma breve e eloquente falla ao povo e tropa, exhortando-os a que se portassem com honra e bôa ordem, disse: — « *Para presidente do governo provisorio o Illmo. Sr João Carlos Augusto, que foi até hoje general desta provincia.* » (Brasil Reino, pg. 52).

Eis ahi o facto. Emquanto em outras provincias os governadores portuguêses eram postos fóra do governo, em S. Paulo tambem se depunha um, porem para ser reposto immediatamente na chefia da provincia. E por quem? Por José Bonifacio, o patriota, o patriarca da independencia. O povo se revolta contra o governador de S. Paulo, consegue a adhesão das tropas da cidade, depõe o capitão-general João Carlos Augusto Oyenhausen, governador português, fidalgo devotadissimo aos Braganças, tyrannico e reaccionario contra os liberaes e patriotas. Esse mesmo povo quer fazer uma eleição, procura para presidente da mesma o conterraneo illustre, o sabio Andrada; acclama-o e deseja-o para seo presidente. E que faz elle nessa emergencia? Falla ao povo e tropas, convence-os com sua eloquencia que se não devia fazer a eleição e sim uma acclamação; que se não devia reagir contra os portuguêses; e faz uma indicação assombrosa: Pede ao povo e tropas que seja presidente de S. Paulo o capitão-general João Carlos Augusto Oyenhausen, isto é, o governador português deposto pela revolução, esse mesmo que por seos actos arbitrarios e reaccionarios determinara o movimento revoltoso! Entretanto, houve, diz o narrador, citado acima, cidadãos que disseram: « *Sr. conselheiro, nós não queremos no governo aquelles que até agora tem sido nossos oppressores* ». E não valeu o protesto. A eloquencia e a influencia de José Bonifacio repuzeram no governo o general português e grangearam ao Andrada astuto a confiança de Pedro I e a amizade da princêsa Leopoldina, que, austriaca, via em Oyenhausen um fidalgo de linhagem austriaca. E isso mais tarde lhe valeu o ministerio. Que differença do que aconteceu em Pernambuco e Alagoas, por exemplo! Pois esse acto de

Bonifacio não foi uma traição ao partido independencista, aos revolucionarios paulistas, aos interesses da emancipação politica do país? O povo queria-o para presidente e elle fez presidente o governador deposto, suggestionando esse mesmo povo paulista. Mas José Bonifacio foi o fautor da revolução paulista de 23 de junho de 1823, da qual resultou a junta governativa? Absolutamente, não. O fautor do movimento foi a Maçonaria, que agiu em S. Paulo por intermedio dos irmãos Alvins, maçons e nacionalistas. Eis o que nos conta o brigadeiro Machado de Oliveira (*Obras escolhidas*, vol. I, pag. 236-237):

— «Designou-se para esse fim o dia 23 de junho, e feitos os avisos para a reunião popular na praça de São Gonçalo, no que desempenhou sobre todos a maior diligencia o benemerito cidadão José Innocencio Alves Alvim, paulista de quem só ha recordações honrosas, começando então sua carreira de dedicação pelas liberdades publicas de que jamais se desviou e se fez distincto pela nobreza de seu caracter e firmeza de suas convicções. Ao alvorecer deste dia (23 de junho) ouviu-se o som de alarma partido do sino da cadêa, tangido por José Innocencio, tendo ao seu lado seu irmão Joaquim Alvim; e era esse signal convencionado para juncção do povo e tropa. Esse cidadão, logo que se viu rodeado de povo e por elle vivamente victoriado, e que a tropa se apresentara alli em formatura com seus chefes, levantou vivas á religião, ao systema constitucional, ás bazes da constituição, ao principe regente e ao governo provisorio que ia installar-se. Conheceu-se então na vontade geral a conveniencia de se pedir a presença do conselheiro Andrada, e para esse fim dirigiu-se-lhe uma deputação de officiaes, que, com sua *annuencia*, o acompanhou ao paço da camara.»

Repare-se bem: «*com sua annuencia*». José Bonifacio, convidado, *annuiu*, isto é, *adheriu* ao movimento. Não o fez, não o preparou, e vendo-o triumphante, *annuiu*,

adheriu e *trahiu*, repondo no governo o detestado governador português João Carlos Augusto de Oyenhausen! Bellissimo patriota! Bellissimo amigo da emancipação politica do Brasil! Mas, não é tudo. Sendo vice-presidente de S. Paulo, em fins de 1821 deo instrucções particularissimas aos deputados paulistas para que evitassem, a todo o transe, a separação do Brasil de Portugal. Essas instrucções se encontram na Bibliotheca Nacional. Assignadas por José Bonifacio, tendo a data de S. Paulo, 9 de outubro de 1821, são divididas em tres capitulos, e subdivididas em artigos. E o artigo 1.º, do Capitulo I, diz que a deputação deve esforçar-se pela «*integridade e indivisibilidade do reino unido* — Portugal e Brasil» (*H. C.*, 84). Assim, em 9 de outubro de 1821, José Bonifacio, como vice-presidente de S. Paulo, dava ordens secretas aos deputados paulistas nas Côrtes para que combatessem a idéa da independencia do Brasil, pois a tanto equivalia a defesa da «*integridade e indivisibilidade*» do Reino-Unido de Portugal e Brasil. É que o deputado português Borges Carneiro não tinha ainda feito o seo discurso contra os vencimentos indevidos de José Bonifacio, e este ainda era commensal fidalgo do thesouro lusitano (cerca de um conto de reis por mês, por cargos que não exercia). Que bello patriota brasileiro!

Em dezembro de 1821 foi feito o ultimo pagamento do thesouro português. Bonifacio zangou-se. O mano Antonio Carlos escreveu-lhe, indignado. Então foi a S. Paulo Pedro Dias. Ouçamos o que nos diz um grande historiador, o velho Mello Moraes:

— Pedro Dias de Macedo Paes Leme foi até Sepetiba, e depois, embarcando em uma canoa, chegou a Santos, e dahi partio para S. Paulo, em cuja cidade entrou na noite do dia 23 de dezembro. José Bonifacio estava doente, de erysipela, em uma cama, fóra da cidade. Apesar da chuva copiosa que cahia naquella noite, Pedro Dias foi á chacara onde estava José Bonifacio. A visita de Pedro Dias, áquella hora da noite, o surprehendeu. O conteúdo da carta e as explicações dadas por Pedro Dias

o puzeram em agitação e, ao amanhecer o dia, transportou-se para a cidade, convocou a junta, expoz o negocio e propoz que se escrevesse ao Principe pedindo que não partisse para Portugal emquanto não chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação, que a provincia de S. Paulo ia mandar para explicar á Sua Alteza os motivos do seu pedido. (Mello Moraes — *Brasil Reino*, pags. 87-88).

Eis ahi. Ainda o acto de 24 de dezembro de 1821 não foi espontaneo: convidado, por intermedio de Pedro Dias, pela Maçonaria e pelo Rio de Janeiro, para escrever ao principe d. Pedro, em nome de S. Paulo, José Bonifacio *adheriu á idéa, acceden ao pedido*. A carta de 24 de dezembro de 1821 não foi o resultado de uma explosão patriotica, mas sim o resultado de um pedido, de uma suggestão!

José Bonifacio não foi escolhido para ir ao Rio fallar com o principe em nome do governo de S. Paulo.

Si fez tal, deveu isso ao accaso. O escolhido foi Martim Francisco, que, adoecendo, mandou o irmão. É o que nos conta o historiador citado, na pag. 92 de sua *Historia*:

« Esperava-se com anciedade pela resposta de S. Paulo. Ás 8 horas da noite do dia 1.º de janeiro de 1822 entregou Pedro Dias nas mãos do Principe Regente o officio da junta provisoria do governo de S. Paulo. José Bonifacio não escreveu, porem Martim Francisco respondeu ao capitão-mór José Joaquim da Rocha por uma carta muito laconica, na qual, sem entrar em outros pormenores, dizia tão somente estas memoraveis palavras:

« *Nunca quiz entrar em revolução, porque conhecia a pouca madureza dos meus patricios: porém agora, como a necessidade insta, mostrarei para quanto pode em mim o amor da minha patria* ».

De Minas as noticias não foram tão satisfactorias, como eram de esperar.

O portador que levou as cartas para o desembargador vice-presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcellos e para outras pessoas de Villa Rica e Marianna, conduzio-se de modo que fez suspeitar-se na capital daquella provincia, que não eram sinceras as propostas do Rio de Janeiro ou que ahi se apparentava uma cousa para se fazer outra. Dahi veio a demora em que se achou Minas em relação a S. Paulo para acudir ao reclamo do Rio de Janeiro; e dahi veio tambem a perturbação que houve em se mandar mensageiro naquella provincia com apparencias de republicanismo. O governo de S. Paulo designou para vir ao Rio de Janeiro pedir a *ficada* do Principe a Martim Francisco, mas como adoecesse, este encarregou de o substituir a José Bonifacio. O governo de Minas designou para egual fim ao vice-presidente, desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.»

Disso se conclue que só accidentalmente José Bonifacio foi representante de S. Paulo para ir ao Rio pedir ao Principe que ficasse no Brasil.

Varnhagen, visconde de Porto Seguro, em sua *Historia da Independencia*, editada pelo Instituto Historico do Brasil, diz, na pag. 147, que a *ficada* do Principe no Brasil (9 de janeiro de 1821) foi devida ao Rio de Janeiro, que convidou Minas e S. Paulo, este por intermedio de Pedro Dias. O mesmo historiador, na pag. 173 da citada obra, escreve:

«Não agradou muito a idéa (o conselho de procuradores, decreto de 16 de fevereiro de 1822) ao ministerio (presidido por Bonifacio), talvez por não ser de iniciativa sua». Assim, José Bonifacio desagradou-se com o conselho dos procuradores, terceiro passo da nossa independencia. Onde seo patriotismo?

Ainda o mesmo historiador, na mesma obra citada, pag. 147:

«Recorreu então a Camara ao pedido de convocação de uma Constituinte (passo principal de nossa inde-

pendencia) e José Bonifacio aconselhou ao principe uma resposta evasiva».

O Senado da Camara pediu a Constituinte e Bonifacio aconselhou uma resposta evasiva! E a Constituinte era a independencia! Os procuradores dos Estados pediram ao principe d. Pedro a convocação da Constituinte. Esse pedido se traduzia numa representação. Foi a representação de 3 de junho de 1822, redigida por Gonçalves Lédo. Não podendo contraria-la, Bonifacio conformou-se com ella:

— ..Estremeceram os ministros (entre os quaes Bonifacio) com a audacia das proposições proferidas por Lédo, que nenhuma leitura prévia lhes havia feito da mencionada representação; porem reconhecendo o estado de effervescencia popular e a impossibilidade de se oppôrem, no mais minimo, a torrente, sem serem por ella derribados, apressaram-se a escrever na propria representação de Lédo... *que com ella se conformaram.*» (Varnhagen, Historia da Independencia, pag. 162).

Assim, não tendo forças para impedir a Assembléa Brasileira, pedida e decretada em 3 de junho de 1822, o ministro Bonifacio conformou-se com o caso para não ser derribado do poder. E a Assembléa Constituinte Brasileira equivalia á independencia! Que grande patriota ás avessas!!

Em 20 de Agosto de 1822 foi decidida a separação do Brasil, em sessão da Maçonaria presidida por Gonçalves Lédo, contra a vontade de Bonifacio, que se recusou a comparecer ao acto. Egualmente em 17 de setembro de 1822, na sessão em que d. Pedro foi proclamado imperador do Brasil. E onde estaria o patriota Bonifacio?

Si José Bonifacio, em carta entregue ao principe D. Pedro em 7 de setembro de 1822 no Ipiranga, o incitou á independencia, é porque nos officios, vindos de Lisbôa, as Côrtes ordenavam a ida immediata do Principe para Portugal e a prisão e processo do seo ministro José Bonifacio!

Assim, vimos que *José Bonifacio não fez o movimento de 23 de junho de 1821 em S. Paulo; não fez, de motu-proprio, a representação de 24 de dezembro de 1821; só foi ao Rio de Janeiro pedir ao principe que ficasse no Brasil, porque isso lhe pediu o seo irmão Martim Francisco; oppoz-se aos decretos de 16 de fevereiro de 1821 e de 3 de junho de 1821, que construiram, em verdade, a nossa independencia; não foi á loja maçonica, de que fazia parte, na importantissima reunião de 20 de agosto de 1822, em que se decidiu a nossa emancipação politica.*

E onde estaria o seo patriotismo?

A respeito da Maçonaria, vem a proposito algumas observações. Os maçons foram perseguidos tenazmente, mas todos os perseguidores nada conseguiram.

Instigavam. Joaquim Gonçalves Lédo, mentor da Maçonaria, coadjuvado pelo conego Januario da Cunha Barbosa e pelo frade Francisco de Paula Thereza de Jesus Sampaio, rompeu na imprensa formidavel campanha contra a oppressão das côrtes. Os artigos do jornal «Reverbero», escriptos quasi todos por Lédo, inflammavam os corações, impressionavam a opinião publica, dominavam a multidão. Nos quarteis, os generaes Nobrega, Curado e Oliveira Alvares arrebanhavam proselytos para a causa da liberdade. No funccionalismo publico destacava-se Luis José de Carvalho e Mello (barão de Santo Amaro) que era incansavel na propaganda independencista. Nas altas espheras officiaes, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Camara, elevada posição social do Brasil, naquelle tempo (só superada pelos cargos de ministro e de principe regente), empregava todo o seo prestigio em favor da causa maçonica, isto é, da independencia.

No commercio e nas classes conservadoras em geral eram José Mariano e José Joaquim da Rocha, advogado, negociante e capitalista, os que dirigiam a propaganda.

O proprio Martim Francisco foi convertido á causa da independencia por José Joaquim da Rocha. Disse-lhe em carta: — Nunca quiz entrar em revolução porque conhecia a pouca madureza dos meus patricios; porem

agora, como a necessidade insta, mostrarei para quanto póde em mim o amor da patria». (Carta de 25 de dezembro de 1821). E emquanto isso se passava, que fazia José Bonifacio em favor da Patria? Era uma criatura do principe, simplesmente.

A conspiração latejava. Foi dada uma ordem de prisão contra Gonçalves Lédo e outros revolucionarios. O intendente geral de policia informava ao ministro do principe d. Pedro, em officio secreto:

«...permitta V. Excia. que diga ser impossivel agir, sem tropas fieis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar buscar outras no reino, pois o movimento da independencia é por demasia generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos, com a chefia de Gonçalves Lédo».

Isso em officio de 4 de dezembro de 1821. Vinte e um dias depois, informava o Javert daquelle tempo:

«E é de fonte segura que a maçonaria pretende fazer a independencia em meado do anno vindouro de 1822. É de uma larga prudencia que o principe aproveite com astucia o momento para dirigir a Maçonaria e torcer-lhe a acção nefasta.»

D. Pedro immediatamente communicou ao pae, D. João VI, o que se passava:

«Tudo está no mesmo modo que expuz nas duas cartas anteriores a esta, a Vossa Magestade; a differença que ha é que dantes a opinião da independencia não era geral; hoje é, e está muito arraigada.» (Carta de D. Pedro, de 30 de dezembro de 1821). (1)

No proprio Paço os conspiradores operavam. Em carta de 5 de outubro de 1821 o principe dizia a d. João VI:

(1) Vide essas cartas, na integra, no livro "Pedro I e o Grito da Independencia", de Assis Cintra.

«Meu Pae, e meu Senhor:

Hontem, á noite, assistia ao espectaculo quando me vieram avisar que um cabo do regimento de cavallaria fôra preso no paço pelo proprio Visconde do Rio Secco, (1) no momento em que lhe ia entregar um officio, tendo por fim decidir este senhor a entrar na conspiração de que vos fallei na minha carta de hontem.»

A tempestade revolucionaria tudo ameaçava.

Principiou o anno de 1822. O principe chamou José Bonifacio ao governo, pois elle, Bonifacio, já exercera o cargo de intendente em Portugal, commettendo actos de violencia e energia. Demais, em 23 de junho, na deposição e reposição do capitão Oyenhausen no governo de S. Paulo, o illustre Andrada dera provas sobejas de lealdade aos Braganças, trahindo os paulistas e os anseios patrioticos do Brasil. Suas instrucções aos deputados paulistas diziam tudo. E José Bonifacio governou com mão de ferro, tyrannizando o povo.

O «Livro de Ordens Secretas Manuscriptas», de José Bonifacio, existente no Archivo Publico, é um formidavel libello contra o sabio ex-professor de Coimbra. A portaria de 10 de abril de 1822 criou dois ajudantes do intendente geral da policia, «encarregados exclusivamente das funcções que pertenciam até então aos magistrados, e investidos de instrucções particulares para vigiarem cuidadosamente os ajuntamentos de pessoas suspeitas, cercarem as casas em que desconfiassem existir clubes e prenderem os denunciados». E Gonçalves Lédo era um dos denunciados. Os carceres e fortalezas, diz Pereira da Silva *(Historia da Fundação do Imperio)*, encheram-se de cidadãos.

Gonçalves Lédo, tribuno e jornalista; o conego Januario, sacerdote e grande orador sacro; o general Nobrega, chefe militar de vastissima influencia, — constituiram, nos clubes e no «Grande Oriente», o centro de

(1) Mais tarde marques de Jundiahy

todo o movimento revolucionario em favor da causa brasileira. (Barão de Rezende, *Estudos historico-politicos*, 1.ª serie, pag. 134).

Impossibilitado de vencer pela violencia a onda revolucionaria, José Bonifacio resolveu vencer o movimento pela astucia. Em 20 de maio de 1822 entrou para a Maçonaria dizendo-se convertido á causa brasileira. Gonçalves Lédo fê-lo eleger em 28 desse mesmo mês Grão-Mestre, ficando elle, Lédo, como Grande-Vigilante. E no dia 2 de agosto foi d. Pedro proposto por Bonifacio, assumindo, no dia 5 de agosto o cargo de grão-mestre, tambem por proposta de Lédo. E chamou-se, no gremio maçonico, Guatimozim.

No Livro I das actas das sessões do «Grande Oriente do Brasil», acta da sessão de 20 do 6.º mês maçonico do anno de 1822 (1) consta o seguinte:

«...tendo sido convocados os maçons membros das tres lojas metropolitanas para esta sessão extraordinaria, com o especificado fim adeante declarado, sendo tambem presidida pelo sobredito primeiro grande vigilante, Joaquim Gonçalves Lédo (no impedimento do grande mestre José Bonifacio), dirigiu do solio um energico e fundado discurso, demonstrando com as mais solidas razões que as actuaes circumstancias politicas da nossa patria, o rico, fertil e poderoso Brasil, demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa independencia... — Que socegado, mas não extincto o ardor da primeira alegria dos animos por serem prestes a realizarem-se os da vontade geral pela independencia e engrandecimento da patria, propoz ainda o mesmo primeiro grande vigilante Joaquim Gonçalves Lédo a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aquelles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da patria que se propunha, a per-

---

1. Vide a nota 10 do tomo LXXIX, parte I, 1916, da *Revista do Instituto Historico do Brasil*, a *Exposição Historica da Maçonaria no Brasil*, de Menezes, pag. 41, e o *Primeiro Reinado*, de Veiga, pag. 34. Varnhagen errou na data.

dessem, convencidos pelos debates de que a proclamação da independencia do Brasil era a ancora da salvação da nossa patria. Em consequencia do que, dando a palavra a quem quizesse especificar seus sentimentos, falaram varios membros, e posto que todos approvaram a moção reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a independencia do Brasil.»

No mesmo livro de actas, sessão do dia 14, 7.º mês maçonico do anno de 1822, achando-se na presidencia da sessão o principe D. Pedro (Guatimozim), «o 1.º grande vigilante Joaquim Gonçalves Lédo, approveitando o enthusiasmo geral da Assembléa fez sentir, em um energico discurso, as boas disposições em que se achava o povo brasileiro, manifestada por seus actos de adhesão á augusta pessoa do seu defensor perpetuo e sendo o Grande Oriente *a primeira corporação que tomou a iniciativa da independencia do Brasil*, dando todas as providencias ao seu alcance por meio de seus membros para ser levada em effeito em todas as provincias, cumpria que tambem a tomasse na acclamação do seu monarcha, acclamando-o rei e seu defensor perpetuo, firmando a realeza na sua Augusta Dymnastia. Recebida com a maior satisfação e enthusiasmo uma tal moção e orando no mesmo sentido varios membros, firmando-se em razões mui convenientes, então o maçon brigadeiro Domingos Alves Branco, tomando a palavra, declarou que o augusto defensor perpetuo devia ser acclamado Imperador do Brasil, e não rei, e subindo sobre uma mesa acclamou por tres vezes e com voz forte: — Viva o Sr. D. Pedro de Alcantara, primeiro imperador e defensor perpetuo do Brasil! — (o que foi unanime e enthusiasticamente repetido pela Assembléa); que a acclamação civil tivesse logar no dia 12 de Outubro; que todos os maçons se espalhassem pelos logares de maior concurso, principalmente no campo de Santa Anna, onde deveria effectuar-se o mesmo solemne acto, afim de procurar conservar a necessaria tranquillidade».

Ainda no mesmo livro de actas, sessão do dia 15 do 8.º mês maçonico de 1822, convocada e presidida por Gonçalves Lédo, foi lida a ordem de Pedro I que, como grão-mestre e imperador, ordenava o fechamento do Grande Oriente e de todas as officinas do circulo.

A Maçonaria fôra ludibriada pela astucia de José Bonifacio e de d. Pedro. Entraram para ella porque a independencia era fatal.

A revolução abandonou as veredas republicanas e fez-se monarchica, em favor de Pedro I. Realizou-se com felicidade. Apagou-se o fogo revolucionario. E o primeiro acto de Pedro I, grão-mestre da Maçonaria Brasileira, foi perseguir e anniquilar os maçons!

D. Pedro arrependera-se de ter feito a emancipação do Brasil. Em carta de 22 de setembro de 1822 (15 dias depois do grito do Ipiranga) escreveu a seo pae, affirmando-lhe a sua obediencia *como subdito e apenas principe regente do Brasil* (e não *imperador* ou *rei*).

E Martim Francisco conhecia as intenções do principe. Tanto assim que, em carta de 19 de setembro de 1824, diz:

«Nas nomeações do Rio foi excluido o partido do Lédo, isto é, o maçonico; nas circumstancias actuaes foi um mal e se o partido maçonico tem alguma força, talvez possa produzir algumas desordens que suspendam a sentença definitiva da escravidão do Brasil.» (*Andradinas*, pg. 59).

E na mesma carta:

«O Imperador está na melhor intelligencia com o pae e ambos trabalham de commum accordo para a união dos dois Estados (Brasil e Portugal)...»

Seria um patriota José Bonifacio? Mesmo que não tivesse feito o que fez, ainda ha contra elle topicos escriptos com sua propria lettra, insultuosos para o Brasil.

Em carta de 23 de outubro de 1824 (1) insulta S. Paulo, chamando-o de *bestial provincia.*

Em carta de 17 de outubro de 1825 (2) insulta a Bahia, que tanto o distinguiu, chamando-lhe *tatambica Bahia* (estupida Bahia).

Em carta de 22 de outubro de 1826 (3) chama o Brasil de *nação tatambica* (nação estupida) e na de 6 de maio do mesmo anno diz que sua patria é uma *patria bestial.* (4)

E nas cartas de 2 de abril de 1829 e 27 de dezembro de 1826 chama os brasileiros de *alcoviteiros, ladrões, bandalhos, poltrões e bestas.*

Onze annos depois da independencia do Brasil disse José Bonifacio, referindo-se a ella: — « Eu tambem conheço que nella tive grande parte, mas *estou bem arrependido e é magoa que me acompanhará á sepultura*, porque então eu não tinha um verdadeiro conhecimento de meus patricios e não sabia que della elles não eram merecedores ». (Officio ao ministro da Justiça, de 18 de dezembro de 1833 (M. pag. 157).

Procurou fazer uma guerra civil no Brasil. Ouçamos um historiador contemporaneo dos Andradas:

— « No dia 17 de Abril de 1832, houve rusga no Rio de Janeiro, influida pelos restauradores, tendo á sua frente José Bonifacio, que já em 1822 e 1823 tinha mandado prender, espancar e deportar a muita gente portugueza. Em 1832 e 1833 tornou-se o centro dos conspiradores, servindo-se dos portuguezes e outros estrangeiros e vagabundos para anarchisar o paiz. A revolução contra a Regencia estava planejada para o dia 15 de dezembro. O cartuxame preparava-se na quinta da Ponta do Cajú, tendo sido distribuido na noite do dia 13. O armamento sahira de bordo de um navio estrangeiro. O governo seria inteiramente mudado, com todos os funccionarios,

(1) Cartas Andradinas, pag. 3.
(2) Idem, pag. 10.
(3) » » 23.
(4) » » 20.

ficando José Bonifacio e seus irmãos na administração do Estado, e os caramurús nos empregos publicos, até a chegada de D. Pedro I. Mas tudo foi frustrado pelas providencias do governo da Regencia. (Mello Moraes, *A Independencia*, pag. 157).

Esse historiographo não é qualquer escrivinhador. Delle disse Silvio Romero, o grande critico:

«Quem se occupa de historia do Brasil não póde deixar de consultal-o; o velho Mello Moraes é de leitura obrigada. Nisto é bem differente de alguns pretenciosos que ninguem lê e cuja leitura não faz falta.» (*Novos Estudos de Litteratura*, pag. 8).

E ahi está esboçado o patriota: dymnastico, absolutista, anti-liberal, contrario á revolução pela nossa independencia, adherente da ultima hora.

Delle disse o seo compadre e amigo, marquês de Olinda, mais tarde regente do Imperio:

— «*O dr. José Bonifacio era contrario á Independencia do Brasil.*» (Brasil-Reino, pg. 327).

O proprio José Bonifacio confessava ao amigo conde de Funchal que era um mero e simples opportunista, acompanhando os acontecimentos e não os dirigindo. É o que se vê neste topico de sua carta de 7 de setembro:

— «*He fado meu: quasi nunca faço a tempo o que devo e quero, mas sempre o que de mim o querem as circumstancias.*»

Essa carta foi publicada na primeira pagina do «Jornal do Commercio», do Rio, em 24 de janeiro de 1907.

Tal *patriota* brasileiro, de feito, somente apresenta, em sua vida, feios opportunismos.

Querem amostras? Aqui vão rapidamente gisadas:

Até 1821 era contra a *Independencia*. Não ha historiador que seja capaz de apontar, antes de 24 de dezembro de 1821, um acto siquer de Bonifacio em favor da liber-

dade da patria. Contra ella, varios. Em 30 de outubro desse anno, o deputado português Borges Carneiro apresentou nas Côrtes um projecto mandando suspender o pagamento de 12.000 cruzados que o Thesouro Real pagava indevidamente a Bonifacio.

O sabio Andrada recebeu a noticia por intermedio de uma carta de seo mano Antonio. E dahi nasceu o seu *opportunista patriotismo*, o seo *amor* pelo Brasil. (Vide Diario das Côrtes, n. 213, sessão de 30 de outubro de 1821).

Quando era no Brasil ministro de Pedro I, fallava bem do seo país e do monarca.

Ninguem mais *brasileiro* e mais *pedrista* e *aulico* do que elle. Posto fóra do ministerio foi á Assembléa Constituinte fazer agitações contra o seu protector da vespera, procurando infama-lo. Desterrado, aliás, com vencimentos de *ministro* (vide decreto de 18 de novembro de 1823), seo patriotismo se traduziu em improperios e insultos ao Imperador do Brasil, aos ministros de Estado e aos Plenipotenciarios de sua patria no Estranjeiro e (oh! santissimo patriota) ao seo proprio país—o *amado* Brasil, e á sua propria provincia — o *querido* S. Paulo. É o que se vê na correspondencia desse glorioso patriota e que publicamos em outros capitulos do 2.º volume desta obra.

Abrindo a valvula de seo patriotismo exaltado dizia que o Brasil era uma Patria *bestial*; que S. Paulo, sua provincia, tambem era uma terra *bestial*; que o Imperador do Brasil era um idiota *P.to Malazartes*, filho do *João Burro* (d. João VI, que generosamente o educara, como pensionista do Erario Real); que o bispo de sua patria era *Monsieur Abbé Pirão, de famosa carapinha*; que os brasileiros eram os maiores *ladrões*, *alcoviteiros* e *bandalhos do universo*; os deputados de sua terra eram *pollrões e bestas*; os ministros, formidaveis burros; e o Brasil que o teve como ministro, *poderosissima nação tatambica, bestial patria*. (1)

---

(1) Vide a confirmação nas *Cartas Andradinas*, da Bibliotheca Nacional. Numa das cartas ao conde de Funchal tambem insulta a patria e os brasileiros.

A gente brasileira, semi-metal; as suas patricias, as mulheres do Brasil, *roliças negras que gritam em cardume*, devassas que ficam *assanhadas* com banho quente, para quem *a honra é uma chimera... a virtude sonhos de cabeças esquentadas...* raça brasileira... raça desgraçada de misera gente.

Seo patriotismo estourou, de uma vez, quando a *Regencia*, attendendo ao seo *desbocamento*, incontinencia de lingoagem, impropria de um velho, e ás provas de que elle conspirava em favor da Restauração de Pedro I, tiroulhe a tutella de Pedro II.

— «Infamerrima patria!» gritou, por isso, o patriarca e logo officiou aos juizes de paz em termos insultuosos ao país, improprios de um patriota. E disse ao Ministro da Justiça, no atrevido officio de 18 de dezembro de 1833:

— «Eu tambem conheço que nella (na Independencia) tive grande parte, mas estou bem arrependido e é magoa que me acompanhará á sepultura, porque então eu não tinha um verdadeiro conhecimento de meus patricios e não sabia que della (da Independencia) elles não eram merecedores (I-I a fl. 157, vide *Processo de Bonifacio*).

Antes já escrevera elle a Rocha:

— «*Como me arrependo de ter tambem feito isso* (a independencia). *Eu bem desconfiava que os brasileiros não eram dignos da liberdade e só daqui a um seculo, com outra gente, é que o Brasil será digno de ser livre. Esta canalha* (a gente do Brasil) *precisa é de relho de feitor.*» (1)

Commentava um jornalista desse tempo:

— «O *glorioso* Bonifacio contribuiu para a independencia com o seu trabalho de ministro. Mas tudo quanto

(1) Carta dirigida a J. Rocha, publicada no pamphleto *Abaixo o despotismo* — 1833 — contra a Regencia, pgs. 15 e 16.

fez pela independencia de sua patria é magoa que o levará á sepultura porque *o Brasil nasceu para ser escravo.* Arrepende-se profundamente do que fez. Tudo porque? Porque lhe tiraram o *emprego* de tutor de Pedro II, ainda criança.»

Positivamente, ser patriota assim, é o que se diria um *patriotismo ás avessas*, marca *marechal Bazaine.*

CAPITULO IV

Bonifacio — o estadista

CAPITULO IV

Bonifacio — o estadista

Estadista, José Bonifacio não foi *um prodigio*, como querem os seos admiradores incondicionaes. O visconde de Porto Seguro, que o conheceu pessoalmente, que foi seo contemporaneo, frisa a falta de circumspecção do velho Andrada, como homem de Estado:

«Cegava-o, por vezes, como a seos irmãos, o muito orgulho, *a falta de prudencia e o excesso de ambição*, bem que acompanhada de muita instrucção e natural bonhomia; mas a sua vivacidade e o seu genio enthusiasta o levavam a falar demasiado e a ser de ordinario *pouco discreto e pouco reservado, como estadista. Tal foi o juizo que delle deixaram os agentes diplomaticos* que o tractaram quando ministro dos negocios do Reino e Extrangeiros, um dos quaes, aliás muito seu amigo, transcreveu muitas bravatas, que declamou em um circulo de muitos, no beija-mão de 13 de maio de 1821; nem duvidou conceitua-lo de *excessivamente ligeiro*, acrescentando: *um homem de espirito, mas de uma tal vivacidade e imaginação tal que o poderiam arrastar além dos limites devidos e pô-lo até por fim em collisão*, por falta de bom accordo com o principe regente, dotado egualmente das mesmas qualidades.»

Em officio de 5 de novembro de 1822 dizia o ministro francês coronel Maler: «*Je ne cache pas les défauts de Monsieur d'Andrada qui sont malheuresement trop.*»

E acrescentava: «*il deteste les principes antimonarchiques et il les combat avec fureur.*»

E Mello Moraes, na *Historia da Independencia*, pg. 250, commenta:

— «Embora fosse (José Bonifacio) um cidadão de profundos conhecimentos e bom literato, a sua conversação familiar, ou antes, livre, não era a mais propria para moralizar e conter um principe fogoso e de habitos desprestigiadores.»

No dia 31 de Julho de 1821, espontaneamente, o governo de Montevidéo proclamou a sua incorporação ao Reino-Unido do Brasil e Portugal. E tambem á colonia do Sacramento e Serro Largo. Esses novos territorios, que levavam as raias do Brasil até o Plata, receberam o nome de *Provincia Cisplatina ou Oriental*. Foi tão sincera essa incorporação, diz Mello Moraes (*A Independencia*, pag. 302) que pela confiança inspirada, a Cisplatina elegeu logo dois deputados á Constituinte de Lisbôa, sendo elles os notaveis chefes orientaes dr. Lucas José Obes e d. José Herrera.

O dr. Lucas Obes, tocando no porto do Rio de Janeiro, de passagem para Lisbôa, soube das hostilidades das Côrtes contra o Brasil, e resolveu não continuar a viagem, isso em principio de março de 1822, sendo ministro José Bonifacio. Em um manifesto aos cisplatinos, expoz o motivo porque não proseguira a viagem e terminou:

— «Estou certo que, attendendo aos laços de amizade que nos une ao resto do Brasil, vós, meos compatriotas, sabereis derramar o vosso sangue em beneficio da causa da liberdade, contra a oppressão de Portugal.»

Juntamente com Gonçalves Lédo e José Mariano, pediu a convocação de uma Assembléa Constituinte Brasileira.

José Bonifacio, si fosse um estadista arguto, deveria ir de encontro aos desejos de Gonçalves Lédo, jornalista e tribuno, que representava o povo do Rio de Janeiro, e aos do dr. Lucas Obes, que era a alma do Estado Cisplatino.

Que fez, entretanto? Combateu-os. Indignou-se contra o pedido justo desses grandes chefes, oppoz-se á convocação da Assembléa Brasileira. Não lhe agradaram as representações de 23 de maio (do Senado da Camara) e a de 3 de junho (a dos procuradores), pedindo a Constituinte:

— «Procurei o dr. Andrada e notei a má vontade e o odio contra nós», escrevia em 22 de maio de 1822 o dr. Obes ao seo amigo Herrera. E continuava:

— «Mas estou certo, bem certo, que com o grande valor de Gonçalves Lédo, que representa a Maçonaria, o povo, o partido da independencia, e com o Senado da Camara nós conseguiremos que o Principe Regente, amedrontado com a ameaça de uma revolução dos Estados do Sul, auxiliados por Buenos Aires, comsiga emancipar-se da tutela do seo ministro e conceder-nos a Assembléa Constituinte do Brasil, que será a criação dum novo país, livre e separado de Portugal.» (*Carta* do dr. Obes, original em castelhano, archivo do dr. Silveira Brasil).

Previamente avisado dos desejos populares, D. Pedro não se viu com forças para resistir, e disso avisou o pae, em carta de 21 de maio de 1822, dizendo-lhe: «as leis feitas tão longe e por gente que não conhece o Brasil, não podem dar proveito.»

E, na realidade, d. Pedro cedeu. Em tal representação, o dr. Obes, Gonçalves Lédo e José Mariano fazem referencia á má vontade do ministro Bonifacio, no seguinte topico: «Digne-se, pois, V. A. R. ouvir o nosso requerimento: *pequenas considerações só devem esforçar pequenas almas.*»

Essas *pequenas considerações* eram as de José Bonifacio, que, em vespera dessa representação, tendo conhecimento que ella seria escripta e entregue ao principe, disse, com evidente má vontade, respondendo a Lédo: «*Façam o que quizerem...*»

E depois:

«*Hei de enforcar esses constitucionaes na Praça da Constituição. Hei de dar um ponta-pé nesses revoluciona-*

rios e atirar com elles no inferno.» (Varnhagen, *Hist. da Ind.*, pag. 160; Veiga, *O Primeiro Reinado*, pag. 41; Mello Moraes, *A Independencia*, pag. 168; Marquês de Sapucahy, *Correio Official* de 28 de dezembro de 1833).

O marquês de Sapucahy (*Correio Official*, 28 - 12 - 33); o barão do Rio Branco (*Hist. da Ind.*, nota, pag. 159); o Visconde de Porto Seguro (*Hist. da Ind.*, pag. 161); Mello Moraes (*A Independencia*, pag. 168); Veiga (*O Primeiro Reinado*, pg. 41), dizem que foi Lédo quem redigiu e leu ao Principe Regente essa vehemente representação, que tanto desgostou ao conselheiro José Bonifacio. Ei-la, na integra:

Senhor. — A salvação publica, a integridade da nação, o decôro do Brasil e a gloria de V. A. Real, instam, urgem e imperiosamente commandam que V. A. Real faça convocar, com a maior brevidade possivel, uma assembléa geral de representantes das provincias do Brasil.

O Brasil, Senhor, quer ser feliz; este desejo, que é o principio de toda a sociabilidade, é bebido na natureza e na razão, que são immutaveis; para preenchê-lo é-lhe indispensavel um governo, que, dando a necessaria expansão ás grandissimas proporções que elle possue, o eleve áquelle grão de prosperidade e grandeza para que fôra destinado nos planos da Providencia. Foi este desejo que, ha longos tempos, o devorava e que bem prova a sua dignidade, que o fascinou no momento em que ouvio, repercutido nas suas praias, o éco da liberdade, que soou no Douro e no Tejo, para não desconfiar do orgulho europeu, nem acreditar que refalsado machiavelismo apparentasse principios liberaes para attrai-lo e adormece-lo e restribar depois sobre a sua ruina e recolonização o edificio da felicidade de Portugal.

No ardor da indignação que lhe causou a perfidia de seus irmãos, que reluz por entre todos os véos que lhe procuram lançar e que nasceu daquelles mesmos principios de generosidade e confiança que os deviam penho-

rar de gratidão, o Brasil rompia os vinculos moraes de rito, sangue e costumes, que quebrava de uma vez a integridade da nação, e não tinha deparado com V. A. Real, herdeiro de uma casa que elle adora, e serve ainda mais por amor e lealdade do que por dever e obediencia.

Não precisamos, Senhor, neste momento, fazer a enumeração das desgraças com que o congresso, postergando os mesmos principios que lhe deram nascimento, auctoridade e força, ameaçava as ricas provincias deste continente. A Europa, o mundo todo, que o tem observado, as conhece, as aponta, as enumera. *O Brasil já não póde, já não deve esperar que de mãos alheias provenha a sua felicidade.*

O arrependimento não entra em corações que o crime devora. O congresso de Lisbôa, que perdeu o norte, que o devia guiar, isto é, a felicidade da maior parte, sem attenção ás velhas etiquetas, já agora é capaz de tentar todos os tramas e de propagar a anarchia *para arruinar o que não póde dominar.*

Machinam-se partidos, fomentam-se dissenções, alentam-se esperanças criminosas, semeiam-se inimizades, cavam-se abysmos sob os nossos pés; ainda mais: consentem-se dois centros no Brasil, dois principios de eterna discordia, e insistem na retirada de V. A. Real, que será o instante que o ha de pôr um contra o outro (o Brasil contra Portugal). E deverá V. A. Real cruzar os braços, e immovel esperar que rebente o vulcão sobre que está o throno de Vossa Alteza?

É este, Senhor, o grande momento da felicidade ou da ruina do Brasil. Elle adora a V. A. Real, mas existe em uma oscillação de sentimentos, movido pelo receio do despotismo, que as facções secretas muito fazem valer e muito forcejam para aproveitar. *A ancora que póde segurar a náo do Estado, a cadêa que póde ligar as provincias do Brasil aos pés do throno de V. A. Real, é a convocação de côrtes, que, em nome daquelles que representamos* (os brasileiros), *instantemente requeremos a V. A. Real. O Brasil tem direitos inauferiveis para estabelecer*

o seu governo e a sua independencia, direitos taes, que o mesmo congresso lusitano reconhecia e jurou. As leis, as constituições, todas as instituições humanas, são feitas para os povos, não os povos para ellas. É deste principio indubitavel que devemos partir: *as leis formadas na Europa pódem fazer a felicidade da Europa, mas não a da America. O systema europeu não póde, pela eterna razão das cousas, ser o systema americano, e sempre que o tentarem será um estado de coacção e de violencia, que necessariamente produzirá uma reacção terrivel.* O Brasil não quer attentar contra os direitos de Portugal, mas desadora que Portugal attente contra os seus. O Brasil quer ter o mesmo rei, mas não quer senhores nos deputados do congresso de Lisbôa. *O Brasil quer independencia*, mas firmada sobre a união bem entendida com Portugal; quer, emfim, apresentar duas grandes familias regidas pelas suas leis, presas pelos seus interesses, obedientes ao mesmo chefe. Ao decôro do Brasil, á gloria de V. A. Real não póde convir que dure por mais tempo o estado em que está. Qual será a nação do mundo que com elle queira tratar, emquanto não assumir um caracter pronunciado, emquanto não *proclamar os direitos que tem de figurar entre os povos independentes?* E qual será a que despreze a amizade do Brasil e a amizade de seu regente? É nosso interesse a paz; *nosso inimigo quem ousar atacar a nossa independencia.* Digne-se, pois, V. A. Real ouvir o nosso requerimento: *pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas.*

Salve o Brasil! Salve a Nação!

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1822.

1) Joaquim Gonçalves Lédo, procurador-geral pela provincia do Rio de Janeiro;

2) José Mariano de Azevedo Coutinho, procurador-geral desta provincia do Rio de Janeiro;

3) Lucas José Obes, procurador-geral do Estado Cisplatino.

DESPACHO DO MINISTERIO:

Conformamo-nos.

1) José Bonifacio de Andrada e Silva;
2) Caetano Pinto de Miranda Montenegro;
3) Joaquim de Oliveira Alvares;
4) Manoel Antonio Farinha.

Estremeceram os ministros, diz Varnhagen (*A Independencia*, pag. 162), com a audacia das proposições proferidas por Lédo, que nenhuma leitura prévia havia feito da mencionada representação; porem, reconhecendo o estado de effervescencia popular e a impossibilidade de se oppôrem, *no mais minimo*, á torrente, sem serem por ella derribados, apressaram-se a escrever na propria representação de Lédo, assignada já por seu companheiro (Azeredo Coutinho) e por Obes, que *com ella se conformaram* e nesse mesmo dia foi lavrado o decreto de convocação.

E nesse mesmo dia 3 de junho de 1822, o deputado do Estado Cisplatino, Lucas José Obes, proferiu um discurso em reunião do Conselho dos Procuradores, concluindo:

« De hoy á ayer que distancia! de ayer á hoy quantos sucesos! De ayer á hoy que gloria para V. A. R.! Que venturas para todos nosotros! Ayer no teniamos patria, ayer no teniamos soberano, hoy lo tenemos todo! Y tenemos más que todo eso, porque tenemos a V. A. R.! Está vencido el gran paso: lo que resta será obra del tiempo. »

E disse bem o dr. Obes! « De hontem a hoje que distancia!... — « Hontem não tinhamos patria, nem soberano, hoje temos tudo! — « Está vencido o grande passo: o que resta será obra do tempo ».

Pois foi esse grande passo que José Bonifacio, como estadista, acceitou, *conformado, obrigado pela vontade popular e pela imposição do principe*, que se curvara deante das circumstancias do momento. Esse procedimento de

Bonifacio não foi certamente de optimo estadista. Um bom estadista não contraría uma aspiração nacional, quando ella traduz a grandeza da patria, a independencia, a liberdade.

José Bonifacio *conformou-se, resignou-se*. Lá está a sua lettra miuda e nervosa: *conformamo-nos*. Em vez do *conformamo-nos*, porque não escreveu — *estamos de accordo, approvamos, concordamos!* Quem se conforma com um facto, acceita-o obrigado pelas circumstancias. E tanto é verdade que José Bonifacio era contrario á convocação da Constituinte Brasileira, que se recusou, terminantemente, a redigir o decreto respectivo. Subscreveu-o, vencido. Não o fez. Eis um documento de magna importancia, e que bem elucida este assumpto:

— ... e então, não querendo o conselheiro Andrada redigir o decreto, S. A. R. me pediu que o fizesse, accedendo eu gostosamente ao pedido do principe. E elle é o que lhe envio em copia. O acto do ministro, querendo combater a opinião publica, a vontade nacional, a aspiração do Brasil, não foi de homem de Estado, nem de politico habil, e talvez lhe acarrete a queda e a má vontade de d. Pedro. A convocação da Assembléa Constituinte Brasileira, independente das Côrtes Portuguezas, quer dizer, para nós, todos os brasileiros, a independencia, sinão completa, pelo menos o grande passo, o passo principal. O *resto (a separação)* virá com o tempo, disse-o na frente de D. Pedro o representante do Estado Cisplatino, dr. Lucas. (*Carta* de Gonçalves Lédo, Archivo do dr. Silveira Brasil).

E, segundo uma nota do barão do Rio Branco, baseada no depoimento do marquês de Sapucahy (*A Independencia*, pg. 163) o decreto foi redigido por Joaquim Gonçalves Lédo e não por José Bonifacio, que se recusou a escreve-lo. E é lettra de Lédo, incontestavelmente. Eis o decreto, que é o facto culminante de nossa emancipação politica, pois a convocação de uma *Constituinte Brasileira* equivalia á nossa independencia e separação de Portugal:

« Havendo-me representado os procuradores geraes de algumas provincias do Brasil, já reunidos nesta côrte, e differentes camaras do povo de outras, o quanto era necessario e urgente para a mantença da integridade da monarchia portugueza e *justo decoro do Brasil*, a convocação de uma assembléa brasilense, que investida daquella porção de soberania, que essencialmente reside no povo deste grande e riquissimo continente, constitua as bases sobre que se deve dirigir a *sua independencia*, que a natureza marcara e *de que já estava de posse*, e a sua união com todas as mais partes da grande familia portugueza, que cordialmente deseja. E, *reconhecendo a verdade e a força das razões* que me foram ponderadas, nem vendo outro modo de assegurar a felicidade deste reino e manter uma justa egualdade entre elle e o de Portugal, sem perturbar a paz que tanto convem a ambos, e tão proprio é de povos irmãos:

Hei por bem, e com parecer do meu Conselho de Estado *(o conselho de procuradores)*, mandar convocar uma assembléa geral constituinte e legislativa, composta de deputados das provincias do Brasil, novamente eleitos, na fórma das instrucções que em conselho se accordarem e que serão publicadas com a maior brevidade. — José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado e do Conselho de S. M. F. El-Rei o senhor D. João VI, e meu ministro e secretario de Estado dos Negocios do Reino do Brasil e Extrangeiros, *o tenha assim entendido e o faça executar* com os despachos necessarios. Paço do Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1822 — *Principe Regente.*» (1)

Um excellente estadista brasileiro deveria, no logar de Bonifacio, aproveitar o enthusiasmo popular e dirigi-lo victoriosamente. E que fez o Andrada? Deixou-se dirigir, foi carregado pela onda patriotica, foi esmagado pela aspiração nacional.

No caso da incorporação da Cisplatina, José Boni-

---

1 Repare-se: *«E José Bonifacio de Andrada e Silva o tenha assim entendido e o faça executar»*. Bonifacio não quiz redigir, nem assignar este decreto.

facio procedeu desastradamente. Ouçamos um historiador do tempo:

«Unido assim Montevidéo ao Brasil, ficou, no entanto, abandonado a si mesmo, porque as ambições dos Andradas, e as intrigas contra Lédo, José Clemente Pereira e outros, absorvendo os interesses do paiz, terminou pela dissolução da 1.ª assembléa constituinte legislativa em 12 de novembro de 1823. Buenos Aires, que observava as loucuras do nascente Imperio, desesperou com a incorporação de Montevidéo ao Brasil, e principiou a conspirar contra a união, e para chegar a seus fins, seduzio a d. Antonio Lavalleja para insurgir o Estado Oriental e proclamar a sua independencia, o que obteve, fazendo que Lavalleja saltasse no dia 25 de abril no porto das Vaccas, apenas com 23 companheiros, os quaes, levando o incendio á campanha, conseguiram, no dia 14 de junho, estabelecer na villa da Florida um governo provisorio, e no dia 20 de agosto de 1825 uma assembléa que deo por nullos os actos da incorporação do Estado Oriental a Portugal e Brasil. Independente a provincia cisplatina e desligada do Brasil, devido tudo ao estado anarchico do nascente imperio, promovido por José Bonifacio e seus amigos, e pelas ambições de outros individuos, tivemos que sustentar uma guerra desastrada, e assignar o tratado vergonhoso de 28 de agosto de 1828, com Buenos Aires, no qual se fixou terminantemente a independencia de Montevidéo... — Não ha termo de comparação (como estadista) entre José Bonifacio e Jorge Washington. José Bonifacio appareceo no movimento independente quando tudo estava feito, e como ministro de estado fez os serviços inherentes ao seu cargo, mas procedeu de tal fórma por causa do seu egoismo, avidez de mando e insaciavel ambição que, por seus desatinos, foi expiar por 6 annos no desterro, em paiz estrangeiro, as consequencias do seu despotismo. Jorge Washington, finda a guerra da independencia, é chamado de novo, pelo congresso nacional, para se pôr á frente do governo da nação, e auxiliado por Franklin, Jefferson e outros, con-

fecciona a Constituição do Estado, firmando a sua independencia, e depois de 8 annos de uma administração modelo, retirou-se para sua casa, coberto das bençams de seus compatriotas, e morreu como Cincinatus. José Bonifacio, no meio de enredos, anarchisa a Assembléa Constituinte, que confeccionava a Constituição, que tinha de firmar a independencia nacional, e por este motivo, sendo dissolvida a ponta de bayonetas, é preso com seus irmãos e amigos, e com elles é deportado e lá mesmo no exilio vocifera contra o seu paiz e contra os seus naturaes. De volta do desterro, pela ambição do poder, torna-se conspirador e por isso foi preso, indo responder ao tribunal do jury, por seus crimes. Jorge Washington contentou-se em servir á patria, nada exigindo de seus valiosos serviços; e José Bonifacio pelos males que causou ao nosso paiz, pede ao imperador, em testamento, que remunere ao que se tiver de casar com sua filha! José Bonifacio nunca serviu de graça a nação: foi sempre, em todas as circumstancias, seu pensionista, até depois de sua morte, — (*pensões a suas filhas*).» (Mello Moraes, *A Independencia*, pag. 304).

— «E, no emtanto, estando nós assim de posse de Montevidéo, pela espontaneidade de seus habitantes, os erros ou a incuria que os nossos ministros na gerencia das relações exteriores commetteram, relativamente aos negocios do Rio da Prata, fizeram que perdessemos essa provincia cisplatina, cuja voluntaria acquisição o Brasil havia feito, para tira-la da mais cruel anarchia, levando-a ao maior auge de prosperidade, á custa do seu sangue e dos seus thesouros. Com isto perdemos tambem os nossos limites naturaes, designados pelo rio da Prata.» (Mello Moraes, *Hist. das Constituições*, pag. 347).

O officio secreto dirigido por José Bonifacio ao barão da Laguna, governador de Montevidéo, com a data de 2 de março de 1822, revéla plenamente sua inepcia de estadista. O de 10 de março do mesmo anno, próva a pequenez de suas vistas de homem de Estado:

— e é preciso que não vos preoccupeis com as ameaças dos conspiradores de Buenos Aires, porque essa republica mal póde com suas constantes revoltas.»

E foi Buenos Aires que, seduzindo Lavalleja, e dando-lhe apoio, fez a independencia da provincia cisplatina!

Si José Bonifacio tivesse posto juncto ao Prata um poderoso contingente militar; si tivesse estabelecido uma forte região militar em Montevidéo; si tivesse captado a confiança dos chefes cisplatinos, em vez de persegui-los, como fez; si tivesse nomeado um homem capaz, como por exemplo, um Abreu Lima, para dirigir essas tropas; si tivesse organizado um corpo aguerrido de cavalarianos sul-riograndenses, affeitos aos ardis dos pampas; si afinal, tivesse, pela astucia de estadista, inutilizado a intriga dos argentinos; si tivesse feito tudo isso, seria hoje o Uruguay uma joia da Federação Brasileira. Mas que fez Bonifacio? Perseguiu os chefes cisplatinos, conforme se verifica nos avisos de 2 e 10 de março de 1822, de 5 e 23 de agosto de 1823. Perseguiu os rio-grandenses do sul, conforme se verifica nos avisos secretos de 10, 15 e 23 de abril de 1823. Homens de grande prestigio nos pampas do Rio Grande, como o governador Saldanha, o coronel Antonio Bernardes Machado, membro do governo provisorio, eram, sem motivo algum, submettidos aos maiores vexames, vigiados como criminosos, somente porque tinham prestigio, porque, diz o aviso secreto de 15 de abril de 1823, «podem vir a ser prejudiciaes á segurança do Estado, si não tomarem a seu respeito todas as medidas de prevenção». Mas o motivo real, era não serem elles amigos pessoaes e politicos de José Bonifacio, embora fossem exaltados patriotas. E para Bonifacio, quem não fosse seo amigo e correligionario era inimigo da patria, era anarchista, era republicano, era carbonario. Patriotas e ordeiros, só os Andradas e os andradistas!

Apregoam os andradophilos que José Bonifacio encheu os cofres publicos de dinheiro, demonstrou ser um financista admiravel. Ora, naquelle tempo, o commercio do Brasil estava nas mãos dos portuguêses. E que fez

o estadista José Bonifacio? Confiscou os bens dos portuguêses residentes no Brasil. E arranjou dinheiro, e encheu os cofres publicos. Eis o decreto de confisco:

DECRETO

— Sendo bem patente os escandalosos procedimentos, e as hostilidades manifestas do governo de Portugal contra a liberdade, honra e interesse deste Imperio, por cavilosas insinuações, e ordens do congresso demagogico de Lisboa, que, vendo infructuosa e horrivel a idéa de escravisar esta rica e vasta região, e seus generosos habitantes, pretende opprimi-los com toda a especie de males, e horrores da perfidia, e da guerra civil, que lhe tem suscitado seu barbaro vandalismo: E sendo um dos meus principaes deveres, como Imperador Constitucional, e defensor perpetuo deste grandioso Imperio, empregar todas as minhas deligencias, e providenciar com as medidas mais acertadas, não só para tornar effectiva a segurança e respeitavel a defeza do paiz, pondo-os ao abrigo de novas e desesperadas tentativas, de que possam lançar mão seus inimigos, mas tambem para privar, quanto seja possivel, aos habitantes daquelle reino, que continuam a fazer ao Brasil uma guerra fratricida, dos meios e recursos, com que intentam tyrannisar os meus bons e honrados subditos, para manterem seu pueril orgulho, e fantastica superioridade:

Hei por bem ordenar que se ponham em effectivos sequestros:

1.º) Todas as mercadorias existentes nas alfandegas deste Imperio e pertencentes aos subditos do Reino de Portugal:

2.º) Todas as mercadorias, ou a sua importancia que existirem em poder de negociantes deste Imperio:

3.º) Todos os predios rusticos ou urbanos, que estiverem nas mesmas circumstancias;

4.º) Finalmente as embarcações ou parte dellas, que pertencerem a negociantes daquelle Reino: sendo, porem, exceptuadas deste sequestro as acções do Banco Nacio-

nal, as das casas de Seguro, e as da fabrica de ferro da villa de Sorocaba. — José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado, ministro e secretario d'Estado dos Negocios do Imperio e Extrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. — Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1822, 1.º da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de Sua Magestade Imperial. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*»

Ora, arranjar-se dinheiro com sequestros não é motivo sufficiente para se doutorar em finanças um estadista. Um português do tempo, Manoel Joaquim Portugal, parente do conselheiro Portugal, ex-ministro de d. João VI, no Brasil, escreveu-lhe:

«Tiraram-me tudo. O conselheiro Andrada, aproveitando-se do decreto de 11 de dezembro, e sabendo ser eu amigo do Clemente (José Clemente Pereira), ordenou a confiscação. Fiquei sem os fardos da alfandega, sem minha chacara de Mata-Cavallos, sem meo armazem da rua da Alfandega, sem tudo que meu suor e meu trabalho e meu esforço me deram. Procurei inutilmente o Imperador. Não pude lhe fallar em palacio. Passando a cavallo pela minha frente, suppliquei-lhe. Disse-me que era negocio com o conselheiro Andrada. Fui a este, contei-lhe e provei-lhe que tinha trabalhado pela independencia, que era maçon, que tinha fornecido dinheiro ao conego Januario, ao Clemente, ao Lédo, ao José Mariano, tudo gratuitamente, para se fazer a propaganda da Maçonaria nas provincias, e que elle, que tinha sido grão-mestre, devia valer-me. Disse-me que tudo isso era pessima recommendação. Que para elle era melhor alguem ser amigo do diabo do que da gente que citei; que a Maçonaria não valia nada; que era uma bobagam; que meus bens estavam confiscados e bem confiscados; etc. Entretanto, os portuguêses amigos dos Andradas não tiveram os seus bens confiscados. Sabendo que o conselheiro Andrada foi seu secretario, conforme disseram-me; elle ou o sr. Menezes (José Menezes de Vasconcellos

Drumond), não lembro-me bem, e sendo esses dois homens os homens do dia agora aqui no Rio de Janeiro, lhe peço pelos laços de sangue e parentesco e amizade que sempre nos uniu que escreva ao Menezes ou ao conselheiro Andrada em meu favor.» (Archivo historico do dr. Silveira Brasil).

É, como se vê, o gemido commovente duma victima da *alta sabedoria economica* do conselheiro José Boni--facio. Ser, assim, financista... ora bolas!

Mas o Brasil tinha necessidade de confiscar, dessa fórma, os bens de portuguêses que trabalharam pela nossa independencia? Não, absolutamente.

Em dezembro de 1822, o encarregado dos negocios da Grã-Bretanha propunha a José Bonifacio o reconhecimento, por parte da Inglaterra, do novel Imperio, com a condição do Brasil pagar 1.000.000 de libras, dinheiro fornecido pelos inglêses ao governo português, num emprestimo feito havia poucos annos. E accrescentava que a casa Rotschild estava prompta a fornecer ao Brasil todos os fundos de que precisasse para consolidar a sua situação de nacionalidade, de país livre.

— «...eu propuz ao ministro dos Negocios do Imperio e Estrangeiros o que me ordenou o sr. Primeiro Ministro Britannico. Cumpri as ordens que me vieram. Aqui estará Oxenford com poderes necessarios para effectivar o negocio. Será difficil vencer o enthusiasmo dos brasileiros. Um exercito estrangeiro no interior do Brasil será vencido pela propria natureza. Demais, até portuguêses são pela causa do novo Imperio. A resolução de Sua Magestade de reconhecer o novo Imperio, em detrimento de Portugal, é bôa politica, mórmente agora. Não perdemos o mercado. Continuamos a dominal-o. Estou certo que o conselheiro Andrada acceitará nossa proposta, e só não o fará si não tiver noção alguma de cousas de Estado.» (Traducção dum officio existente no Archivo Secreto do *Foreing Office*, de 29 de dezembro de 1822).

Pois bem. José Bonifacio não acceitou. Somente mais tarde foi o Imperio reconhecido. E a Inglaterra, em vez

de exigir 1.000.000 de libras esterlinas, exigiu e recebeu o dobro, isto é, 2.000.000! Onde estaria a argucia do estadista Bonifacio?! Com esse acto do ministro brasileiro, principiaram as contrariedades. Exaltaram-se os sentimentos dos cisplatinos, instigados pela Argentina, favorecidos secretamente pelo governo inglês que via José Bonifacio com máos olhos.

Referindo-se a esse negocio, em carta ao seo amigo Menezes (17-10-25) dizia elle, tempos depois, externando seu odio pelo governo inglês:

— ...nada de novo sobre o famoso tratado de Lisbôa com que o perfido gabinete de Londres procura engodar o Brasil, — para repartir a carga do agonizante Portugal, que tanto lhe pesa nos hombros, com os estupidos poltrões do grande Imperio nominal do Equador (o Brasil)».

Era a condemnação ao accordo que o Brasil resolvera fazer, pagando pelo reconhecimento da Independencia a quantia de 2 milhões de libras. Era justo e natural que o Brasil, separando-se de Portugal, indemnizasse a Inglaterra. (1) E foi o que ella exigiu, o que José Bonifacio não quiz fazer. Si o tivesse feito em fins de 1822, em principios de 1823 teriamos a situação internacional do Brasil normalizada. Entretanto, pelo erro do estadista Bonifacio, só a tivemos pelo Tratado de Reconhecimento de 23 de agosto de 1825, assignado por Sir Charles Stuart, Luis José de Carvalho e Mello, Barão de Santo Amaro, Francisco Villela Barbosa.

No artigo 1.º do Tratado, lê-se:

Sua Magestade Imperial convem, á vista das reclamações apresentadas de governo a governo, dar ao de Portugal *(e este pagaria sua divida em Londres)* a somma de dois milhões de libras esterlinas, ficando com esta somma extinctas de ambas as partes todas e quaesquer outras reclamações...»

(1) A Inglaterra emprestou dinheiro ao Reino Unido do Brasil e Portugal. Desmembrando-se o Reino Unido, era justo que ambos os reinos ficassem com a divida, metade para cada um.

E foi por essa quantia que compramos da Inglaterra a nossa Independencia em 29 de Agosto de 1825, quando o Tratado poderia ter sido firmado por um milhão de libras, em principio de 1823, si José Bonifacio fosse um grande estadista, que bem comprehendesse a situação politica daquelle tempo.

Entretanto, recusando o accordo proposto, o ministro José Bonifacio não desdenhou o dinheiro dos banqueiros inglêses. Em maio de 1823, Eduardo Oxenford propoz ao Brasil um emprestimo de 2 milhões e 600 mil libras esterlinas, emprestimo que foi acceito, em pura perda, pois a quantia recebida foi esbanjada. E no Relatorio do Ministro da Fazenda, desse tempo, encontramos o seguinte topico:

— «Tambem é claro a todas as luzes que ainda devendo-se esperar os mais felizes resultados do systema de administração que a sabedoria da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa ha de sem duvida estabelecer, não poderão jamais os seus resultados serem sufficientes para o pagamento de 30 milhões e meio de cruzados, que devemos, e ao mesmo tempo para a satisfação das despezas ordinarias, e indispensaveis, para o pagamento de despezas extraordinarias, proprias do estabelecimento de um imperio onde tudo se deve crear e promover com mão larga e generosa, se quizermos em pouco tempo firmar a nossa independencia, e sermos contados entre as nações de primeira ordem.» (1)

Mello Moraes, em artigos do «Correio Mercantil» de janeiro de 1868, historía este emprestimo e commenta:

«O producto desse emprestimo não aproveitou á nação porque foi desperdiçado no luxo, na dissipação, por aulicos improvisados, chegando-se á miseria de se comprar fardamento para soldados brasileiros pela bitola do soldado inglez, cujo fardamento foi desmanchado para se refazer, alem duma machina de brocar peças de artilharia, não tendo nós fundição nos arsenaes e até um gabinete

(1) Tudo já estava criado e organizado por d. João VI!

de mineralogia, cujas pedras serviram depois para ladrilhar a alfandega da corte. E para que se não me taxe de infiel no que conto, transcreverei a resposta que deu Eduardo Oxenford á defesa dos negociadores do emprestimo brasileiro, contra as invectivas do parecer da commissão da Camara dos deputados, que corre em impresso da typographia Plancher de 1826.»

E em seguida transcreve a longa exposição de Oxenford.

Proclamada a independencia em 7 de setembro de 1822, José Bonifacio, que em 6 de agosto expedira aos representantes estranjeiros uma circular, não fez nenhuma communicação a esses mesmos senhores. Entretanto, cabia-lhe, como ministro dos Estranjeiros, participar o acto de nossa emancipação politica, sob a fórma de Imperio. Em 12 de outubro foi D. Pedro corôado Imperador. E nenhuma communicação foi feita aos países amigos. Somente em 10 de novembro é que o ministro Bonifacio participou aos varios representantes estranjeiros a fórma da nova bandeira, as côres do laço nacional, apenas isso, em documento que póde ser tudo, menos mensagem diplomatica, pois se afasta das formalidades usuaes. A circular de 6 de agosto peccava grandemente pela falta de habilidade; a de 10 de novembro, pela inopportunidade e exquisitice. E José Bonifacio foi um *grande estadista!!*

Oliveira Lima, apologista dos Andradas, não podendo negar as asneiras de Bonifacio como estadista, exclama sinceramente: «O estadista da Independencia perdeu o prumo e desgarrou». («D. João VI», «José Bonifacio», vide tambem Rangel, 304). Tal é o julgamento de um historiador moderno, apologista dos Andradas. Outro grande historiador moderno, Alberto Rangel, commenta em seo livro Pedro I, assombroso trabalho de investigação historica:

— «O doutrinarismo encyclopedico e radicalista dos Andradas, com os extremos individualisticos de suas personalidades, não os fizera proprios ao assento duradouro nas direcções de um organismo social precario. Tinham que passar.»

— «Seja como fôr, o predominio da marqueza de Santos, dessa vez ao menos, caracterizou-se por um movimento de doçura e de perdão, em choque com a força e a pervicacia do homem de Estado (José Bonifacio), que a excitação do combate em causa propria naturalmente transtornara, dobrando-lhe as asperezas e avigorando-lhe o pyrrhonismo. Os theorismos libertarios dos Andradas não os inhibiram de trancafiar chefes da opposição, de animar o seu partido com os *Miquelinos*, capadoçagem mulata e amotinadora de caceteiros e guarda-costas...» (pg. 305).

Ainda outro historiador moderno, de valor incontestavel, é Euclides da Cunha. No seo estudo «Da Independencia á Republica», diz elle:

— «Sombream-no (a José Bonifacio), com effeito, á luz de um criterio superficial, medidas odiosas: destruiu a liberdade da imprensa, supprimindo os proprios jornaes que o applaudiam na vespera; e com rigor excessivo, arredou da scena ruidosa em que eram protagonistas, Clemente Pereira, Gonçalves Lédo e Januario da Cunha Barbosa, desterrando-os para o Rio da Prata e para a França. Esta reacção (de José Bonifacio) contra os tres maiores agitadores da Independencia, *é expressiva*. (pg. 289).

Agora o julgamento de chronistas notaveis da Independencia, tambem admiradores de José Bonifacio:

1.º) Do *Visconde de Cayru*:

— «O Andrada foi contraste, e não parallelo, com Franklin.» (Chronica Authentica, pg. 69, III, 1829). (1)

2.º) Do conselheiro *Pereira da Silva*:

— «Certo todavia é tambem que se não conteve (José Bonifacio) deante dos adversarios internos com a moderação que caracteriza a um homem de Estado. Empregando a populaça, conseguio obrigar a d. Pedro a deportar Joaquim Gonçalves Lédo, José Clemente Pereira e Januario da Cunha Barbosa, contra todas as leis, e sem que

(1) Franklin foi bom estadista: Bonifacio foi um contraste de Franklin. Logo, diz Cayru que Bonifacio foi máo estadista.

podesse apparentar uma justificação que o abonasse. Tornou-se a policia mais incommoda e perseguidora do que talvez nos tempos coloniaes; fez-se pezar um despotismo cruel sobre todos que não applaudiam os actos e medidas do governo, e quanto mais progredia José Bonifacio na marcha violenta que encetara no interior, mais augmentava, como é a natureza das cousas, o numero dos seus contrarios e engrossavam-se-lhe as fileiras.» (Historia da Fundação do Imperio).

3.o) Do *Visconde de Porto Seguro:*

— Cegava-o (a José Bonifacio) por vezes, como a seos irmãos, o muito orgulho, a falta de prudencia e o excesso de ambição... — a sua vivacidade e o seu genio enthusiasta o levavam a falar demaziado e a ser de ordinario pouco discreto e pouco reservado como estadista. Tal foi o juizo que delle deixaram os agentes diplomaticos...» (Historia da Independencia).

Tal o estadista, julgado por tres contemporaneos da Independencia. Note-se: *E amigos de Bonifacio!*

4.o) Do *marquês de Olinda:*

— É voz que S. M. pretende chamar os Andradas do exilio e dar a José Bonifacio o ministerio. Isso quanto a primeira hypothese é noticia muito grata aos brasileiros, porque é um crime de lesa-patria manter-se fóra do Brasil o grande sabio paulista, embora se lhe dê subsidio para a sua mantença na Europa, como se lhe dá. Mas o que será um desastre é a sua volta para o governo.

Como ministro do Sr. D. Pedro, elle provou muito mal, fazendo no Interior uma serie de dislates, obedecendo apenas á sua conveniencia pessoal e não aos direitos dos seus conterraneos, nem os interesses da Patria. Na Politica Externa, como estadista, provou mal na celebre questão com a Inglaterra sobre o reconhecimento e emprestimo, e no descaso com que tratou a Cisplatina nos primeiros tempos de nossa independencia, perseguindo os chefes cisplatinos, e rio-grandenses, e não pondo

na fronteira de Buenos Aires um contingente de forças bem respeitavel, até que se normalizasse á nossa independencia.

Todos sabem o meu respeito pelo nosso grande patricio. Em 18 de julho de 1823, como é do dominio publico, fui convidado pelo Imperador para Ministro, cargo que disse acceitar com a condição de não serem perseguidos José Bonifacio, seus irmãos e amigos. E por isso mereci uma aggressão do sr. d. Pedro e sua inimizade, bem como a da Sr.ª Marquesa.

A politica interna e externa de José Bonifacio é muito pessoal e violenta; como sabio e brasileiro que honra sua patria, o grande paulista é digno da nossa veneração; como estadista, Deus nos livre delle. A minha amizade por elle é grande; mas maior o meu amor pelo Brasil. »

Um analista do tempo commenta:

— « ... quando se pensa no modo pelo qual voou pelos ares o primeiro ministro do primeiro reinado, ao leve impulso do gracioso pé da Marqueza de Santos, não se comprehende como se creou para José Bonifacio a nomeada de estadista e de sabio politico. » (*Apud* Rangel, D. Pedro I, pg. 303).

O proprio Pedro I fornece um attestado da inepcia e despotismo de Bonifacio.

É a sua *Proclamação* de Julho de 1823, em que encontramos o seguinte topico:

— « Ainda que por ora não tenhamos uma Constituição pela qual nos governemos; com tudo temos aquellas bases estabelecidas pela razão, as quaes devem ser inviolaveis: sem ellas os sagrados direitos da segurança individual, e de propriedade, e da immunidade da Casa do Cidadão. *Se até aqui ellas tem sido atacadas e violadas, he porque o vosso Imperador não tinha sabido que se praticaram semelhantes despotismo e arbitrariedades, improprias de todos os tempos, e contrarias ao systhema que abraçamos.* »

Referia-se Pedro I ás violencias do ex-ministro Bonifacio.

Mas o proprio Caetano Pinto de Miranda Montenegro, diz Rangel, num decreto e em tres portarias successivas, tocou em as mesmas teclas, descarregou o mesmo sedativo contra a fama estadistica de Bonifacio. E Montenegro era companheiro de Ministerio do sabio paulista.

Vistas curtas tinha tambem José Bonifacio em questões economicas. A prova é fornecida por dois projectos seos, que são de uma complexidade comica. Em vez de apresentar uma idéa para intensificar a producção do açucar, do algodão e do gado, base da riqueza brasileira do tempo, gisou elle os seguintes projectos, complexos e impraticaveis, indicadores de sua desorientação como economista. Ei-los:

Projecto economico para o Brasil

I

Generos que servem já, ou podem servir para o futuro para o commercio de exportação do Brasil &

A

Algodaõ.
Agoa de flôr de laranja.
Dita da rosas.
Assucar.
Arroz branco e vermelho.
Assafroa.
Assafraõ.
Ambar gris.
Almecegas.
Azeites de Mandubi.
de mamona ou palma chr.
» de Baleas.
» de Cassaõ.
» de tainhas.
» de Jerzelim.
» de Andiroba.
» de Ipacava.
» de coco Dendé.
Anil (deve vir planta da India).
Agoas ardentes de canna de assucar.
Agoas de laranjas.
» de uvas.
Agoas de pitangas.
» de cajus.
» de jaboticabas.
» de espiga de caraguatá.
Arapabaca para remedio dos vermes.
Alcatraõ de pinheiros da terra e dos de Portugal.
Aia pana.
Azul da Prussia.

B

Batatas de purga.
Breu de pinheiros.
Baonilha.
Balsamo de Guaberiba ou de Capitania.
Balsamo de Copaiba.

C

Chá da China e de Congonha.
Caroba (sisampellos parera).
Caapia.
Couro de toda a casta em cabello e sortidos.

Cortumes de mangue, araça, barbatimão, bananeiras, casca de raiz de mandioca, etc.
Cocos e coquilhos.
Café.
Cacao.
Canhamo.
Cravo da India e do Maranhaõ.
Canella da India e do Pará.
Raçava.
Carajuru para tinta vermelha do Maranhaõ.
Cera de abelhas domesticas e silvestres.
Cera de plantas.
Carnes salgadas dos sertões.
Ditas seccas.
Cobre da Capitania da Bahia.
Cevada.
Centeio.
Cal de pedra.

D

Doces de conserva.

E

Estopa da casca de sapucaieira.
» de embiras branca e vermelha.
Estopa de coqueiros.
» de palmeira ibuçu.

F

Farinha de trigo.
» de carás.
» de mandiocas.
» de batatas doces e communs.
Farinha de inhames, etc.
Ferro de quasi todo o Brasil.
Frutas seccas e passadas.

G

Goma copal.
elastica.
de páo santo
outras como a goma Arabica, Gengibre.

I

Ipecacuanha.
Ialapa.
Incenso do Maranhaõ.

L

Louça grossa e fina.
Linhos de Caraguatá.
» de tucum.
» de guaxima.
» commum da Europa.
de palmeira mocahuba.
Lans, sobretudo de Coritiba.

M

Milhos grosso e miudo e sorgo da Africa.
Madeiras de construcção e de marchetaria (infinitas).
Mel de abelhas.
Mel de jaca.
Melaços.
Maririca (raiz para purgar) medicinal.
Manteigas de leite e de cacáo.

N

Noz muscada.

O

Oleo de Ando, Jabutipita, Jãratibira.

P

Piassaba para vassouras e cordas.
Pannos de algodão e outros.
Pimenta da India.
Pichori.
Polvora.
Pelles de onças, paca, tapir, cavia, cobaia, preguiça, tamanduá, etc.
Pao Brasil e outros de tintas.
Pennas de arara, papagaios, tucano e outras muitas aves.
Pescados salgados e seccos de tainhas, pescados de Paranaguá, paraty, cavalla, enchovas, meros, cassões, etc., etc.

Pimentas da terra.
» malagueta.
» Pindahyba.
» Joborandy.
Purpura de conchas.

Q

Queijos.
Quinas.

R

Resinas varias de Figueira brava.
» de Embayba.
» de Mamoeiro.
» de Mangabeira.

S

Salitre.
Sumauma para misturar nos chapeos e para tecer colxões.
Seda da Europa e de alguns insectos indigenas.
Salsaparrilha.
Sebo.
Sabão molle e de pedro.
Sal.

T

Tecidos varios.
Tabacos de diversas especies em rollo e folha.
Tamarindos.
Tintas e laccas de cascas paos, fructos e de Lichens.
Tartaruga.
Toucinhos e banhas, etc.
Trigo.

V

Vinhos de uva.
» de pitanga.
» de jaboticaba.
» de Ananaz.
» de Caju.
Vinagres dos mesmos fructos e
» de Camuci de Santos.
» de bananas.
» de milho.
» de batatas doces.
» de rapadura e melaço.
» de varias outras fructas.
Vrucu.
Vernizes de Itaygica e muitos outros.
Vellas de sebo e cera.

Projecto economico para o Brasil

II

1.º Estabelecer Sociedades economicas pelas Capitanias (chamemos-lhes Provincias para criar e promover a industria popular.

2.º Criar duas Administrações de minas, aguas e bosques, hua em Villa Rica, e outra em Goyazes, com as cadeiras indispensaveis para instruir os mineiros e formar habeis officiaes.

3.º Fazer vir camellos de Bissao e Cacheo; e fazer criações nas campinas e charnecas do Maranhaõ, Seará, Pernambuco e certaõ da Bahia.

4.º Augmentar e aperfeiçoar as salinas de costas de mar; e aproveitar os lagos salgados, barreiras e sal gemma das Provincias interiores.

5.º Augmentar e aperfeiçoar os cortumes de couros e das varias pelles.

6.º Domesticar e fazer criação em parques e cercados dos Jacus, Macucos, Mutuns, e outras aves delicadas e de facil colonização.

7.º Milhorar as ovelhas pelo cruzamento com os *Merinos*.

8.º Estabelecer Depositos de modelos de maquinas e instrumentos de agricultura e artes, como os do *Riddarholm* na Suecia e o de Paris.

9.º Vigiar muito que os mulatos e brancos das classes inferiores naõ vivam na vadiação e miseria, empregando-os nas fabricas reaes, e dando-lhes terras e meios para a lavoura, debaixo de penas policiaes se naõ conduzirem bem.

10.º Mandar fazer crua guerra ás formigas, destribuindo premios a quem as fôr acabando nas suas fazendas.

11.º Reanimar a pescaria das baleas, e aperfeiçoar e economisar a factura do azeite.

12.º Aproveitar quanto antes as grandes nitreiras dos Montes Claros da Bahia, e outras; como tambem as ricas minas de cobre da Serra da Borracha da mesma capitania e o muito mineral de ferro excellente de quasi todo o Brasil.

13.º Mandar vir de Macáo cazaes de Chins, que saibão cultivar e preparar o chá, e outros generos e drogas da China.

14.º Recolher e redigir todos os antigos Roteiros dos Paulistas e os varios Manuscritos preciosos dos Jesuitas.

15.º Continuar na fundação de novas aldeas, villas nas Estradas geraes, e nas vizinhanças dos rios navegaveis; porém em sitios saudaveis, e ferteis; escolhidos com muito juizo.

16.º Cuidar muito em fabricar, ainda que sejaõ grosseiramente as nossas Lans e linhos do paiz, e ir aperfeiçoando o que já ha de algodões; igualmente introduzir cordoarias de canhamo, Tocum, Caraguatá, embiras, etc., etc.; porque sendo o Brasil a subsistencia da gente pobre facil e abundante, a vadiaçaõ he muita, visto que os braços naõ saõ precizos na Agricultura; e estando este na razão inversa da fertilidade da terra; se dermos a reproducção no Brasil sómente como 8 e a de Portugal como 8, quando cá em Portugal forem precizos 80 braços, no Brasil só serão necessarios 8 para sustentar o mesmo numero de gente.

17.º Aperfeiçoar os vinhos e agoas ardentes das diversas frutas do paiz; e os oleos e azeites indigenas.

18.º Promover a cultura do Trigo, cevada e centeio; e a factura de bons engenhos de moer farinha.

19.º Fomentar as pescarias e salgações, sobretudo as das costas do sul.

20.º Continuar na abertura successiva das estradas geraes e particulares de communicação; e hir introduzindo a navegação dos rios interiores, que se podem milhorar com alguas obras hydraulicas faceis e de pouca despeza.

21.º Introduzir festas e jogos gymnasticos pelo povo, e escolas menores, desterrar com geito e tempo as danças moles, lascivas, e favorecer as activas. Desterrar os continuos banhos quentes, que tanto danam as mulheres principalmente, introduzir os frios.

Etc., etc., etc.

Attente-se bem nesses projectos. Exportar, diz elle, logo no principio, agoa de flôr de laranja, agoa de rosas, azul da Prussia, salitre, cobre e tecidos! Fazer a immigração de chinesês (artigo 13)!! Prohibir os banhos quentes para as mulheres porque elles as fazem *damnar* (artigo 21)!!!

Si hoje, em pleno seculo XX, não exportamos azul da Prussia, salitre, cobre e tecidos, isso seria possivel a cem annos atrás?

Haverá quem admitta a immigração chinêsa?

Existirá medico que proclame a *damnação* das mulheres pelo banho quente?

Certo, essas *bobagens* não se admittem num grande estadista...

Que admiravel economista! Quanta cousa a se exportar! Quanta infantilidade a se respigar!!

E diz a tuba andradophila:

José Bonifacio foi um grande estadista, foi um grande conhecedor de economia politica, e foi um grande ministro...

Seria?

A resposta é uma cruel reticencia...

CAPITULO V

Bonifacio — o patriarca

ooo

CAPITULO V

Bonifacio — o patriarca

José Bonifacio é o patriarca da Independencia?

Diz a historia official — *sim:* dizemos nós — *não.*

Em primeiro logar, essa denominação de patriarca é impropria e ridicula no caso vertente.

Em historia, diz um notavel escriptor moderno, Charles Marie (*L'Histoire*, pag. 5) «*patriarche est le chef de famille, roi parmi les siéns, qui exerce les fonctions de juge et prêtre*». Assim, chamar-se, historicamente, José Bonifacio de patriarca da independencia, é uma rematada tolice. Mas donde nasceu essa idéa?

Da asneira dum pintor. Ouçamos, a respeito, o que disse um illustre brasileiro, contemporaneo dos Andradas:

— «Sendo eu estudante de engenharia em 1828 e passando com outros pela rua do Ouvidor, vi, em uma loja, um quadro contendo varios bustos, e no centro delle o do conselheiro dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, com uma inscripção (por sobre a cabeça de José Bonifacio), que dizia — *Patriarca da Independencia.* Até essa época nunca ouvira falar em patriarchado da independencia, dado a José Bonifacio, mas espalhando-se a noticia da existencia do quadro por entre os partidarios dos Andradas, grassou a idéa, acceitando-a mesmo o sr. José Bonifacio, até que os contemporaneos que acompanhavam os movimentos politicos de 1821 a 1833, apparencendo na imprensa da epoca, restabeleceram a verdade dos factos e desmantellaram ou nullificaram o pretendido patriarchado do sr. José Bonifacio». — (Marechal Henrique

de Baurepaire Rohan, ex-ministro de Estado, ex-conselheiro supremo da Guerra, membro do Instituto Historico — *A Independencia e Imperio*, M. M., pag. 138).

Supponha-se, e não vae disparate no simile, que amanhã um illustre Correggio do Rio resolvesse fazer um quadro dos protagonistas do actual regime, e no cento esboçasse a figura do conselheiro Rodrigues Alves, encimando-a com o distico — *O patriarca da Republica.* — Depois expuzesse tal quadro num mostruario da rua do Ouvidor.

A imprensa rodriguesalvista bateria palmas pela idéa supimpa; e os amigos do conselheiro guaratinguetaense soltariam o foguetorio do applauso; e a noticia correria vertiginosamente do Cotingo ao Chuy; e o quadro ficaria celebre. Mas, os protagonistas da Republica, ainda vivos, como, por exemplo, o sr. Ruy Barbosa e outros, viriam á imprensa, provando documentadamente que o conselheiro, em verdade, encheu a Republica com seo nome, foi duas vezes presidente de S. Paulo e do Brasil, mas combateu o republicanismo até 15 de novembro de 1889 e só então, ás 4 horas da tarde, já triumphante o movimento revolucionario, adheriu a elle. E viria o sr. Rodolpho Miranda, republicano historico, provar que quando s. s. era vereador em S. Simão, e o sr. conselheiro Rodrigues Alves presidente de S. Paulo, a Camara san-simonense foi processada por ser republicana, justamente em vesperas da Republica, e pelo sr. conselheiro Rodrigues Alves. E as cousas ficariam assim explicadas. Mas a tradição popular, já impressionada pela retumbancia desse *patriarcado republicano*, não se esqueceria delle. E daqui a 50 annos um historiador diria, tratando da figura empolgante do conselheiro Alves que elle fôra o *patriarca da Republica* — e um jornalista accrescentaria — *o maior dos brasileiros do 15 de novembro de 89*, — pondo assim em plano secundario — Quintino, Ruy, Benjamin Constant, Assis Brasil, Bernardino, Prudente, Deodoro, etc. Então outros jornalistas e historiadores repetiriam a expressão. O governo mandaria fazer uma estatua do conselheiro

Alves, colloca-la-hia na praça da Republica, e a mocidade brasileira do seculo XXX, anno de 2.020, diria reverente, espetando o fura-bolo nas dobras do bronze: *eis aqui o patriarca da Republica.* E por toda a parte se veria então a ephigie do conselheiro paulista encimada pelo distico gracioso — *patriarca da Republica.* E ninguem mais lhe tiraria o patriarcado, *per omnia secula...*

Pois é o caso do conselheiro José Bonifacio: Não foi patriota ardente que trabalhasse com afinco pela independencia do Brasil; não a fez; seo nome encheu a historia do primeiro imperio; architectou a dymnastia parlamentar dos Andradas; a nação ajoelhou-se agradecida e chamou-lhe patriarca, levantando-lhe estatuas; e ainda hoje o veneramos, e ainda amanhã o veneraremos.

É da Historia. Mas... de vez em vez surgem *revolucionarios, bolscheviks da Historia, historicidas,* como nos appellidou um illustre membro do Instituto Historico de S. Paulo, e dizem verdades, semeando-as na areia da rotina.

E o povo clama contra o atrevido. E o *heroe* continúa *heroe,* mais *heroe,* muitissimo mais *heroe...*

Si José Bonifacio fosse um patriota, teria, certamente, trabalhado pela nossa independencia com devotamento e ardor. Em 1817 Antonio Carlos entrou para a revolução pernambucana e emquanto trabalhava pela independencia, seo irmão José Bonifacio fazia retumbantes discursos em Lisboa, elogiando os tyrannos, como, por exemplo, no panegyrico da rainha d. Maria I. Em carta de 14 de abril de 1817, dizia Antonio Carlos ao mano Bonifacio que sentia estar separado delle politicamente, militando em partido diverso: o de Antonio Carlos era o dos brasileiros; o de José o dos portuguêses; o primeiro, o da liberdade; o segundo, o da escravidão do Brasil. Em 1818 escrevia Bonifacio a Antonio Carlos lastimando que elle estivesse preso «por não ter tido juizo e discernimento nas cousas politicas». Em 1819 obteve uma licença do governo portuguès e veio ao Brasil. E, convidado para

tomar parte na Maçonaria Carioca (Loja *Commercio e Artes*, em franca conspiração), respondeu a José Joaquim da Rocha: «O enthusiasmo no Brasil não passa de fogo de palha». E não entrou no movimento. Em 1820 os maçons trabalhavam sem descanso, ora na séde da loja, na rua Nova do Conde, n. 4, ora na casa do capitão-mór José Joaquim da Rocha, na rua da Ajuda, n. 64, ora no convento de Santo Antonio. Eram os conspiradores — padres, generaes, juizes, capitalistas, doutores. E entre elles não se achava José Bonifacio que, commodamente, espiava, em S. Paulo, a maré politica. Entretanto, tinha um meio propicio para agir, pois em todas as consciencias brasileiras latejava a revolução.

E somente em 24 de dezembro de 1821 é que se manifestou, quando já era triumphante a idéa da liberdade, e assim procedeu em virtude de um convite do Rio de Janeiro. Não foi um acto expontaneo.

Em meiado de outubro de 1821 Antonio Carlos escreveu a seo irmão José, então vice-presidente de São Paulo, contando que o governo português lhe suspenderia os vencimentos. E, de facto, em sessão de 30 de outubro de 1821, o deputado Borges Carneiro, após um violento discurso, apresentou nas Côrtes Portuguêsas um projecto que auctorizava o governo a sustar o pagamento dos differentes vencimentos (cerca de 12 contos de réis por anno), que José Bonifacio, apesar de estar ausente no Brasil, recebia como lente, como inspector das minas e como director das obras do Mondego.

Assim, vimos que José Bonifacio não preparou o movimento de 23 de junho de 1821 em S. Paulo; não fez, de *motu proprio*, a representação de 24 de dezembro de 1821; só foi ao Rio de Janeiro pedir ao principe que ficasse no Brasil, porque adoeceu o seo irmão Martim Francisco; oppoz-se aos decretos de 16 de fevereiro e de 3 de junho de 1821, que construiram, na verdade, a nossa independencia; não redigiu nem assignou o grandioso manifesto de 1.º de agosto, proclamando o Brasil independente; não foi á loja maçonica, de que fazia parte, na importantissima reunião de 20 de agosto de 1822, em que se decidiu

a nossa separação de Portugal. E onde estaria o seo patriotismo? E por que patriarca?

Bonifacio era um opportunista. Elle mesmo o confessou em carta ao conde do Funchal: «*He fado meo: quasi nunca faço a tempo o que devo e quero, mas sempre, o que de mim exigem as circumstancias*». (Carta publicada no «Jornal do Commercio», de 24 de janeiro de 1907).

No capitulo *Bonifacio — o patriota*, o leitor encontrará os documentos da sem razão do patriarcado do sabio Andrada. E tambem no capitulo — *Bonifacio — o paredro*. No segundo volume publicaremos uma carta de Pedro I, e outra de José Bonifacio, sob o titulo: *ultima ratio*. É o golpe final no *patriarcado* do sabio Andrada.

Em Historia, *patriarca* é chefe de tribu. Para que Bonifacio fosse patriarca seria mistér que dirigisse alguma tribu. O Brasil era uma tribu? Os Andradas eram tribu? A Independencia do Brasil era tribu? A Historia não admitte outra significação para o termo *patriarca*, sinão a de *chefe de tribu*. O disparate de um pintor ignorante não deve ser repetido no seculo XX, em 1922.

CAPITULO VI

Bonifacio — o paredro

CAPITULO VI

Bonifacio — o paredro

Paredro é uma palavra antiga, muito expressiva e muito classica, revivida no fallar hodierno pelo grande e magnifico artifice da nossa litteratura, magno ourives do bello, o sr. Coelho Netto. Corre por ahi alem o vocabulo, com o sentido de *chefe*, de *conductor de homens*. Em tal sentido (o de *prócer*), realmente foi Bonifacio um *paredro*, tão *paredro* como outros politicos do tempo, egualmente notaveis. Os mais illustres chefes dessa época revolucionaria que gerou a jornada gloriosa de nossa emancipação politica, pódem ser assim discriminados:

1.º) José Bonifacio, o ministro, o chefe dos aulicos, dos absolutistas, do partido fundamentalmente monarchico e bragantino;

2.º) Joaquim Gonçalves, fazendeiro, advogado e jornalista, chefe do partido popular, constitucionalista, *in-pettore* republicano, director de facto da Maçonaria Brasileira;

3.º) José Clemente Pereira, logar-tenente do partido de Lédo, maçon, presidente do Senado do Rio;

4.º) Dr. Candido de Araujo Vianna, chefe ostensivo da politica mineira de 1822;

5.º) Conego Januario da Cunha Barbosa, maçon, prégador do Paço, e chefe prestigioso do Clero Politico de 1822;

6.º) José Joaquim da Rocha, maçon, capitalista, proprietario, e chefe das Classes Conservadoras de 1822;

7.º) Dr. Pedro de Araujo Lima, conhecido no tempo da independencia como a segunda intelligencia do Brasil

(a primeira era a de José Bonifacio, na opinião publica), medico notavel, idolo da população do Rio, chefe politico de varias provincias do Norte do Brasil;

8.º) General Luis Nobrega, maçon, ministro da Guerra, chefe querido das Classes Armadas de 1822;

9.º) Dr. José Mariano, advogado, maçon, chefe politico da Provincia do Rio de Janeiro;

10.º) D. Matheus de Abreu Pereira, bispo de S. Paulo em 1822, e chefe politico da mesma provincia;

11.º) Antonio Bernardes Machado, maçon, governador do Rio Grande do Sul, de cuja politica era o chefe;

12.º) Dr. Lucas José Obes, deputado pela Provincia Cisplatina, onde era chefe politico.

Eis ahi os doze notaveis *paredros* do Brasil, em 1822.

Vejamos, agora, em que conta elles tinham o *paredro* Bonifacio. São depoimentos que nos custaram alguns annos de paciente investigação:

1.º) De *Joaquim Gonçalves Lédo:*

O fluminense Gonçalves Lédo, ardoroso tribuno, chefe incontestavel da maçonaria brasileira no seo mais fecundo periodo, politico de profundissima influencia no país, autor do manifesto de 1.º de agosto de 1822 (o mais importante documento da independencia do Brasil), verdadeiro promotor da Assembléa Constituinte, que effectivou a nossa emancipação politica, redactor do jornal «O Reverbero», sendo deputado, na sessão da Camara de 2 de julho de 1830, em face de Martim Francisco, tambem deputado e presente á sessão, proferiu um notavel discurso.

Referindo-se á independencia do Brasil, baseado em numerosos e importantissimos documentos, que possuia, disse:

«Emquanto eu e José Clemente trabalhavamos afin-

cadamente pela independencia do Brasil e pelo systema de liberdades publicas, Martim Francisco e José Bonifacio pretendiam, na mesma occasião, apenas conservarem-se nas posições de ministros do Regente e exercer o mais violento arbitrio governativo.»

∴

2.o) De *José Clemente Pereira:*

José Clemente Pereira, brasileiro por naturalização, português por nascimento, presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro em 1822, portador do manifesto dos brasileiros pedindo ao principe d. Pedro que desobedecesse ás ordens do governo de Portugal e ficasse no Brasil, do qual resultou o celebre — *Fico* — do Regente, e dahi a independencia feita pelo principe em seo proprio proveito, foi instado a depôr sobre o patriarcado. Sendo ministro da guerra de Pedro II, compareceu á sessão da Camara, em 14 de junho de 1841, e em face de Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva (irmão de José Bonifacio), que era deputado e estava presente, proferiu um discurso de magna importancia para o assumpto, negando que o patriarcado da independencia pertencesse a S. Paulo, e, portanto, a José Bonifacio. Ei-lo:

O sr. Clemente Pereira (ministro da guerra): — O nobre deputado (refere-se a Antonio Carlos), por occasião de uma declaração que eu fiz de ter tido a principal parte na representação para a convocação de uma Assembléa no Brasil, disse que entendera que eu me referia ao dia 9 de janeiro, conhecido pelo dia do *Fico*, e que, a ser assim, queria reclamar, porque a gloria de preferencia, neste caso, pertencia a S. Paulo e não ao Rio de Janeiro. O nobre deputado com muita razão desempenha o seu officio de bom procurador dos Paulistas; mas, ha de permittir-me que, como procurador dos Fluminenses, eu chame a sua attenção sobre alguns factos,

dos quaes se deduz que a prioridade (si prioridade houve, pertence aos Fluminenses. A mim me parece que na cooperação para a independencia, a gloria é egual para todas as Provincias; mas, si é necessario que alguem tenha a prioridade, ha de permittir-me o nobre deputado que o conteste e que diga que ella pertence aos Fluminenses (apoiados). O nobre deputado conhece, e não ha duvida, que a representação por parte da Provincia do Rio de Janeiro teve logar em 9 de janeiro de 1822, e que a representação por parte de S. Paulo teve logar dias depois...»

— O sr. Andrada Machado: — ...(diz algumas palavras que não foram ouvidas).

— O sr. Clemente Pereira: — «Perdoe-me; a representação teve logar dias depois de 9 de janeiro: é verdade que nós já esperavamos a deputação de S. Paulo e alguns preparativos se fizeram para recebel-a; mas o facto é que ella não pôde chegar aqui sinão depois do dia 9... Mas o nobre deputado quer que a representação seja datada da deliberação do governo de S. Paulo e não do dia em que foi apresentada. Pois bem; acceito a declaração do nobre deputado e desejo que se escreva nos annaes da historia que o nobre deputado quer que se conte a prioridade do dia em que se tomou a deliberação em cada uma das Provincias. A de S. Paulo é marcada pelo nobre deputado no dia 3 de janeiro, porque foi quando o governo da provincia se dirigiu ás municipalidades participando-lhes a deliberação do governo, ou convidando-as para cooperarem...

— O sr. Andrada Machado: — ...(ainda não foram ouvidas suas palavras).

— O sr. Clemente Pereira: — Pois bem; ainda mesmo como quer que seja, o nobre deputado ha de ter lembrança de quem em 18 de dezembro de 1821 sahiu um commissario mandado do Rio de Janeiro ao governo de S. Paulo, convidando-o para cooperar para a ficada do Principe Regente; foi o sr. Pedro Dias, hoje marquez Queixeramobim. E, no dia 20 sahiu daqui para Minas outro commissario, tambem por parte do Rio de Janeiro,

encarregado de egual commissão: foi o sr. Paulo Barbosa da Silva.

— Um sr. deputado: — foi o sr. conego Januario.

— O sr. Clemente Pereira: -- Não sr.; esse foi para a acclamação; estou bem certo nos factos: foi o sr. Paulo Barbosa. Em virtude destas enviaturas, aconteceu que alguns povos de Minas mandaram as suas representações com data de dezembro (eu quero dar aos mineiros a parte da gloria que lhes pertence). A villa de Barbacena enviou a sua representação datada de 27 de dezembro; a Camara de Marianna enviou tambem a sua em data de 2 de janeiro. Mas, no Rio de Janeiro foi este negocio tratado com muita antecipação e *convem que se dê o seu a seu dono.* Devo declarar que os primeiros que se lembraram desta medida ou ao menos que a fizeram sentir e levar a effeito, foram o sr. José Mariano e o sr. José Joaquim da Rocha.

— O sr. Andrada Machado: — *É verdade.*

— O sr. Clemente Pereira: — E isto antes do dia 18 do mez de dezembro... isto creio que até anda impresso, e tanto que se me fez crime, porque não fui dos primeiros a concordar com a medida como se apresentava. O sr. José Mariano foi a minha casa, por ser eu, então, presidente do Senado da Camara, communicar-me a resolução em que se achavam de pedir ao principe regente do Brasil que quizesse ficar no Brasil, porque assim convinha aos interesses do paiz. Nessa occasião eu disse que julgava de necessidade a ficada do principe, mas que não julgava prudente que o Rio de Janeiro fizesse a representação só por si porque não havia a força necessaria, muito mais existindo no Rio de Janeiro uma força portugueza, assás forte, que, como o nobre deputado sabe por informações, até nos ameaçou com as armas. Tratava-se de nomear, então, um governo, esse governo de tres cabeças, governo que o Brasil não queria e contra o qual eu me tinha pronunciado; e por isso foi-me objectado: — Si o governo tem de nomear-se, o que ha de fazer, então o Principe? — A isto respondi: — Emquanto se pede a cooperação das provincias imme-

diatas, Minas e S. Paulo, póde o Principe ir para Santa Cruz; logo que cheguem as representações pede-se ao mesmo Principe que se deixe ficar no Brasil. — Estas minhas palavras serviram até depois para uma devassa por crime de republicano, no qual houve quem foi jurar que eu era tão republicano que tinha feito as observações que acabo de referir. Mas, o caso é que o sr. José Mariano e o sr. José Joaquim da Rocha acharam boas as minhas observações e *concordaram em que se deviam dirigir aos governos de S. Paulo e de Minas; e em consequencia deste accordo, partiram para S. Paulo, como já disse, o sr. Marquez de Queixeramobim (Pedro Dias), e para Minas, o sr. Paulo Barbosa.*

Ora, agora accresce mais que tendo eu, como me convinha, tratado de saber do Principe Regente qual era a sua opinião a este respeito, porque corria a noticia de que elle queria ir para Portugal (o que depois se conheceu que era politica sua, porque sempre teve vontade de ficar) dirigi-me logo depois da communicação do sr. José Mariano a S. Christovam, e S. A., com effeito, ainda reservou de mim sua opinião, mas, tomando consistencia a opinião do povo fluminense, e estando eu decidido a cooperar para ella, em todo o caso, procurei novamente o Principe (e lembro-me bem) na vespera do dia de Natal e falei-lhe na tribuna da capella Imperial, dizendo a S. A. R. que o povo do Rio de Janeiro tratava de dirigir-lhe uma supplica, no sentido que lhe havia participado dias antes e que devia esperar egual representação de Minas e S. Paulo, *porque era impossivel que estas duas provincias não annuissem ás communicações que lhes foram feitas pelo Rio de Janeiro; e S. A. teve a bondade de responder-me que ficaria.*

No dia 26 de dezembro fui á casa do sr. José Mariano, onde se achavam o sr. Rocha e o sr. padre frei Francisco de Sampaio, que foi quem redigiu a representação... *creio que estas observações não são indifferentes para a historia* (apoiados) e fui dizer-lhe que a representação devia fazer-se, que estava disposto a cooperar para ella e que devia ter logar no dia 9 de janeiro.

Tratou-se desde logo de dar a este acto o apparato mais majestoso possivel e, na verdade, creio que não será possivel nos nossos dias tornar a haver um dia tão solenne (numerosos apoiados). Nelle apresentaram-se sessenta e tantos cidadãos das primeiras classes do Rio de Janeiro, vestidos com o uniforme de capa e volta, que então se usava; reuniu-se a elles o povo do Rio de Janeiro, com o maior enthusiasmo e interesse, e isto no meio da grande opposição dos batalhões de Portugal, que chegaram á ameaçar-nos com o emprego da força.

Com estas informações, o nobre deputado decidirá, tambem o publico e quem quizer ser juiz, quem deve ter a prioridade no acto de 9 de Janeiro (que determinou a independencia). Talvez mesmo aconteça que em nosso enthusiasmo, sem nos havermos combinado, estivessemos todos dispostos para o mesmo fim; mas eu hei de continuar a sustentar que *a prioridade pertence ao Rio de Janeiro.* O nobre deputado continuará a sustentar que pertence a S. Paulo; a questão será decidida pelos documentos officiaes a este respeito; mas, emquanto não se decide, *nunca o Rio de Janeiro terá de ficar em segundo logar.*» (Apoiados geraes).

***

3.º) Depoimento do *marquês de Sapucahy* (dr. Candido de Araujo Vianna, presidente, durante muitos annos, do Instituto Historico do Brasil):

«Sabido é já que ninguem póde arrogar-se a gloria, não digo só de ter feito, mas, nem mesmo de ter apressado a declaração da Emancipação Politica do Brasil: este acto operou-se tão acceleradamente e por tal unanimidade de votos de todos os Brasileiros, que póde dizer-se com verdade que os factos encaminharam os homens e não os homens os factos. O grito da Independencia repercutiu em todos os angulos da terra de Santa Cruz, com geral expontaneidade e pouca differença de tempo,

sem que procedesse seducção, porque os animos estavam naturalmente preparados e muito mais quando se vio que as Côrtes de Lisbôa, por seus actos hostis, tendiam a recolonizar o Brasil.

Eis a verdade historica, que convem estabelecer, porque existe provada nas differentes peças officiaes daquella época memoravel e nos Periodicos e impressos avulsos que então circulavam, lidos avidamente pelos Brasileiros, que amavam ver desenvolvidas as razões para a sua ha muito desejada Independencia.

Todavia, tres factos principaes existem, pelos quaes o Povo Brasileiro se declarou independente de facto e de direito:

1.º) O ficar o Sr. D. Pedro de Alcantara no Brasil, contra as ordens bem terminantes da Metropole Portugueza;

2.º) A convocação da Assembléa Constituinte Brasileira;

3.º) O brado de 7 de Setembro, nas margens do Ypiranga.

Estes actos tiveram seus agentes; mas, convem saber-se a parte que nelles teve o sr. José Bonifacio de Andrada. O facto de ter a Junta de S. Paulo dirigido ao Principe a sua famosa carta de 24 de Dezembro de 1821, redigida e talvez influida pelo sr. José Bonifacio de Andrada, faz crêr a quem não estava ao alcance das circumstancias particulares dos acontecimentos, que a elle pertencera a iniciativa do movimento nacional que promoveu a estada do mesmo Principe Regente no Brasil; mas, ha nisto engano. Aquella iniciativa teve origem no Rio de Janeiro e pertence ao fallecido José Mariano de Azevedo Coutinho e a José Joaquim da Rocha. Estes dous cidadãos, de accôrdo com mais pessôas, enviaram proprios a S. Paulo, solicitando a cooperação da Junta Provisoria d'aquella Provincia e ao mesmo tempo abriram correspondencia com a de Minas. Como os animos estavam bem dispostos e os acintes da Metropole faziam requintar a indignação

dos Brasileiros, a cooperação verificou-se no sentido da primeira ideia aqui concebida. O facto de só verificar-se a 9 de Janeiro a Mensagem do Povo Fluminense ao Principe Regente fez com que parecesse collocado em segundo logar, na ordem chronologica dos successos d'aquella época; mas a deliberação para essa Mensagem havia sido tomada muito antes de 24 de Dezembro; e si não foi levada a effeito senão em 9 de Janeiro deveu-se essa demora ás politicas observações do Snr. José Clemente Pereira, então Presidente do Senado da Camara, que não quiz deliberar-se a obrar, sem que houvesse certeza da cooperação das Provincias de S. Paulo e Minas, considerando quão arriscado seria esse passo, si ellas não consentissem, o que era de recear, attenta á dissidencia em que estavam, e a presença da tropa lusitana, que antecipadamente se havia pronunciado contra semelhante acto, até com ameaças. Estes factos são tão veridicos, que por elles se fez culpa ao Snr. José Clemente Pereira na devassa da *infame Bernarda* de 30 de Outubro, e acham-se por elle explicados satisfactoriamente no *Processo* que corre impresso.

Colhe-se, pois, em resultado do que temos exposto, que no movimento do primeiro acto *da Independencia não foi o sr. José Bonifacio patriarcha e apenas lhe cabe a gloria de um secundario cooperador, visto ter redigido* a famosa carta de 24 de dezembro, que reaccendeu perigoso incendio no seio das côrtes de Lisboa e teria produzido grandes males á causa da Independencia, si as tropas dali enviadas tivessem aqui chegado mais cedo. Pelo acto de 3 de junho de 1822, que convocou a Assembléa Constituinte, fez o Brasil declaração de direito da sua Independencia, pois que independente se achava já de facto desde 9 de janeiro, não obedecendo ao governo de Lisboa.

Tambem para este acto em nada concorreu o sr. José Bonifacio de Andrada, antes delle se desgostou, declarando crua guerra aos seus principaes e bem conhecidos agentes. Examinemos os factos.

Sabido é que o decreto de 16 de fevereiro desse

mesmo anno, pela sua anti-nacional clausula — *Systema constitucional que... jurei dar-lhe* — e por outros actos arbitrarios do Ministerio do sr. José Bonifacio de Andrada, ia fazendo perder a este bom conceito com que entrara na administração; e já as provincias começavam a mostrar pouca confiança no governo do Rio. Esta circumstancia muito mais temivel se mostrava aos verdadeiros patriotas, quando conheciam que era empenho da Metropole dividir as provincias em tal ensejo, para dominal-as assim fracas e embaraçar a sua independencia, resultado infallivel de tantos actos anteriores, mas perigosa, si a união de todo o Brasil lhe não desse uma base segurissima. *Em maio desse anno, o presidente do Senado da Camara, José Clemente Pereira, communicou aos srs. Joaquim Gonçalves Lédo e Januario da Cunha Barbosa, o receio que tinha de que a revolução do Brasil, já começada, tomasse má direcção*, á vista dos symptomas de divergencia que manifestavam as provincias, devidos, em grande parte, ás razões ha pouco apontadas; e encontrando na egualdade de sentimentos desses amigos, já distinctos por seus serviços á causa do Brasil, como provam com evidencia os seus escriptos no periodico « Reverbero Constitucional Fluminense », etc., emprehendido e sustentado, para preparar a opinião dos brasileiros á Independencia da Patria, foi ajustado que se encarregasse de redigir um manifesto em nome do povo fluminense, que tivesse por fim pedir ao principe Regente a convocação de uma assembléa geral no Brasil, como unico meio de chamar todas as provincias a um centro; de remover suspeitas, que, de dia em dia mais avultavam e de satisfazer os desejos e necessidades de todos os brasileiros que nada mais esperavam das cortes de Lisboa, excepto a recolonização. Proposição tão patriotica, tarefa tão honrosa, que tinha por fim apressar a declaração da Independencia do Brasil, dar-lhe uma Constituição e manter a sua integridade e união, não podia deixar de ser applaudida. Houve logo uma conferencia, em que se assentaram as bases do projectado manifesto e foram a ella convidados os srs. padre João Antonio de Lessa, Bri-

gadeiro Luiz Pereira da Nobrega e João Soares Lisboa, redactor do «Correio do Rio», cujos sentimentos patrioticos eram assás reconhecidos e geralmente respeitados.

Quizemos fazer esta minuciosa exposição historica das circumstancias que precederam o acto de 23 de maio e nomear os seus principaes agentes, não só para que se conheça que elle não foi devido ao sr. José Bonifacio de Andrada, mas, tambem pela notavel coincidencia de serem todos esses patriotas muito perseguidos pelo sr. José Bonifacio, como todos sabem; e ainda teremos occasião de mostrar que a origem de tão crua perseguição derivou desse facto, honroso sobremaneira a seus autores.

Redigidas com promptidão as bases do manifesto pelos srs. Lédo e Cunha Barbosa, assentou-se que se devia communicar esta deliberação ao governo e, feita a communicação, respondeu o sr. José Bonifacio!

— *Façam o que quizerem, na intelligencia de que nem convem apressar, nem impedir a convocação da Assembléa Geral.*

Cada um póde interpretar esta resposta a seu modo; mas fica-nos a liberdade de dizer que ella inculcava manifesta reprovação; e mais alguns factos vêm em abono dos nossos sentimentos. Celebrando-se no dia 22 de maio o anniversario dos martyres da Bahia, com pomposo funeral na egreja de S. Francisco de Paula e movendo-se a conversação sobre a representação do povo, que teria logar no dia seguinte, disse o sr. José Bonifacio, tratando-se dos agentes (1) (Lédo, Cunha Barbosa e Clemente Pereira), em uma tribuna do lado da Epistola da Capella-mór daquella egreja:

— *Hei-de dar um ponta-pé nestes revolucionarios e atirar com elles no Inferno!*

Deste dito temos testemunhas presenciaes no Rio de Janeiro, pessoas de inteiro credito. Por essa occasião disse o sr. José Bonifacio ao ministro encarregado dos

(1) Agentes do povo.

Negocios de *** (1) na sua sala de visitas e em voz tão alta que foi ouvido pelos que se achavam na sala de espera: *Hei de enforcar estes constitucionaes na praça da Constituição!*

Pelo correio de Minas, no dia 1.º de junho, chegaram representações dos povos do Serro do Frio, em sentido egual ás do Rio de Janeiro; cumpre saber-se que nenhuma intelligencia precedera a este respeito e ainda assim, o sr. José Bonifacio reluctava. Mas o principe regente, instado pelos procuradores de provincia Obes e Lédo, fez a installação do Conselho de Procuradores Geraes das Provincias, no dia 2 de junho e conveio logo na convocação da Assembléa Geral Constituinte. Prova-se a verdade destes factos, não só pela sciencia particular que delles temos, como tambem pela representação que os referidos procuradores e José Mariano de Azevedo Coutinho fizeram ao principe regente, que corre impressa, no fim da qual se lê a seguinte expressão: — *Digne-se V. A. R. ouvir o nosso requerimento: pequenas considerações* (as de José Bonifacio) *só devem estorvar pequenas almas.*

Comparem-se estas palavras com a desapprovação manifestada acima pelo sr. José Bonifacio, e concluir-se-ha que ellas alludem ás duvidas que este Andrada punha ao acto principal da nossa Independencia, da qual, depois, se chamou Patriarca!!

Appareceu, por fim, o decreto de 3 de junho, e nem ao menos foi redigido pelo sr. José Bonifacio, pois sabemos que sahiu todo da penna do sr. Lédo; tal era o seu desejo de fazer a Independencia da Patria!

Vamos ao acto de 7 de setembro, que bem pouco accrescentou ao 3 de junho, resultado da representação do povo fluminense, de 23 (de maio), contra a qual tanto se agastara o sr. José Bonifacio, como fica dito. Ainda neste acto não apparece a intervenção do sr. Andrada; o principe regente soltou esse brado de Independencia,

(1) Ministro da Austria, conforme esclarecimento posterior do Marquês de Sapucahy.

em bem longa distancia de seu ministro, na occasião de receber a noticia da guerra que lhe declaravam as côrtes de Lisboa. O padrão dessa grande obra estava já firmado no acto da convocação da Assembléa Geral Constituinte; tirar-lhe a cortina transparente que o cobria, não é fazel-o; **e o que é constituir-se sinão declarar-se independente ?**

Fica, pois, ao sr. José Bonifacio, a parte que só lhe toca de ter sido ministro do Imperio, desse tempo, e ter expedido diversas ordens em pról da Independencia; mas dahi não se deduz que elle a fizesse, para ser chamado seu Patriarca.

Os que nos argumentam com a sua referenda aos actos do governo de então, para provarem um titulo que lhe não pertence, como temos circumstanciadamente mostrado, provarão tambem que Francisco Gomes é o patriarca do systema constitucional luzitano, só porque referendara a Carta das liberdades portuguezas, que daqui fôra mandada.

O sr. José Bonifacio obedeceu ás circumstancias, porque não lhe era possivel resistir. A opinião publica, desde 9 de janeiro (e talvez antes) até meiado de setembro de 1822 não foi por elle (José Bonifacio) **dirigida e sim por aquelles** (Joaquim Gonçalves Lédo, Januario da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira), **que elle perseguiu em 30 de outubro:** e por isso mesmo que os perseguiu, segue-se que não marchava de accôrdo com elles, ou, mais claro, *que não approvara a Independencia,* que elles tão efficazmente promoveram e conseguiram, apesar dos fóros de quem hoje se arroga o titulo de seu Patriarca! Mas, o Brasil marchou bem nessa época, e só depois das perseguições do Ministerio Andrada é que uma desconfiança se introduziu nos povos e que a resistencia aos actos arbitrarios do principe foi tomando corpo, até regenerar-se a nossa Independencia, em 7 de abril de 1831.

Quererá tambem o sr. José Bonifacio ser autor desse

acto? Talvez; mas, a embaixada de seu irmão ao duque de Bragança e os factos de sua tutoria, descobertos em 15 de dezembro, bem provam quanto os Andradas prezam a gloriosa Independencia da sua patria».

(Artigo do marquês de Sapucahy, então ministro da Fazenda, publicado em 28 de dezembro de 1833 no «Correio Official», orgam do governo imperial).

∴

4.º) Depoimento do conego *Januario da Cunha Barbosa.*

«Lédo — Escrevo precipitadamente, na contingencia de ser preso pelos agentes dos Andradas. José Bonifacio nos intrigou com o Imperador, convencendo-o de que somos republicanos e queremos sua morte ou expulsão. Sei pelo Clemente que a ordem de nossa prisão já está lavrada. Esse homem, que se tem revelado um tigre, que não fez a Independencia, que a impediu até ao ultimo instante e que sómente a acceitou quando a viu feita, agora procura devorar aquelles que tudo fizeram pela Independencia da Patria, que a conseguiram com os maiores sacrificios. O Drumond disse que o despota faz questão de prender você para enforcal-o.

Lembre-se do que elle disse na Egreja de S. Francisco. Não se exponha, não appareça na Côrte, pois o grande odio delle recai sobre você, *que foi, como dirigente da Maçonaria, o principal obreiro, o verdadeiro constructor de nossa Independencia.*

É das escripturas. Conego Januario. 30 de outubro de 1822. (Arc. Veiga, Cartas Politicas, n. 23.)

∴

5.º) Depoimento de *José Joaquim da Rocha.*

«Illmo. sr. Joaquim Gonçalves Lédo — Por esta communico particularmente a V. S. que démos cumprimento

á incumbencia da Loja, eu e o irmão José Mariano, entendendo-nos com o Sr. Presidente do Senado da Camara. E que o mesmo fez objecção do auxilio imprescindivel de S. Paulo e Minas, sem o que o Acto se não fará com exito, por causa das tropas portuguezas. Pedro Dias e Paulo Barbosa, que são nossos, e que V. S. conhece muito bem, se offereceram para a commissão em S. Paulo e Minas. Pedro Dias tem parentes em S. Paulo de muita influencia, que são os Paez Leme, e disse que, apesar de saber *que José Bonifacio não é partidario de nossa causa*, por julgar que a Independencia nestes tempos é a desunião do Brasil, promette, com a amizade de Martim Francisco por mim e com o grande prestigio desse Andrada sobre o irmão e sobre a Camara de S. Paulo, trazel-o para o nosso lado e até, talvez, para a nossa Maçonaria. É o que tenho a communicar em caracter privado e o que faremos longamente em caracter official, em relatorio, que eu e José Mariano estamos fazendo para ser lido em sessão dessa Loja — José Joaquim da Rocha. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1821.» (Arc. Veiga, Cartas Politicas, n. 28).

∴

6.º) Do marquês de Olinda *(dr. Pedro de Araujo Lima)*:

— «O DR. JOSÉ BONIFACIO ERA OPPOSTO Á INDEPENDENCIA DO BRASIL, porque tendo figurado muito na Europa, e, por seus talentos e vasta erudição, occupado os logares de lente de philosophia na universidade de Coimbra, nos quaes era jubilado, tendo a superintendencia do Mondego e sendo secretario perpetuo da academía real das sciencias de Lisboa, e por conseguinte remunerado por esses empregos, não lhe convinha a separação do Brasil. Não obstante, porém, o nome que tinha e a reputação européa de que gosava, o seu genio versatil e infantil o desconsiderou por fim em Portugal, e então, desgostoso por isso, passou-se,

em 1819, para S. Paulo, sua patria. Antonio Carlos conhecia o modo de pensar de seu illustre irmão, e de Lisboa constantemente lhe escrevia, aconselhando-o para que se empenhasse pela Independencia, abundando em razões; e o mesmo faziam para Pernambuco o padre Francisco Muniz Tavares e outros. (Revelações do Marquez de Olinda, *B. P.*, pag. 327-328).

7.º) Depoimento do *general Luis Nobrega*, ministro da Guerra em 1822:

— Sr. Luiz Augusto May — Era meu proposito não responder ao commentario do seu jornal *Malagueta*. Como porem é preciso esclarecer uma verdade, em favor de um amigo, a verdade é a seguinte: o sr. Lédo acceitou o cargo da Thezouraria da Guerra para melhor propagar as idéas liberaes entre os militares graduados, e leval-os para a Maçonaria, onde se conspirava pela liberdade de nossa Patria.

Teve em mim um auxiliar dedicado. De tal modo procedemos, que, a um nosso aceno, metade das tropas se levantariam contra as Côrtes e contra o proprio Principe. Esta é a verdade. A entrada de José Bonifacio para a Maçonaria transformou a Revolução de republicana que era em monarchica, em favor de Pedro I. O chefe supremo ou seja a alma de todo o movimento revolucionario foi o grande fluminense Joaquim Gonçalves Lédo. Os Andradas adheriram quando a Revolução já se poderia considerar triumphante. Toda a iniciativa coube ao Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo foram collaboradores, a convite da Maçonaria Carioca e do Senado da Camara, manejado pela mesma Maçonaria.

Os comparsas da Independencia ainda estão vivos e podem depôr. E V. S. mesmo, que foi victima da politica do dr. José Bonifacio de Andrada, deve bem saber da verdade dos factos. Peço, pois, rectificar a narração do seo jornal do numero commemorativo de 7 de setem-

bro, a bem da verdade historica. — *Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho.*

(Carta publicada na «*Malagueta*», de May).

8.º) Depoimento do *José Mariano*, glorioso chefe independencista da Provincia do Rio:

— «S. Paulo estava sob o dominio de Ovenhausen e do sabio Andrada; ambos eram figuras de evidente devotamento ao rei e ao principe; mas o nosso grande companheiro José Joaquim da Rocha, trouxe afinal os Andradas para a nossa causa.

Contamos, pois, com S. Paulo, que aquiesceu ao nosso pedido. O Rio de Janeiro na frente, ladeado por Minas e S. Paulo e secundado pelo Rio Grande e a Cisplatina, impoem e instam e o Principe deve obedecer. Queremos uma Assembléa Brasileira. Patriotas de Pernambuco, é tempo de reviverdes vossas glorias passadas. Os heroes de 1817 vos olham com confiança. Enviae a vossa representação e combatei os tyrannos!»

(De uma proclamação aos Pernambucanos, assignada por José Mariano de Azevedo Coutinho, e mais tarde reproduzida por Barata na «Sentinella da Liberdade»).

9.º) Depoimento de *D. Matheus de Abreu Pereira*, Bispo de S. Paulo, e chefe politico do mesmo logar.

— «Senhor. Victima do odio de vosso Ministro, eu appello para Vossa Majestade contra a pena que se me infligiu. Bem sabeis, Sr., que a Liberdade do Brasil teve em mim um cooperador, e esse mesmo Ministro de Vossa Majestade, sabidamente adepto da Independencia no ultimo instante, dirá, si quizer ser sincero, do quanto trabalhei pelo Imperio que ahi está sob o sceptro de V. M. — Senhor, em nome da Justiça, eu peço a V. M. que recon-

sidere a ordem de vosso Ministro. Bispo de S. Paulo, eu devo permanecer no meu posto, mesmo que para isso deva perder a vida. Vossa Majestade, com a alta sabedoria dos que governam, saberá comprehender minha attitude, que não é uma revolta ao decreto de V. M., mas um dever de pastor de almas. De um Principe Justo como V. M. eu só devo esperar clemencia, representada na annulação do decreto que me afasta de S. Paulo. — † *Matheus, Bispo.* (1)

— // —

10.º) Depoimento de *Antonio Bernardes Machado*, chefe rio-grandense do sul):

— «Sr. Intendente — As perseguições movidas contra minha pessôa obrigam-me a voltar para minha terra. O ministro que as ditou a V. S. e pretende suffocar o sentimento liberal, engana-se. Quem vive no Rio Grande tem sempre a alma feita de dois sentimentos impereciveis: o brio e a liberdade.

Offendido no brio e na liberdade, não ficarei nem um instante no Rio de Janeiro e parto para os campos do sul, a espera duma reparação. O ministro imperial, o dr. Andrada, patenteia hoje que somente adheriu aos revolucionarios da Independencia, por não poder vencel-os então, para os perseguir agora. Já recebi a parte que me tocava como liberal, na perseguição do Ministro de d. Pedro, e com ella retorno para a minha Provincia, certo porem que as idéas liberaes hão de vencer ás do absolutismo dos Andradas. Si lhe apraz, Sr. Intendente, mostre esta ao Sr. Ministro, e em vez de me espionar, prenda-me. Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1823. — Antonio Bernardes Machado, membro da Junta Governativa do Rio Grande do Sul.

(Officio de Bernardes Machado ao Intendente de Policia. — *Annexos* das Ordens Secretas).

(1) Petição do bispo ao Imperador, pedindo que reconsiderasse o decreto que o deportava de S. Paulo.

11.º) Depoimento do *dr. Lucas José Obes*, chefe politico da Provincia Cisplatina e membro do Conselho de Procuradores:

— «Procurei o dr. Andrada e notei a má vontade e o odio contra nós. Mas estou certo, bem certo, que com o grande valor de Gonçalves Lédo que representa a Maçonaria, o povo, o partido da independencia, e com o Senado da Camara, nós conseguiremos que o Principe Regente amedrontado com a ameaça de uma revolução dos Estados do Sul, auxiliados por Buenos Aires, comsiga emancipar-se da tutela de seu ministro e conceder-nos a Assembléa Constituinte do Brasil, que será a criação dum novo país, livre e separado de Portugal.» (Carta de Obes a Herrera, original em castelhano, Archivo Dr. Silveira Brasil).

∴

Resumindo:

1.º) Lédo diz que Bonifacio *não trabalhou pelas liberdades publicas, pela independencia.*

2.º) Clemente Pereira diz que a prioridade da Independencia não cabe a S. Paulo e sim ao Rio, ou seja, a Gonçalves Lédo.

3.º) O marquês de Sapucahy diz que a independencia não feita por Bonifacio, que era absolutista, e sim pelo Rio de Janeiro, por Gonçalves Lédo, concluindo — *o sr. José Bonifacio obedeceu ás circumstancias porque não lhe era possivel resistir.*

4.º) O conego Januario diz, referindo-se a Bonifacio: «*esse homem não fez a independencia...*

5.º) José Joaquim da Rocha diz: «*José Bonifacio não era partidario da nossa causa* (a da independencia)».

6.º) O marquês de Olinda diz: «*o dr. José Bonifacio era opposto á independencia do Brasil*».

7.º) O general Luiz Nobrega diz: «*os Andradas adheriram* quando a Revolução já se poderia considerar triumphante».

8.º) O dr. José Mariano diz: «José Joaquim da Rocha trouxe afinal os Andradas para nossa causa (a da independencia)... *S. Paulo acquiesceu ao nosso pedido*».

9.º) O bispo de S. Paulo em 1822 diz que Bonifacio «*foi sabidamente adepto da Independencia no ultimo instante*».

10.º) Bernardes Machado diz que Bonifacio «*somente adheriu aos revolucionarios da independencia por não poder vencel-os*».

11.º) O dr. Lucas José Obes diz que Bonifacio tinha contra os que trabalhavam pela independencia «*má vontade e odio*».

Ahi está retratado Bonifacio — o paredro, pelos *paredros* de 1822.

É bom saber-se que Rocha, José Mariano e o marquês de Olinda eram amigos intimos de José Bonifacio.

CAPITULO VII

Bonifacio — o heroe das chronicas

CAPITULO VII

Bonifacio — o heroe das chronicas

Bonifacio é um *heroe* nas chronicas da Independencia? De que fórma elle surge nas paginas dos historiadores que escreveram os acontecimentos de nossa emancipação politica? Vejamos:

1.º) Em Mello Moraes:

— «...A revolução social para a Independencia do Brasil tinha sido preparada antes no Rio de Janeiro e, quando a noticia do plano e movimentos chegou no dia 23 de dezembro de 1821 a S. Paulo e Minas, já os patriotas do Rio de Janeiro tinham dado as providencias para reter a sahida do principe regente e obter delle a franca annuencia do — Fico.»

— «Conversando eu com o illustrado sr. dr. Candido de Araujo Vianna, marquez de Sapucahy, a respeito do artigo que o «Correio Official» publicou na pg. 607 sobre o patriarchado da Independencia do Brasil, que alguem me havia dito ter sido escripto por elle, respondeu-me que sim, porque *José Bonifacio não era Patriarcha da Independencia* e que, como presidente do Instituto Historico, não se tinha opposto ao monumento do largo de S. Francisco de Paula, foi por não mover desgostos entre os membros do Instituto e lembrar-se que José Bonifacio, como ministro de Estado na Independencia do Brasil, fez valiosos serviços á causa publica. Que podia ter feito ainda maiores e melhores serviços á nossa patria si a ambição do mando e o desmedido orgulho o não cegassem.» (*A Independencia*, pg. 168).

— A independencia estava nos corações de todos os brasileiros; e o seu grito muitas vezes havia chegado aos labios dos que, algumas nobres, mas arriscadas tentativas, fizeram em diversos pontos do Brasil para libertarem a patria da vergonhosa tutela de uma metropole. As circumstancias aplainaram e apressaram esse acto, já impossivel de embaraçar-se por mais tempo; e o brado do Ypiranga foi mais arrancado á necessidade de quem se diz chamar-se autor de uma obra já feita como provam as circumstancias bem conhecidas daquella época.» (*A Independencia*, pag. 158).

— «*Esta carta* (a de 24 de dezembro de 1821, redigida por José Bonifacio e que é a base em que seus amigos firmaram o seu patriarchado) *foi escripta depois da chegada de Pedro Dias Paes Leme a S. Paulo, enviado do Rio de Janeiro áquella provincia* pelo capitão-mór J. da Rocha, Azeredo Coutinho e outros, *para ella adherir ao movimento que se promoveu para a ficada do principe e em seguida para a independencia.*» (*A Independencia*, pag. 169).

— «Despertados os animos com as idéas da liberdade civil e politica, *José Bonifacio as adoptou* propondo movimentos pacificos...» (*A Independencia*, pg. 253).

— «Pedro Dias chegou a S. Paulo, no dia 23, á noite, e entregando a José Bonifacio os officios, este, no dia seguinte (24), reuniu o governo, e em nome da provincia redigiu o officio em que o governo provisorio mandou pedir ao principe que ficasse no Brasil — cujo officio, conduzido por Pedro Dias de Macedo Paes Leme, foi recebido no dia 1.º de janeiro de 1822... O principe, por esse tempo, *já em relações intimas com os principaes obreiros da independencia politica, tinha marcado o dia 9 de janeiro para o acto solenne*, em que a camara do Rio de Janeiro devia pedir ao principe regente que ficasse no Brasil, o que aconteceu no mencionado dia 9 de janeiro, respondendo elle: «*como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou prompto; diga ao povo que fico*». Tudo isso se effectuou na capital do Reino

do Brasil *sem a presença dos Andradas...»* (*A Independencia*, pg. 257).

— «*José Bonifacio, em 1821, não queria o desmembramento do Reino do Brasil do de Portugal*, porque, recebendo do erario régio (de Portugal) 18 mil cruzados, (1) não lhe convinha a incerteza com a mudança da nova ordem de cousas politicas; mas sabe-se que seu irmão Antonio Carlos constantemente lhe escrevia de Lisboa, em favor da causa do Brasil. Era então José Bonifacio vice-presidente do governo de S. Paulo, e vindo ao Rio de Janeiro como relator da commissão, enviada pela provincia de S. Paulo, já achando tudo feito, tomou conta das pastas, e deu começo a dirigir os negocios publicos.» (*A Independencia*, pg. 258).

— «Desejando servir-me da correspondencia entre os Andradas e o conselheiro Drumond, lhe escrevi, pedindo-lhe a faculdade para isto; e em resposta me disse que eu me servisse della, como me conviesse, *em proveito da verdade historica.*» (*A Independencia*, pg. 267).

— «*Quem não queria a independencia da patria era o conselheiro dr. José Bonifacio de Andrada e Silva*, receioso de que os seus interesses pecuniarios, como pensionista do Estado (portuguez), perigassem, si adherisse a qualquer pronunciamento de separação politica; e *para concorrer para o movimento que se estava fazendo no Rio de Janeiro, foi instigado por seu irmão Antonio Carlos*, que não cessava de lhe escrever de Lisboa, pedindo-lhe em favor da causa do Brasil.» (*A Independencia*, pg. 101).

Eis ahi o que disse um notabilissimo historiador da Independencia do Brasil, que conheceu pessoalmente os protagonistas de nossa emancipação e que teve em suas mãos toda a correspondencia politica de José Bonifacio e dos Andradas, dirigida ao conselheiro Drumond, redactor do «Tamoyo», jornal andradino:

---

(1) Cerca de 1:500$000 por mês. Vide o calculo de Varnhagen, na *Historia da Independencia*, nota da pag. 132.

— *Quem não queria a independencia patria era o conselheiro dr. José Bonifacio de Andrada e Silva!!*

Dirá um membro do Instituto Historico, o sr. Lellis Vieira, por exemplo, que Mello Moraes era apaixonado e escrevia por odio aos Andradas.

Não era tal. Escreveu a historia do Brasil-Reino, da independencia nacional e dos primeiros tempos do imperio do Brasil, baseando-se em numerosissimos documentos e no conhecimento pessoal que teve dos homens, dos factos e do meio. Eis a prova flagrante da imparcialidade de Mello Moraes:

— «A influencia do ministro José Bonifacio na direcção dos negocios publicos se vigorava e crescia em todo o Brasil; e o Principe Regente mostrava por elle a mais terna amizade, chamando-o muitas vezes de pae.

A direcção que o ministro José Bonifacio dava aos negocios publicos em crise tão melindrosa era tão acertada que não deixava flanco para ser combatido. Os ambiciosos voltaram-se para o Principe, cujo caracter impetuoso já conhecião, lisongeando-o, afim de minar por este lado a influencia do ministro. D. Pedro amava a gloria, mas não sabia o que ella era realmente; por isso deixou-se illudir.» (pag. 347).

— «A nomeação de Martim Francisco Ribeiro de Andrada no dia 4 de julho de 1822 para o Ministerio da Fazenda foi occasião de engrossar a opposição contra José Bonifacio. A unica razão que se articulava, então, contra semelhante nomeação, era da existencia de dois irmãos no ministerio e ficar assim o paiz entregue ao predominio de uma familia. O caracter por extremo severo de Martim Francisco tambem contribuiu, com o correr do tempo, para augmentar a opposição. *José Bonifacio, posto que conservasse sempre no desenvolvimento de suas idéas um rigor pouco commum,* era na execução dellas benevolente com os homens que elle tolerava, porque não os podia fazer melhores. *Condescendia tambem com o principe todas as vezes que este queria cousa que não offendesse os principios cardeaes da governação do*

paiz. Era irascivel e flexivel ao mesmo tempo, segundo as circumstancias. Martim Francisco, pelo contrario, não tinha consideração com ninguem: *traçara uma linha recta que devia percorrer, quebrando todos os obstaculos que encontrasse no caminho, até chegar ao seu destino, nem com o principe admittia sahir desta regra e não lhe fazia a vontade na cousa mais insignificante, uma vez que não estivesse na rigorosa condição da lei.* Definidos os caracteres dos dois irmãos, facil é conceber que a presença de Martim Francisco no Ministerio devia causar alguma mudança, no sentido de maior autoridade, em todos os ramos da publica administração. Martim Francisco, sendo mais moço e casado com uma sobrinha, filha de José Bonifacio, que elle amava ternamente, achou ainda maior prestigio por esta circumstancia no animo de José Bonifacio, *fazendo deste modo ainda mais evidente que os caracteres fortes são sempre dominadores.* Por algum tempo, Martim Francisco influiu directamente na decisão de todos os negocios publicos.» (Id., pag. 372).

— «*O dr. José Bonifacio de Andrada e Silva foi um brasileiro distincto e de reputação europea,* como sabio e bom naturalista.

Mas embora fosse um cidadão de profundos conhecimentos e bom literato, a sua conversação familiar, pouco discreta, ou antes livre, não era a mais propria para moralizar e conter um principe fogoso e de habitos desprestigiadores.

Todavia, *José Bonifacio prestou relevantissimos serviços ao Brasil, ajudando aos demais obreiros na grande obra da independencia do paiz.*

Seu bom coração nunca se fascinou com grandezas. Dispondo de tudo no Brasil, morreu sem titulos, e apenas com uma condecoração dada pela sra. d. Maria I... *Sua memoria será com justiça venerada, e seu nome pronunciado com respeitosa sympathia* por todos os que amarem a independencia politica do Brasil.

Martim Francisco foi dotado dos mesmos sentimentos patrioticos e de honradez de seu illustre irmão José Boni-

facio: fazia de seu merito proprio uma opinião muito elevada. Na sciencia financeira se julgava forte, bem como nas theorias dos governos representativos... Martim Francisco era homem genioso: uma offensa que recebia fazia-lhe uma ferida que não cicatrizava nunca na presença do offensor. Oppôz-se sempre á entrada das tropas extrangeiras no Brasil. Os seus discursos, no Parlamento, por occasião da maioridade do sr. d. Pedro II, são notaveis, não se podendo escurecer os seus relevantes serviços á Independencia do Brasil.» (Id., pg. 250).

— ∴

2.º) Em *Luis Francisco da Veiga:*

«A Independencia do Brasil, com a separação, era um facto providencial, irresistivel. Em Portugal todos os homens a previram e presentiram: a divergencia estava apenas nos meios de impedil-a. Mas, nenhum alvitre podia ser producente: os factos têm tambem sua logica e logica terrivel, porque invencivel. O Brasil tinha chegado a seu periodo da maioridade e essa maioridade devia tornar-se uma realidade. Em virtude dessa lei augusta, o Brasil devia tornar-se independente, sacudir a tutela de um reino europeu exiguo e decadente e ser admittido no grande congresso dos povos livres, no anno de 1822.» (*O Primeiro Reinado,* pg. 18).

— *Ao conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva não póde ser outorgado o titulo de Patriarcha da Independencia* do Brasil, si esse titulo quer dizer que elle foi o principal *promotor* da dita Independencia, o que é uma mentira pyramidal;

— *Do Rio de Janeiro e não de S. Paulo é que partiu o verbo iniciador da libertação brasileira...*

— Si José Bonifacio, primeiro ministro do Principe Regente, não foi consocio activo do club heroico dos conspiradores da Independencia, não foi co-réo perante a majestade lusitana, no honroso crime da nova e coroada

Inconfidencia, não agora simplesmente provincial, mas de todo o Brasil, sinão *por sua adhesão post factum*, que quinhão de gloria póde caber a seu irmão o conselheiro Martim Francisco...?» (*O Primeiro Reinado*, pg. 48).

— «*Nem José Bonifacio, nem Martim Francisco, promoveram directamente a Independencia do Brasil.* A representação da Junta de S. Paulo, datada de 24 de dezembro de 1821, mas só chegada a esta côrte, depois de 9 de janeiro de 1822, nenhuma influencia poderia ter sobre o *Fico* desta ultima data, pois que, si é de 3 de janeiro de 1822 o officio do governo de S. Paulo avisando o Principe Regente de que lhe seria apresentada uma mensagem, — tem a data de 26 de janeiro (17 dias depois do *Fico*) a *Fala* da deputação de S. Paulo, pedindo ao Principe que *ficasse*, o que *já estava resolvido*.

Si o vice-presidente da Junta de S. Paulo, conselheiro José Bonifacio, um dos signatarios da representação de 24 de dezembro de 1821 e orador da *Fala* de 26 de janeiro de 1822, não foi promotor do *Fico*, em que poderia concorrer para isso o secretario da Junta conselheiro Martim Francisco, que nem veiu á Côrte e não figura portanto, naturalmente, entre os signatarios da tardia *Fala* de 26 de janeiro de 1822?» (*O Primeiro Reinado*, pg. 50).

— «Quanto ao conselheiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, é facil provar a sua nenhuma intervenção nos actos e factos que produziram a Independencia do Brasil, porque nesse periodo heroico da nossa historia, estava ausente da patria, na capital da metropole, nas côrtes de Lisboa.» (*O Primeiro Reinado*, pg. 510).

— «O Reverbero», redigido por Joaquim Gonçalves Lédo e Januario da Cunha Barbosa era *orgam legitimo e illustre do querer, do pensar e do sentir de todos os brasileiros.*» (*O Primeiro Reinado*, pg. 25).

— «Si, porém, a estatua de bronze (a de José Bonifacio), que se ergue nessa praça do Rio de Janeiro, quer dizer que foi o laureado o principal promotor da indepen-

dencia de nossa patria, protestamos energicamente, em nome da verdade historica adulterada, em nome da gratidão nacional transviada, em nome dos verdadeiros promotores da Independencia, deslembrados e desprezados pelos que deviam conhecer a historia do seu paiz. Aquelle monumento-apotheose é apenas um documento de bronze das injustiças dos homens.» (*O Primeiro Reinado*, pg. 56).

Póde alguem dizer que Veiga tinha odio aos Andradas. Não. Tanto não tinha que no mesmo livro em que diz a verdade sobre o patriarcado, exalta a gloriosa trindade andradina. Eis a prova da sua imparcialidade:

— «Nada então fizeram os tres illustres irmãos Andradas em beneficio do seu paiz, durante o glorioso certamen da Independencia?

Responderemos, com inteira verdade e sincero prazer: os tres irmãos Andradas foram paladinos distinctos, valentes e dignos da liberdade do Brasil, pugnando pela perfeita egualdade de sua patria, em sua união com o Reino Unido de Portugal e Algarves. Nesse pleito preliminar da Independencia, honrosissimo para todos os brasileiros, foi, porém, Antonio Carlos o vulto mais brilhante e mais heroico. Nas Côrtes Geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, foi Antonio Carlos um gigante, pela palavra, pela coragem e pelo patriotismo, um O'Connell brasileiro, tão grande como elle, porque, como elle, dispunha de uma eloquencia prodigiosa; era imperterrito e invencivel na defesa da mais justa e mais sagrada das causas, porque, tambem como elle, amava estremecidamente a sua, não só *verde*, como opulenta *Erin* (Irlanda), não só *esmeralda dos mares*, como tambem *diamante-rei* do mundo de Colombo! Porque, tambem como elle, finalmente, propugnara denodadamente pela liberdade de seu paiz natal, aguardando, talvez, melhor opportunidade para combater em prol de sua Independencia, em terreno mais vasto, mais seguro e mais proprio, e á luz de um sol mais fulgurante e mais inspirador! Assim, nas Côrtes portuguezas, não tratou o sr. Antonio Carlos, nem poderia tratar, da Independencia do

Brasil; porém, tão sómente, como já dissemos, da *liberdade brasileira* ou da *egualdade de direitos* do reino americano em sua união com Portugal e Algarves.» (*O Primeiro Reinado*, pg. 53).

— «Acreditamos sinceramente que si o conselheiro José Bonifacio não fosse ministro no periodo de nossa Independencia, seria dos primeiros a promovel-a, porque não lhe faltava, por certo, amor da patria e sobrava-lhe illustração. O conselheiro José Bonifacio era brasileiro que gosava da mais extensa reputação scientifica nos tempos férvidos da Independencia.» (*O Primeiro Reinado*, pg. 55).

— «José Bonifacio era ministro, ministro do Principe Regente e nessa qualidade e *por essa qualidade se julgava dever ao principe eterno reconhecimento* pela honrosissima graça que lhe outorgara, nomeando-o seu primeiro ministro, sendo elle o primeiro brasileiro que recebia de rei tão grande distincção.» (*O Primeiro Reinado*, pg. 54).

— «O que fica dito a respeito do conselheiro José Bonifacio se applica tambem ao conselheiro Martim Francisco...» (Idem).

∴

3.o) No *visconde de Porto Seguro* (Francisco Adolpho de Varnhagen), contemporaneo dos Andradas:

«Quanto á representação da Junta de S. Paulo, *hoje que sabemos não ter sido ella que contribuiu para a resolução do principe, que foi mesmo em S. Paulo escripta muito depois de correrem no Rio de Janeiro os artigos no mesmo sentido do* «Reverbero» *e da* «Malagueta» e especialmente da folha «Despertador Brasiliense», *nenhum outro grande merito lhe cabe mais* que o da energia e vehemencia da linguagem, si é que essa vehemencia foi mais proficua que nociva ao Brasil.

Sem nos determos em examinar si essa linguagem era consentanea com o respeito devido ao principe, notaremos,

todavia, que *as idéas antidemocraticas nella ennunciadas fizeram que muitos liberaes, começando pelo deputado Barata, conceituassem de retrogrado o conselheiro José Bonifacio*, hostilizando-o, por essa suspeita, desde que foi chamado para o Ministerio.» (*Historia da Independencia*, pag. 132).

— «Por esse tempo (maio de 1822), propoz Domingos Alves Branco Muniz Barreto, em uma sessão da Maçonaria, que para ter o regente um titulo conferido pelo povo, se lhe pedisse acceitar o de *Protector e Defensor Perpetuo do Brasil*. Foi adoptada a idéa, redigiram Januario da Cunha Barbosa e Lédo o discurso que devia pronunciar José Clemente e se resolveu aproveitar, para a realizar, o dia 13 de maio, na occasião em que se festejasse o anniversario d'el-rei.»

— «Reuniu-se o Senado da Camara, já sobre isso prevenido, lavrou-se um termo a proposito do pedido do mesmo Senado o ser recebido em audiencia pelo principe depois do cortejo, e sendo-lhe esta concedida, pediu o seu presidente José Clemente Pereira que acceitasse o novo e significativo titulo, que o povo espontaneamente lhe offerecia. Respondeu o principe affirmativamente; mas parece que, melhor aconselhado, não admittiu o titulo de *Protector*, convencido de que o Brasil, a si proprio se protegia, guardando, porém, o nome de seu *Defensor Perpetuo*. Animados com a concessão desta graça, abalançaram-se os fluminenses liberaes, de accôrdo com o Senado da Camara, a pedir outra maior. Encontrara o decreto de convocação dos procuradores, certa opposição em algumas das provincias. Increpavam-no de ser apenas consultivo, com muitos fumos aristocraticos e tratamento de *excellencia*, concedido aos seus membros, e que, a sahir-se com um semelhante arbitrio da legalidade constitucional, mais garantias de liberdade daria a um verdadeiro congresso de deputados. Redigiu-se, neste sentido uma representação (foi redigida por Gonçalves Lédo), que foi logo entregue a José Clemente Pereira, o qual, convocando o Senado da Camara, fez por elle adoptar

immediatamente a resolução de dirigir o pedido ao principe, admittindo que se associassem ao Senado da Camara dois emissarios do Rio Grande do Sul e um do Ceará, que se achavam na capital. Resolveu o principe receber a deputação no dia 23, e já da mesma representação tinha conhecimento no dia 21, em que dava disso conta em carta a seu pae e accrescentava que não poderia recusar a convocação que lhe ia ser pedida porque «as leis feitas tão longe, e por gente que não conhecia o Brasil, não poderiam aproveitar-lhe». Ouviu o principe com attenção o decidido e energico discurso de José Clemente Pereira (redigido por Gonçalves Lédo), e respondeu promettendo resolver, depois de ouvir os votos das camaras e procuradores geraes das provincias, «para se conformar com o voto dos povos deste grande, fertil e riquissimo reino». Foi desde logo esta resposta annunciada ao povo pelo proprio José Clemente Pereira, de uma das janellas do Paço Imperial da cidade, e logo todos passaram aos do Conselho, a lavrar della o competente auto. Não havia ainda então na capital um só dos taes procuradores; deu-se, porém, por arvorado em tal o deputado eleito por Montevidéo para as Côrtes de Lisbôa, Lucas José Obes, que preferiu não seguir para a Europa. Ao mesmo tempo apressou-se a eleição dos dois procuradores do Rio de Janeiro, convocando-se os eleitores para o dia 1.º de junho; e tão precipitadamente tudo se fez, que nem os eleitores tiveram tempo de combinar entre si acerca dos seus candidatos, de modo que sahiram eleitos com mui poucos votos, Joaquim Gonçalves Lédo e o ancião José Mariano de Azeredo Coutinho, os quaes trez, installados em conselho, logo no domingo, 2, resolveram requerer no dia seguinte uma assembléa geral. Foi Lédo quem se incumbiu de redigir o requerimento ao principe, e começou dizendo: «Senhor — A salvação publica, a integridade da nação, o decoro do Brasil e a gloria de V. A. R. instam, urgem e imperiosamente commandam que V. A. R. faça convocar, com a maior brevidade possivel uma assembléa geral de representantes das provincias do Brasil».

Depois de motivar a urgencia do pedido, terminava dizendo: — «Ao decoro do Brasil, á gloria de V. A. R. não póde convir dure por mais tempo o estado em que está. Qual será a nação do mundo que com elle queira tratar, emquanto não assumir um caracter pronunciado? emquanto não proclamar os direitos que tem, de figurar entre os povos independentes? E qual será a que despreze a amizade do Brasil e a amizade do seu regente? É nosso interesse a paz: nosso inimigo só será aquelle que ousar atacar a nossa independencia. Digne-se, pois, V. A. R. ouvir o nosso requerimento: pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas».

Estremeceram os ministros (entre os quaes José Bonifacio) com a audacia das proposições proferidas por Lédo que nenhuma leitura prévia lhes havia feito da mencionada representação; *porém, reconhecendo o estado de efferescencia popular e a impossibilidade de se opporem no mais minimo a torrente, sem serem por ella derribados, apressaram-se a escrever na propria representação de Lédo,* assignada já por seu companheiro (Azeredo Coutinho) e por Obes, *que com ella se conformavam,* e nesse mesmo dia foi lavrado o decreto de convocação (redigido por Lédo) — *Historia da Independencia,* pgs. 161-162).

— Temos hoje a certeza que *a idéa e resolução primeira da proclamação de d. Pedro como imperador, e até a designação para ella do dia 12 de outubro, foi obra exclusiva da Maçonaria, e que José Bonifacio não pensava em tal. Conformou-se, entretanto, com a vontade geral,* propoz em conselho de Estado, no dia 11, a formula de resposta que devia dar o imperador no dia seguinte, e, como leal e sincero monarchico, alguns dias depois reconhecia vantagens em ter-se feito a acclamação, para que a autoridade suprema estivesse livre de correr risco nas discussões e deliberações da Constituinte. Mas a verdade é que esta acclamação contribuiu muito para dar força e popularidade ao partido liberal, de que Lédo era chefe,

em prejuizo da influencia e quasi supremacia do mesmo José Bonifacio.» (*Historia da Independencia*, pgs. 189-191).

— «*Não era mais possivel contemporizar.* E inspirado pelo genio da gloria, que annos depois, no proprio Portugal, lhe havia de ser outras vezes tão propicio, não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma provincia que depois conceituava de «agradavel e encantadora», dali mesmo, do meio daquellas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resoluto de *Independencia ou Morte!* (*Historia da Independencia*, pg. 186).

— «*Assim, Lédo tomou a si um dos manifestos* — o *dirigido aos brasileiros, que levou a data de 1.º de agosto.* Por meio delle, justificava o principe a sua resolução de ficar no Brasil, e de se declarar defensor perpetuo e de convocar o Congresso.» (*Historia da Independencia*, pg. 173).

— «No Rio de Janeiro, apenas partida a divisão Avilez, admittiu o principe (decreto de 16 de fevereiro de 1822) a idéa de um conselho de procuradores das differentes provincias, dando de um a trez, conforme o seu tamanho, todos com o tratamento de excellencia e formando um Conselho de Estado. O plano que já fôra indicado em um folheto antes publicado, foi-lhe agora pedido pelo Senado da Camara da Capital (Rio de Janeiro) e o deputado da Junta de Minas (a idéa partiu de Lédo, Clemente, Januario e general Nobrega). Não agradou muito a idéa ao ministerio (presidido por José Bonifacio), talvez por não ser de iniciativa sua.» (*Historia da Independencia*, pg. 146).

— «Foi unanime, entre os paisanos (Gonçalves Lédo e outros), a decisão de se opporem á partida do principe, e desde logo, para os ajudar neste sentido, mandaram emissarios a S. Paulo, a Minas e a outras provincias. A S. Paulo foram João Evangelista Savão Lobato, ao depois senador, e Pedro Dias Paes Leme, ao depois

marquez de Quixeiramobim. (*Historia da Independencia*, pag. 147).

— «Recorreu então a Camara ao pedido de convoca- de uma Constituinte, e José Bonifacio aconselhou ao principe a resposta evasiva, de que esperaria conhecer antes a opinião das outras Camaras e a do Conselho dos Procuradores, que passava a reunir.» (*Historia da Independencia*, pag. 147).

4.º) No conselheiro *João Manuel Pereira da Silva*, andradista, contemporaneo dos protagonistas da Independencia:

— «Absorvendo a influencia do Grande Oriente Maçonico, antes mesmo que José Bonifacio tivesse chegado de S. Paulo, em janeiro de 1822 e tomado conta do poder que lhe confiara d. Pedro, empregava-a Lédo contra os ministros e levantava no paiz uma agitação crescente, alimentada, ainda mais, pelo seu periodico «Reverbero» e por outros que creára e espalhava pelas diversas classes do povo. *Do Grande Oriente Maçonico haviam partido as primeiras vozes e incitações para a Independencia; delle se tinham expedido emissarios para todos os pontos e provincias do Brasil, encarregados de promover e expertar os animos dos povos contra o jugo portuguez.*» (*Hist. da Fundação do Imperio*, tomo 7, pgs. 6 e 7).

5.º) No Brigadeiro *José Joaquim Machado de Oliveira.*

— «*Iniciadas assim as cousas no sentido da regeneração politica*, não podia escapar á alta penetração do mui illustrado conselheiro José Bonifacio de Andrada o perscrutar as tendencias dos paulistas para esse fim; é, pois, conhecendo que eram estas consentaneas com as suas

crenças, não se desviando dos principios que desde muito tinham distincto logar em suas locubrações politicas, dispoz-se a animal-os, por si e por seus amigos, em cujos circulos se aventavam esses assumptos, com prudencia e circumspecção.» (*Obras escolhidas*, vol. I, pag. 236).

Isso quer dizer que o movimento revolucionario para a regeneração politica já estava iniciado, quando José Bonifacio, perscrutando-o, resolveu adherir. Logo, não foi o iniciador, o criador, o patriarca. E quem é esse brigadeiro Machado? Diremos: foi contemporaneo dos Andradas, admirador profundo de José Bonifacio, membro laureado do Instituto Historico do Brasil. Delle disse, em discurso, em 1868, o orador official do Instituto Historico Brasileiro, dr. Joaquim M. de Macedo, auctor duma Historia do Brasil: «O Instituto Historico e Geographico do Brasil, que se ufana de mostrar na sala de suas sessões os bustos do conego Januario e do marechal Cunha Mattos, jamais esquecerá os serviços que deve ao brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, que a si proprio ergueu uma estatua nos trabalhos com que enriqueceu esta instituição...»

Era andradista e não era pamphletario. Conheceu José Bonifacio e no-lo aponta como adhesista ao movimento de regeneração politica do país.

***

6.º) No marechal *Henrique de Beaurepaire Rohan, ex-ministro de estado e ex-conselheiro supremo da guerra, contemporaneo dos Andradas).*

— «Sendo estudante de engenharia em 1832, passando com outros pela rua do Ouvidor, vi em uma loja um quadro, contendo varios bustos e no centro delle o do conselheiro dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, com uma inscripção por sobre a cabeça de José Bonifacio, que dizia — «*Patriarcha da Independencia*». Até essa época nunca ouvira falar em patriarchado da Inde-

pendencia, dado a José Bonifacio, mas espalhando-se a noticia da existencia do quadro por entre os partidarios dos Andradas, grassou a idéa, acceitando-a mesmo o sr. José Bonifacio, *até que os contemporaneos que acompanharam os movimentos politicos de 1821 a 1833, apparecendo na imprensa da época, restabeleceram a verdade dos factos e desmantelaram ou nullificaram o pretendido patriarchado do sr. José Bonifacio.*» («A Independencia e o imperio», pg. 138).

7.º) No *barão de Rezende:*

O barão de Rezende que, com os documentos de seo pae — o marquês de Valença, contemporaneo dos Andradas, escreveu sobre a Independencia, diz que, *Gonçalves Lédo constituiu o centro de todo o movimento revolucionario em favor da causa brasileira* («Estudos historico-politicos», 4.ª serie, pg. 134).

8.º) No *Visconde de Cayru:*

«O Andrada foi contraste, não parallelo, com Franklin.» (Chronica Authentica, 1829, III, 69).

Franklin foi um dos fundadores da Republica Norte-Americana, um estadista notavel, um espirito liberal, um patriota sincero.

José Bonifacio, diz o visconde de Cayru, que o conheceu muitissimo bem, não foi parallelo, e sim contraste de Franklin. Logo... conclua o leitor.

CAPITULO VIII

Bonifacio — o professor

CAPITULO VIII

Bonifacio — o professor

José Bonifacio escreveu varias memorias e tres obras. Na sua bagagem litteraria destacam-se os seguintes trabalhos: um volume de versos — *Poesias de Americo Elysio* — publicado em 1825, e duas memorias apresentadas á Assembléa Constituinte — « Apontamentos para a civilização dos Indios bravos do Imperio do Brasil » — e « Representação á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil, sobre a escravatura ».

E suas principaes memorias foram:

« Sobre os diamantes do Brasil »; « Sobre as minas em Portugal »; « Sobre a nova mina da outra banda do Tejo »; « Sobre os veeiros e jazigos metalliferos de Traz-os-Montes »; « Viagem mineralogica pela provincia da Extremadura até Coimbra »; « Memoria sobre a minerographia da serra que decorre do monte de Santa Justa ... até Santa Comba »; « Viagem geognostica aos montes Euganeos »; « Instrucções praticas e economicas para os mestres e feitores das minas de oiro de desmonte e lavagem no Brasil »; « Plantio dos novos bosques em Portugal ».

Um dos seos principaes discursos foi o pronunciado em 20 de março de 1817 na Academia de Sciencias de Lisboa, — *Panegyrico da rainha d. Maria I.*

Traduziu o periplo de Hanon (trabalho incompleto), dado a lume em 1 de maio de 1900 pelo dr. Felix Pacheco, nas columnas do « Jornal do Commercio ».

Estudou e descreveu as seguintes especies mineraes: a *Petalite*, a *Spodumene*, posteriormente denominada *Triphane*, por Haüy, a *Scapolite* e a *Kryolite*, uma quasi ori-

ginal, a *Ichthyophtalma*, e sete variedades; foram estas a *Wernerite*, variedade da *Scapolite*: a *Akanthikone*, variedades do *Pyroxéne*, a *Indicolite*, considerada por Haünay como uma especie distincta; a *Aphrizite*, outra variedade da *Turmalina*, e a *Allochroite*, variedade da *Granada*.

De sua competencia como professor, como pedagogista, o leitor tirará as devidas conclusões do seguinte projecto para a criação de uma Universidade Brasileira:

ESBOÇO DE HUA UNIVERSIDADE NO BRASIL

A Universidade terá assento em S. Paulo, pelo bom clima e salubridade do ar, barateza de comestiveis e alojamento, e pela facil communicaçaõ com as capitanias do Centro e costa. Poderá abrir as suas aulas no convento do Carmo, que tem muitas accomodações e bom sitio.

Constará de 3 Faculdades: Philosophia, Jurisprudencia e Medicina: a Theologia será ensinada nos Seminarios dos Bispos.

A Universidade será governada por um Cancellario, que será sempre um Principe de sangue; e por um Reitor triennal, tirado por turno seguido dos Lentes das Faculdades, o qual alem do ordenado da sua cadeira terá de ajuda de custo no tempo do Reitorado 600 mil rs.

A Universidade terá a Directoria geral dos Estudos publicos de todo o Ultramar a qual será dirigida por hua Junta de 5 Deputados, hum dos quaes será Secretario, presidida pelo Reitor.

Para os negocios pecuniarios haverá hua Thesouraria, composta de hum Thesoureiro, hum Contador, hum fiscal, e 9 officiaes papelistas, e presidida pelo Reitor.

A Universidade terá hua Tipographia, hum Laboratorio chimico, hum Observatorio Astronomico, hum Museo de historia natural, e hua Livraria, e hum Hospital.

As cadeiras das 3 Faculdades saõ as seguintes:

Philosophia em 3 classes.

Classe de sciencias naturaes:

Cadeira primeira. Historia Natural ou Zoologica e Botanica.
segunda. — Chimica e Docimasia.
terceira. — Phisica.
quarta. Mineralogia em toda a sua extençaõ.

Philosophia racional moral:

Cadeira quinta. — Logica e Moral.
» sexta. — Metaphysica e Aesthetica.
» setima. — Historia, Cronologia e Geographia.

Sciencias mathematicas:

Cadeira oitava. — Mathematica Pura.
» nona. — Phoronomia.
» decima. — Astronomia.

Jurisprudencia:

Cadeira primeira. — Instituições de Direito Natural e das Gentes.
» segunda. — Direito Romano com a sua Historia.
» terceira. — Direito Canonico com a sua Historia.
» quarta. — Direito Patrio.
» quinta. — Economia Politica e de Fazenda.

Medicina:

Cadeira primeira. — Materia Medica e Pharmacia.
» segunda. — Anatomia.
» terceira. — Physiologia e Pathologia.
» quarta. — Medicina Clinica.
» quinta. — Chirurgia e Arte Obstetricia.

São por tudo 20 cadeiras com outros tantos Lentes; e para a substituiçaõ destes terá a Philosophia 9 substitutos; a Jurisprudencia 2 e a Medicina 3, por causa da assistencia no Hospital.

Das cadeiras 8 serão a 800 mil rs., 6 a 700 mil rs. e 6 a 600 mil rs., os substitutos terão de ordenado 400 mil rs.

Despezas geraes por orçamento:

8 cadeiras a 800.000 rs.	6.400.000 reis
6 ditas a 700.000 rs.	4.200 000
6 ditas a 600.000 rs.	3.600.000
9 substituições a 400.000 rs.	3.600.000
Reitor para ajuda de custo	600.000
Directoria dos Estudos, 5 Deputados a 250.000 rs. cada um	1.250.000
Thesouraria	2.000.000 »
Bedeis, Guardas dos Estabelecimentos, etc.	2.000.000
Estabelecimentos mencionados acima	6.000.000 »
Somma total. . .	29.650.000 reis

Os fundos que se poderão applicar a estas despezas saõ:

1.º Os restos do Subsidio Litterario mais augmentado.

2.º As matriculas dos Estudantes a 24.000 rs. cada hum.

3.º Fazendas dos Jezuitas e de alguns conventos suprimidos.

4.º Legados pios.

5.º Pensaõ do Erario Regio, emquanto naõ chegarem os outros fundos.

Com o andar do tempo, e havendo mais dinheiro se poderão accrescentar mais alguas cadeiras praticas.

Analyse bem o leitor esse projecto. E veja que amontoado de asneiras... pedagogicas. Sob o ponto de vista do ensino, isto é, technico, esse projecto de Universidade é um aborto. E que tal a idéa de se dar a reitoria a um *principe de sangue?* Nem quando fazia planos pedagogicos o velho sabio Andrada punha de lado o seu *aulicismo*, a sua cortezía aos potentados. Pudera!... Doze mil cruzados por anno que o sabio recebia do erario real bem mereciam essas curvaturas de espinha dorsal.

CAPITULO IX

Bonifacio — o abolicionista

CAPITULO IX

Bonifacio — o abolicionista

Como sociographo, escreveu sobre a civilização dos selvicolas e sobre a escravatura. Aqui poremos alguns topicos, escolhidos por um grande admirador dos Andradas, por um intellectual de valor. Foram tirados da representação sobre a escravatura, e podem ser amostra do valor de Bonifacio como sociographo.

Os «Apontamentos para a civilização dos indios bravos do Imperio do Brasil» e a «Representação á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a escravatura», acham-se reunidas em publicação official, feita em 7 de Setembro de 1910, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, por occasião da inauguração do «Serviço de Protecção aos Indios e localização de trabalhadores nacionaes».

Eis os excerptos:

— Mas como poderá haver huma Constituição liberal e duradoura em hum paiz continuamente habitado por huma multidão immensa de escravos brutaes e inimigos?

. . . .

He tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com hum trafico tão barbaro e carniceiro; he tempo tambem que vamos acabando gradualmente até os ultimos vestigios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações huma Nação homogenea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitaveis e felizes. He da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade physica e civil; cuidemos, desde

já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrarios, e em *amalgamar* tantos metaes diversos, para que saia um Todo homogeneo e compacto, que se não esfarelle ao pequeno toque de qualquer nova convulsão politica.

. . . .

Nação nenhuma talvez peccou mais contra a humanidade do que a Portugueza de que faziamos outr'ora parte. Andou sempre devastando não só as terras d'Africa e d'Asia, como dice Camões, mas igualmente as do nosso Paiz. Forão os Portuguezes os primeiros que, desde o tempo do Infante D. Henrique, fizerão hum ramo de commercio legal de prear homens livres e vendel-os como escravos nos mercados Europeos e Americanos.

. . . .

Que educação podem ter as familias, que se servem destes entes infelizes, sem honra nem religião? de escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo porem se compensa nesta vida; nós tyranisamos os escravos e os reduzimos a brutos animaes, e elles nos inoculão toda a sua immoralidade, e todos os seus vicios.

. . . .

Qual é a Religião que temos, apezar da belleza e santidade do Evangelho, que dizemos seguir? A nossa Religião he pela mór parte hum systema de superstições e de abusos anti-sociaes; o nosso Clero, em muita parte ignorante e corrompido, he o primeiro que se serve de escravos, e os accumula para enriquecer pelo commercio, e pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas um *Haren turco.*

. . . .

Riquezas e mais riquezas gritão os nossos pseudo-estadistas, os nossos compradores e vendedores de carne humana; os nossos sabujos Ecclesiasticos; os nossos Magistrados, se he que se pode dar um tão honroso titulo a almas, pela mór parte, venaes, que só empunhão a vara da Justiça, para opprimir desgraçados, que não podem satisfazer á sua cobiça ou melhorar a sua sorte.

. . . .

Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quasi que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil hum dia regenerado e feliz, pois que se me antolha, que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nascerão entre nós antes da civilisação e da industria; e qual será a causa principal de um phenomeno tão espantoso? A escravidão, Senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os fornaes de seus escravos, vive na indolencia, e a indolencia traz todos os vicios apoz si. Diz porem a cobiça cega, que os escravos são precisos ao Brasil, porque a gente delle he frouxa e preguiçosa. Mentem por certo.

. . . .

A Natureza próvida, e sabia em toda e qualquer parte do Globo dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum paiz necessita de braços extranhos e forçados para ser rico e cultivado.

Alem disto, a introducção de novos Africanos no Brasil não augmenta a nossa população e só serve de obstar á nossa industria.

. . . .

As artes não se melhorão: as machinas, que poupão braços, pela abundancia extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas.

. . . .

A lavoura do Brasil, feita por escravos boçaes e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantasticos se illudem.

. . . .

Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos illudaes, Senhores, a propriedade foi sanccionada para bem de todos, e qual he o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturaes, e se tornar de *pessoa* a *cousa*, na phrase dos Jurisconsultos? Não he pois o direito

de propriedade, que querem defender, he o direito da força, pois que o homem, não podendo ser cousa, não pode ser objecto de propriedade.

. . . .

Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal de homens, que não podem ser propriedade de ninguem, sem atacar os direitos da Providencia que fez os homens livres e não escravos; sem atacar a ordem moral das sociedades, que he a execução escrita de todos os deveres prescriptos pela Natureza, pela Religião, e pela sãa Politica: ora, a execução de todas estas obrigações he o que constitue a virtude; e toda Legislação, e todo Governo (qualquer que seja a sua fórma) que a não tiver por base, he como a estatua de Nabucodonozor, que huma pedra desprendida da montanha derribou pelos pés; he um edificio fundado em area solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona. »

Nessa representação que fez contra a escravidão de negros diz José Bonifacio:

— « *He tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um trafico tão barbaro e carniceiro...* »

— « *Que educação podem ter as familias, que se servem destes entes infelizes, sem honra nem religião! De escravas que se prostituem ao primeiro que as procura.* »

Leram bem? Dizia o grande Andrada que era um crime comprar e vender escravos; e maior crime seria mante-los em casa, pois elles determinavam a má educação da familia...

É de se suppôr que esse abolicionista vermelho que representava ao Parlamento Brasileiro contra a escravidão, não comprasse nem vendesse escravos. Pois comprava e vendia negros, esse *patriarca* abolicionista. Era tal *heroe* adepto da *egrejinha* moral de Frei Thomaz:

Faça o que eu digo e não faça o que eu faço.

Querem a prova? Aqui vae:

REGISTRO DO ANNO DE 1822

— *N. 218* — *«Anacleto, creoulo, de 18 annos, filho de João, negro Mina, e Maria, cafúa; vendedor o sr. José de Menezes de Vasconcellos Drumond; comprador o dr. José Bonifacio de Andrada. Preço ajustado cem mil reis (100$000).» (Registro de Vendas e Compras de Escravos, 1822).*

Mais tarde, esse mesmo *bodinho* foi vendido a um sr. Antonio Moniz Teixeira.

REGISTRO DO ANNO DE 1823

— *N. 134* — *«Anacleto, creoulo, de 19 annos, filho de João, negro Mina, e Maria, cafúa: vendedor o dr. José Bonifacio de Andrada; comprador o sr. Antonio Moniz Teixeira, negociante.» (Idem, idem, 1823).*

Que tal o abolicionista vermelho? Optimo, não ha duvida.

Dizia elle que o escravo corrompia a familia com a sua *moral* delecteria. Pois Bonifacio, que tinha filhas donzellas, teve escravos até morrer, e por sua morte deixou-os a sua filha solteira Narciza Candida de Andrada.

Apreciem os leitores este *pedacinho* do testamento do illustre e glorioso abolicionista:

— *«Declaro que deixo por universal herdeira de minha terça a minha filha d. Narcisa Candida de Andrada, em cuja terça é minha vontade entrem em collação as quatro apolices do governo, acima mencionadas, egualmente uma «cabrinha» chamada Constança, e um preto de nação chamado Pedro.» (Do Testamento de José Bonifacio, lavrado na Ilha de Paquetá. Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1834, pelo padre Luis da Veiga Cabral. Original em mãos do dr. Alberico Possolo, residente na rua Russel n. 4 — Rio de Janeiro. Publicado em 1861, no n. XII da «Revista Popular»).*

Este Andrada abolicionista que affirmava o corrompimento e a má educação das familias pela immoralidade dos escravos, deixava em testamento para sua filha solteira Narciza Candida uma escrava de nome Constança, e um escravo de raça de nome Pedro.

Isso é o que se chama ser gloriosamente abolicionista!

Que differença de outros abolicionistas de tempos depois.

Querem uma comparação? Ei-la. O Barão de Campinas (Joaquim Pinto de Araujo Cintra), era um dos mais opulentos fazendeiros de S. Paulo. Como tal dono de numerosos escravos. Pensando aprimorar a educação dos seos filhos, mandou-os estudar no Estrangeiro: Joaquim (hoje o circumspecto e respeitavel dr. Joaquim Pinto da Silveira Cintra) foi para a Belgica estudar Medicina; José do Carmo, foi estudar direito; Cherubim foi para os Estados Unidos estudar engenharia. Luis Cintra, o mais moço dos irmãos, ficou em S. Paulo. Os rapazes foram, formaram-se e voltaram, um delles republicano e abolicionista. Na celebre convenção republicana de Itú de 1870, lá esteve um, o dr. José do Carmo Cintra. Depois, a luta abolicionista tomou vulto. O filho tentava convencer o velho barão de Campinas que a escravatura era uma nodôa social do Brasil. Correu o tempo. José do Carmo Cintra, o advogado, fez uma conferencia abolicionista: o velho Barão ouviu-o attentamente e durante horas meditou sobre o que o filho dissera. E, grande proprietario de escravos, riquissimo fazendeiro, resolveu ficar abolicionista. Fôra convertido pelo filho. Para não perder dinheiro, poderia vender os escravos e as fazendas. Não o fez. Annunciou uma grande festa de S. João em sua Fazenda Santo Antonio" e antes da ceia, passou os olhos pela assistencia e viu o jovem republicano e abolicionista bacharelando Carlos de Campos, por quem o velho barão tinha grande estima. Já naquelle tempo Carlos de Campos, hoje *leader* da Camara Federal, era um orador afamado.

E num gesto vagaroso, irradiante de bondade, o Barão de Campinas chamou o jovem Carlos de Campos.

E muito naturalmente, disse o velho fazendeiro ao ardoroso moço abolicionista:

— «*Quem trabalha deve ganhar. O trabalho do homem é sagrado. De hoje em deante estão fôrros todos os meos escravos. Diga isso num discurso bonito sobre a liberdade.*»

E o então bacharelando, e hoje *leader* da politica nacional, Carlos de Campos, *fallou bonito*, dizem algumas testemunhas do facto, que ainda sobrevivem.

Abolicionista assim, comprehende-se. Abolicionista como José Bonifacio, que comprava e vendia escravos e que os legava, em testamento, aos filhos, isso... é ser abolicionista *marca* frei Thomaz.

CAPITULO X

Bonifacio — o cortejador

CAPITULO X

Bonifacio — o cortejador

José Bonifacio dá-nos amostra de seo espirito cortejador, nas seguintes cartas, dirigidas ao ministro português, conde de Funchal:

— Illm. e Exm. Sr. Conde do Funchal. (1)

Meo bom e honrado Amigo, a carta de V. Ex. muito bem me fez ao coração. — Vejo que ainda se não esqueceo do seo Andrada de *Veneza*, do seo Andrada que nunca se esquecerá da generosa lembrança de sacrificar os seos serviços no tempo da perseguição do *cafre* Luiz de Vasconcellos de bestial memoria. Se lhe naõ tenho escrito, foi por escrupulo de naõ ser abelhudo e porque me naõ cumpria hir tomar-lhe o tempo, que lhe naõ chegaria para despachar negocios, desfazer intrigas, e cabalas, e debellar tanto GIGANTE DESCOMUNAL e tantos MALANDRINS. Depois que vi por fim lembrados os seos grandes serviços e por fim nomeado Ministro de Estado, entaõ de proposito o naõ quiz fazer; porque despois de tanto silencio podia talvez a minha escrita cheirar a Lisonjaria, baixeza que meo coração detesta por antipathia organica e por principios arreigados, e já hoje invenciveis. — Deo-me muita consolaçaõ a sua carta; porque della vejo que V. Ex. apezar das cinzas dolosas, que vae pizar, tem todavia coragem de hir fazer bem pelos unicos caminhos, que deve — Justiça e merecimento.

(1) Esta carta, bem como as duas outras que se lhe seguem, já foram publicadas no « Jornal do Commercio » de 24 de Janeiro de 1907.

Despois de tão longo intervallo, permitta-me que aboque esta primeira occasião para conversarmos hum pouco em coisas que podem ser uteis aos meos naturaes e de gloria solida ao nosso bom Princepe — naõ presumo tolamente hir dizer perolas ou segredos Pythagoricos á V. Ex. — naõ snr., já dice que queria conversar. — De mais a hum amigo que pode influir na felicidade futura de milhões de Portuguezes, devo fallar verdades, ainda safadas; porque sempre faz bem a sua reminiscencia. Parece-me que estará por esta minha apologia, e que me desculpará se a carta sahir mais longa que a Legoa da Povoa.

Eu pelo que tenho observado desde que voltei á Portugal, e pelo que me tem sucedido, devera já ter toda a esperança perdida de verdadeiros melhoramentos; e julgar-me no Inferno de Dante onde os que entrão deixão toda a esperança á porta; naõ me ficando por ventura outro papel que representar, senão o *diabolicamente-heroico* do Satanaz de Milton: mas meo bom snr. naõ sei como somos feitos os homens de bom coraçaõ que nunca perdemos á esperança de milhor futuro. V. Ex. vae substituir á seo immortal irmaõ em hua Côrte dividida, pelo que soa, em partidos inimigos, onde apezar do excellente coraçaõ do soberano, de certo será abocanhado e atapalhado pelas rivalidades do *Egoismo* e da *Inveja*, pelas vistas acanhadas da Ignorancia crassa, e pelas intrigas infernaes do *satrapismo* e Criaturismo, que nos tem arruinado. — Por quem hé, naõ seja taõ franco e credulo, como seo bom irmaõ: naõ se deixe enganar pelos intrigantes astutos e hypocritas, que lhe haõ de hir beijar os pés e lamber o trazeiro, quando quizerem ligar-lhe as mãos ou dezatalas para o seo interesse, e planos tenebrosos? Entre nós até se finge dextramente sciencia e actividade; quanto mais patriotismo e probidade. Para levar ao cabo a regeneraçaõ do Estado Portuguez, e para a criaçaõ *genesica* do Brasil naõ servem imposições de maõs sacramentaes com que fazem de barbeiros sapateiros; e nem com pedra tosca de Lioz se podem esculpir Apollos do Belvedere — Lembre-se que tem,

qual novo Magalhães, de navegar em barco podre e esburacado por entre montaõ de escolhos e arrecifes. Seu honradissimo e grande irmaõ, cuja memoria me será cara emquanto me durar este sopro de vida que me anima, muito tentou, muito trabalhou-até matou-se; e todavia pela desgraça do tempo e Logar, por nimia bondade e confiança, por certa sofreguidaõ, as vezes prematura, *multum agendo*, muito lhe deixou que fazer. Pela ultima carta, com que me honrou em 30 de Outubro de 1811 elle mesmo andava receoso, de que a ignorancia e a intriga não derribassem os bens que tinhão começado á tanto custo; e já cançado do luctar com gente bestial e ingrata, hia cada vez avaliando em menos a triste especie humana. — Mas que devia elle esperar de homens apagados nas trevas do *Obscurantismo* e corrompidos pela mór parte até o amago? Como podia tal gente avalial-o e ser-lhe grata? Se a moralidade e civilizaçaõ de qualquer povo se fundão nas instituições politicas e religiosas; essa Philosophia, para o dizer assim, domestica de cada familia e de cada individuo, como naõ devia elle encontrar, em vez de homens feitos, huã especie de *Marres brancos!* A nossa religião popular que he? hum systema ligado de superstições anti-sociaes e contrarias á letra e ao espirito do Evangelho, onde estão as nossas Leis antigas? Desde o Marquez de Pombal nem magistrados, nem o Governo as executão ou respeitão. Que educação fisica e scientifica tem o nosso povo, principalmente no Brasil? A honra era hua quimera, o saber hum traste inutil, quando não perigoso, o trabalho activo inutil ou desnecessario e a virtude sonhos de cabeças esquentadas. Eu posso enganar-me na minha misanthropia e até o desejo: mas desculpe V. Ex. um Paulista avezado á meditação dos antigos e enfadados horrores da moderna Europa. V. Ex. vae para a Corte do Rio de Janeiro, lá verá pelos seos olhos — Dinheiro, titulos e roliças Hebes gritam em cardume os nossos Portuguezes renda no Erario e novos impostos os nossos Estadistas, ignorancia e superstiçaõ os nossos *sabujos de coroa*, e submissaõ passiva os nossos satrapas. O quadro he feio, e

talvez exagerado pela rabuje mental que me roe; naõ he para o desanimar na sua brilhante carreira com tempo e constancia aturada e tambem com boas manhas fará milagres. Procure que se removaõ os obstaculos da industria; que a razaõ e as sciencias ganhem pés diariamente — educaçaõ physica e gymnastica porque o clima e a fertilidade do torraõ a requerem imperiosamente — naõ empecer os voos espontaneos da actividade particular-premio certo e prompto aos benemeritos, castigo aos patifes-nada de castellos de cartas de jogar que só divertem crianças; tudo ligado e successivo — e verá entaõ V. Ex. quantos milagres se fazem! He difficil a empreza; porem para merecer a estimaçaõ e o respeito dos homens de bem basta começada com juizo.

V. Ex. diz muito bem que vae mudar de vida — sim sr. e como vae viver entre *cafres* e *cimmérios*, que remedio senão alumialos e humanisalos. Não tema porem pela sua saude; porque apezar da Nova Guiné do Rio de Janeiro seguir a dietetica do Paiz, fundada em longa experiencia, e se naõ trabalhar nas horas de maior calor, fico que viverá taõ bem como os indigenas. — Os banhos de mar e os passeios a cavallo lhe faraõ muito bem; e Deus o ajudará no resto. Será difficil amalgamar-se com os outros *semi metaes* com que vae combinar-se e naõ permitta o Ceo, que nesta amalgama se *neutralise* V. Ex. de todo; porque entaõ estamos perdidos. Outra amalgamaçaõ muito difficil será a liga de tanto metal heterogeneo como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, Indios, etc., etc., em hum corpo solido e politico. Se agora já pudesse, tomava a liberdade de lhe enviar por escrito as idéas que me tem occorrido sobre novas Leis regulativas da escravatura, inimigo politico e moral o mais cruel que tem essa nova China. Se com tempo e geito naõ se procurar curar este cancro, aDeos hum dia do Brasil: o outro objecto que me tem merecido muita meditaçaõ e disvello saõ os pobres Indios, assim gentios, como domesticos — para que a raça desgraçada desta misera gente naõ desappareça de todo, he mais que tempo que o Governo pense seriamente nisto — a

povoaçaõ do paiz, a religiaõ e a humanidade bradaõ á muito tempo por hum systema sabio, ligado e duradouro.

Vamos por fim ao que me pede V. Ex. quer que lhe aponte alguns homens de talento e capacidade, e o que mais he de probidade que possa empregar em viagens Botanicas, Mineralogicas e Chimicas pela vasta e rica *terra incognita* Brasilica-Com effeito tem muita razão de querer nacionaes; pois foi vergonha empregar o inglez Mawe para se decidir se hua pedra era hum diamante ou hum calhao. Com todo o rigor e sizo, ahi vae o pequeno catalogo que achei. Para a Botanica he excellente o lente substituto Antonio José das Neves-em conhecimentos e talento o julgo muito superior ao Tartuffo de Brotero; mas tem seo defeito, e he o poetisar algum tanto, e ser filhote: no Maranhão estava hum moço habil na materia, Vicente Jorge Dias Cabral, de quem vi alguas Memorias, que me agradaraõ. Em Mineralogia posso inculcar meo Irmaõ, o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, formado em Philosophia e Mathematica, e Director das Minas de S. Paulo-em hua viagem mineralogica que fez commigo e o dextro italiano Napion, deo-me muitas esperanças e mostrou muito talento. Hoje está Tenente Coronel no Brasil, hum Allemaõ que me veio para mestre da fabrica de ferro, Guilherme de Eschwege, que aqui se deo muito a este estudo e o fiz viajar com esse fim por alguas partes do Reino: tem talento e actividade. mas quanto ao caracter, naõ o posso abonar dispois que se fez Baraõ do *ci-devant* Sacro Imperio Romano com bullas falsas. Para a Chimica acha-se no Brasil José de Sá Betencourt Accioli, Irmaõ do Camara, muito capaz-foi meu condiscipulo em Coimbra, e então mostrava mais talento que o Irmaõ. Aqui está hum moço que he huma joia em Chimica, e he Alexandre Antonio Vandelli, filho do infeliz velho Domingos Vandelli, que apezar de 90 annos de idade, e de já estar quasi caduco, ainda assim foi julgado *perigoso* e como tal jaz desterrado sem tom nem som-O filho por experiencia de quasi tres annos o julgo muito habil e o mais capaz em Chimica de quantos conheço. Por cá ou por lá se poderaõ

descubrir mais alguns; mas naõ dos que estaõ em cadeiras ou estabelecimentos novos no Rio; porque segundo me consta, são ou pedantes ou perfeitas Lesmas.

Tenho acabado a minha *Rapsodia*: mas ainda tenho que dizer-lhe mais um bico de obra. Quero offerecer-me á V. Ex. para algua coisa que possa ser util ao Estado e ao Brasil, onde nasci e que desejo anciosamente servir; porque conheço o que póde e deve vir a ser hum dia, se tivermos juizo; e porque me roe a consciencia de me naõ ter ainda aproveitado da Licença Real que lá me alcançaraõ. Porém aqui tenho ficado; por que comecei a Restauraçaõ e queria vela já livre de maior perigo-demais seo bom irmaõ, o Sr. Principal, a quem devo mil attenções e fiel amizade emperrou-se em me ter a seu lado; e cedi emquanto me julgavaõ necessario e em quanto durava a borrasca que graças ao Céo já vai abonançando. Honras e mercês brilhantes, como tem obtido tanta gente naõ sei como, nem as requeiro, nem as espero; ainda que os meos taes quaes serviços como Litterato, homem publico, e soldado algua contemplaçaõ mereciam; porem subsistencia certa e algua estimaçaõ publica devem-se-me de certo; e dellas preciso. Já estou velho e mal acostumado para ser sabujo a galopim de antesallas; mas se me quizessem dar algum Governinho Subalterno, folgaria muito ir morrer na Patria, e viver o resto dos dias debaixo do meu natural Snr., pois sou Portuguez castiço. Poderia nelle, se me dessem tempo e me deixassem as maõs livres, hir plantar as artes e agricultura Europea, pôr em administraçaõ regular os bosques, criar pescarias e salgações e experimentar o meu projecto de civilizar á Christão os Indios. Peço hum Governilho; porque detesto o ser Desembargador de presente e de futuro. Hum pequeno paiz que me convinha era Santa Catharina, ajuntando-se-lhe os campos visinhos de Coritiba para novos estabelecimentos de manteiga e queijos, trigos e farinhas; se V. Ex. approvar esta minha lembrança e lá me quizerem estou prontissimo.

Cumpre acabar — Tomo a liberdade de enviar-lhe esta papelada inclusa, porque lhe poderá excitar alguma idea

util. Rogo-lhe por fim, que me creia que o amo e respeito deveras como Souza, como homem de talentos grandes, como Portuguez antigo e como homem de honra. Se tiver alguns momentos de descanço, que queira esperdiçar em responder-me, lhe ficarei muito obrigado; se os naõ tiver, paciencia e nem por isso deixarei de ser sempre com todas as veras e cordialidade.

Lisboa, 30 de Julho de 1812. — De V. Ex. Att.o venerador, amigo fiel e criado obgm.o

José Bonifacio de Andrada e Silva.

P. S. Mil parabens pela grande victoria contra Marmont-Oh se lhes pudessemos acabar a raça! Quando chegar ao Brasil lembre-se da minha familia que he honrada.

Illm.o e Ex.o Sr. Conde do Funchal.

Meu bom e honrado Am.o de toda a minha cordial veneraçaõ, estou em verdade com culpas grandes no cartorio — Devo naõ menos que tres respostas a V. Ex.; e doe-me o coraçaõ de parecer taõ desleixado — «Pois eu que sou Embaixador de Londres, centro de toda a politica do mundo, tenho tido tempo para escrever tres vezes, e hum Desembargador das duzias, está a palitar os dentes, e á ler Gazetas de Lisboa, naõ tem hua hora livre para responderme. Irra!» — Tem V. Ex. razaõ no seu monologo; mas eu não deixo de merecer desculpa — Quando recebi a sua primeira carta, não quiz responder logo porque desejava acompanhar a resposta com algua coisinha acerca de Indios e pretos: porem recresceraõ-me tantos trabalhos de obras entre maõs, de representaçães e Informes ao Governo, para activar os estabelecimentos de minas, e das obras hydraulicas do Mondego, contra as quaes se tem conspirado todos os sandeos, e patifes que ha treze annos me apouquentam a paciencia, que me foi impossivel satisfazer meos desejos — Depois fizeram-me Secretario da Academia; e como esta corporação, desque sahio o Abbade Correa, tem hido definando, e estava moribunda,

muito me tem custado infundir-lhe um sopro de vida: demais, a minha saude está muito abatida com a idade, trabalhos de Restauraçaõ, e campanha do Porto, intrigas continuas dos invejosos, e outras carneiradas da terra, a que ainda naõ tenho podido climatisar-me. Acrescente V. Ex. a tudo isto algua zanguinha de ver que os meos serviços como Lente, Magistrado, e soldado da Patria até agora naõ tem merecido a menor contemplaçaõ, ao mesmo tempo que tanta gente naõ sei como tem sido honrada e despachada. Eeizaqui os motivos do meu desleixo em responder a V. Ex., e naõ por falta de amizade e estimaçaõ, que lhe tenha; pois de veras nunca esquecerei o muito que lhe devo. Agora, antes que parta para as Caldas á ver se abrando os ataques do meu rheumatismo chronico, e das hemorrhoides que me perseguem, vou responder a V. Ex. *more germanico*, isto he, como velho palreiro. *In limine* saiba V. Ex. que já entreguei a D. Miguel hua obra com que fui causticado ha hum anno a esta parte-he o seo assumpto mostrar a necessidade e utilidades que viraõ á Portugal do plantio de novos bosques, particularmente de Pinhaes nos areaes da beira-mar; dar o methodo de sua sementeira; diminuir, quanto possivel fôr, as despezas do costeamento; e concluir a sementeira da porçaõ da costa, que por ora tem mais necessidade de defeza e aproveitamento no menor tempo possivel — trato tambem da Administraçaõ de varios ramos de agricultura e Economia rustica, de que saõ capazes taes terrenos. Creio que trato a materia com muita exactidão, e com algua novidade para o resto da Europa — Logo que estiver impressa a Memoria, terei a honra de enviar-lhe hum exemplar, e se houver difficuldade de impremir-se aqui, ousarei remetter-lhe hua copia para a mandar impremir em Londres á custa minha. Outra obra estava já imprimindo-se nos prelos da Academia; mas sobreestive na sua continuação porque receio que os nossos Padres farejem nella algua chamada heresia, com que me atrapalhem a alma — seo assumpto he a historia philosophica da Metallurgia e seus processos desde os primeiros vislumbres da historia até á irru-

pção dos barbaros do norte: materia esta que naõ tem sido tratada com a divida extençaõ e critica por douto algum extrangeiro, que eu saiba. Vae acompanhada de Notas ou Dissertações illustrativas, que aclaraõ e confirmaõ as opiniões que sigo no corpo da obra; e para interessar os leitores e *amenizar* a materia procuro ligal-a com os factos historicos mais importantes dos povos cujas minas menciono. He obra que me tem custado algum trabalho; e até me lancei aos primeiros elementos da lingua hebraica para poder ajuizar sobre a intelligencia dos textos do velho testamento que me serviaõ. Trago tambem entre maõs outra tarefa e vem a ser hum Ensaio Critico sobre a Geographia do nosso Portugal; porque apezar dos trabalhos dos nossos Escriptores, do Padre Flores e de Mannert Allemão, creio que até hoje naõ ha Geographia antiga comparada de Portugal. Esta obra será dividida em varias memorias, huas preliminares ao corpo da Obra, em que tratarei das fontes que saõ principalmente Ptolomeo, Strabo, Plinio, o Itinerario attribuido ao Antonino; e alguns historiadores e poetas Gregos e Romanos. Na obra darei os factos historicos antigos de cada povo e cidade, e as inscripções respectivas, de que muitas saõ novas, e por mim recolhidas. Na obra darei os factos historicos antigos de cada povo e cidade, e as Inscolhidas. — Naõ para aqui o meo atrevimento, já tenho recolhido muitos materiaes e noticias para outro trabalhinho, que pertendo com o tempo publicar com o titulo de *Testamento Metallurgico*: pois que posso eu deixar aos vindouros, que talvez teraõ mais juizo, que os presentes, senaõ hum testamento, que lhes haja de enriquecer hum dia, se delle quizerem ou souberem aproveitar-se? Nelle depois de esboçar a *Orographia* de cada Provincia, darei as noticias *minerographicas* e *metallurgicas* dos ricos jazigos metallicos do nosso Portugal, que excede em riquezas subterraneas aos paizes mais privilegiados do Globo. Mas poderei eu concluir tanta cousa o desgostoso como ando, e tão falto de saude? Naõ sei-o mais certo he ficar tudo incompleto, assim como as observações dos paizes que visitei. Com effeito, necessitava muito descanço e paz

de espirito para levar tudo isto ao cabo; assim como a minha *mineralogia* em que trabalho desde 1792, e o Compendio de Metallurgia, que dictei aos meus discipulos na Universidade, que talvez fosse util aos mineiros do Brasil — mas faltaõ-me copistas e desenhadores, que me não daõ e que eu naõ posso pagar da minha algibeira. Meu optimo amigo e snr. quando a natureza dá a alguem seos talentos e boa vontade, e o faz Portuguez, commette hum erro irreparavel; pelo menos he sobremaneira inconsequente. Perdoe-me se o caustiquei com as minhas ocas fantesias; e permitta-me que vá responder-lhe ás suas cartas; e principiando pela primeira Deus lhe dê o pago de me mimosear com frutas taõ raras em nossa terra como saõ franqueza e bondade em homens publicos. Lamento de todo o coraçaõ que se veja V. Ex. obrigado de mao grado a obedecer a Ordens sugeridas talvez por hua Politica tenebrosa e astuta que temendo o seo decidido patriotismo e olhos de Lynce, o quer deportado além dos mares para neutralisar sua energia e pescar entaõ em agoa turva — Assim he; mas por outra parte com o seo nobre caracter e grandes Luzes, com as grandes e liberaes ideas e experiencia do nosso mundo, creio que se naõ puder fazer todo o bem, evitará muito mal; e em nossas circumstancias basta isto para que os Portuguezes de ambos os hemispherios lhe devamos muito. Mas devendo obedecer, por quem he, meu bom e honrado Snr., roga-lhe o seu Andrada queira amaciar o seu Catonismo e lembrar-se a todo o momento que deve ter muita paciencia e muita prudencia — e ao mesmo tempo muita resolução; pois a prudencia e politica sem resolução saõ olhos sem maõs. Lá chegando todas as madrugadas tem precizão de fazer oraçaõ mental, para lembrar-se onde está, e com quem está, o que pode fazer, e o que deve hir fazendo. Apezar da sua nobre franqueza, silencio impenetravel, antes de obrar; naõ mostrar tudo que pode, e tudo o que quer — assim e só assim deslumbrar a malicia astuta, e atalhará os golpes da intriga. Em que me hia eu mettendo? em dar conselhos a hum homem que me pode aconselhar, a mim que naõ tenho

sabido defender-me de sandeos e vis garralfos! Perdoe-me esta presumpçaõ e tontice: foi expansaõ involuntaria da amizade. Estou certo que saberá ser politico sem baixeza, energico sem precipitaçaõ, constante sem obstinaçaõ; aproveitando dextramente as occasiões favoraveis em a nascença. Mas, meo optimo Amigo, devendo hir para o Brasil, por quem he naõ vá d'antemão com medo de morrer. Lá tambem se vive; e vive muita gente: as influencias do clima e torraõ vencem com boa dieta e *gymnastica*. Seo Irmaõ e meo bom Amigo matou-se; porque a sua demaziada actividade quiz sujeitar o physico e o moral ao despotismo da espontaneidade. — Quem debaixo de um ceo de ferro em braza poderá impunemente de farda de pesado panno e galões trabalhar todos os dias em huma Secretaria até ás tres horas da tarde sem morrer? Quem no Rio de Janeiro sem banhos frios, sem passeios diarios a cavallo, sem diversões e repouso nas horas de maior calor, pode resistir aos trabalhos Herculeos dos nossos desregrados Ministerios?

Accrescente a tudo isto mil intrigas mulherengas, e mil patifarias do costume. V. Ex., porem, sabe que os Inglezes hoje morrem muito menos na India despois que adoptáraõ a Dietetica e Hygiene do paiz.

Folguei muito que approvasse *mais ou menos* as minhas ideas — sim, senhor, se bem me lembro, todas ellas se referiaõ á educaçaõ daquelles povos e á fundaçaõ *organica* daquelle vasto, mas nascente Imperio. Confesso que todas ellas e muito mais teriaõ lembrado ao sr. D. R. porem conhecendo a sua importancia, obrou elle *systematicamente!* Levado pelos impulsos da sua bella alma, naõ contou com muita colheita, sem ter lançado toda a semente, e boa, a terra, que ainda naõ estava bem disposta com arrotear, lavores repetidos, e copiosos estrumes? Tenho observado que nós Portuguezes ou nada fazemos, ou queremos fazer tudo ao mesmo tempo. Queremos ter commercio, industria e riquezas; e naõ queremos primeiro cuidar em educaçaõ moral e scientifica do povo, para ter gente honrada e sabia que promovaõ e executem. Confesso que já ha no Brasil alguns bons

estabelecimentos litterarios; mas temo que por desligaçaõ e falta de mestres capazes, naõ dem os fructos que deveriaõ dar.

V. Ex. me convida para que haja de desenvolver, e reduzir á ordem alguas das minhas ideas desvairadas: de boa mente o fizera, mas temo que por singulares e do tempo dos Affonsinhos, cheirem hoje a mofo; e sejaõ desprezadas — demais que pode V. Ex. esperar de hum espirito enferrujado, como se acha o meu, desgostoso, e amofinado com tanto intrigante e tanto tolo — em hua palavra, falta-me saude, conhecimentos, e enthusiasmo. — SERERE ARBORES, QUÆ ALTERI SAECULO PROSINT, UT AIT STATIUS NOSTER — he bello e necessario; mas he coisa triste e dolorosa ter de fallar somente a gente que ainda naõ existe, e que quando existir, talvez seja o mesmo que foraõ os que já acabaraõ e os que agora vivem. Tome V. Ex. a almofada do coche, e entaõ com gosto serei criado de trazeira. Sim sr., eu prometto trabalhar sobre Indios e pretos; mas deixe-me ter mais saude, e mais gosto de existir; tire-me deste inferno, e dê-me motivos de crer que as minhas taes quaes ideas poderaõ ser uteis -- entaõ verá o de que sou capaz. Quanto ao meu Governilho, muito e muito lhe agradeço a boa vontade; mas a fallar-lhe a verdade, hoje em dia estou taõ *pirronico* e descorçoado que só suspiro por algum cantinho de terra bem retirado, bem escuso, onde possa acabar os meos dias malfadados, longe do tumulto, e ao abrigo dos couces *muares* de tanto figuraõ e figurinha que me tem apouquentado a alma e o corpo. Porem vá V. Ex. para o Brasil, sonde o terreno, e se achar entaõ que lhe posso ser util em tal emprego... *in manus tuas, Domine, commendo spiritum meum.*

Passemos ás outras cartas ultimas, muito lhe agradeço a surpreza que me fez com a escolha desses Srs. geologos para seu collega. Já me sucedeu igual surpreza com outra nomeação que de mim fizeraõ os senhores da Sociedade Werneriana de Edimburgo, de que por acaso tive noticia mandando vir o primeiro volume das suas Memorias, onde achei o meu nome na lista dos socios.

Acho-me membro de muito de muitas sociedades e academias, e tendo muito que communicar-lhes, tem sido taes as minhas circumstancias e occupações; e mais que tudo as perseguições e intrigas que tenho tido de soffrer desde que Luiz de Vasconcellos de bestial memoria começou a atormentar-me até hoje, que em verdade nem tempo nem vontade tenho para pôr em ordem o que tenho recolhido e observado em minhas longas viagens e taes quaes meditações e estudos. Pela Europa ainda se lembram de mim, e aqui tomaram-me ver enterrado e bem *socado* na frase do Brasil — creio que posso dizer de mim o que dizia Santo Agostinho: *Laudatur ubi non est: cruciatur ubi est.*

Tenho sido assaz palreiro; mas ainda naõ acabei, pois quero alcançar o perdaõ do meo desmazelo e em responder ás suas tres cartas com esta mais comprida que a Legoa da Povoa. Demais naõ me sendo possivel estar ao menos tres dias em Londres com V. Ex. e renovar os bellos dias de Veneza, quero enganar a fantezia, figurando-me que estou face á face á desabafar com V. Ex. e á dar algum exercicio aos bofes — tenha paciencia. Ora saiba que tenho lido os *Investigadores*, e parece-me que nos ultimos cadernos vi cousa, que me parece sua — regalou-me a alma e conheci os fins. Espero que a guerra de penna ajude a ministerial. Irra! basta de soffrer á calada; ao menos mostremos que naõ somos taõ tolos como querem que o sejamos esses senhores. A principio os redactores estavam ainda algum tanto noviços, e a Lingoagem, sobre tudo nas traducções, naõ era castiça; hoje vaõ muito bem — Foi excellente idea rebater desaforos, aclarar a verdade, e sustentar a honra nacional que vis interesses, e orgulho insolente pretendeo denigrir — Quanto ao folliculario H. suas calumnias devem ser rebatida-principalmente *non verbis, sed verbenbus.*

Estou já cançado de borrar papel; e devo acabar. Saiba pois V. Ex. que apezar dos horrores da guerra de inimigos e amigos, da falta de meios pecuniarios, carros, obreiros e hyates de transporte; e sobre tudo apezar da má vontade e intrigas dos Deputados da Direcção das

Agoas Livres, para os quaes passou despois da sahida do sr. Conde de Linhares o Erario, passou a Administração das minas (seja-me licito dizer que o Deputado com quem devo tratar de minas, e de quem querem que ellas dependaõ, ha cinco annos era tendeiro de manteiga e bacalháo na Esperança) os estabelecimentos começados em 1802, quaes as minas de carvão de Buarcos e do Porto, e a fabrica de ferro da foz d'Alge já estão vingados, naõ precizaõ mais de dinheiros publicos, e apezar de tudo já tem poupado á Nação em dinheiro que sahia pela barra fora, perto de um milhão de cruzados. Saiba mais V. Ex. que tenho ás escondidas mandado examinar e abrir huas riquissimas minas de prata e antimonio duas Legoas do Porto; e outra de prata e chumbo em S. Miguel d'Acha perto da Idanua na Beira baixa; mas estou tão zangado que não tenho vontade, se as cousas não se puzerem outra vez como estavaõ em tempo de seo honrado Irmão, e o Alvará de minas de 30 de Janeiro de 1802 em plena execução, de as manifestar e começar o trabalho em grande. Na Alemanha, quando a prata do mineral concentrada no chumbo pelas fusões (*Werke*) monta a duas onças e meia por cento, julga-se a mina muito digna de lavra e apuraçaõ; os mineraes do Porto, segundo os ensaios por mim feitos saõ muito mais ricos, porque de hum delles o botaõ plumbeo do ensaio deo 5 onças e 51 grãos de prata por cem.; de outro 7 onças 3 outavas e 28 gr. e finalmente outro rendeo 6 marcos de prata por cento — além disto o mineral de cobre griseo argentifero (Fahlerz de Werner) deu 8 marcos, 1 outava e 20 graõs; e as amostras de prata vitrea rija *(sprodeglasertz de Werner)* deraõ nos ensaios huns por outros 45 marcos 5 onças 1 outava e 52 graõs: mas advirta V. Ex. que as betas estaõ só pesquizadas á superficie; e provavelmente enriquecerá muito mais para o fundo, e principalmente nos sitios em que se cruzaõ e ajuntaõ. Os veios descubertos já saõ quatro, alem de hum que me servio de indicio e que os Romanos tinham lavrado por mais de 600 annos, o que naõ succederia se ella naõ fosse muito rica; pois os Romanos naõ sa-

biam chimica, nem hydraulica, nem mechanica de minas; e demais os trabalhos se faziaõ por escravos indolentes, e por Inspectores rudes e grosseiros. Alem da prata, ha por todas as circumvisinhanças já descubertas muitas e possantes betas de antimonio, cobalto, zinco, e ferro tão bom como o de Suecia, etc. Mas falta tudo; porque em mim falta gosto e enthusiasmo; e nos outros que podem juizo e resolução. O mineral de S. Miguel d'Acha he em muita abundancia e muito mais facil de extrahir e apurar; em bruto dá de chumbo argentifero 39 por cento; e o regulo 2 marcos, 3 onças e 23 graõs em prata. Veja V. Ex. que de riquezas desaproveitadas? e com tudo naõ saõ só estas as que se podem aproveitar; que de excellente estanho, e abundancia de chumbo, ferro, etc., naõ ha por todas as provincias, só em meu poder! Quando puder publicar o meu *Testamento Metallurgico*, verá o mundo europeu o que temos, e o que nunca pudémos ou soubémos aproveitar.

Basta de seccatura, e perdoe-me V. Ex. o tempo que lhe hei de hir roubar com a leitura das minhas indigestas Rhapsodias — sobre tudo padecendo dos olhos. Aceite V. Ex. o coraçaõ de hum homem que o ama de veras; e que espera da sua piedade livral-o huma vez do inferno em que está mettido, cujas chamas tem procurado generosamente apagar — ou mitigar seu Honrado Irmão o Sr. Principal a quem amo de veras, ainda que foi a causa de aqui estar á luctar com Cafres e Hotentotos, e naõ ter hido morrer no meu S. Paulo. Lisboa, 3 de setembro de 1813. - De V. S., ven.or, am.o, fiel, e crdo, mto. e mto. obr.o —

José Bonifacio de Andrada e Silva.

Ao conde de Funchal Bonifacio confessava que era seo destino ser sempre opportunista. Eis o documento:

«Illm.o e Exm.o Sr. Conde do Funchal.

Meo honrado Amigo e Sr., torno a hir importunar a V. Ex. com os meus gregotins despois da longuissima e insulsissima carta de 3 do corrente; porque me pedem quei-

ra enviar a V. Ex. este livrito por onde consta estar illesa a honra de hum homem de lettras estimavel, que amava com ternura pelas suas virtudes e talentos — Envio tambem as cartas aos dous Secretarios da Sociedade Geologica: vaõ tarde; mas naõ pôde ser de outro modo. **He fado meu, quasi nunca faço á tempo o que devo e quero; mas sempre o que de mim querem as circumstancias.** O portador é o Sr. João Crofft, Anglo-Portuguez, e nosso collega na Academia de Lisboa; moço de honra, bom sizo, e bom coração; queira V. Ex. recebelo com aquella bondade taõ sua.

Na primeira carta, que receberá do Sr. D. José, seu bom sobrinho, lhe pedia encarecidamente me livrasse deste inferno em que estou mettido. Meo optimo amigo, veja que geitinho lhe dá; pois eu já não tenho paciencia de soffrer a pé quedo tanta *cafrice*. Hè—me impossivel, sem arrebentar, viver por mais tempo com os nossos ridiculos e malfazejos *Levas* de Gulliver. Lembra-me, que se lhe naõ fôr possivel libertar-me deste ferreo captiveiro que me empregue na carreira diplomatica, ainda que seja como Residente junto a Sagrada Pessoa de S. M. Marroquina, onde prometto fazer serviços importantes — Confesso que a mercê é grande, mas tenho tantos exemplos de iguaes e superiores mercês entre os diplomatas Portuguezes, que confio V. Ex. poderá alcançar bom despacho á este meu requerimento. Basta; tenha V. Ex. saude, e não se esqueça de um homem que o ama e estima com todas as veras.

Lisboa, 7 de Setembro de 1813. — De V. Ex., Todo seo de coração *J. B. de Andrada e Silva.*

P. S. — V. Ex. quiz pagar por mim 6 libras sterl. — Fez a sua vontade; agradecido;

Ahi está esboçado o cortezão. E realmente (como elle proprio o confessa), José Bonifacio foi sempre um opportunista até o fim de sua vida — HE FADO MEO: QUASI NUNCA FAÇO A TEMPO O QUE DEVO E QUERO, MAS SEMPRE O QUE DE MIM QUEREM AS CIRCUMSTANCIAS.

Estas palavras retratam o homem.

CAPITULO XI

Bonifacio — o hellenista

CAPITULO XI

Bonifacio — o hellenista

Vimos já o pedagogo, o sociologo, o cortejador de ministros; vejamos agora o hellenista e historiador.

José Bonifacio traduziu e commentou o Periplo de Hannon.

Eis o seo trabalho:

Prefação

— «Vou dar ao Publico hua Traducção do Periplo de Hannon, acompanhada de commentarios, por ser um monumento preciosissimo da antiga Geographia e das viagens e descobrimentos dos Carthaginezes. He o Periplo hum Roteiro da navegação de Hannon ao longo das costas d'Africa occidental, cuja expedição tivera por fim estabelecer primeiramente colonias Lybyphenices em certo espaço da costa, e depois proseguir á navegação de descobrimento ao longo della, o mais que se podesse chegar.

Ha annos que, na Alemanha, tinha traduzido em Portuguez o Periplo e começado a estuda-lo, reflectindo sobre esta antigualha por ser a Geographia antiga um dos meus estudos predilectos.

Demais a illustração do Periplo não só me merecia attenção como objecto de geographia e navegação, mas tambem como subsidio para o estudo das antiguidades mythicas da Iberia e Lybia occidentaes, em que ha tempos trabalho. Tinha perdido de vista este objecto, por falta de tempo, e de outras tarefas que trazia entre mãos; mas hua Memoria sobre o Periplo, q.' deu á Academia o Sr. Antonio Ribeiro dos Santos e logo de-

pois hua traducção que publicou no *Jornal de Coimbra*, n.º 21, hum dos nossos melhores Hellenistas e philologos, homem m.to douto, despertaram em mim novos desejos de continuar nesta empreza. Sahiria ella a publico mais alinhada e completa, se me não faltassem conhecimentos mais profundos da lingua grega, e, mormente, se os meus dias gastos em mil negocios enfadonhos de Administração publica me deixassem mais momentos livres, para me empregar nestes ramos de Litteratura, hoje pouco cultivados entre nós.

Muitas das minhas notas serão empregadas em combater os paradoxos de Mr. Gosselin, a quem não posso negar grandes conhecimentos na Geographia antiga ainda que muitas vezes os offusque e inutilise pela paixão desmedida que nelle sinto de se singularisar dos Autores seus mestres e predecessores. E tanto mais julguei ser isto de minha obrigação quanto os meus naturaes se dão pela mór parte á lição dos Livros Francezes em que muitos creem como num Evangelho. Adoptei na presente traducção, quanto me foi possivel, a do Hellenista Portuguez, por ser muito fiel e exacta, e só della me apartei quando o texto original assim o exigia ou a melhor intelligencia do assumpto, por isso em alguns logares segui outra pontuação e em dous adoptei defferente lição proposta por habeis commentadores, porque assim me pareceu que exigião as leis da critica e a pureza do texto.»

Depois desta *prefação*, ou melhor, nota explicativa, Bonifacio apresenta a sua traducção, muito afastada da de Gosselin.

A verdade, porem, é que o trabalho de José Bonifacio, apesar de não ser perfeito, pois elle mesmo confessa que lhe faltavam «conhecimentos mais profundos de lingoa grega» para escrever uma traducção impeccavel, é sufficiente para nos dar a prova de sua cultura classica, aliás menos rara naquelles tempos do que nos de hoje.

Na pagina seguinte apresentamos o texto grego do *Periplo*, hoje rarissimo, e depois a traducção e as notas de Bonifacio.

Ahi ficou transcripto o celebre *Periplo de Hanon* que a varios seculos ha despertado a argucia dos sabios investigadores. Alguns, baseados em outros informes e no Periplo, chegaram até ao extremo de conjecturar na estadia dos carthaginêses em terra americana.

TITULO

PERIPLO (A)

OU

NAVEGAÇÃO (B) DE HANNON, REI DOS CARTHAGINEZES, AO LONGO DAS REGIÕES DA LIBIA, ALEM DAS COLUMNAS DE HERCULES, QUE CONSAGROU NO TEMPLO DE SATURNO; E CONTEM O SEGUINTE:

1.º Aprouve (C) aos Carthaginezes que Hannon navegasse fora das Columnas de Hercules (D) e fundasse cidades de Libyphenices (E).

2.º Navegou, pois, levando em sua conserva sessenta navios de 50 remos (*pentecontoros*) em que hião embarcados muitos homens e mulheres, trinta mil em numero (F), com viveres e todo o mais abastecimento.

Roteiro da primeira viagem

I Logo que fazendo-nos ao mar passamos as Columnas, e navegamos dois dias fora dellas, fundamos a primeira cidade, a que demos o nome de *Thymiaterion;* porque lhe ficava sotoposta hua grande planicie,

II Dahi sahindo ao mar, dirigimo-nos para o Poente; e chegamos a Soloeis (G), cabo da Lybia coberto de arvoredo emaranhado; erigindo ahi hum santuario a Neptuno (H).

III Outra vez sahimos (ao mar) subindo para o Nascente meio dia de viagem; e fomos levados a hua lagoa não longe do mar, chea de muitos e altos caniços: havia ahi elefantes e muitas outras alimarias, que pastavam (I).

IV Deixando a lagôa quanto monta hum dia de viagem, fundamos cidades na costa do mar, chamadas *Karicon* Tichos, e Gythe, e Acra, e Melitta, e Arambys.

V Surdindo dalli, fomos ter a hum rio grande, chamado Lixos (J), que vem de Libya (K) junto: a elle apascentavão seos gados os Lixitas, Pastores errantes, com quem travada amizade, ficamos algum tempo. Acima destes moravão Ethiopes inhospitos, que habitão hua terra chea de animaes, e retalhada de grandes montes, donde dizem que nasce o Lixos. Por este montes moravão Troglodytas, homens de figura extranha (L), os quaes, segundo contavão os Lixitas, erão mais ligeiros que os cavallos na carreira.

VI Tomando lingoas d'entre os Lixitas, costeamos no rumo do Sul o deserto por dois dias de viagem: dahi navegamos para o Nascente hum dia e fomos dar ao interior de hua enseada com hua Ilhota de 5 stadios de circuito, que povoamos, dando-lhe o nome de Cerne M . E segundo a circumnavegação que fizemos concluimos que esta ilha e Carthago ficavão equidistantes e em direitura N ; pois era a viagem de Carthago até as columnas, igual á das columnas até Cerne.

VII Dahi sahimos e viemos ter a hua lagoa, depois de entrar pela foz de hum grande rio, por nome Chretes O ; tinha esta lagoa ou bahia tres ilhas maiores que Cerne: das quaes um dia de viagem chegamos ao interior da lagoa, sobre a qual ficavão sobranceiros grandissimos montes, com homens selvaticos, cobertos de pelle de alimarias, os quaes ferindo-nos com pedradas, se opposerão a que desembarcassemos em terra.

VIII Dahi continuando a nossa derrota chegamos a um outro rio grande e largo, cheio de crocodillos e hypopotamos; donde fizemos volta para o Cerne.

Roteiro da 2.ª viagem ou continuação da 1.ª

I Dahi navegamos de novo á vista de terra para o Sul, 12 dias: era esta terra habitada por Ethiopes, que de nós fugião, e não nos aguardavão. Fallavão hua linguagem inintelligivel aos mesmos Lixitas, que comnosco estavão. No ultimo dia dos 12 aportamos a montes grandes e cobertos de arvoredo, cujas madeiras erão recendentes e de varias cores.

II Gastamos dois dias em rodear; e fomos dar a hum boqueirão de mar desmedido: em ambos os lados do qual havia hua planice, onde viamos de noite arderem fogos, maiores ou menores, em certa distancia huns dos outros.

III Tendo feito aguada, navegamos avante cinco dias, á vista de terra, até chegarmos a hum grande golfão, que os nossos lingoas disserão se chamava Corno do Poente *Heperu-Keras* P . Nelle havia hua grande ilha, e na ilha hua lagoa de mar, e nesta outra ilha.

IV Tendo ahi aportado, de dia não vimos se não bosques, de noite porem muitos fogos accesos; e ouvimos toques de frautas, e estrondo de cimbalos e tympanos, e innumeraveis alaridos. Tomamo-nos pois de medo; e mandando os Advinhos que largassemos da Ilha, presto desaferramos, e costeamos a região abrazada dos Thymiamatas; da qual se arrojavão ao mar bastas torrentes de fogo; e por causa do calor não consentia a terra ser pisada.

V Tambem desta costa bem depressa sahimos, cheios de pavor e havendo navegação quatro dias, viamos de noite a terra cheia de chamas; no meio se mostrava um altissimo fogo, que parecia tocar as estrellas; de dia porem apparecia alli hum grandissimo monte, chamado Carro dos Deoses (Thêon Ochema) (Q).

VI Dahi' com tres dias de navegação, havendo transposto as torrentes de fogo, viemos ter a hum golfão, chamado Corno do Sul (Notu-Keras) (R), em cujo seio havia hua ilha, similhadte á primeira já mencionada) com hua lagoa igualmente, e na mesma outra ilha muito povoada de homens silvestres; era porem muito maior o numero das mulheres, de corpo peludo, á quem os linguas chamavão Gorillas.

VII Indo nós em seu alcance, não podemos haver á mão homem nenhum; pois fugião todos, affeitos á trepar por fragas e precipicios; e se defendião ás pedradas: apanhamos porem tres mulheres, que mordendo e arranhando muito os conductores os não querião seguir; matamol-as pois, e esfoladas trouxemos as pelles para Carthago. E não proseguimos avante a nossa navegação porque nos faltaram os viveres.

O senador Felix Pacheco, uma das mais fulgurantes intelligencias brasileiras, que a Politica vae roubando ás Lettras, transcreve as notas de Bonifacio e, por sua vez, faz commentarios:

Notas de Bonifacio commentadas por Felix Pacheco

Como não tivessemos tempo de coordenar todas as notas obscuras e confusas de José Bonifacio, para boa intelligencia do *Periplo*, vamos illustra-lo com algumas observações colhidas aqui e alli, com o necessario criterio.

Não representará isso a reducção da viagem em linguagem geographica moderna, de accôrdo com o modo de pensar do scientista illustre. Em todo caso, os leitores poderão apreciar bem até onde elle pretendia chegar com os seus commentarios, pela leitura da refutação de Gosselin, que inseriremos na *Conclusão*.

A) — Eis uma nota que colhemos entre os manuscriptos do Patriarcha:

« Segismundo Gelenio publicou o Periplo de Hannon com o de Arriano, Plutarcho dos rois, e o Epitome de Strabão, Grec. 1533, 4.º — Conrado Genero o traduzio em latim com humas notas, com Estevão Bisantino das Cid.es etc., 1523, 4.º — E com a Africa de Juan de Leon 1558, 8.º, e 1674, 8.º — Outra edição he de Abraham Berhelio, 1674, 8.º — João Jacob Müller o traduzio e commentou. João Henrique Bœcler fez-lhe notas. Niculáo Ritterhusio fez hua Dissertação inaugural sobre elle commentando um passo de Pomponio Mella em 1638. D. Francisco Lansol de Romani na descripção que fez da Africa tratou em particular da Navegação de Hannon, tendo em vista as notas que lhe havia feito Florian de Ocampo. »

B) — Entre os manuscriptos de José Bonifacio encontramos tres traducções do *Periplo:* adoptamos aquella que julgamos definitiva. Nesta se lê — *Navegação de Hannon;* em outra *Roteiro de Hanon* e em outra *Circumnavegação de Hanon.* Periplo significa *circumnavegação* e Thomé Barbosa assim, explicando, traduzio. Como, porem, *circumnavegação* dá idéa de viagem feita *em redor* sahindo de um porto e voltando, por caminho diverso, a este porto — e não é este o caso — preferimos conservar o termo *Navegação.*

C) — Em um manuscripto lê-se: — *determinarão os carthaginezes;* mas, na traducção que se nos affigura definitiva, lemos: — *Aprouve aos Carthaginezes.* Conservamos esta ultima expressão, egual a que Thomé Barboza adoptou em sua versão, pela qual José Bonifacio, como confessa na *Prefação,* modelou a sua.

D) — Estreito de Gilbraltar.

E) — Church traduz: — « and found cities of the Liby-Phenicians » — e acrescenta em nota: — « A mixed population springing from marriages of Carthaginians with native Africans, and regarded with much jealousy by the authorities of Carthage. »

F) — Nota de Church: — «This number is probably, exaggerated. It need not, however, be supposed that all the colonists were conveyed in the sixty ships. These were probably ships of war which convoyed a number of merchantmen, which discharged their cargoes of passengers as the various colonies were founded.»

G) — «Cape Cantin» — diz Church em uma nota. «C'est un des points — diz um encyclopedista francez — les plus connus et les plus anciennement celèbres de la côte Atlantique. Les romains en firent le promontoire Solis; l'appellation punique rapellait l'aspect frappant de ses hautes falaises. C'est le cap Cantin de nos cartes, «qui s'élance abruptement, dit le lieutenant Arlett, à 211 pieds au dessus de la mer.»

H) — Nota de Church: — «The Latin Neptune, perhaps the Pœnicion Dagon.»

I) — Chateaubriand traduz assim: — «lac plein de grands roseaux, ou nous vîmes des éléphants et plusieurs autres animaux sauvages paissant cá et lá» — e explica em nota: — «Il se trouve ici une difficulté dans le grec. On croirait d'abord qu'Hannon a remonté une rivière, en suite on le trouve fondant des villes maritimes. Je suivis le sens qui m'a parus le plus probable.»

J) — Traduz Church: — «Sailing thence we came to Lixus, a great river which flows from Libya» — e explica que o Lixus é o Vadi Draa. Vivien de Saint Martin crê que o Lixus é o Sous das cartas francezas.

K) — José Bonifacio, em uma nota que encontramos, acha que Ribeiro dos Santos traduzio mal dizendo «que corre de a Lybia.»

L) — Church traduz: — «men of strange aspect» — e acrescenta em nota: «Possibly negroes». José Bonifacio censura Ribeiro dos Santos por ter traduzido — «homens de diversa figura.»

M) — Explica Church: — «Cerné is probably to be placed at the mouth of the Rio de Ouro. Some of the French charts give the name of Herné, which is said to resemble a name used by the natives. Vivien de

Saint Martin diz que a ilha de Cerne é a de Herné, na bahia de Ouro. Chateaubriand diz em nota á sua traducção: «On croit que cette île, le terme de la navigation d'Hannon est Sainte Anne».

N) — E' importante a seguinte nota de Church: «There is some doubt as to the meaning of this expression. Mr. Bunbury suggests that it may mean that the distance from Carthage to the Straits of Gibraltar, and from the Straits again to Cerné being equal, these two would be the sides of an icosceles triangle, of wich the base would be the line drawn between Carthage and Cerné. It must be remembered that the ancients had nothing like the correct notions which we have since been enabled to form of the relative positions of the various countries of the world. From Cerné Hanno made two voyages of discovery, wich he now proceeds to describe». José Bonifacio, nas notas contra Gosselin, que irão na *Conclusão*, discute com proficiencia este ponto.

O) — Sobre o Chretes assim se expressa Alfred J. Church: — «The Senegal, which, opens out into such an expanse near its mouth. But there is a difficulty about the mountains which it is not easy to identify with anything in the lower course of this river».

P) — «The Gulf of Bissagos», affirma o erudito historiador americano.

Q) — «Mt. Sagres», diz o mesmo Church.

R) — «Sherboro Island and Sound, a little distance south of Sierra Leone» — affirma Church.

«'De mais ainda q.do a Frotta por hir muito carregada de gente e Petrechos devesse ser mais ronceira; toda via erão mto. a seu favor os ventos constes, e quasi ponteiros e as correntes do mar q. mto. favorecerião a sua navegação, como mostrou Rennel. Igualmente, terião os Carthaginezes escolhido bom tempo e monção para esta sua expedição. Tudo isto não se verificava p.ª com Cook. Mas ainda qdo. concedamos a Gosselin q. Hannon não fizesse maïs viagem por dia q. fez Cook, ainda assim he falço o calcullo de dar somte. 5 Legoas por dia

porq. Cook andava 17 Legoas (humas por outras) em 24 horas ou 8 1/2 por dia e devia andar mais, visto que os Navios podem levantar ancora logo q. commeça o primeiro alvor da madrugada e aproveitão do crepusculo da noite e por esta razão talvez Herodoto dá por viagem maritima do dia 700 Stadios: e por noite 600 somte. isto he hum 7.º de mais por viagem de dia o q. faz no calcullo de Cook perto de 10 legoas por dia.

« Gossellin ignorava ou senão fez carga da força da grande corrente q'. ha ao longo desta costa e favoreceu muito a expedição Carthageneza. O navio Grenville, partindo da Madeira até o Cabo Verde foi lançado fora do Rumo p.ª ao Sul 97 milhas em 10 dias, ao q'. dá por dia mais de 9 1/2 para a só força da corrente e partindo da Inglaterra p.ª a Madeira foi lançado 206 Milhas de de seu Rumo p.ª ao Sul em 10 dias ou perto de 13 Milhas por dia.

« Como poderia Hannon não chegando mais que ao cabo de Não encontrar as Bahias, o Boqueirão de mar desmedido as ilhas e os Golphos, o grande Rio que continha Crocodillos e cavallos marinhos, os Ethiopes e os Gorillas? Decerto nada disto existe nos Reinos de Sul e de Marrocos até o cabo de Não. Bastava isto para se ver que a intelligencia q'. dá ao Texto de Hannon he aeria e absurda. Todavia iremos passo a passo mostrando as incoherencias de Gosselin. Se elle confessa q' a viagem de Acapulco a Manilha, q' he em Não por via de regra m.to carregada e ronceira, he todavia de 2665 Legoas maritimas em 3 mezes então pello seu calculo nem a viagem de 12 horas a ser quasi de 15 legoas. Se a frotta de Hannon hia carregada tambem o vai m.to o Gallião do Acapulco. Demais na 2.ª viagem ja os baixeis hião despejados de gente.

Se os Lixitas moravão em Larache como podião acima delles morarem Ethiopes e Trogloditas? Onde estão as grandes montanhas aonde nasce o Lixus?

Não he possivel q'. o pequeno ilhote de Fedal seja a Ilha de Cerne 1.º porque não fica distante ainda mesmo

de Ceuta como Ceuta de Carthago; 2.º porque Fedal he muito mais pequena que Cerne, sem agoa algua nem vegetação, tudo contrario ao que dizem Hannon e Sylax; 3.º Como poderiamos suppor que escolhecem Fedal os Carthaginezes quando tinhão ante os seus olhos huma costa aberta de boas terras até ao Cabo Cantin e delle p.ª diante excellentes Portas, e até huma boa Ilha q' é a de Mogador á pouca distancia do Cabo Cantin ? .

Encontramos outras observações contra Gosselin; vão publicadas em seguida:

1.ª «O pobre Gosselin parece ignorar que Arieno e Prisciano são meros traductores de Dionysio Pariegetes que no n. 219 falla de Cerne. Engana-se Gosselin dizendo que Sylax conta 12 dias de navegação das columnas até Cerne, ou somente 7 dias de Soloeis até Cerne. Plinio lib. 6 C. 36 diz que Polybio põe Cerne *contra montem Atlantem* e quer Gosselin que, segundo as medidas de Polybio, a ponta mais apartada do Atlas vem a ficar perto do rio Nun porem isto não pode ser porque ahi não ha ilha algua.»

Conclusão

— «Já dissemos que José Bonifacio pertence ao numero dos que collocão mais ao sul o termo da viagem de Hannon.

Entre as notas manuscriptas que deixou, muitas são exclusivamente destinadas á refutação dos argumentos de Gosselin e de seu imitador Ribeiro dos Santos, que, julgando augmentar as glorias de D. Henrique, seguio as opiniões daquelle escriptor francez, dizendo que Hannon não passára do Cabo Não e falseando assim a verdade da Historia.

A primeira nota manuscripta que encontramos encerra talvez uma primeira e breve impressão de leitura. Ei-la:

«Gosselin — tom magistral e decisivo. — Paradoxista-Malte-Brun cahe ás vezes nos mesmos defeitos, deslumbrado pelo prurido parisiense de Gosselin.»

Quanto a Ribeiro dos Santos, José Bonifacio limita-se a dizer:

«O A. cita muitos livros que não leu, mas que tirou de outros os nomes e lugares. Santos he hum copista de Gosselin e nada mais.»

Entre os ineditos do Patriarcha sobre o Periplo, frequentemente se encontrão notas refutando as affirmativas de Gosselin. José Bonifacio chegou mesmo a começar a coordenar a sua contradicta, como se vê de um pequeno caderno de papel que encerra o seguinte:

«Notas criticas contra Gosselin. — Como a opinião de Gosselin já tem deslumbrado alguns litteratos, para diminuirem a extensão e importancia da viagem de Hannon cumpre-me demorar algum tanto mais em combatter as razoens especiozas, porem falças em que se funda Gosselin para limitar esta viagem até o Cabo de Não, na lat.[e] de 28º.

«Analysando o que a favor de sua opinião traz Gosselin, vemos que os fundamentos mais poderosos em q'. se funda são dois: primeiro que se deve começar a contar os dias da viagem logo de Ceuta; segundo que por dia de viagem não se pode conceder mais de 5 legoas de vinte ao Gráo. Vamos mostrar a falcidade destes dois Suppostos. He falso q' se deva tomar absolutamente a expressão do texto — *Fóra das columnas* — por — passada Ceuta; primeiro porque a expressão sendo geral, he mais natural entender-se *Fora do Estreito:* segundo porque se Thymiaterion estivesse em Tangere e ainda dentro do Estreito, como devendo Hannon estabelecer colonias fora das Columnas, e ficando as outras cidades, segundo Gosselin todas fundadas fóra do estreito e já na costa occidental da Libya, só Thymaterion ficasse dentro. Si estas estavão fora do Estreito porque não estaria a primeira? Aonde fica claro que a expressão do texto — *fora das columnas* — he geral e significa *fora do*

Estreito. Demais, sendo Trymaterion Tangere como podia ser o Cabo Soloeis o Cabo Espartel, cujas posições se oppõem ao curso e distancia da viagem que traz o Texto; e he contrariar ao que diz delle Scylax e Polybio que merecem toda a attenção na Geographia desta Costa.

«O segundo supposto he igualmente absurdo, porque se oppoem a todas authoridades dos antigos, que dão ao dia de viagem maritima setecentos stadios, ou quando menos quinhentos, isto he vinte legoas quinze, he conforme com as nossas viagens Portuguezas que fizerão os descobridores desta costa em navios pequenos e pouco differentes dos Carthaginezes, isto é, em caravellas e galeotas. O exemplo de Cook, examinando a Costa Oriental da Nova-Hollanda não tem aqui lugar porque Cook tinha por fim costear huma costa brava, desconhecida e cheia de arrecifes de coral que o obrigavão a hir com o prumo na mão: pelo contrario Hannon, apezar de hir com uma frotta numerosa navegava por costa limpa e já conhecida; pois não era possivel que os Carthaginezes mandassem 30 mil homens para fundarem Cidades sem de ante mão saberem a possibilidade desses estabelecimentos ou terem ao menos pello grosso conhecimento dos Lugares onde devião estabelecer as ditas Cidades.»

2.ª «Confessa que a direcção da viagem do Periplo desde Lixus á Cerne 2 dias ao sul e 1 a leste he mais favoravel a Arguin q'. a Fedal porem pretende que ha erro no texto!!!

«A traducção q'. dá Gosselin do texto he hua miseria, corta, alonga e faz delle o que quer para os seus fins.

«Quer que os grandes montes que rodeiarão (1.ª viagem II) seja o cabo de Ger, onde acaba o espinhaço principal do Atlas, que he difficil de rodeiar por ser em ponta aguda, onde bate o mar, e o grande boqueïrão o de Santa Cruz, onde diz que ha hua planicie de 2 e 1/2 legoas de largura, por onde corre o rio de Sus (talvez onde Arambys).

«Regeita o calor intransitavel das praias, o grande

fogo, as torrentes inflammadas, como fabulas! Bravo, assim faz-se o que se quer dos antigos.

«He falso que Plinio no liv. 6 C. 35 falle das vizinhanças do Theon Ochema, cobertas de sombras encantadoras? Se fora este hum volcão, Hannon o diria, pois conhecia o Etna da Sicilia.»

3.ª «Se Hannon não passou do cabo Non, como quer Gosselin, como os Lixitas chegarão a terras cuja lingua não entendião? Como Hannon encontrou gentes de estranha figura? quando sabemos por Strabo (Lib. 17) que os Maurusios Mopesylos e Lybios pela mor parte tinham a mesma physionomia e os mesmos costumes e se assemelhavão em tudo huns aos outros?»

4.ª «Contra Gosselin faz tambem a authoridade de Herodoto que conta que em seu tempo os Carthaginezes tinham navegação até a costa da mina ou do ouro para a qual provavelmente abrio o caminho (Lib. 4 C. 196): os Carthaginezes me referiam tambem que elles costumavão navegar fora das columnas de Hercules a um povo morador na costa da Lybia; e quando alli chegavão levavam as mercadorias para a praia e voltavão para as embarcações depois de terem feito alguma fumaça. A este signal acudião os moradores á praia, punham ouro junto das mercadorias e apartavão-se; então os Carthaginezes sahião outra vez á terra e vião se o ouro era bastante; e neste caso tomavam-no e hião embora. Mas se não era bastante para o valor das mercadorias recolhião-se outra vez aos navios e esperavão; então voltavão aquelles e punhão mais ouro até contentar estes. Nenhuma das partes fazia injustiça á outra pois uma não bulia no ouro emquanto não era egual ao valor das mercadorias; nem a outra pegava nas mercadorias emquanto os primeiros não tinham levado o ouro.»

5.ª A traducção do Periplo de Hannon que traz Mealt Brun (Precis dela Geog. Univ. vol. I) he pouco exacta — defeito que achei tambem na de Gosselin e varios outros.

Malte Brun crê que fora uma inscripção grande em um templo, que um grego traduzira provavelmente pouco exactamente pois ás vezes ommite os dias da navegação. Por esta causa he impossivel fixar com exactidão os logares visitados por Hannon.

Bochart e Compomanes estenderam a navegação até a Senebia pois só alli se encontram negros e crocodilhos, hyppopotamos e os grandes erros mencionados. Gosselin, pelo contrario, fundando-se na posição do Lixus e de algumas medidas itinerarias de Polybio a limita até o Cabo Non; e acha Cerne na Ilha Fedal; e como as taboas de Ptolomeu estendem os conhecimentos geographicos dos antigos mais ao sul, esforça-se a mostrar que os mesmos nomes dos lugares vem ahi repetidos até 3 vezes, porém este procedimento he muito arbitrario e quanto a Hannon não attendeu que falla de duas viagens: a 1.ª para fundar colonias e a 2.ª para descubrir a costa: e nesta, livre de empachos e gente, devia ser mais rapido, como nota Heeren. Não vale porém o que diz Malte Brun para não crêr que a viagem se extendeo até á Guiné, isto he, que não menciona dobrar o cabo Branco e o Verde, pois falla de terem gastado dous dias em *rodear* huns montes altos depois de 12 dias de viagem de Cerne e os dous golfãos do occidente e do sul devião ter cabos nas extremidades e que havia no paiz montes altos mostra o *Carro* dos Deoses. Demais *Keras* não são bancos de rios, antes os autores posteriores os tomam por cabos.»

6.ª «Que montes ha cobertos de plantas odoriferas que bordão a costa do grande deserto ou como o ar cheio de vapores igneos podia representar volcões? Não vale dizer que na Senegambia acharia viveres e não voltaria por falta delles; pois os negros lhos negarião pelo julgar inimigo. Demais, onde na costa do deserto acharião Gorillas ?»

7.ª «O Lixus não pode ser o Rio de Ouro; porque este não é rio, mas um esteiro ou boqueirão de mar, cousa que não podião ignorar os Lixitas. O promontorio

Hermes de Scyllax não pode ser o cabo Cantin, pois fica antes do Soloes, que provavelmente o he; demais o seu nome vem dos bancos e parceis que vão desde o Cabo Espartel, que se chamavão Hermæ, segundo Avieno (Ora marit).

«Os montes da lagoa de Chretes devem ser ou antes do deserto, ou, passado elle, onde começão as terras altas, porisso pode ser o Senegal, ou o rio de S. João; o outro rio pode ser o Gambia.

«Desde o Cabo Bojador até Arguin a costa é arida, deserta e arenosa e desde Aguin é plaina, sem portos e sem abrigo até o Senegal.

«Será o golfo do Cabo de Sta. Anna o Notu-Keras? onde, voltada a costa, corre para leste e o golfo fica exposto ao sul? — As terras são muito baixas; não o creio.

«A circumstancia de ser o mar alem de Cerne cheio de baixos e de sargaço, que se observão nas alturas das Canarias, indica que Cerne ficava por estas visinhanças.

«O mar de sargaço dos nossos descobridores começava em 24º da lattitude e distava da costa d'Africa 300 milhas ou 75 legoas.»

Depois de ter publicado pela vez primeira essas magnificas notas de José Bonifacio, o erudito e brilhante escriptor patricio, dr. Felix Pacheco, termina:

— «Vamos concluir o nosso trabalho, que apenas consistio na divulgação de preciosos ineditos.

Diante do que deixamos escripto e transcripto, é licito suppor que todos os espiritos esclarecidos estarão habilitados a formar, de accordo com o seu proprio criterio, uma idéa exacta da extensão da viagem de Hannon.

Pensamos com José Bonifacio. Os nautas de Carthago, successores dos marinheiros da antiga Phenicia, muitos seculos antes dos Portuguezes, costearam grande parte do occidente da Africa. Passaram-se os annos. Carthago desapparecera, e na memoria dos homens já não restava a mais leve recordação do atrevido Periplo. D.

Henrique surgiu, afinal, para escrever uma das paginas mais brilhantes da historia das navegações; seus nautas, novos e mais audazes phenicios, reproduzirão, com egual successo, aquelles feitos esquecidos. Estava dado o vigoroso e fecundo impulso, de que devia resultar, mais tarde, para maior gloria da velha e nobre Luzitania, a Descoberta da India e a do Brazil.»

Ahi ficou a amostra da cultura classica de Bonifacio. Optima? Não o crêmos. A traducção do *Periplo* differe da de Antonio Ribeiro dos Santos e da de Gosselin e Chateaubriand. Bonifacio censura a traducção de Malte-Brun e segue, ou melhor *plagía*, a de Thomé Barbosa, de quem nem siquer cita o nome na *Prefação*. Apenas diz elle nesse prefacio que lêra num jornal de Coimbra uma traducção *«de um dos nossos melhores hellenistas e philologos, homem muito douto»*. Era Thomé Barbosa, cujo trabalho foi publicado em o numero 21 do «Jornal de Coimbra».

Copiando Thomé Barbosa e atacando *Malte-Brun*, a quem chama *errador paradoxista*, mal sabia o sabio Andrada que atacava a si proprio, porque a traducção de *Malte-Brun* (Précis de la Geographie Universelle, vol. I) serviu de guia a de Thomé Barbosa («Jornal de Coimbra» n.º 21).

Aliás é o proprio hellenista quem confessa a sua fraqueza no seguinte topico de sua *Prefação*:

— «*Sahiria ella* (a traducção) *mais alinhada e completa, se me não faltassem conhecimentos mais profundos da lingoa grega.*»

Ainda bem que o sabio Andrada confessa a fraqueza de sua cultura classica... Porem, o que não confessa, é o plagio vergonhoso, pelo qual foi accusado por José Agostinho de Macedo, no proprio jornal coimbrense.

CAPITULO XII

Bonifacio — o poeta

Capitulo XII

Bonifacio — o poeta

Agora, vejamos o poeta:

Ser e não ser

Se te procuro, fujo de avistar-te,
E se te quero, evito mais querer-te.
Desejo quasi... quasi aborrecer-te,
E se te fujo, estás em toda a parte.

Distante, corro logo a procurar-te,
E perco a voz e fico mudo ao ver-te.
Se me lembro de ti, tento esquecer-te,
E se te esqueço, cuido mais amar-te.

O pensamento assim partido ao meio,
E o coração assim tambem partido,
Chamo-te e finjo, quero-te e receio!

Morto por ti, eu vivo dividido,
Entre o meu e o teu ser sinto-me alheio,
E sem saber de mim, vivo perdido!

.·.

Ode aos Gregos

Ó musa do Brasil, vem inspirar-me;
Tempéra a lyra, o canto meu dirige;
Accende-me na mente estro divino
De heroico assumpto digno.

Se commigo choraste os negros males
Da escravidão, que a cara patria avilta,
Da Grecia renascida altas façanhas
As lagrimas te sequem.

Se ao curvo alfange, se ao pelouro ardente
O Despotismo a nobre Grecia vende,
As bandeiras da cruz, da liberdade,
Farpadas inda ondeiam!

As bayonettas, que os Servis amestram,
Carnagem, fogo — não assustem peitos
Que amam a liberdade, amam a patria,
E de Héllenos se prezam.

Como as gottas da chuva, o sangue ensopa
Arido pó de campos devastados;
Como do funeral lugubre sino
Gemidos mil retumbam.

Criancinhas, matronas, virgens puras,
Que á apostasia, que a deshonra vota
O feroz Moslemim, filho do inferno,
Como martyres morrem.

E consentis, oh Deus, que os tristes filhos
Da redemptora cruz, Arabes, Turcos
Exterminem do sólo antigo e santo
Da abandonada Grecia?

Contra algozes os miseros combatem;
Contra barbaros crus, honra e justiça;
A Europa geme: só tyrannos frios
Com taes horrores folgam.

Rivalidades, ambição, temores,
Cujo interesse a inerte espada prendem;
E o sangue de Christãos, que lagos fórma,
Um ai lhes não arranca!

Perecerás, ó Grecia; mas comtigo
Murcharão de Albion honra e renome:
O sordido egoismo que a devora
E' já do mundo espanto!

Não desmaieis, porém; a Divindade
Roborará teu braço; e na memoria
Gravará para exemplo os altos feitos
Dos illustres passados.

Eis os mirrados ossos já se animam
De Milciades; já da campa fria
Ergue a cabeça; e grito dá tremendo
Para acordar os netos.

«Héllenos, brada, ó vós, prole divina,
Basta de escravidão - não mais opprobrios!
E' tempo de quebrar grilhão pesado
E de vingar infamias.

Se arrazaste de Troya os altos muros
Para o crime punir, que Amor causára,
Então porque soffreis ha largos annos
Estupros e adulterios?

Foram assento e berço ás doutas Musas
O sagrado Helicon, Parnaso e Pindo:
Moral, sabedoria, humanidade
Fez vicejar a lyra!

Ante Hellenicas prôas se acamava
Euxino, Egêo — e mil colonias iam
Levar artes e leis ás rudes plagas
E da Lybia, e da Europa.

Um punhado de heróes então podia
Tingir de sangue persa o vasto Ponto!
Montões de corpos inda palpitantes
Estrumavam os campos!

Ah! porque não sereis o que já fostes?
Mudou-se o vosso Céo, e o vosso sólo?
E não são inda os mesmos estes montes,
Estes mares e portos?

Se Esparta ambiciosa, Athenas, Thebas
O fratricida braço não tivessem
Em seu sangue banhado, nunca a Grecia
Curvára o collo á Roma.

E se de Constantino a infame prole
Do Fanatismo cégo não houvera
Aguçado o punhal, ah nunca as *Luas*
Tremulariam ufanas!

Depois que fostes, ó Grecia miseranda,
De despotas brutaes, brutal escrava —
Em a esquerda o *koran*, na dextra a espada,
Barbárie préga o Turco.

Assaz sorveste já milhões de insultos,
Já longa escravidão pagou teus crimes;
O céo tem perdoado. — Eia, já cumpre
Ser Héllenos, ser homens.

Eia, Gregos, jurai, mostrai ao mundo
Que sois dignos de ser quaes fostes d'antes:
Eia, morrei de todo ou sêde livres.
Assim fallou — calou-se.»

E qual ligeira nevoa sacudida
Pelo tufão do Norte, a sombra augusta
Desapparece. A Grecia inteira brada:
Ou liberdade, ou morte!

∴

Ode á rolla

Tu que te apressas desde longe ousada
Dize para onde, sacudindo, voas,
Tantos aromas de sabia origem,
Doce rollinha?

Entre a plumagem de arroxadas côres,
Alegre trazes pallidas violas!
Porque no bico de romã tu levas
Jasmins e rosas!

Ella responde: Vou seguindo, amigo,
Não meus caprichos, obedeço ao mando
Imperioso de meu caro Amo,
De Nize escravo:

Nize formosa, Nize que domina
Livres vontades, e com meigo riso
As iras vence de Cupido, e vence
Mortaes e Deuses.

Desd'os pendores da gentil *Tijuca*
Vim ao chamado do meu grão Poeta:
Meigo me trata; porém eu submissa
Senhor o chamo.

Elle me ordena que á sua Nize leve
Carta nascida de seu brando peito,
Puro amoroso, cuja doce Musa
Canta suave;

Quando entre as penhas resoando a Lyra,
Amor celebra em *Catombi* ditoso;
Ou nas sombrias sempre verdes margens
Do seu *Cattête*.

Jurou-me firme de outorgar-me agora
A liberdade, se esta carta entrego;
Mas eu que pezo com juizo as coisas,
Eu não a quero.

De que me serve combater c'os ventos,
Soffrer os frios da empinada serra;
Comer faminta, de bichinhos cheias
Bagas agrestes!

De que me serve recrear os Echos
D'essas montanhas com lascivo arrulho;
E em duras garras do gavião pirata
Perder a vida?

Mais vale escrava do meu bom Josino
Cumprir honrada e bem leal seus mandos;
E no seu terno bondadoso seio
Gemer suave.

Sentado á mesa elle commigo brinca,
Eu lhe arrebato o seu melhor bocado,
Eu pico os dedos, eu a mão lhe piso,
Beijo-lhe a boca.

Terno me anima: se doudices faço,
Não me castiga, nem se quer se enfada;
Antes em taça de Madeira loiro
Logo me brinda.

Phebo brilhante se o calor augmenta,
Faço-lhe sombra co'as amigas azas;
E se da noite vai crescendo o frio
Tambem o aquento.

Assim eu vivo regaladamente,
Livre de laços, livre de perigos,
Durmo tranquilla, ou de sentinella
Guardo-lhe a Lyra.

∴

Ode Anacreontica

Os brincos, os arrufos,
Os beijos e os abraços,
Os odios e caricias,
Ternos *quindins*, denguices,
Eu já contei de Nize:
Ah! faze meiga Venus,
Que ella me dê amores,
Já que lhe dei a Lyra.

∴

Que tal o poeta? Certo, inferior aos Gonzagas e Alvarengas...

Não encontramos nelle excellentes qualidades de bom cavalleiro do Pegaso ou de bom montanhês do Parnaso...

CAPITULO XIII

Bonifacio — o orador

CAPITULO XIII

Bonifacio — o orador

Como orador, Bonifacio era vehemente e arrojado. De todos os seos discursos, aquelle em que poz mais cuidado, mais virilidade, mais belleza, é o que proferiu em nome de S. Paulo na noite de 26 de janeiro de 1822, deante de d. Pedro e do mundo official do Rio de Janeiro.

Ei-lo, na integra. Por elle avalie o leitor a vehemencia oratoria de Bonifacio.

SENHOR. — O Governo, Camara, Clero e Povo de S. Paulo, que aqui nos enviam como seus Deputados, de cujos sentimentos, e firme resolução temos a honra de ser o orgam perante V. A. R., impacientes de continuar a soffrer tantos velhos abusos, e o acrescimento de outros novos introduzidos pela impericia, pela má fé e pelo crime, applaudiram com enthusiasmo as primeiras tentativas, e os nobres esforços de seus irmãos da Europa, a bem da Regeneração Politica do vasto imperio Luzitano; mitigaram porém o seu ardor e confiança, logo que reflectiram com madureza e sangue frio no Manifesto das Côrtes ás nações extrangeiras, em que deplorando-se o estado de miseria e de pobresa em que se achava Portugal, indicava-se rebuçadamente, como medida necessaria, o restabelecimento do antigo commercio exclusivo colonial, origem fecunda das desgraças, e do longo abatimento, em que jazêra o Reino do Brasil.

Examinaram depois as bases da Constituição da Monarchia Portugueza, e as approvaram e juraram, como

principios incontestaveis de direito publico universal: mas o projecto da nova constituição politica, então ainda não debatido e convertido em Lei, projecto em muita parte mal pensado e injusto, em que pretendia condemnar astuciosamente o Brasil a ser outra vez colonia, e a representar o papel de objecto escravo, cuja administração era confiada a tutores egoistas e avarentos, só responsaveis ás Côrtes, e ao Governo de Lisboa, entranhou no fundo de sua alma novas duvidas, e lhes excitou novos temores e desconfianças. Em fim appareceram, na Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro de 11 de Dezembro passado, os dois Decretos de 29 de Setembro; então rasgou-se de todo o véo, e appareceu a terrivel realidade. O Governo, Camara e Povo de S. Paulo estremeceram de horror, e arderam de raiva.

Moderado porém o maior impeto da sua indignação, e havendo reassumido a razão os seus direitos, os homens sensatos procederam a analysar friamente o primeiro decreto Provisorio, que organisa a fórma e attribuições dos Governos Provinciaes do Brasil, começando pelo exame da genuina intelligencia destas duas palavras — Decreto Provisorio —, e acharam que só podia ser uma determinação temporaria, exigida pela lei imperiosa da necessidade. Applicando pois a urgencia de um tal Decreto ás circumstancias actuaes das differentes Provincias do reino do Brasil, reconheceram-no, á primeira vista, inteiramente superfluo, por estarem quasi todas regidas por governos, que o povo legalmente havia creado, usando dos direitos inalienaveis, que lhes competem como homens e como cidadãos livres. O uso destes direitos só podia modificar-se pela publicação de uma Constituição, fructo da sabedoria e vontade geral dos Representantes de todas as Provincias Portuguezas, reunidos em Côrtes. Fundadas nestes direitos imprescriptiveis e inalienaveis, legitimaram as Côrtes de Lisboa, pelo seu Decreto de 18 de Abril do anno passado, os governos provisorios creados nas diversas Provincias do Brasil, e declararam Benemeritos da Patria os que premeditaram, desenvolveram e executaram a Regeneração Politica da Nação,. E como

agora ousa o Decreto de 29 de Setembro annular a doutrina estabelecida no Decreto de 18 de Abril? Se o novo Decreto era talvez necessario para algumas das Provincias do Brasil, que estivesse em desordem e anarchia, só a esta poderia ser applicado, e por ella acceitado.

Os cidadãos sensatos e livres da minha Provincia passaram depois a examinar, se um tal Decreto era justo e conforme com as bases da Constituição, por elles approvadas e juradas: e o resultado deste exame foi o pleno conhecimento da sua clara e manifesta anti-constitucionalidade, porque, se estas mesmas bases, bem que principio de direito publico universal, não podiam obrigar os Brasileiros, em quanto pelos seus legitimos Deputados as não adoptassem e jurassem; muito menos os podiam obrigar regras e determinações de direito publico particular, sem o exame e approvação de seus Representantes.

Consideraram finalmente o referido Decreto pelo lado da sua utilidade; e viram o que todo o Portuguez sem espirito de prevenção e de partido, e só com a mira no bem da ordem, da união e felicidade geral de toda a Nação Portugueza, devia necessariamente ver, isto é, a desmembração do reino do Brasil em porções desatadas, e rivaes, sem nexo, e sem centro commum de força e unidade; viram um Governador das Armas sujeito e responsavel ao só governo de Lisboa, com todas as attribuições despoticas dos Antigos Capitães Generaes, e sómente privado deste nome; viram Governos Provinciaes, a quem apparentemente se dava toda a jurisdicção na parte civil, economica, administrativa e policial, mas destituidos verdadeiramente dos instrumentos, que os podiam habilitar para o effectivo desempenho de suas obrigações; viram Juntas de Fazenda regidas ainda agora pelas absurdas leis antigas das suas creações, cujos defeitos já estavam manifestos pela experiencia de longos annos, e seus membros, collectiva e individualmente, responsaveis sómente ás Côrtes e governo de Lisboa; viram Magistrados independentes e anarchicos pela falta de um Tribunal Supremo de Justiça, que conheça e julgue seus crimes e prevaricações, e os povos, depois de acostumados

por treze annos a recursos mais promptos, reduzidos hoje pela extincção premeditada de todos os Tribunaes do Rio de Janeiro, a irem, como vis colonos, soffrer as delongas e trapaças dos de Lisboa, defraudados por um rasgo de penna de uma auctoridade benefica e tutelar, que suspenda seus ais, e enxugue suas lagrimas, despachando e punindo sem demora; viram, em uma palavra, quatro forças entre si independentes, de cuja luta e opposição infallivel e necessaria devem seguir-se desordens, roubos, anarchia e guerra civil; pois que o governo de Lisboa, e as Côrtes, a duas mil leguas de distancia, nunca jamais poderiam reprimil-as e obvial-as. Viram finalmente o accrescimo de despezas inuteis, e o caruncho do velho despotismo cariando por toda a circumferencia a nova Arvore Constitucional até seu âmago. Que horriveis calamidades pois nos presagiava e promettia uma tão absurda fórma de governo! A que deploraveis destinos não estava condemnado o bello, rico e vasto Imperio do Brasil!

Passou-se depois ao exame do segundo Decreto da mesma data, pelo qual V. A. R. unico Pai commum que nos restava, devia ser arrancado do seio da Grande Familia Brasileira, afim de viajar incognito (como assoalhavam), pela Hespanha, França e Inglaterra. No primeiro Decreto vimos lavrada a sentença da anarchia e escravidão do Brasil; no segundo vemos a execução da terrivel sentença, vemos a perfidia com que o Brasil é atraiçoado, e por fim a deshonra e ignominia com que V. A. R. é tratado: no primeiro vimos espoliado o Brasil da categoria de reino; no segundo vemol-o reduzido ao misero estado de orphandade. Roubou-se pelo primeiro Decreto a V. A. R. a Logar-Tenencia, que Seu Augusto Pai lhe havia conferido; no segundo se diz, que a residencia de V. A. R. é desnecessaria nesta Côrte, e até indecorosa! Roubou-se-lhe o Governo deste Reino, que lhe era devido, e deste roubo impolitico, e contrario aos mais caros interesses do Brasil, e até de Portugal, deduziram a necessidade do seu regresso. Que artificio miseravel e grosseiro! Quão curtos em advinhar o futuro são os auctores de tão desvairada politica! Como se illudem os deslum-

brados, que adquiriram nas Côrtes uma pequena maioria de votos, se esperam levar ao cabo seus projectos!

Quando Portugal em 1580, ou vendido ou pela traição de alguns de seus máus filhos, ou conquistado pelas armas hespanholas, dobrou, máu grado seu, a honrada cerviz ao jugo do novo Nero do Sul, Filippe II, entrando em sua nova conquista, teve todavia a prudencia, ou a politica, de ratificar as Capitulações, que havia de antemão enviado aos Governadores do reino, depois da morte do Cardeal do Rei, sendo uma dellas que o Vice-Rei de Portugal seria Portuguez, salvo se elle nomeasse para este logar um Principe de sangue Real; e para contentar ainda mais os Portuguezes, prometteu o mesmo Felippe II residir em Portugal o mais largo tempo, que fosse possivel. Portugal conquistado e vergado sob o pezo de duros ferros, conserva com tudo um Governo central, de que dependem todas as suas Provincias; e o Brasil livre, e só criminoso talvez por haver singelamente, e sem reserva, associado seu destino aos destinos de seus irmãos da Europa, vê-se agora despedaçado em porções desatadas, e privado de um centro commum de força e de unidade, sem se esperarem, nem serem ouvidos os seus Deputados; porque a estes, quando lá chegarem, só se deixa por escarneo e pueril tarefa de approvarem, ou não, a extincção das ordenanças!

Quando em 1807 o Augusto Pai de V. A. R. se retirou para o Brasil, deixou em Lisboa uma Regencia; e os Europeus ainda não contentes com este Governo central, pediram a Sua Magestade que ao menos lhe enviasse a V. A. R. para Chefe daquella Regencia. A traição e a perfidia roubaram-nos o primeiro, e o Decreto das Côrtes quer ainda roubar-nos o segundo: recusam os de Portugal a seus irmãos do Brasil a posse de um bem, cuja perda não podiam supportar. Que egoismo inaudito, que comportamento! Sua má politica chega a tanto, que não temem sacrificar a maior parte da nação, e toda a Augusta Familia de Bragança, aos casos provaveis de se renovarem as tristes circunstancias de 1807.

O pequeno reino da Irlanda, apenas separado da Grã-

Bretanha por um estreito braço de mar, conserva todavia um Governo Geral com todas as attribuições do Poder Executivo; o mesmo acontece ao dminuto reino de Hannover, governado actualmente por um irmão de Jorge IV; e o mesmo vemos nos reinos da Bohemia e da Hungria, cujo Monarcha é o Augusto Sogro de V. A. R. Como pois póde vir á cabeça de alguem pretender, que o vasto e riquissimo reino do Brasil fique sem um Representante do Poder executivo, e sem uma mola central de energia e direcção geral? Que absurdos em politica, e que falta de generosidade!

Emfim, terminou o povo de S. Paulo o exame do 2.o Decreto com a analyse dos motivos, com que se pretende justificar a retirada de V. A. R., e estremeceu de horror com a só idéa, de que talvez tivesse de ver o Principe Hereditario da Corôa, e Regente deste reino, a unica esperança da Serenissima Casa de Bragança, viajando incognito por uma circumscripta parte da Europa, como uma criança rodeada de Aios e de espias; porém elle está capacitado, Augusto Senhor, que a necessidade da sua supposta viajem é um grosseiro estratagema, com que se pretende cohonestar o medo que se lhe tem, e a violencia que se lhe faz.

Quando este paiz foi esbulhado do benefico Fundador do Imperio Brasileiro, o Senhor D. João VI, nosso Rei Constitucional, os menos perspicazes em politica viram no seu regresso para Portugal, o complemento dos projectos, que alguns facciosos tinham dante mão secretamente urdido, para o conservarem debaixo do jugo, e melhor o escravisarem; e desde então previram a prisão honesta, que o guardava; hoje que V. A. R. é chamado, com o frivolo pretexto de viajar para instruir-se, crêm o Governo, a Camara, o Clero e o Povo de S. Paulo, que igual destino aguardava a V. A. R., pois os conjurados que abusaram da boa fé do Soberano do Congresso, nunca lhe podiam tributar o menor amor e respeito.

Á vista pois da serie de males e desgraças, que ameaçam o bem geral do Brasil, a Constituição futura da Monarchia, e a mesma independencia e prosperidade do

resto do Reino-Unido: o Governo, Camara, Clero e Povo de S. Paulo, em nome de todos os Paulistas, em nome de todos os Brasileiros, que ainda conservam algum brio e honra, em nome de todos os verdadeiros Portuguezes de ambos os mundos, vêm rogar pela presente Deputação a V. A. R. suspenda a execução de tão arbitrarios, e anti-constitucionaes Decretos; deste modo desvanecerá projectos, com que pretendem alguns facciosos arruinar a obra da nossa commum felicidade, e santa Constituição, porque todos suspiramos.

Sim, Augusto Senhor, que motivos ponderosos deveriam conduzi-lo a Portugal? O amor da patria? Para um Principe todos os seus Estados são patria: de mais, este amor, bem ou mal entendido, pelo torrão em que nascemos, tambem deve fallar ao coração de seus Augustos Filhos, nossos compatriotas, que em tão criticas circumstancias não devem abandonar o seu Brasil. Seria por ventura o desejo de tornar abraçar Seu Augusto Pai? Os abraços e carinhos de seus filhos, e de uma terna e virtuosa Esposa, indemnisal-o-hão dos abraços paternaes: e sendo para os Paulistas indubitavel que Sua Magestade fôra forçado a chamal-o para Portugal, desobedecer a taes ordens, é um verdadeiro acto de obediencia filial. Seria acaso a felicidade de seus subditos da Europa? Quem mais della precisa que os habitantes do seu Brasil? Seriam os interesses futuros de sua Augusta Familia? Estes mesmos requerem imperiosamente, que V. A. R. conserve para a Serenissima Casa de Bragança o vasto, fertil, e grandioso Reino do Brasil.

Eis o que lhe aconselha a razão, o dever e a politica: se porém V. A. R., apesar de tudo, estivesse, como já não cremos, pelos deslumbrados e anti-constitucionaes Decretos de 29 de Setembro, além de perder para o mundo, o que não era possivel, a dignidade do homem livre e de Principe, teria tambem de responder perante o Tribunal da Divindade pelos rios de sangue, que iriam ensopar pela sua ausencia nos campos e montanhas; porque, quebrados de uma vez os prestigios da ignorancia e da escravidão antiga, os honrados Portuguezes do Brasil, e

mórmente os Paulistas, e todos os seus filhos e netos, que habitam a populosa e rica provincia de Minas Geraes, o Rio Grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso, escudados na justiça da causa, e seguros na sua união, força, e riqueza, quaes tigres esfaimados tomariam vingança crua da perfidia desse punhado de inimigos da ordem e da justiça, que, vendidos á politica occulta de gabinetes estrangeiros, e allucinando as Côrtes, pretenderam fazer a sua e a nossa infelicidade, e esta vingança faria epocha na historia do Universo. Mas nós declaramos perante os homens, e perante Deus, como solemne juramento, que não queremos, nem desejamos separar-nos de nossos caros irmãos de Portugal; queremos ser irmãos, e irmãos inteiros, e não seus escravos; e esperamos que o soberano congresso, desprezando projectos insensatos e desorganizadores, e pensando seriamente no que convem á toda a nação portugueza, ponha as cousas no pé da justiça, e da igualdade, e queira para nós o que os Portuguezes da Europa queriam para si. Então, removidas todas as causas de desconfiança e descontentamento, reinará outra vez a paz, e a concordia fraternal entre o Brasil e Portugal.

Seja pois V. A. R. o Anjo Tutelar de ambos os mundos; arrede com a sua sabedoria, força, decisão e franqueza, desprezando todos os remedios palliativos (que não curam mas matam o enfermo) arrede, digo, para sempre o quadro funebre das imminentes calamidades, que ameaçam o vasto Imperio Lusitano; confie-se corajosamente no amor, ternura e fidelidade dos Portuguezes do Brasil, e mórmente dos briosos Paulistas, que pelo nosso orgam offerecem seus corações para abrigo de V. A. R., seus corpos para escudo, e seus fortes braços para sua defeza, que por vós finalmente verterão a ultima gotta de seu sangue, e sacrificarão todos os seus bens para não verem arrancado do Brasil o seu Principe idolatrado, em quem tem posto todas as esperanças da sua verdadeira felicidade, e da sua honra e brio nacional.

Digne-se pois V. A. R., acolhendo benigno as supplicas de seus fieis Paulistas, declarar francamente á face do Universo, que não lhe é licito obedecer aos decretos ulti-

mos, para a felicidade, não só do Reino do Brasil, mas de todo o Reino-Unido; que vai logo castigar os rebeldes, e perturbadores da ordem e do socego publico; que para reunir todas as provincias deste Reino em um centro commum de união e de interesses reciprocos, convocará uma junta de procuradores geraes, ou representantes, legalmente nomeados pelos eleitores de parochia, juntos em cada comarca; para que nesta côrte, e perante V. A. R., aconselhem e advoguem a causa das suas respectivas provincias; podendo ser revogados seus poderes, e nomeados outros, se se não comportarem conforme as vistas e desejos das mesmas provincias; e parece-nos Augusto Senhor, que bastará, por ora, que as provincias grandes do Brasil enviem dois Deputados, e as pequenas um. Deste modo, além dos Representantes nas Côrtes Geraes, que advoguem e defendam os direitos da nação em geral, haverá no Rio de Janeiro uma deputação Brasilica, que aconselhe e faça tomar aquellas medidas urgentes e necessarias, a bem do Brasil, e de cada uma de suas provincias, que não podem esperar por decisões longinquas e demoradas. Então nós, mensageiros de tão feliz noticia, iremos derramar o prazer, e o jubilo, nos corações desassocegados dos nossos honrados e leaes patricios.

Numen faveto!
Ó céo nos hade ajudar!

⁂

Eis ahi o mais bello e o mais inflammado de todos os discursos que o *Patriarca* proferiu em toda a sua vida.

Mas fica muito aquem dos brilhantes discursos de Gonçalves Lédo, em que ha periodos como estes:

— O povo do Rio de Janeiro julga que o navio que reconduzir Sua Alteza Real apparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da Independencia do Brasil.

. . . .

O povo julga que se faz necessario para a futura gloria do Brasil que Sua Alteza Real visite o interior

deste vastissimo Continente *(Representação de 29 de dezembro de 1821).*

— «**Um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali, em muitas das provincias do Brasil.**» (Discurso de 9 de janeiro de 1822, escripto por Lédo).

—.·.

— «**Os povos não são propriedade de ninguem . . .**»

. . . .

— «Talvez o Congresso no devanêo de sua furia dará (e será uma nova inconsequencia) o nome de rebellião ao passo heroico que vão dar as provincias do Brasil, á reassumpção da sua soberania despresada; mas se o fizer, deverá primeiro declarar rebelde a rasão, que prescreve aos homens não se deixarem esmagar e arruinar pelos outros homens; será mister declarar rebelde a natureza, que ensinou aos filhos a separarem-se de seus paes, quando tocam a epocha da sua virilidade; é mister declarar rebelde a justiça, que não authorisa usurpação, nem perfidias; é mister declarar rebelde a Portugal, que encetou a marcha na monarchia portugueza; é mister, emfim, declarar-se rebelde a si mesmo, porque se a força irresistivel das cousas promettia a futura desunião dos dois Reinos, os seus procedimentos acceleraram esta epocha, sem duvida fatal para a parte da nação que queria engrandecer.

Quando uma nação muda o seu modo de existir e de pensar, não póde, nem deve tornar a ser governada como antes dessa mudança. O Brasil, elevado á cathegoria de Reino, reconhecido por todas as potencias, e com todas as formalidades que fazem o direito publico da Europa, tem inquestionavel jus a reempossar-se da porção de soberania que lhe compete, porque o estabelecimento da ordem constitucional é um negocio privativo de cada povo.»

A independencia, Senhor, no sentir dos mais abalisados politicos, é innata nas colonias, como a separação das familias o é na humanidade; e a independencia assim modificada é de honra ao Brasil, é de utilidade a Portugal, e é de eterno vinculo para a monarchia em geral. *A natureza não formou satellites maiores que os seus planetas. A America deve pertencer á America, a Europa á Europa; porque não debalde o Grande Architecto do Universo metteu entre ellas o espaço immenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perduravel systema, e ligar todas as partes do nosso grande todo é este.* Desprezal-o é insultar a Divindade, em cujos decretos elle foi marcado, e por cuja lei elle appareceu na cadeia do presente. O Brasil no meio de nações independentes e que lhe fallam com exemplo da felicidade, exemplo irresistivel porque tem por si o brado da natureza, *não póde conservar-se colonialmente sujeito á uma nação remota e pequena, sem forças para defendel-o, e ainda menos para conquistal-o. As nações do Universo tem sobre nós, e sobre ti os olhos: ou cumpre apparecer entre ellas como rebeldes, ou como homens livres e dignos de o ser.*

Tu já conheces os bens e os males que te esperam e á tua posteridade... Queres? ou não queres? Resolve, senhor!

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1822.

Joaquim Gonçalves Lédo.

(Do discurso de Lédo em nome do povo do Rio).

∴

«O Brasil tem direitos inauferiveis para estabelecer o seu governo, e a sua independencia; direitos taes que o mesmo Congresso Lusitano reconheceu e jurou. As leis, as constituições, todas as instituições humanas, são feitas para os povos, não os povos para ellas. E deste principio indubitavel que devemos partir: as

leis formadas na Europa podem fazer a felicidade da Europa, mas não a da America. O systema europêo não pode, pela eterna razão das cousas, ser o systema Americano: e, sempre que o tentarem, será um estado de coação e de violencia, que necessariamente produzirá uma reacção terrivel. O Brasil não quer attentar contra os direitos de Portugal, mas desadora que Portugal attente contra os seus: o Brasil quer ter o mesmo Rei, mas não quer Senhores nos Deputados do Congresso de Lisboa: o Brasil quer a sua independencia . . . .
. . . .

Qual será a nação do mundo que com elle *(o Brasil)* queira tratar, emquanto não assumir um caracter pronunciado, emquanto não proclamar *os direitos que tem de figurar entre os povos independentes!* E qual será a que despreze a amisade do Brasil, e a amisade do Seu Regente? É nosso interesse a paz; **nosso inimigo só será aquelle que ousar atacar a nossa independencia.** »

(Discurso de Lédo, de junho de 1822, em nome do Conselho de Procuradores).

Leia-se o mais patriotico discurso de José Bonifacio. Depois esses excerptos dos de Gonçalves Lédo. Qual é o mais eloquente no seo patriotismo? Qual o mais positivo nas suas declarações ao principe? Qual o mais *brasileiro* nas concepções liberaes?

A superioridade da eloquencia patriotica de Gonçalves Lédo sobre Bonifacio é tão sensivel e evidente como o sol de Dezembro na Terra de Santa Cruz: refulge... queima...

CAPITULO XIV

Bonifacio — o intimo

CAPITULO XIV

Bonifacio — o intimo

Para se estudar Bonifacio na intimidade nada melhor que a collecção de suas cartas compradas de Mello Moraes pela Bibliotheca Nacional. Ei-las:

Meu caro Sñr. Menezes.

Amigo do coração, não tenho escripto a V. S. porque por mim o faria Antonio Carlos; agora porém que na sua de 26 de Agosto parece inculpar-me de falta de confiança e amizade, é justo que sáia eu da santa mandrieira, e que me defenda da sua injusta accusação.

Não foi por desamor, ou por não fazer conceito no seu zelo e conhecimentos, que eu me dirigi a Borges de Barros, para me informar do estado das sciencias naturaes presentemente em França; mas sim, parte por politica e parte porque tendo elle seguido esta carreira em Coimbra approvo ambas... pelo que diz respeito á de Botanica, e em Paris, poderia satisfazer a minha commissão, que não era o enviar-me um catalogo de autores. — Aqui tens a verdade nua.

Passemos a outras coisas; e quanto ao retrato, no Rio de Janeiro deixei 2 meus, um feito em Lisboa, que está arruinado no busto, mas não nas feições, outro que fez o Silva do Rio, e o 3.º, quasi acabado, que pára em mão de Madama *Touloi*, que o tirou; quanto ás traducções póde servir... a de seu Mano dos Elementos de Botanica, impressa em Paris em 2 volumes de Oitavo pelo B...... e tambem da sua obra de Physiologia vegetal, impressa em Lisboa ou Coimbra, que ha de parar na Livraria Publica de Paris.—Eu cá não tenho alguma; porém se quizer mandar-me o Mss. o emendarei, como me for possivel. Lembro-lhe que seria util traduzir a minha carta

—*Doutor da roça*, e a *de João Claro*, com notas illustrativas, e imprimil-as em Londres.

Rogo-lhe que saiba se já ha nomeações de Deputados nas Provincias do Sul, principalmènte de S. Paulo, e quaes são; e como tambem creio que meu irmão Antonio já terá escripto ao bom amigo Rocha, ou a V. S.ª sobre a carta anonyma que me veiu dirigida, ameaçando-nos que não vamos ao Brasil, porque somos detestados por todos os partidos, e porque seremos assassinados em qualquer parte onde desembarcarmos; (a qual carta tenho motivos ponderosos para crer que sahiu da Fabrica do Borges de Barros). Rogo a V. S.ª e ao dito Sr. Rocha, queiram com muita dexteridade saccar isto a limpo. Queira comprar-me a obra de D'Aubuisson, *Traité de Geognosie*, 2 vol., 8.º; a parte do *Bulletin universel des sciences et de l'industrie*, que trata das sciencias naturaes, que faz 3 volumes e custa 22 fr.; emfim os *Elements de Minéralogie de Beudant*, que estão a sahir da imprensa. Eu satisfarei isto do modo que me quererá indicar.

Adeus, meu bom amigo e companheiro de *malheur;* aceite o coração do seu

Verdadeiro Ven.or e Brasileiro

J. B. de Andrada.

Bordéos, 1 de Setembro de 1824.

Illmos. Sñrs. Rocha e Menezes.

Meus bons amigos, esta carta vai commum de dous; e começando pelo Sñr. Rocha direi: Illmo., Vossa Senhoria é como os oraculos do Paganismo, que emudeceram com a vinda de Christo; assim V. S.ª com a sua ida a Paris, ou Deus sabe se com os seus novos conhecimentos *utriusque sexus*. Quando vou as vezes á Bordéos, que não são muitas, pergunto sempre: — Escreveu o amigo Rocha? — Não senhor, é o que se me responde. Ora pois, é preciso que um preguiçoso como eu vá espertar outro. Muito folguei saber que o nosso Innocencio já está por esses

mares de Christo; e espero a sua feliz viagem lhe seja proficua, a elle, a V. S. e tambem a mim, pois creio que só por sua actividade e zelo poderei cobrar alguma coisa da nossa pensão. Como agora circulam em segredo por aqui noticias ominosas do Brasil, é facil em Paris saber o que ha na materia; e portanto rogo que se communique quanto antes para meu governo. Passemos ao Sñr. Menezes. — Illmo., eu lhe agradeço muito a remessa dos livros, e tinha mais outra encommendinha a fazer-lhe; mas antes d'isto cumpre que me diga o que importa a primeira e a quem devo entregar o dinheiro; demais convem que tambem calcule com a minha bolsa tisica, V. S. tem sido muito injusto em accusar os amigos de fraquezas da carne, quando por cá sôa que lá se gasta com cominhos ou confeitos de Endoenças. *Item* quanto ao que me diz sobre a carta anonyma; ainda persisto nas minhas suspeitas; pois a lettra, bem que disfarçada, é a mesma do sujeito em que fallei; e muito me peza que ella se trasmalhasse, porque lh'a remetteria a cotejar.

Quanto á minha nomeação para senador, confesso que me fez algum bem ao coração ver que os Bahianos não se esqueceram de todo de um homem, que tanto gritou e forcejou para que fossem soccorridos contra os vandalos de Portugal; mas, como o que por ora ambiciono é ir acabar os meus cansados dias em um cantinho bem escuro e solitario da minha bestial Provincia; e portanto rogo a Deus que S. M. Imperial me queira preterir na escolha.

Quanto ao retrato, condescenderia de boa mente aos seus desejos; mas não me é possivel por ora, não só porque habito no campo, mas principalmente porque a magra bolsa não consente bazofias.

Saberão V. S.as ambas que a solidão do campo me tem trazido de novo a mania antiga de poeta, com que espanco lembranças afflictivas, que de quando em quando me assaltam. Traduzi a 1.a Ecloga de Virgilio, e estou com a 2.a entre mãos; tambem me abalancei ao trabalho herculeo de traduzir a Ode das Olympicas de Pindaro,

apezar das falhas e mazellas da lingua portugueza, e estou com a 1.ª das Pythicas do mesmo autor. Quero que os nossos compositores de Odes pseudo-pindaricas leiam o que são as Odes verdadeiras de Pindaro. Tenho feito muitas outras coisinhas, como Odes Saphicas e Anacreonticas; tenho revisto as minhas antigas composições que destino para a impressão; e por fim, no mez passado, escrevi uma longa carta em verso a um sonhado amigo do Rio, que não me desagrada pelos rasgos de poesia e philosophia que encerra, e pela pintura da nossa viagem deportatoria. Logo que a tiver copiado em limpo, lhes enviarei com a promessa porém antecedente, de que não ha de sair de suas mãos por ora, pois assim me convem.

Adeus, meus caros Sñrs.

Seu amigo e cr.º
J. B. de Andrada.

Cauderan, 23 de Outubro de 1824.

Bordeaux, 13 de Outubro de 1824.
Rue de Palais Galien N.º 168.

Illmo.

Recebi com muito gosto a sua carta tambem commum de dois de 6 do corrente, porque nella me dá V. S.ª esperanças de que bem cedo terei o gosto de abraçal-o nesta vinhosa cidade, ourinol do mundo; e para então guardo mostrar-lhe as minhas novas poesias, e principalmente a Epistola a Lucindo; pois, além de as não ter ainda posto a limpo, não julgo prudente confial-as ao correio, de quem muito desconfio, segundo o que me avisa a este respeito. Se estivera em Paris, e com a bolsa menos magra, já as teria impresso, antes que levassem todas o mesmo caminho que já por tres vezes tiveram as outras. Aqui a impressão é mais cara; todavia, se receber algum dinheiro do Brasil, de certo farei imprimir duzentos exemplares para repartir com alguns amigos; *que para los otros me cago io*, como diria o castelhano com os santos que tinha mettido na monteira. Vamos aos livros: aqui darei

ao Balguerie os 40 1/2 francos para que lh'os remetta; e, como não devo abusar da sua generosidade para o privar do dinheiro, que muito lhe será preciso em um paiz em que elle tanto vale, apezar da precisão da edição de Pindaro por Heine, V. S.ª o não compre, porque é assaz caro por 36 fr. As obras de Virgilio de Voss, em que me falla, será a traducção da Eneida, que não tem notas nem o texto ao lado; as outras obras são poesias de... que tenho no Rio. Ora diga-me: como quer por ora que cuide da historia da Revolução do Brasil, *cujus pars magna fui*, nas actuaes circumstancias, sem documentos originaes, nem sequer Gazetas e impressos do tempo? Ainda peior é ler as mentiras do *Annuaire historique* e não podel-as confutar. O que me diz a respeito da infame aprehensão das cartas para o Brasil, tambem cada vez mais me convence da parte que teve na copia e remessa da carta anonyma; mas cumpre dissimular por ora. Como estou certo que os Bahianos me nomearão Deputado, apezar das ameaças da dita carta, estou resolvido a ir ao Brasil; e lá verei se devo ficar em tal Paiz, ou vender os meus tarecos e abalar para Colombia, paiz quente e proprio para um velho rheumatico, e sobre tudo paiz Americano e Livre. Sinto muito que tenha soffrido muito dos olhos; e, para os não fatigar com as minhas rabiscas, serei mais breve do que talvez seria nesta carta.

Tornando outra vez á remessa de livros, rogo-lhe que assigne e me remetta a parte do *Bulletin des sciences historiques, antiquités, philologie*, etc., e veja entre os Livreiros de livros allemães, se tem a obra de Mohs — *Grundriss der Mineralogie* — Fundamentos de Mineralogia, dois volumes em 8.º, caso estejam já completos neste anno.

Como ainda ha muito papel em branco, que deve pagar ao correio, apezar dos seus olhos, vou copiar-lhe aqui a Dedicatoria, que hei de pôr ás — *Poesias avulsas de Americo Elysio.*

Brasileiros — Costumavam os Gregos e Romanos do bom tempo antigo dedicar suas obras a seus naturaes e

amigos; porque a adulação e o interesse não aviltavam então as letras e as sciencias. Os valídos da fortuna, a cujas abas se acoitam hoje os peralvilhos litterarios, se não tinham verdadeiro merito, não recebiam, nem pagavam louvores mentirosos. Mas, se no meio da corrupção moderna não pode obstar o escriptor que os escravos lisongeiros ou esfaimados não enxovalhem a razão e as boas artes, ao menos deve alçar a voz para atacar o crime e ridicularizar o vicio; e, quando Apóllo o inspira, deve então em seus versos animar a virtude e deleitar o coração.

Que eu seja vosso amigo, ó Brasileiros, algumas provas tenho d'isto dado; e para as continuar d'aqui, onde minhas circumstancias me não permittem mais, ouso offerecer-vos estes poucos e desvairados versos — *farpados restos do traquete roto*—, que me ficaram de tres naufragios ou roubos successivos, que de todos os outros deram cabo. Nelles fui assaz parco em *rimas*; porque nossa lingua, bem como a hespanhola e italiana, não precisa, absolutamente fallando, do *zumzum* das consoantes para fixar a attenção e deleitar o ouvido. Quanto á monotonica regularidade das Strophes ou Estanças, que seguem os Italianos e Francezes, d'ella ás vezes me apartei, usando da mesma soltura e liberdade, que depois vi abraçadas por um Scott e um Byron, cysnes da Inglaterra. Devo tambem prevenir-vos, para desencargo da minha consciencia, que se d'antemão não tiverdes saboreado os Psalmos, o Cantico dos canticos, o Livro de Job, e alguns pedaços mais, que formam a parte poetica da Collecção Hebraica, a que damos o nome de *Velho Testamento*; ou folheado os Rithmos, metros da antiga Grecia e Roma, ou pelo menos os poemas da soberba Albion e da Germania remoçada, certo não achareis o menor sabor epico nos versos que ora vos dedico. Quem folgar de *Marinismos e Gongorismos*, ou de — pedrinhas no fundo do ribeiro — dos versejadores Luzitanos de freiras e casquilhos, fuja d'esta mingoada Rhapsodia, como de febre amarella. Deus vos ajude.

Americo Elysio.

Bordéos, 20 de Janeiro de 1825.

Senhores meus, e Amigos do coração.

Estamos entrados em novo anno, que prognostica felicidades para a America e talvez desordens novas para a Europa. Deus nos fade bem em geral, e a V. S.as, a um dê melhor saude, para ter o gosto de abraçal-o aqui, e a outro novas forças para os combates amorosos, e boa ventura em encontrar novas *muchachas*, que não precisem dos talentos officiosos das modistas para empolpar partes chatas, *scilicet*, *mamas e c...*, e talvez *pernas*. Ha muito tempo que desejava escrever-lhes, sobre tudo ao nosso doente, que talvez praguentos digam que se lhe alteraram os humores com as muitas indigestões de *fructa nova*; eu sem ella, e só pelo muito frio e humidade, tenho soffrido muito das minhas antigas mazellas de hemorrhoides e rheumatismo; de modo que até as mãos se têm entorpecido e recusam escrever. Mas, já envergonhado da minha apathia, dei um pulo da cama, puz-me ao borralho, e vou satisfazer, como posso, as necessidades do coração. Eis aqui tambem as razões por que ainda não pude responder ao amigo e honrado Vidigal, a quem escreverei a Roma, e mandarei a carta a Paris, para d'ahi ser-lhe enviada; e tambem ao Raymundo, a quem dará muitas saudades nossas; pois minha mulher nunca se esquece da amizade e estima que sempre teve pela sua digna Mãi e amavel familia.

Passando a outro assumpto, meus bons Sñrs., que noticias me dão das nossas camaras? Morreram á nascença? Por que razão, ao menos, a Camara da Bahia me não tem enviado o Diploma de Deputado eleito? Talvez o Borges saiba d'isto, pois devia ter a participação da sua escolha de senador. Quaes foram os Deputados nomeados por S. Paulo e Minas? E esta ultima provincia não se abalará com a nova desordem da Bahia? Tudo isto ignoro; e eu estou no limbo, sem gozar porém do socego que alli gosam os innocentes, que morreram sem baptismo.

Até para mais penas sentir, como dizem, não sei o que foi feito das pensões; e começo a temer que só se pagou ao amigo e Sñr. Rocha, que tinha então o tio alcaide. A proposito, que digno successor teve este no Ministerio? Com effeito, se eu fôra Leibnitzians, já tinha endoidecido; pois vejo tanta coisa, e não vejo a *Ratio sufficiens* de coisa alguma. Paciencia, vamos vegetando até que chegue a resurreição da carne e o dia de juizo.

Meu caro Sñr. Menezes, agora vou incommodal-o de novo, rogando-lhe queira pelo seu Mano, a quem me recommendará, fazer comprar-me o *Bulletin général et universel des annonces et des nouvelles scientifiques*, que fórma o anno 1823 e custa 30 fr.; e quanto á continuação da subscripção, se se puder subscrever por 6 mezes, queira assim fazer; se não, veja se compra cada caderno de per si, para m'os remetter; porque eu não sei se ficarei em França este anno em que estamos; o que Deus não permitta. Rogo-lhe tambem me queira comprar a obra nova de Brogniart — *Introduction à la Minéralogie*, Paris, 8.vo, chez Levrault. Tenha paciencia com tanto incommodo, e com o desembolso em que está; pois satisfarei a tudo agradecido. Tambem peço que queira ler o n.º 1.º ou 1.ª Livraison da *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay*, de St. Hilaire, onde vem uma vista de olhos sobre a vegetação em geral do Brasil, que traz muitas noticias importantes até para quem não é botanista; e diga-me depois o que lhe parece, e o quanto custa.

Adeus, meus bons amigos; queira o Céo que um de V. S.as recobre a saude, e o outro a conserve sempre, para que eu os possa abraçar bem cedo, e desenferrujar a lingua sobre o que tanto nos importa, como é o Brasil. O Rapazinho tem com que coçar-se agora com o *Patriota Portuguez*, que vão incendiar até aos pés de chumbo. Assim o quiz, assim o tenha.

P. S. — Saudades do Belchior e de toda gente da casa.

Seu de coração,

Andrada.

7 de Outubro de 1825.

Illmo.

Ha 15 dias que escrevi ao amigo e Sñr. Menezes, remettendo-lhe o resto do opusculo sobre a escravatura, de que não conservo borrão, e até hoje nada de resposta. Igualmente são hoje 7 de Outubro, e ainda não recebi os numeros do *Bulletin* do mez de Agosto, nem os outros que mandei assignar e que deverião vir desde Janeiro d'este anno até Setembro pelo menos! Qual será o motivo d'esta falta de resposta e de remessa? Estará doente, o que muito sentirei? Mas então ahi estava V. S. para fazer as suas vezes; queira pois, meu bom amigo, tirar-me d'este estado violento.

Passando a outras materias: então que lhes parecem as noticias dos jornaes sobre as negociações de Lord Stuart? Seremos atados ao cepo de Portugal; e o *Defensor perpetuo* (nome emphatico!) daria em droga? Pobre Brasil! O que diz o *Brasileiro*, que julgo conhecer, acêrca d'isto é singular, mas não responde a nada; só admiro a bondade com que elogia ao *bambo mulato* e seus companheiros em *luzes, patriotismo e virtudes*.

Adeus; se sabem alguma coisa, digam; e não cuidem só nas Magas e Lucrecias de Paris.

Seu, *Andrada*.

∴

Illmo. Snr. Menezes.

Recebi as suas juntas de 6 do corrente, e no outro dia os livros, com que muito folguei. — A traducção do Leitão é dura como um corno e muitas vezes infiel; a franceza é delambida, mas igualmente infiel e parafrastica; assim, veja o amigo e Snr. Menezes se a traducção allemã de Voss se poderá comprar com a das Georgicas sómente, ou quando muito com a da Eneida; porque todas as obras de Voss juntas custam um dinheirão, com que eu não posso. Cuidei que a collecção das viagens

novas por Eyriès seria mais ampla; é muito magra em factos e pouco vale; — os novos Annaes são boa obra; mas é muito cara a collecção, para quem deve comprar o atrazado. Ora, Snr. Inglez, pois que está em Paris, é tempo de tirar a conta do que lhe devo, pois quero saber a quantas ando; e antes d'isso nada de livros de Londres. A *nhanhã* Amalia diz que não quer nada nem de Francezes, nem tambem de Inglezes, que atraiçoam o Brasil e que se contenta com a lingua de Nossa Senhora, que é a lingua do seu *Tororó*, e que é tambem a da Sinhazinha do Rio... A *Representação* é tão pouca coisa que não merece os typos de Didot; e, quanto aos exemplares que para mim quer guardar, basta que sejam 20, e em papel ordinario; pois pouca gente ha a quem eu faça presente d'elles. Todos os de casa, a quem fiz sciente das suas lembranças, agradecem a V. S.[a] o seu mimo, e sentem muito que o rheumatismo já o tenha assaltado de novo; e, como a Italia é tambem desabrida de inverno e hoje inhospita para os homens do seu modo de pensar, ellas de novo o convidam para vir para Bordéos, onde tem havido o mais bello tempo do mundo; e eu accrescento, como interessado da sua companhia, que estou prompto, para obtel-a, até a aceitar que!!... faça bolsa comnosco, como estudante de Coimbra. Hontem jantaram aqui a Pepita e irmã, marido e cunhado, Valder e Baranda, a Amazona e boa Bellard com o devoto gracioso Franzine; mas não dei a Pepita o seu recado sobre o crociato in Egitto, etc., porque tenho mais misericordia com o meu proximo.

Vamos ao amigo e Snr. Rocha, que terá esta por sua: as cartas que recebi do Brasil nada dizem; porque o terror *robsperriano*, que reina no Rio, ata as linguas d'aquella pobre e timida gente; e até os obriga a mentir talvez, porque José Ricardo se queixa de não ter recebido cartas minhas, quando eu lhe escrevi não menos que duas, uma pela via de Inglaterra e outra em direitura d'aqui. O Jornal de hoje traz noticias de 24 de Agosto do Rio de Janeiro, e nada de novo sobre a famosa Tratada de Lisboa, com

que o perfido Gabinete de Londres procura engodar o Brasil, — para repartir a carga do agonisante Portugal, que tanto lhe pesa nos hombros, com os estupidos poltrões do grande Imperio nominal do Equador. Como tem chegado embarcações de Pernambuco e da *Tatamba* Bahia, se circularem por ahi noticias que consolem uma alma do Purgatorio, queira communicar-me; assim como o motivo que tem V. S.a para suppôr que eu possa ir este inverno a Paris.

Adeus, meu bom amigo; cuide da sua saude e faça o que lhe propomos para seu bem.

Talance, 17 de Outubro de 1825.

Seu de coração,

Andrada.

P. S. — Saudades aos mais senhores. Diga ao Juvencio que deixe de ser muito parisino nos pés e nos cabellos. Meus irmãos ainda não vieram de Mucidan, porém consta-me que vem adiante como Aposentador-mór o Antonio.

Talance, 14 de Novembro de 1825.

Meu caro Am.o e Snr.

Estou devedor a V. S.a da resposta das suas duas ultimas cartas de 24 do passado e do 1.o do corrente, a que vou satisfazer do modo possivel, e quanto permittam os frios, que já me têm ou na cama ou junto ao borralho. Já lhe enviei 2 exemplares das minhas poesias, e estou esperando a remessa dos 20 da minha *Representação*, os *bulletins*, e o *Voss*, se o puder comprar, segundo disse. Estou mais satisfeito com a collecção das viagens de Eyriès, e quando sahir o volume 14, rogo-lhe que m'o compre.

Mas tudo está optimo, excepto o não saber eu o que lhe devo para desonerar a sua bolsa, que não será muito gorda, e saber regular-me para o futuro na minha *biblio-*

mania; assim, meu caro senhor, saia de casa e vá aos livreiros buscar as clarezas necessarias.

O que me escreve do patriotismo do bom jumento, na phrase do ...., não me admira, porque ha muito tempo que conheço a besta; — faça inculcar-lhe que não basta cuidar de fazer bons dansarinos dos Pensionarios, e aquentar-lhes o quarto; cumpre que tambem entre em negociações diplomaticas de pu...... para aquentar-lhes a cama sem prejuizo da saude; para o que tem sua habilidade, se me lembro da bondade com que me tratou em Coimbra no inverno de 1801; — os grandes Bahianos têm talento e prestimo para tudo. Quanto á lembrança do diccionario dos termos proprios da lingua *tatambica* de Nossa Senhora é lembrança felicissima e propria de um *génie* Bahiano, agradecido ao sangue de Ussá e Cayapó. Eu bem quizera recolher por casa muitos termos, mas a Snr.ª D. Maria Amalia é inexoravel neste artigo, e enfada-se seriamente com as minhas rogativas e com o sorriso sardonico do Sñr. Bispo de S. Paulo, e convida a V. S.ª venha encarregar-se d'este trabalhinho, pois a gentil Amazona não é insensivel ás saudades, que lhe deixou o doente dos oculos verdes. Deixe portanto a Paris, pois já tem tido tempo de os contemplar, não vestidos á *tragedia*, como se mostram no principio aos estrangeiros, mas em *robe de chambre*, com todas as suas ridicularias e mazellas; venha a Talance, e creia que o meu convite é cordial e sincero. Como me diz que a carta para José Ricardo, que foi por via Londres, fôra entregue, e deseja saber a data da sua ultima d'elle, digo-lhe que é de 5 de Julho d'este anno.

Emfim, poz o ovo a grã pata e veiu a lume o decantado Tratado, que sahiu melhor do que esperava; — ao menos temos Independencia reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na bocca do estomago, de que não sei se morrerá, ou se se restabelecerá com o tempo; tudo depende da conducta futura dos Tatambas. Que galantaria jocosa de conservar João Burro o titulo nominal de Imperador, e ainda mais de convir nisso o P. malasartes! Mas, com esta farça o astuto Caning *escamoteou*

o reconhecimento a Vienna e Paris. Se for certa a amnistia de Pernambuco, creio que Stuart a ampliará com mais justiça a todos os fugitivos e deportados, que não têm nem vislumbre de crime. — O peior é, segundo os infaustos vaticinios do meu Tibiriçá, que talvez o Senhó Imperadó, para se lavar do crime de ingrato, não se lembre de mim para alguma coisa publica, o que já agora me assusta; pois o que só desejo é ir acabar os meus cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus outeirinhos.

Narcisa lhe pede queira mandar-lhe o frasquinho da agua para os dentes, em que já lhe fallou, e manda recommendar-se ao novo doutor medico, o que eu tambem faço. Adeus; tenham saude, e diga ao amigo Rocha que tenha esta por sua, e que acêrca do Tratado dê tempo ao tempo, mas desde já assente que o diabo não é tão feio como o pinta.

Está concluida a carta amigavel; agora passemos ao negocio da historia da Litteratura Portugueza. — Eu, meu bom amigo, estou falto de todos os subsidios necessarios para desempenhar a sua rogativa, e admiro que o seu homem, sem ter mais que os Lusiadas do Camões e as Memorias de Litteratura da Academia, queira abalançar-se a tal empreza. E' preciso, pois, que tambem leia a continuação das Memorias da Academia, depois que cessou a collecção separada d'aquellas Memorias em 1814; pois nos volumes subsequentes das Memorias reunidas em um só corpo vem muitas que dizem respeito á Litteratura Portugueza; e alguns soccorros poderá adquirir dos discursos annuaes, que recitei como secretario, que fui, da Academia, por sete annos e que só deixei de ser pela minha ida para o Brasil em Setembro de 1819. Tambem lhe será indispensavel folhear a *Bibliotheca Hispanica* de Nicoláo Antonio, em que vem a noticia dos Escriptores Portuguezes até o seculo 17.º, e mórmente a Bibliotheca Lusitana de Barbosa, em 4 volumes de folio, onde no ultimo, se me não engano, vem uma lista dos Autores, por provincias e logares, d'onde poderá tirar luzes para a parte que diz respeito ao Brasil. Esta obra acha-se com-

pendiada em 4 volumes pequenos de 12.º pelo Professor Farinha. Para a Litteratura presente lhe poderá servir a obra moderna de Balbi, *Statistique de Portugal*, em 2 volumes de 8.º; (o *Bouterwek*, em que me falla, tem muita coisa boa e anda já traduzido em francez, Par. 1812); e a obra de Sismonde. — *De la littérature du Midi de l'Europe*. Tambem será bom que veja a obra de Eichhorn, *Histoire Générale de la Civilisation et de la Littérature de l'Europe Moderne*; mas creio que ainda não está traduzida em francez. Com estes subsidios e mais que tudo com a lição não só do immortal Camões, mas tambem de outros poetas do seu tempo, Antonio Ferreira, Diogo Bernardes, Jayme Côrte-Real, Fernão Alvares do Oriente, Sá de Miranda e Francisco Rodrigues Lobo, que apezar de não terem a belleza de Camões, têm muita coisa boa e conservaram o genio da lingua e a graça do estylo; entre os historiadores do seculo de 1500 e principios de 1600, merecem ser lidos as *Décadas* de João de Barros, os *Commentarios* de Albuquerque, a *Vida de S. Francisco Xavier* por Lucena, Fernando Mendes Pinto, Antonio de Castilho, e sobre todas a Historia de S. Domingos, e a Vida de Fr. Bartholomeu dos Martyres, que, apezar da mesquinhez do assumpto, não têm rivaes modernos quanto á belleza do estylo e a pureza da lingua; como oradores e moralistas têm muito merecimento Fr. Heitor Pinto, Fr. Amador Arraes, Paiva de Andrada e Fr. João de Ceita; e do seculo 1600 o pasmoso Padre Antonio Vieira, que é um grande mestre da nossa lingua e tem muita viveza e espirito, apezar de algum gosto de agudezas. Todos estes escriptores, ou a maior parte, se acham, como creio, na Bibliotheca Real de Paris. Entre os modernos merecem ser lidas as obras do Padre Theodoro de Almeida, do Padre Antonio Pereira de Figueiredo, varios sermões, entre os quaes têm merecimento alguns do Padre José Agostinho de Macedo.

Entre os Poetas modernos tem bellas coisas o Garção, José Basilio da Gama e Diniz (6 vol. 12.º); Tolentino, Francisco Manoel do Nascimento, os dois Alvarengas, Brasileiros, as lyras de Dirceo de Gonzaga, Domin-

gos Maximiano Torres, Bocage em certas peças, etc. Esqueci-me de recommendar entre os Autores do principio do seculo 16.º: *As Saudades* de Bernardim Ribeiro e os dos Romances de cavallaria, o *Palmeirim de Inglaterra* de Vasco de Lobeira, e o *Clarimundo* do celebre historiador João de Barros; e do tempo do ultimo Felippe — as obras de D. Francisco Manoel. Para traçar em breve quadro a historia litteraria do Brasil, além da Bibliotheca do Barbosa, em que já fallei, servirá tambem consultar a *Bibliotheca Historica de Portugal e Brasil*, que se publicou em 1800 e tantos, que traz noticias não vulgares. Não fallo dos nossos mathematicos antigos e modernos, de nossos antiquarios, geographos, viajeiros e latinistas, porque não sei se entram no plano que se propõe o novo Autor; — assim como os theologos e jurisconsultos; mas não devo esquecer de tocar na obra de Martim Affonso de Miranda — *O Tempo d'Agora*, em que ha pedaços dignos de Montaigne.

Tenho acabado aos trambulhões esta mesquinha tarefa, e só accrescentarei que, a meu modo de ver, pois que os periodos da litteratura das nações modernas seguem por via de regra o desenvolvimento e perfeição das linguas, ou o seu retrocesso, eu creio que os periodos da nossa litteratura são os seguintes: — 1.º Desde o principio da Monarchia Portugueza até o Reinado de D. Diniz. 2.º De D. Diniz até Affonso V. 3.º De Affonso V até fins do Reinado de D. Manoel. 4.º De então até o Reinado do intruso Felippe II de Castella. 5.º De Felippe II até D. João IV. 6.º De João IV até meiado de D. João V, e 7.º por fim, desde então até hoje. Não cabe nos limites de uma carta, nem tenho pachorra para isto, expôr os motivos d'esta minha divisão: contente-se V. S.ª com o que acabo de escrevinhar, que não é pouco para as minhas actuaes circumstancias.

Julgo que se o novo Autor quizer communicar-me successivamente os cadernos que for compondo, antes de os mandar ao prélo, não lhe serão inuteis as reflexões que for fazendo á vista d'elles. Adeus; tenha saude e escuse a demora da resposta, que acabei hoje a *23 do*

corrente, por não sei que fatalidade, em que teve grande quinhão a preguiça e estupor em que vivo.

Seu de coração,
Andrada.

Illmo. Snr. Menezes,

Meu bom amigo do coração, ha um mez que desejo escrever-lhe e ha um mez que dôres e frios m'o embaraçam. Hoje revesti-me de resolução stoica e ahi vão estas desconcertadas regras. Principiemos pela politica, já que ella nos deve muito interessar, visto o nosso estado. Quem creria possivel que, nas actuaes circumstancias do Brasil, havia a grã Pata pôr tantos ovos de uma vez, como 19 Viscondes e 22 Barões? Nunca o João pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder *autocratico*. — Quem sonharia que a mixella Domitilla seria Viscondessa da Patria dos Andradas? Que insulto desmiolado! Quando esperaria o Futriqueiro Carneiro ser Barão, e os demais da mesma relé? O' meu bom Deus, porque me conservas a vida para ver o meu paiz enxovalhado a tal ponto! E esses bandalhos do Governo não vêm a impolitica de tal procedimento, que fará pulular novos inimigos á Imperial *criança!*

Os Condes de marmellada do Imperador Christovão tinham ao menos feito serviços aos pretinhos; mas, os nossos Viscondes e Barões que serviços têm feito, não digo aos *Tatambas* do Brasil, mas á mesma *criança?* Parece-me que, mais cedo do que pensava o velho do Rocio, se cumprirá a sua prophecia acêrca do Imperador de mata-porcos. As camaras não se juntam, e nem sequer se tem escolhido os Senadores, com que se abateria a desconfiança publica, e teriam os corcundas basbaques algum motivo para acalmarem o povo e tecerem elogios

ao Sultão. Accrescente a isto o resfriamento e azedume do Gabinete Inglez, que não quiz ratificar o Tratado de commercio e amizade, e de novo a guerra desastrosa da Cisplatina e Estados Unidos do Rio da Prata, que fará coalhar os mares de corsarios e entrará a pé enxuto no Rio Grande, e talvez em S. Paulo, visto o destroço das nossas tropas do Sul, o desgosto necessario das Provincias comarcãs e os males da prolongação de uma guerra, onde os inimigos não só combaterão com polvora, chumbo e balas, mas com proclamações e emissarios. Bem quiz eu, quando estive no Ministerio, evitar todo o motivo de descontentamento dos Cisplatinos e aproveitar o odio que tinham aos de Buenos-Aires; mas era preciso tirar o ladrão e despotico Laguna de lá, e fazer gozar o paiz dos beneficios da liberdade constitucional. — Escapou-me o ladrão de vir rebulindo, prevenido pela traição do General Marques e do Syndico Zuniga. Com a minha demissão foi tudo a peior, e o Laguna teve a imbecilidade de um novo *Cabildo* de todos os corcundas do paiz, que teve o desaccordo de pedir o Absolutismo, os quaes foram depois premiados com habitos e commendas, que, bem que fantasticas, indispuzeram cada vez mais os animos; e o resultado de tudo isto foi a revolta e guerra, que hoje soffre o Brasil.

Basta de politicas e vamos ao mais. — Agradeço a remessa dos exemplares do meu opusculo, que sahiu com menos erratas do que era de esperar; só sinto que antes da impressão eu o não pudesse rever, porque emendaria varias coisas e accrescentaria outras.

Approvo as duas notas, que vieram a proposito e não precisavam de desculpa, porque a obra lhe pertence; e por esta razão não posso acceitar a proposta de que o seu importe sirva para pagar parte da divida minha dos livros; assim, peça as clarezas dos livreiros e mande-me a conta. O bom acolhimento que os dois jornaes deram á obrinha e a carta de Gregoire deram-me prazer, porque nisto ganha o credito do Brasil. Minha mulher agradece a encommenda das travessas, e diz que lhe mande a conta, porque não quer ser caloteira.

Nada me admira do despejo do Francez, autor da historia da nossa litteratura, porque conheço ha muito a leviandade e vaidade franceza; basta-lhes que façam dinheiro, o mais é nada; mas isto lhe sirva de regra para não crer em pedidos de tal gente. Maria Amalia, apezar do novo Viscondado, suspira cada vez mais pelo seu *Tororó* e quer partir com Carlota, em Março, para o Brasil; porque diz que se ficar por aqui por mais tempo correrá perigo de se afrancezar de todo e de se esquecer da doce lingua de Nossa Senhora; e Carlota, que visto estar o Brasil já todo chumbatico, quer ir viver com os seus. — Bem sei eu quem tambem tem os mesmos desejos; porém não póde deixar o seu *Juquinha*. Saudades ao Rocha, que tenha paciencia com a não execução das promessas do novo Barão de *Queixeramobi*, nome que me parece mixto de *Carijó* e *Bunda*, ou Angolense. Como tenho noticias do Brasil até Novembro, queiram ambos communicar o que ha de novo; pois ambos, depois da entrada dos grandes frios, ficaram com os dedos gelados. A *propos*, porque sahiria do Ministerio o — Bambo Mulato, pesadão, basbaque? Quem ficará afinal com a pasta?

Adeus; tenha saude e venha a Bordéos visitar um... que o estima cordialmente e lhe é muito obrigado.

Janeiro de 1826.

Andrada.

Bordéos, 14 de Fevereiro de 1826.

Illmo. Am.º e Sñr.

Devo responder ás suas cartas de 6, 9 e 10 do corrente; e começarei por dizer-lhe que, vistas as circumstancias criticas em que se acha a Imperial *criança*, e os successos rapidos, assim internos como externos, do nosso desgraçado paiz, será talvez mais prudente esperar pela peripecia da Tragicomedia Tatambica; demais, creio que o espirito publico de Portugal não é favoravel a um

Brasileiro; mórmente quando este foi o Redactor de um periodico que lhe deu latagada.

Assim, meu bom amigo, medite no negocio, antes de dar o ultimo passo. — Quando lhe escrevi approvando o partido, que tomára seu Irmão, não sabia o que tem succedido e ha de succeder para o futuro. Quanto á carta para meu genro, rogo-lhe que a mande pelo correio, pois, se fôr aberta, nada importa.

Les Demoiselles ficam-lhe muito obrigadas pela sua hospedeira bondade; mas nem a brevidade do tempo, nem o preço da passagem e o custo da viagem até o Havre permittem aproveitar a boa occasião e offerecimentos de Madame de Rauchoux e de Mr. Bellard, a quem agradecerá cordialmente de minha parte, e lhes communicará os votos que faço pela sua feliz viagem. Como me acho ainda encatarroado com um defluxo, que me tem ha dias atormentado, e estou sem criado, não tendo podido ir a Bordéos fallar ao Banqueiro, para que lhe mande satisfazer a divida dos livros; demais, como creio que não partirá logo, o negocio não insta, e poderá V. S.ª esperar mais alguns dias. Não posso decidir-me sobre a assignatura da *Revue enciclopédique*, porque não sei o preço, se é menor que o dos *Bulletins*, e se os póde escusar. — V. S.ª informe-se sobre isto, e regule-se em consequencia d'isto e do estado da minha magra bolsa. Ainda que a cópia da traducção allemã do Voss, que me mandou, de pouco ou nada me servirá, todavia, como já está comprada e os livros abertos, não julgo conveniente o recambial-os.

Nenhum de nós sabia que Pedro Alvarez Diniz estava em Paris; pobre homem, quanto custa o ser honrado entre patifes! E que o Brainer esteja tão doente. — Agradeço o bom conceito que faz do meu bico d'obra, mas, como sempre o conheci de fé grega, *timeo Danaos, et dona ferentes.*

Para pagar-lhe as novidades, dou-lhe a façanhosa de que o grande Conde de Subsena se acha em Bordéos, se é verdade o que hontem vi!!!

Estou com os olhos longos pela carta *anonyma!* Que será isto?

Saudades ao bom Rocha, que tenha esta por sua.

Seu de cor.[m]
Andrada.

Meu Am.o e Sñr.

As minhas molestias e dôres e a rabugem habitual da minha existencia têm feito que ainda me não foi possivel responder á sua ultima carta. — Agora o faço para lhe dar os parabens das suas melhoras, e para agradecer-lhe a remessa dos livros: e já que V. S.[a] quer continuar a beneficiar-me, bem; então assigne os dois ramos do Bulletin para este anno. Dou-lhe parte que tenho augmentado muito a minha Epistola, que tem 337 versos; — é o canto final do cysne moribundo, e quando a puder ler, não hade desgostar d'ella, porque tem muito estro e novidade. — E' a melhor coisa da minha musa. — *A propos* de versos: saiba que hoje começam-se a imprimir as minhas *Poesias avulsas* na impressão de *Paume*, que me custarão 500 francos. — Paciencia; perdido por mil, perdido por mil e quinhentos. São façanhosos os despachos do Rio; o Rapazinho perdeu o medo, e trata as miseraveis crianças do Brasil como ellas merecem. Que gente, meu bom Deus! E por ella perdi eu o meu socego, e ando por aqui aos baldões. Paciencia; é aguentar, como dizia o doido de L... em tempo de Junot. Passemos a outras coisas. V. S.[a] tomou devéras o que só era brinco de carta. Estou pelo que diz da *fruela franceza*: não presta, não presta, e só o diabo, ou a fome, póde obrigar a comel-a. Bem aventurado o nosso Rocha que tem tão boa bocca e tão bom apetite. Os negocios da Europa parece se enfarruscam cada vez mais.

Talvez que Portugal, de quem preciza a Inglaterra, ganhe com isto á custa do Brasil, que pagará bem caro a nominal Independencia. E como andam contentes esses

Tatambas emproados com as suas fitinhas e chocalhos! E que lhe parece do pobre Francinha, aposentado com tantos ladrões, que mereciam a forca? Eu recebi cartas de José Ricardo e do honrado Mariano, que nada dizem por medo panico, senão que não querem pagar as pensões, com o pretexto de que é preciso mandar certidão de vida; como se pelo Borges não soubessem que viviamos, e onde estavamos? Ora que vão a tal parte.

Adeus, meu bom amigo; vá restabelecendo-se, coma e beba, e mande ao Diabo toda a medicina Franceza. Saudades a seu bom Mano, ao Juvencio, e o athleta Rocha, que tenha esta por sua, mas que fuja de becos, cáes e cantos.

Am.o do coração,

Andrada.

P. S. — Rogo-lhe me remetta esta carta com brevidade e segurança a José Ricardo pelo Havre ou via de Inglaterra. Diga-me por que o Rocha não falla mais nos *Patriota* e *Portuguez* de Londres. — Não se publicam mais, ou é vedado recebel-os em Paris?

Talance, 4 de Abril de 1826.

Estimadissimo amigo e senhor, vou responder ás suas duas cartas de 15 e 20 de Março; o que não tenho feito até agora, parte por apathia e parte porque esperava maiores noticias, que me tirassem do estado violento de receios e esperanças em que me acho.

Agradeço a remessa dos livros e mórmente das pimentas, que são o unico estimulante para o meu estomago, que anda em extremo fraco e desleixado. Já que a minha insossa vida não acha outra vitalidade que a leitura, e já que a sua bondade é tão generosa e activa, rogo-lhe queira subscrever para mim, por 6 mezes, a — *Revue Britannique* — que custa 27 fr. e se abona rue

St. Marc n.º 10 ou no bureau, rue Grenelle St. Honoré, desde o principio do anno. — Se tiver já lido a — *Noblesse de la Peau* do bisto Gregoire e lhe parecer digna, queira enviar-me um exemplar, pois custa barato. Dou-lhe os parabens de não ter ido para Lisboa, pois o horisonte d'aquelle paiz Vandalico-Mourisco está muito embruscado e não lhe podia servir para os seus interesses ou politicos ou mercantis. Apezar das farromas do grande Militar e Financeiro Brant, estou que acérta sua estimavel Mana, quando lhe diz que são embofias de matreiro o zelo que mostra por nós, principalmente por meus irmãos, que não são tão bonacheirões como eu. — Diga-me, se o póde saber, qual é o modo com que o Governo Francez trata ao nosso *Pedra parda*, pois se forem as suas communicações tão verdadeiras como a entrega de Montevidéo, creio que o mystifica. O traste do meu amigo Villela do Rio quer por-se a salvo em Lisboa; se o conseguir em tempo, virá com a bolsa alardear em Lisboa os seus *fidelissimos* serviços.

Apezar da falta de noticias officiaes do Brasil sobre os façanhosos acontecimentos de Janeiro, eu creio que por lá anda tudo azul, e que apezar da politica machiavelica do mais machiavelico Gabinete da Europa, Caning está mettido em entrosga diabolica. — Esperemos que venha á luz o parto, o que não póde durar muito, para rirmos ou chorarmos. A Imperial criança está com dysenteria de tenesmos, ou com febre maligna de tresvarios; — de qualquer modo vai mal, e irá de mal a peior com a morte do Pai e com a successão do Throno Portuguez, de que dizia não queria *nada, nada e nada.*

Quem me diria a mim que eu tinha inspirações de propheta!

Sinto muito que a sua ophtalmia do anno passado queira de novo atormental-o. — Ora pois, meu bom Amigo, logo que tiver alguma pequena melhora, mude de ares e venha *rusticar* em Talance com o seu Ermitão, que suspira pela sua vinda para espancar o *spleen*, e pelos calores para mitigar o seu envelhecido e rabugento rheu-

matismo. Saudades ao amigo Rocha e seus filhos e a seu Mano. *Vale et ama amore illo tuo singulari*, na phrase de Cicero.

Seu do coração,
Andrada.

P. S. — O navio que partiu antes do *Roland* creio que foi ao fundo, e assim foram tambem as noticias das cartas do Mariano e José Ricardo, que por elle esperava.

2.º P. S. — Quando cá chegar, lerá uma composição poetica minha, inteiramente amatoria e no gosto elegiaco de Tibullo, que tem por titulo — *Amores da Mocidade*. — Quem me diria no Rio de Janeiro que eu tambem havia de tornar a ser Poeta, *bon gré, malgré!*

Escreverei a Mr. Julien quando puder, mas não posso satisfazer a seus desejos, porque para um quadro estatistico e politico faltam-me aqui todos os soccorros que deixei no Brasil, e demais as minhas circumstancias me não consentem fallar verdade, mas sim calar-me por ora.

⁂

Talance, 8 de Maio de 1826.

Amigo e senhor, recebi a sua de 29 de Abril, e querendo logo, como cumpria, responder-lhe, não sei por que fatalidade o tenho demorado até hoje. Ora pois, ponha-se a caminho, pois ninguem de cá quer outra encommenda que a sua pessoa; porém Antonio roga que lhe traga os papeis que lá tem o amigo Rocha. V. S.ª ficou encantado do concerto a favor dos Gregos; mas pobre d'elles se, para resistir aos Turcos, esperassem pelas esmolas parisienses; todavia, devo confessar que senti tambem meu enthusiasmo pelo bello sexo de Paris; bem que o conhecimento do mundo e a rabugem de velho me digam que nisto teve muita parte o espirito de partido (bom partido) e o prazer de brilhar. E quando os nossos *tatambas* estarão em estado de mover a sensibilidade do sexo Europeu?

Venha e traga, se possivel fôr, noticias novas do Brasil pelo paquete inglez. E que lhe parecem os vivas dados na Bahia á *religião*, ao Imperador e á independencia, e nada á constituição? Porque razão o Sñr. Villela, tambem ex-Ministro, acompanhou a Imperial criança?

Quererá safar-se para Portugal? E porque razão a náo *D. João*, que estava a aprомptar-se para ir com a deputação ao Rio, cessou de preparar-se? Esperarão o menino, ou Caning se fez cargo d'esta commissão? Muito temos ainda que ver. O diabo leve tanta velhacada e nos dê paciencia para soffrermos o desterro e vermos os males da nossa bestial patria, que não obstante é nossa patria.

Que dizem os Portuguezes que ahi residem? Que diz o antigo Pinetti do Thesouro Fluminense? E o Sñr. *Pedra parda!*

Adeus; saudades a todos; que se não esqueçam do Ermitão de Talance, que tem soffrido muito dos frios e humidade da vinhosa e avelhacada Bordéos.

Seu do coração,

A.

∴

Illmo.

Meu bom amigo e Sñr., tenho retardado o responder ás suas de 2 e 7 do corrente, por esperar os livros, e com elles mais algumas noticias suas e do amigo Rocha; mas como nem jornaes, nem noticias, é preciso acordal-os do somno amadornado em que os põe as bellas de Pariz.

Li com espanto o que diz o amigo Rocha acêrca dos despachos diplomaticos, que fez no *Constitucional* o P. Parda. Para que fim fez um tal Romance de despachos? Se é assim, de certo *latet anguis in herba!* Sobre a lista dos Senadores, já V. S.ª agora terá recebido as contra-notas.

Ahi lhe envio a gazeta de Lyon e a resposta em portuguez, assignada por nós; mas, como até agora parece que nenhum jornal de Pariz fez caso d'ella,

V. S. a lerá, a fará traduzir em francez, e, se lhe parecer necessario, quererá mettel-a em algum dos Jornaes da Côrte, comtanto que não seja o *Constitucional*, que parece ser hoje pago pelo Rio de Janeiro. Nós satisfaremos as despezas. Suspiro pela chegada do Paquete, pois, a ser verdade o que dizem as folhas inglezas, creio que o Ministerio e Conselho de Estado do Rio em breve irá *à tous les diables* e julgo que está proxima a epocha em que a Imperial criança ha de conhecer o desatino que fez em perseguir e desterrar a quem só o poderia salvar dos corcundas e pés de chumbo, que hoje com motivo e vistas differentes talvez se coalizem de novo com os Demagogos. Passemos a cousas menos eventuaes e enigmaticas. — Agradeço-lhe o ter-se avistado com a minha antiga Fanchette. Está já muito velha? Não o mostra a imaginação acalorada. — Pobre viuva! Eu sou sensivel ao amor que me conserva; e, se está na miseria realmente, queira, meu bom amigo, dar-lhe cem francos e desculpar-me com as minhas acanhadas circumstancias. — Verei com o tempo, se poderei fazer mais. — Dê-lhe mil saudades e deite agua fria na fervura, para que não faça alguma loucura que me inquiete.

Seu todo,

Andrada.

P. S. — Que tem feito ou pretende fazer da grande papellada que d'aqui levou? Saudades a todos os seus; e ao amigo Rocha que communique as suas vistas politicas, visto que está todo empregado nellas.

Talance, 21 de Julho de 1826.

∴

Talance, 2 de Agosto.

Illmo.

Meu amigo do coração, vou responder á sua de 27 de Julho, e depois direi alguma cousa sobre a de 18. Approvamos tudo que fez, e cremos que se os extractos forem bem feitos, como é de esperar, não se preciza de

imprimir em separado a resposta por ora: todavia remetto a cópia dos dois Decretos de demissão. Tenho procurado haver á mão a *L'Opinion* de 21 de Julho, mas em Bordéos não se tem podido achar; assim, rogo a V. S.ª queira comprar esse numero e remetter-me; ou ao menos a cópia do artigo; e já desde agora lhe agradeço o trabalho que toma a favor do velho Ermitão de Talance, que, depois da sua ausencia, tem achado um vasio immenso na sua existencia intellectual e *poetica*.

Participei as suas lembranças ás Madamas, e a futura entrega do *annel magico*, que, talvez com as outras, tenha sido a causa da demora da remessa dos jornaes e livros, que, estando já prompta a 18, ainda não tem chegado até hoje; pois Mr. Gautran ainda não appareceu nestes horizontes.

Passemos á sua carta de 18. A sorte da boa Fanchette, que tanto interessou á sua sensibilidade, tambem me tem melancolisado. Pobre Senhora! Porque o meu destino cruel me não ha de permittir mostrar-lhe toda a minha amizade? Ao menos assegure-lhe que farei tudo o que puder para alliviar os seus soffrimentos. Espero que ella terá acceitado os cem francos, que lhe pedia quizesse dar-lhe da minha parte. Socegue a sua imaginação exaltada, e que não creia que a sua correspondencia altere a boa harmonia domestica. Não sei qual será o meu destino futuro: se poderei regressar ao Brasil, ou ir para outra parte da America; em todo o caso, farei todos os esforços para a apertar ainda uma vez nos meus braços.

E' cousa pasmosa, meu caro amigo, que chegasse o paquete do Rio, e que não tenhamos noticias nenhumas do que tem feito por lá a Imperial criança e os senhores de ambas as Camaras! Dão-se Constituição e Amnistia a Portugal, e os Deportados do Brasil, sem processo e sem crimes, andam desterrados! *Oh saecula! Oh mores!* Adeus; saudades a todos; e V. S.ª e o amigo Rocha continuem a escrever o que souberem ou parafusarem sobre o Brasil.

Seu do coração, *Andrada.*

P. S. — O França namorava uma menina na passagem do Panorama e se inculcava estudante de botanica, direito, etc.; mas o Porto disse a ella que França era estudante de medicina; este, envergonhado, não quiz mais apparecer á menina.

***

Talance, 9 de Agosto de 1826.

Illmo.

Meu bom amigo, recebi a sua ultima immediatamente, porque o Bernardes a remetteu ao Bouchet e este por um proprio ao meu Castello encantado, por 30 soldos. Cuidaram ambos que eram novidades boas: sahiu um libello infamatorio. Deus perdoe a quem atiça ainda cães gosos contra nós. — Entraria no plano não só o amigo de Fr. Antonio, que paga dividas, mas tambem o P. parda? Examine o caso. Ahi vai a resposta, de que se fará um extracto, como da antecedente, e ambas ellas deverão ser impressas com a traducção franceza ao lado; porém basta que se tirem 200 exemplares para se espalharem por França e Brasil. Pagaremos a despeza de tudo, bem como os portes das cartas. Eu não sou da opinião de se chamar o calumniador a juizo; porém meus irmãos o querem, se V. S.ª, depois de consultar alguns habeis lettrados, assentar que venceremos o pleito, e este se puder intentar sem irmos a Paris ou Lyon. Medite depois da consulta e diga sem paixão o que se póde fazer sem menoscabo e damno nosso.

Agradeço os livros e ficam entregues as encommendas a Pepita, o que fiz com seu geito porque o doutor tem andado furioso de ciumes. — Adeus; saudades de todos de dentro e fóra.

Seu

Andrada.

P. S. — Recebi os cadernos da *França Christã*; os dois artigos estão muito bons. — Não mandei ainda para

Bayona, porque V. S.ª não m'o mandou dizer, e tambem porque vieram dois numeros 15 e um só 16, e póde haver engano; responda.

Saudades ao amigo Rocha, a seu mano e aos dois *complices*. Forte silencio guardam as folhas á cerca do Brasil! Que faz a *Talambica* Assembléa?

A.

∴

Talance, 27 de Agosto de 1826.

Illmo.

Meu bom amigo e senhor do coração, acabo de receber hoje a *Opinião*, que me enviou, em que se zurze ao infame calumniador, que só merece resposta de páo. Hoje mesmo recebi uma carta do redactor do *Independente* de Lyon, Vernay-Giradet, em que me diz que porá no seu periodico a minha resposta ao n.º 79, mas que me não espante se Deloy ajuntar algumas notas e traducções de diversas passagens do *Tamoyo* e do *Correio do Rio de Janeiro*. Que bella autoridade esta? Eu estou enfastiado de polemicas e desaforos, mas a autoridade e calumnias do *Correio* deviam ser rechassadas e patentes as intrigas dos Bercós, etc., e a paga que teve o calumniador em Pernambuco. Hontem vi um novo artigo do *Independente* de 18 de Agosto, em que pretende responder aos da *Opinião* de 13 de Agosto, em que nos chama *Malfeitores* e *Tartufos*, e a V. S.ª de estar comprado por uma *Potencia* inimiga da prosperidade do Brasil. Emfim nos ameaça com a sua ida ao Brasil. Permittisse o Ceo que voltassemos e lá o encontrassemos para lhe pagar com um páo os favores que lhe devemos; e, caso lá vá o infame, não haverá um mulatão que lhe tose o espinhaço?

Passemos a outras coisas: emfim chegou, como creio, o paquete á Inglaterra, e d'elle só sabemos a arenga do corcunda Silva e a resposta Napoleonica da imp. C.

Que bello conhecedor da eloquencia do velho Bororó! Não nos dirá se o P. parda, ou o mulato J. Marcellino tem parte nas diatribes de Lyon, e quem é o Bra-

sileiro de Paris que suspendeu a sua correspondencia com a *Gazeta* de Lyon, por ser jesuitica e incivil? *Latet anguis in herba!*

Que novidades mais ha do Brasil? Como vão e o que fazem as Tatambicas Camaras? Que é feito da nomeação esperada dos novos Diplomaticos, e só se resolveria em ser confirmado o P. parda em Encarregado de negocios e Antonio Telles em levar o Grão Cruz para o Francisco burro? E d'onde tiraria o Deloy o fundamento da clemencia da Cr. a nosso respeito e de que poderiamos ser Deputados? Pois homens aborrecidos como despotas e facinorosos ainda merecerão a escolha de seus naturaes, que os detestam como tyrannos? Que bestial inconsequencia! Diga-me o que quer que faça da *França Christã*, cujos artigos são excellentes. — Se a devo remetter para Bayona, então diga-me *adresse*, pois perdi a carta onde ella vinha.

Quanto á minha Biographia, só tenho que advertir que eu não viajei pela Inglaterra, mas só estive de passagem em Yarmouth, e não fallo mas entendo 11 linguas, das quaes só fallo 6. Sobre as de meus irmãos, nada posso dizer porquanto m'as não mostraram.

Receba mil saudades da minha familia e tambem recommendações da Pepita e Bellard. — Entreguei á primeira as *modas*, porém com a precaução necessaria para não acordar ciumes maritaes. Cá esteve por duas vezes o Queiroz, sua mulher e filha, que ambas me agradaram muito, e a *muchachita* me pareceu ser tambem das apaixonadas das *lanternas verdes*: ella me disse que V. S. lhe tinha promettido enviar alguma musica e que esperava cumprisse a palavra. Que faz a Fanchette? Recebeu os 100 francos? E V. S. como vai com os calores da estação e dos causados pela bella *Sophonisbe*?

Adeus, meu bom amigo; saudades ao amigo Rocha, a seu irmão e aos outros Rochas.

Receba o coração do seu amigo,

A.

Então terei a esperança de o ver outra vez por aqui?

Illmos.

Hoje recebi as suas cartas, e hoje mesmo respondo. Sinto a sua molestia, caro Sñr. Menezes, e sinto tambem, caro Sñr. Rocha, que, mandando a noticia da pergunta da Camara dos Deputados sobre os deportados, não saiba a resposta dos Ministros. Do Brasil só recebi uma carta de José Ricardo com a data inexplicavel de 8 de Novembro de 1825! E do Mariano nenhum de nós recebeu cartas, bem que tenham chegado ao Havre 2 navios ultimamente. Só Mad.lle Bellard me communicou a que recebeu de seu irmão, de 25 de Junho, do Rio, e diz o seguinte em um paragrapho, a meu respeito sómente: «On aime beaucoup ici notre ami de Talance, on en parle beaucoup. Ses vertus, son désinteressement l'ont fait passer en *proverbe*: d'après ce q'on dit il ne tardera pas a revenir ici.»

Mas como eu creio tanto em boatos como em bruxas, por aqui ficaremos até que a I. criança o queira. Não achei a *Gazeta do Rio* de 3 de Novembro de 1822, mas sim a de 2, que envio, e que rogo não se perca, porque me póde servir para as minhas Memorias politicas.

Rogo-lhes que, se puderem obter a minha Representação á Assembléa sobre a civilisação dos Indios, que se imprimiu e distribuiu, m'a queiram enviar; pois a quero corrigir e augmentar, e depois imprimir.

Estou esperando com ancia a *França Christã*, *L'Opinion* e o *Echo du soir* parar rir. Mandarei para Bayona o que cá tenho, e o mais que fôr vindo. Não demore os jornaes; e peço-lhe me queira enviar tambem *La Carte Géographique, Statistique historique et politique du Brésil* por Darnet, que sahiu em 1825, e a nova *Carte du Brésil*, etc., Paris, 1826, por Brué, que se acharão nos principaes *marchands de cartes*. Não será possivel achar na mão de de alguns dos *Tatambas* d'ahi a *Chorographia Brazilica* do padre Ayres, comprada ou emprestada?

Adeus; recebam mil saudades de todos d'esta casa.

9 de Setembro de 1826.

Seu de coração, *Andrada*.

Talance, 25 de Setembro.

Illmo. Sñr. Menezes.

Meu bom amigo e Sñr., já sabe a razão por que não respondi á sua ultima carta; agora o faço, remettendo-lhe o resto do meu opusculo. Como V. S.ª é seu dono, e não eu, creio que é de seu direito fazer a *advertencia* preliminar como bem quizer. Talvez seja bom dizer que eu dei este bico de obra a um amigo do Rio, quando foi desfeita a Assembléa, para fazer d'elle o que quizesse; o qual agora o manda imprimir em França. Quanto á correcção das provas, cuide d'isso juntamente com o amigo Rocha, que tem pouco que fazer.

Não sei o motivo por que ainda não vieram os numeros do *Bulletin* de Agosto, com os outros livros que ficou de enviar-me? Estarão perdidos ou detidos na posta? Tire-me d'este cuidado. Emfim chegou o Stuart ao Brasil, e chegou em má quadra; pois a guerra já começada ou imminente com as Republicas que rodeiam o Brasil, faz bem critico o momento. Do Rio só sei que tudo alli é um cháos; que o *Diario* não cessa de prégar o absolutismo e declamar contra os Maçons e Republicanos; e tambem o pobre *Tamoyo* e os Andradas são objecto do seu odio figadal. Pobre Brasil e pobre gente!

Saudades a todos, e diga ao Innocencio que se deixe de bilhar, e cuide em se aperfeiçoar na grande arte de fazer pentes, que lhe será util no Brasil. O amigo Rocha tenha esta por sua, e não emmudeça, como os Oraculos do Paganismo, com a vinda ao Rio do Messias anglicano.

Adeus; se o rheumatismo o apertar, venha passar o inverno na companhia do seu amigo e criado

Andrada.

Illmo.

Meu bom amigo, hoje recebi a sua ultima carta, e creio que já terá tambem recebido a minha.

Emfim, é preciso dizer-lhe um adeus. Seja, pois assim

quer o fado. Vá pois para Lisboa, e cuide em ajuntar dinheiro para não depender de Reis e Imperadores, e rir-se d'elles. Nada tem por ora que temer de Portugal, e, se for preciso ou lhe for permittido voltar á patria, tanto o poderá fazer de Lisboa como de Paris. Eu tambem desejava trocar Bordéos pelo Algarve, clima Africano que me conviria; mas não me é possivel nas minhas circumstancias; portanto por aqui ficarei, até que Deus o queira; porém *Deus é grande*, dizem os Mahometanos. A estrella da Imperial criança vai-se offuscando e o tempo ameaça borrascas grandes; o peior é que temos perdido a liberdade e a honra nacional. O sul foi-se, e dizem que Bolivar caminha para nossas fronteiras. E onde está a gente que o deve combater e o dinheiro para a guerra? Seja o que Deus quizer.

Agradeço-lhe os offerecimentos da continuação das remessas de livros pelo seu bom irmão. Eu quizera a remessa dos *Bulletins*: mas, antes que ajustemos contas e dê balanço á bolsa nada posso resolver.

Ahi remetto esta carta para o meu genro em Lisboa, com procurações para cobrar o que lá se me deve de ordenados atrazados; assim, se V. S.ª partir logo, rogo-lhe a queira entregar pessoalmente; e, quando se demore, a envie com brevidade e segurança.

Eu esperava dar-lhe ainda aqui um abraço e, talvez, acompanhal-o aos banhos de Barrege, que me são necessarios; mas isto agora não é possivel; assim, tenha saude, faça feliz viagem e não se esqueça de quem o estima e ama cordialmente. Em Lisboa poderá ter mais noticias miudas do desgraçado paiz dos Tatambas, de quem o céo queira condoer-se. Se puder mandar-me *L'Histoire de la Révolution* por Mignet, e se achar a *Bucolica* de Virgilio de Voss, com as notas e o texto ao lado, queira comprar-me e enviar-me, porque a edição que me enviou de Vienna nada vale, por antiga, incompleta e má.

Adeus outra vez; saudades ao Rocha, que de certo ha de sentir a sua falta. Minha mulher e Belchior se lhe recommendam muito e me acompanham nos mesmos sentimentos. *A propos*, se puder descobrir onde mora o Bel-

lard, diga-lhe que desejo saber quando parte para o Brasil, e que me escreva sobre o que lhe fallei acêrca de irem na companhia da Madame a Amalia e Carlota, e o preço das passagens para o Rio; pois d'aqui não ha esperança de partir navio tão cedo.

Bordéos, 4 de Outubro de 1826.

Seu am.º e criado,
Andrada.

Talance 6 de Outubro de 1826.

Meu bom amigo e senhor do coração, não respondi até hoje á sua ultima carta, que creio de 29 do passado (pois veiu sem data), por esperar os mappas e mais algumas outras noticias suas e do amigo Rocha sobre mim e sobre o nosso malfadado paiz, visto terem chegado novos navios do Rio; mas não posso demorar por mais tempo o dizer-lhe que das cartas impressas póde V. S.ª enviar-nos aqui 20 exemplares, 200 para o Brasil, e os mais pôl-os á venda em Paris. Já sahiu, ou quando sahirá, a nossa reclamação ao redactor da *França Christã?* Vi da carta e resposta sua a Mr. Torambert a zanga em que V. S.ª se acha contra o vil impostor Delog; este miseravel merece, a meu ver, páo e nada mais por ora. Agradeço-lhe o *Avant-propos* e a resposta ás notas posteriores do Delog contra nós; e estou sequioso de as ler. Não sei por que razão o *Constitucional* me tomou á sua conta para me fazer andar á baila com noticias mentirosas. Estou capacitado de que a minha supplencia pela Bahia é tão verdadeira como o despacho antecedente para Vienna; nestes termos, como Maria Amalia está obstinada em partir no *Correio do Brasil*, no fim d'este mez, rogo ao amigo Rocha queira da minha parte pedir ao grande Pedra parda o passaporte para ella e Carlota. — Os seus nomes por extenso são: D. Maria Amalia Nebbias e Carlota Emilia Machado. Rogo nisto brevidade para poder concluir os ajustes da passagem. Quanto a mim, seja o

que quizerem os fados. Adeus; Pepita e Bellard agradecem as lembranças, e a ultima lhe pede queira comprar-lhe uma *Villeliade* da ultima edição e remettel-a para o Rio a seu irmão, por via de la Fite (*) do Havre.

Adeus outra vez, meu bom amigo; saudades a todos os de casa.

Seu todo,
Andrada.

Talance, 22 de Outubro de 1826.

Illmo.

Meu bom amigo, vou responder ás suas duas ultimas. — Em primeiro logar, mil agradecimentos ao amigo e Sñr. Rocha pelos trabalhos do passaporte, que depois soube que não era preciso, porque a Prefeitura os passa aqui. Não acho inconveniente que o amigo Rocha deixe obrar o P. P. como lhe dér no bestunto a respeito do exilio. A todos os *honrados* e *energicos* Brasileiros, alumnos do Ministerio e grande Côrte do Rio de Janeiro, dou os meus sinceros parabens pela brilhante figura que iremos fazer em todas as nações e *naçãozinhas* da Europa, com os novos Diplomaticos e Consules expedidos e por expedir. — Que riqueza de paiz! Que poder! Pois até nos pomos á barba com a *soberba Albion.* Agora verá Lord Ponsonby o que é a poderosissima e valentissima nação *Tatambica!* Não quero duvidar do que diz seu pacifico mano sobre a tapadella dos ouvidos ao formidavel nome dos Magicos Andradas; mas, meu bom amigo, confesse que elle, depois da estada da Fortaleza, parece que sahiu petrificado, como se vira a cara de Medusa. Se a *Representação* foi embargada na Alfandega para não correr no Brasil, porque a não reclamou para voltar para a França? Succederia o mesmo ás minhas Rapsodias poetico-prosaicas? Nada sei d'ellas. — *A propos* dos meus

---

(*) [illegible]

bicos d'obra que fez V. S.ª do *Bambo mulato*, das *Noticias dos Negros* e da *Viagem por parte da Provincia dos Arabes do Matto?* A minha *Elegia dos amores da mocidade* tem levado novas emendas, e, para espancar melancolias tenho feito varias imitações de poesias hespanholas e inglezas, que desejo venha logo aqui ler para mudar de clima e gozar de melhor saude do que tem nessa cidade de impostura e vilania. — Agora estamos com muitos quartos devolutos pela partida das *Senhoritas*, que vão gozar das bemaventuranças do grande Imperio dos *Tropicos*, onde tudo são *tropos* e *figuras*, ou *figurões*.

Talvez agora vá a náo ao mar, pois não é de crer que o Grão Cacique quizesse enganar ao Caciquezinho filho com ballelas taes, quaes as que têm sahido nos papeis de Paris; mas gato escaldado da agua fria tem medo. — Seria bom saber da data da carta e da sahida do paquete para melhor politicar no caso. — Com effeito, contei as estrellas, e o bom Sñr. Barão, com effeito, apeou de uma do Grande Imperio do *Monomolaba* occidental; o que é tanto mais de reparar, visto o furor de *guerroyer* do seu Governo. — Além d'isto ainda ficavam o Rio Negro e Solimões para darem mais de uma estrella.

Cá recebi os dois cadernos da *França Christã* e admirou-me não ver mais artigo *Brasilico*; e já vou desconfiando de que ponham a nossa reclamação, pois conheço ha muito o que é essa miseravel raça de Periodistas Parisienses. Não espere pelos livros de Antonio para me mandar os Mappas; e diga-me tambem se achou a minha Representação sobre os Indios, que quero dar-lhe novo vestido e talhar-lhe roupas mais largas e á *tragica*. — Veja se se acha por lá a — *History of Brazil* de Roberto Southey, em 3 vol. 4.º, pois a não tenho, e é boa compilação, e póde servir-me; saiba do preço. Porque as nossas cartas podem e devem ter a mesma sorte que a minha *Representação*, é escusado mandal-as vender, mas sim espalhal-as gratuitamente e com segurança por aquelle paiz; o mais vende-se por cá, se puder ser. Em todo o caso, mande a conta das despezas para lhe serem pagas, como é justo.

O *Avant propos* está muito bom e eu lh'o agradeço cordialmente.

Adeus, meu bom amigo; receba mil saudações das nossas viajeiras, que igualmente as dão ao amigo Rocha e filhos. — Venha quanto antes consolar ao Ermitão de Talance, que é e será sempre

Seu todo,
Andrada.

P. S. — Recommende-me a M.me Fanchette e assegure-lhe que não deixarei a França sem ir dar-lhe um amigavel abraço. Escreverei depois. O nosso Belchior, que anda muito melancolico e como negro *com banzo*, agradece as suas lembranças e se recommenda igualmente. Maria Amalia, em agradecimento ao *gratis* do passaporte, prometteu enviar a V. Ex.a um grande catalogo de vocabulos da bemdita lingua de Nossa Senhora.

∴

Talance, 30 de Novembro de 1826.

Illmo.

Como já o julgo de volta á *fantasmagorica* Paris, vou responder á sua carta de 6 do corrente; o que tambem não tenho feito, porquanto um emperrado defluxo e o muito frio, que já começou bem cedo, m'o têm impedido. — Estou tão acabrunhado que suspeito ás vezes se deixei de ser animal racional; estou em torpor, como os bichos da terra que só vegetam de inverno; mas hoje faço um esforço, sem ter animo porém de escrever-lhe uma tão longa carta como a sua.

Quem furta, e póde não servir á imperial Criança, faz muito bem; mas eu que não furtei, porque nunca tive geito para tão honrado officio, e demais só quero servir a Deus e a Nosso Senhor Jesus Christo, não sei o que será de mim! Enganaram-se os politicos de Pariz com a commissão do Ex.mo de Taubaté para o velho magico. — Cá esteve o rapazinho, e, buscando saber onde eu morava não appareceu; mas, cinco dias antes da partida, veiu ver-

me o Secretario Araujo, com o titulo de agradecer-me pela carta de recommendação que lhe havia dado para Coimbra, em Novembro de 1819, no Rio de Janeiro. — Parece-me boa lesma, se é que um brasileiro empregado póde ser bom.

D'elle colhi que para a nossa deportação tinham muito concorrido os *pés de chumbo*, e que o medo é quem por aqui nos retem. Os corcundas pedem sem rebuço o absolutismo; mas o povo anda mais desconfiado e descontente; a tropa não se quer bater e a deserção é immensa no sul; os *conquibus* faltam e o banco ameaça ruina. Eis aqui tudo o que pude saccar; não obstante, creio que o Ex.mo de Taubaté veiu tirar lingua a nosso respeito; assim como creio que o outro de Pariz talvez veiu para o mesmo; e creio que Pedra parda, por ora, não deve ter medo que o esbulhe dos jantares diplomaticos. Elle me escreveu uma carta muito amigavel e civil, a que respondi como devia, e com muita ronha e alguns remoques *bernardescos*. — Ainda me não tornou a escrever.

Dou-lhe os parabens de estar nas boas graças seu mano; emquanto o vento vai em pôpa, Deus queira que lhe sirva para alcançar o seu regresso. — Os A. Luizes podem faltar, e então adeus favor, e adeus dinheiro despendido em tapeçarias. Um ministerio venal e imbecil, que tem perdido o Brasil, deve mais dia e menos dia desapparecer.

Agradeço ao bom amigo Rocha a cópia das commissões da nossa camara. — Um dos pareceres me pareceu um sermão de lagrimas pela santa quaresma, e o outro é uma baboseira pueril. — Que ignorancia Constitucional? Como tão ridiculos sabichões podem alçar-se em Minos e Rhadamantes naquella desgraçada terrinha? Consolem-se, que a Mãe Natureza foi justa pelo menos; pois repartiu com todos igualmente a ignorancia e a fraqueza, a sandice e a vaidade. São felizes, porque todos se julgam talentaços, ainda que eu quizera apostar cem contra um, que todos são o que são — homens de quatro pés.

Parece-me que será melhor fazer inserir no *Journal de Physique*, ou nos *Annales des Sciences naturelles*, a mi-

nha *Viagem mineralogica de S. Paulo* porque opusculos d'esta natureza não podem ter sahida; e creio que a *Noticia do interior da Africa e curso do Niger* tambem devêra ir para o *Journal Géographique*, ou para os Annaes das viagens de Malte-Brun e Eyriès.

A propos de Malte-Brun; queira V. S.ª comprar-me o 6.º volume do seu *Précis de la Géographie universelle*, que acaba de publicar-se *chez Aimé André*, e, logo que sahir, o 7.º, que está na imprensa tambem; porque tenho aqui os outros primeiros cinco. Porque não tem mudado os 20 exemplares das respostas ao *Deloy*, e porque não tem mandado a importancia da edição?

Ora, meu bom amigo, não se confine ao borralho; saia e dê passadas, pois é moço e mais forte que o velho do Rocio.

Acceite saudades de todos e para todos.

Seu do coração,
Andrada.

P. S. — As Demoiselles já lá vão por esses mares de Christo; e nós cá ficamos como aspargos no monte. Se por lá houver noticias ou boatos d'aquella santissima terra da Vera Cruz, não tenha medo de poupar-me os portes.

Talance, 26 de Dezembro de 1826.

Illmo.

Antes de responder ás suas duas de 28 de Novembro e 4 do corrente, tenho que dar a V. S.ª e aos mais amigos e Sñrs. muito boas festas; eu não as tive boas, porque tive o desgosto de que a minha netinha recem-nascida morresse de sarampo, só com vinte dias de vida; mas, como fica o rapaz, e a fabrica póde produzir ainda por longos annos, vou-me consolando.

Minha mulher, que está com muito defluxo, agradece-lhe affectuosa a remessa do tabaco; o que eu faço igualmente, porque entrei na partilha.

Vamos a outras cousas. Estou admirado do tardio convite do Pedra parda; e folgo que V. S.ª o não acceitasse; porque um tal patife só merece dois pontapés no trazeiro pelas suas vis calumnias e comportamento infame. Ainda que não creio por ora na successão do *commendador*, folgo com as colicas que tem tido; e tambem folgo que o outro bandalho, seu cumplice, o ponha agora pelas ruas da amargura e lhe descubra as infamias. Que gente, meu bom Deus!

Recebi os mappas, e agora todos os folhetos, etc. Não sei a razão por que a *França Christã* emmudeceu ácerca do Brasil? Se continuar no mesmo silencio, desisto da recepção. Foram-se as chamadas Desertoras; parte para matar saudades, e parte por motivos da magreza da minha bolsa e outras razões ponderosas; d'aqui a 15 a 20 dias lá estarão, porque a monção é optima e o navio é mui veleiro. Como quer que vá eu para Paris nas minhas circumstancias, e com a sua primavera de 2º a 4º? E ainda quando isto não fôra, basta a immensa corja *tatambica*, que lá ha, para me fazer fugir para cem leguas. Nada me admira do que me diz Antonio Telles. Quem é capaz de sacrificar a gratidão ao egoismo, é capaz de tudo; para mim é rato morto.

A banza do amigo Belchior continúa mais ou menos; e o peior é que até despreza o magnetismo animal, que tão bem, diz elle, tem feito a V. S.ª, apezar do clima e vida de Paris.

27. Agora acabo de receber os façanhosos despachos do dia dos annos. Com effeito, esfreguei os olhos e não podia crer o que lia. Eu já dizia de Portugal que era um paiz em que a esphera do *possivel* era muito menor que a do *real*: e que direi agora do Brasil? — Nada. Talvez tudo para melhor, se os fados não se enganam.

Porém, meu bom amigo, o que mais me deu no goto foi o despacho *Bispal* do Arcediago de S. Paulo, antigo amigo da nova Marqueza, e o tratamento de excellencia a Mr. l'Abbé Pirão da famosa carapinha.

Para o anno estarão guardados os titulos de *Duques* e *Principes* do Imperio, que eu aconselharia que não se

dessem sem concurso, para que os patifes pudessem mostrar authentica e legalmente que os merecem, por serem os maiores alcoviteiros, ladrões e bandalhos, não só do *Grande Imperio dos Tropicos*, mas do universo inteiro; ao mesmo tempo, porém, conheço que seriam tantos os concurrentes e as provas tão volumosas, que para dar sentença seria preciso um seculo. Diga ao amigo Rocha que, sem cataclismo, perca a esperança de ir respirar os ares do risonho e verde *Janeiro*: porém eu, que não sou Noé, espero que o novo Diluvio não tarde; e para o celebrar ahi os convido a todos, que no dia *assignalado* de Reis façam um brodio e cantem essas cantigas bacchicas que envio, feitas no mesmo metro e rythmo do hymno de *Riego*, que devem ser cantadas na mesma musica, que creio poderão obter de algum patriota hespanhol.

Muito mais me pedia a vontade de escrever; porém o frio me entorpece a mão, porém não a imaginação, ou melhor a indignação.

Adeus, meu bom amigo; saudades a todos; e não deixe de communicar do que for sabendo do Brasil e dos figurões que se acham em Paris. Quero rir e sacudir o diaphragma. Tambem não se esqueça de me dizer a quanto monta o que lhe devo; ao menos para meu governo e economia.

Seu do coração,
Andrada.

P. S. — Se o Mariano pediu, sem ordem nossa, que se nos pagasse a pensão por Londres, então quer se ver livre da procuração. Se for ao par, estimarei que o consiga; aliás é o mesmo; e estamos perdidos; porque, perdendo os bilhetes do banco 50 por cento, tambem nós os perderemos pela via de Londres. O que Deus quizer.

∴

Amigo e Sñr. — Ahi vai a musica das cantigas que remetti. Façam *ribotte* no dia de Reis á minha saude.

Estou pasmado que o Moutinho, que escreveu com

tantas finezas e a quem logo respondi, esteja calado. Haverá alguma cousa de novo? O homem não foi contemplado no dia dos annos, em que não houve lesma que não figurasse com Marquezados, Condados, etc., etc., etc.

Saudades a todos.

Andrada.

Talance, 12 de Janeiro de 1827.

Neste instante acabo de dar a ultima mão á minha Ode aos Gregos; e neste instante lh'a remetto. — Se o amor proprio me não céga, parece-me que a mente não está enferrujada, e que a imaginação ainda chammeja, apezar do frio e do rheumatismo. Se lhe agradar o tal bico de obra, faça d'elle o uso que convier. — Vamos responder agora á sua carta de 6. Agradeço a moafa, que deviam tomar neste dia; mas não era á saude do *Velho do Rocio*, mas da pobre patria, que deviam beber.

Quanto á pensão, o que lhe posso dizer é que neste mez já não recebemos as mezadas, porque a casa de Phillips de Londres nos escreveu que já estavam sustadas. O mais curioso do negocio é que o Mariano nada nos escreveu; e ainda ignoramos se foi elle quem pediu o pagamento por Inglaterra, ou se foi politica do Governo para nos ter mais á mão, e dependentes da Legação de Londres, ou do Inferno. Pagar-se-ha por alli, ou não se pagará mais? Será ao par, ou com a mesma perda de cambio, como até agora? Nada sabemos. — Se não pagarem mais, estou resolvido, na primavera, a ir trabalhar nas minas de Guatemala, e dizer um final adeus ao Brasil. Queira V. S.ª dar mil saudades á Fanchette, e agradecer-lhe da minha parte e de Narciza a sua lembrança, e dizer-lhe que responderei brevemente á sua amigavel carta. Continúe com a subscripção por 6 mezes da *Revue* e do *Bulletin des sciences géographiques*, e compre-me a *Revue Americaine* etc., chez Sautela et Comp.ª, place de la Bourse, e o *Traité de Chimie* por Desmaret, 1 vol. 12, chez Malher, passage Dauphine. Quando tiver prompta a conta

do que lhe devo, mande-me para a pagar antes que fique vazia de todo a bolsa. As negociações de Ponsonby foram ao que parece, infructuosas em ambas as partes, e a guerra será cada vez mais encarniçada; *tant mieux, ou tant pis?* Deus o sabe. Que faz a Cafila Brazileira, pseudo-diplomatica, e a pseudo-litteraria? Adeus; saudades a todos.

Seu de coração,
Andrada.

P. S. — Como vão as traducções das minhas papeletas?

Talance, 9 de Fevereiro de 1827.

Illmo.

Meu bom amigo e senhor, quando já perdidas tinha as esperanças de ver tão cedo lettras suas, hontem recebi a sua ultima carta, sem data, que continuava a do Caciquinho da Bahia. — Havia um mez que lhe tinha escripto, remettendo-lhe a minha *Ode aos Gregos*, e pois V. S.ª me não falla nella, creio que se perdeu a carta; se assim é avise para fazer nova cópia e enviar-lh'a. Dois dias antes da recepção da sua carta, recebemos, meus irmãos e eu, cartas do *Caixeirinho* Visconde de Itabayana, de 16 de Janeiro, de Liorne, em que nos participa que a nossa pensão será paga pela Legação de Londres, e que elle no mesmo dia escrevia ao Encarregado de negocios, para que nos remettesse em lettras de cambio o vencimento até o fim do 1.º quartel d'este anno; o que continuaria a praticar para o futuro, se quizermos escusar a nomeação de procuradores em Londres. — Assim, veremos o resultado, para nos resolvermos se devemos continuar assim. — O que ha de mais singular no caso é que tendo o Mariano suspendido as mezadas tambem do Belchior, este não tenha recebido carta de participação do Itabayana, nem d'elle não falle na sua o Caciquinho; é tambem de

espantar que o amigo Rocha não tenha recebido dinheiro nem cartas do Brasil desde Agosto. — Serão elles chamados ao Brasil? Mas então, porque se lhes não tem avisado até agora? Se V. S.ª puder penetrar o mysterio, escreva; pois custa-me a crer que esses senhores só quizessem fazer a bocca doce aos Andradas.

Agradeça da minha parte ao Brant de Londres os signaes de amizade que me mostra. Em todo o tempo era de prezar a sua lembrança e mórmente agora em que o só nome de Andrada faz tapar os ouvidos aos *Yayas* do Rio. Agradeça tambem ao *M.* da *Revue Encyclopédique* o epitheto de *illustre Andrada*, e diga-lhe que continue a redacção de outros artigos. Agora verão os Tatambas do Banco se Martim tinha razão ou não. Bem feito que o perfido F. Carneiro tenha fallido em 2 milhões, e que o Orangotango Simplicio extorquisse os 30 contos. — E a Imperial criança vê isto e não faz das suas? Creio que está enfeitiçado pela mãe da Domitilla, que em S. Paulo passou sempre por bruxa. Segundo as noticias de Londres, lá foi para o Rio Grande. Tudo pelo menos andará por lá azul; mórmente agora que o Paraguay lhe cortou toda a communicação, e lhe diz mil injurias, e lhe põem os podres na praça. Ha mais de 3 mezes que não vou a Bordéos por causa dos frios e molestias, e por isso não posso pedir a M.lle Queiroz que satisfaça a sua encommenda; nem a Pepita, pelas suas continuadas enxaquecas, apezar do annel magico, tem vindo por aqui para lhe recommendar este negocio; — comtudo, farei o que for possivel. Certa pessoa que sabe foi pedida para casamento; mas escusou-se, porque creio que não quer ver senão pelas *lunetas verdes*: mas está anciosa de saber qual é o verdadeiro estado das mesmas. Ella merece resposta *categorica* em officio direito.

Quero que se informe o quanto custará *lithographar* com a musica as *Canções Bacchicas*, para remettel-as aos bons Patriotas do Equador. Se a *Revue Américaine* não estiver comprada, não m'a mande; mas sim o *Bulletin* de Dezembro e o mais que lá tem.

Adeus; saudades a todos, e diga ao Innocencio que

folgo muito vá apanhando o que puder do grande P. parda, de infame e bestial memoria. Ora, meu bom amigo, não me dirá o que faz o Moutinho nessa terra; e por que motivo, tendo-me logo escripto uma carta tão cheia de amizade e protestos, emmudeceu até agora? Com a chegada do paquete haverá sempre algumas noticias que mereçam communicação.

Saudades a Madame Delaunay, a quem desejo muito ver para fartar saudades.

Andrada.

*

Meu bom amigo e Sñr.

Sinto muito e muito que tenha soffrido do seu rheumatismo; eu tambem manquejo do mesmo olho; e demais as chuvas e ventanias continuas têm-me reduzido a tal apathia, que até hoje não tenho podido responder ás suas cartas de 24 de Fevereiro e 6 do corrente; mas hoje fiz um esforço, e vou responder-lhe.

Recebi os livros e espero anciosamente pelos que faltam. Agradeço a Grammatica grega, que melhor fôra não ser em grego moderno, e para aprender o francez. Remetto a traducção da Ode emendada; mas as emendas não me agradam; queira V. S. pois revel-as de novo; vão tambem as tres primeiras strophes emendadas; porém ainda assim julgo que a Ode não poderá ser publicada com o meu nome, porque não quero guerra com Inglaterra e santa alliança. Vai a explicação dos termos metallurgicos que me pediu.

Quanto á minha carta sobre o Niger, veja V. S.ª o que querem cortar, e á vista decida como lhe pedir a vontade e brio. O *caixeirinho* até hoje não remetteu as lettras de cambio, e eu temo que o *coêlho gagazinho* queira apurar a nossa paciencia.

Será isto porque duvída pagar ao par? Veremos. O Mariano remetteu a segunda via do Aviso para o pagamento, e d'elle consta que o Belchior tambem vem incluido; e todavia o *caixeirinho* não se dignou escrever-lhe.

O Mariano está de novo casado com a sobrinha da sua defunta mulher; elle ousou esta vez lamentar a minha sorte e fazer-me elogios; e diz por fim que pela cidade da Bahia tive eu o maior numero de votos para Senador d'aquella Provincia. A sua carta é de 18 de Novembro passado. José Ricardo tambem me escreveu em 30 de Setembro, e diz-me, entre outras coisas, que os meus livros estavam bem encaixotados, e que pela partida do Chamberlaine iam ser conduzidos á casa do major Santos; assim não ha motivo para escrever a Londres; diz que seu irmão Antonio, que viera preso de Montevideo, não tem crime algum, e espera será posto brevemente em liberdade, pois tudo foi intriga de nossos inimigos. Emfim, meu bom amigo, recebi tambem uma carta mui obsequiosa e terna do Soledade, antigo procurador geral do Rio Grande e hoje Senador. Ora, quem me diria que um ex-frade e ex-portuguez seria mais honrado e lembrado que tantos outros Tatambas que me deveram muito.

M.lle Queiroz não póde mandar as lettras, porque as não *(copiou!)*; e eu não tenho modas brasileiras em musica, ou quem as ponha; e menos musica dos Indios. O que me diz do Moutinho me maravilha. Que veiu fazer este homem cá? E o que faz D. Luiz? O Pedra parda deve estar mais desassombrado.

A morte da Imperatriz me tem penalizado assáz. — Pobre creatura! Se escapou ao veneno, succumbiu aos desgostos; mas este successo deve trazer consequencias ponderosas, não só para a Domitilla, mas talvez para grande parte do Ministerio.

Os Tatambas agitaram-se no Rio, e dizem que tambem em outras Provincias. As circumstancias que me apontou são *momentosas*.

Esperemos; que o presente está prenhe do futuro! Então pelo paquete o amigo Rocha e Montezuma obtiveram o que esperavam? E o Penteeiro foi chamado?

Meus irmãos e Snr.as passam bem, assim como o Belchior. Dei os seus recados a minha mulher e a Nar-

cizinha, que está em pensão em casa de M.lle Bellard, d'onde vai á escola, e já com bastante aproveitamento.

Adeus, meu bom e honrado amigo; fuja de Paris e venha a Bordéos satisfazer saudades e preparar-se para as aguas de Barrege.

Talance, 16 de Março de 1827.

Seu do coração,
Andrada.

Talance, 18 de Abril de 1827.

Meu bom amigo do coração, está começada a primavera, e espero que os seus olhos e rheumatismo vão já melhores, para se poder pôr a caminho e dar-me o gosto de abraçal-o. D'aqui a 6 dias deixo com saudade este asylo de socego e vou para mais perto da cidade habitar uma casinha de campo, *Chemin de S. Genner n.o 132*, que já aluguei, e estou mobiliando, e onde o meu bom amigo tem já destinado um quartinho para morar.

As noticias, que me deu na sua de 24 de Março e na de meu irmão Antonio, são curiosas. Já sabia que a Bahia queria eleger os tres irmãos para o logar de senador, vago pela morte do *bambo mulato*, e agora não me admiro do trabalho que teve aquelle bom Governo para impedir essa infernal cabala, em que não poude obstar que pelo menos não tivesse na cidade a maioria de votos. Não sei se já lhe escrevi que recebi carta de Maria Amalia e Carlota, de 5 de Fevereiro, havendo alli chegado a 2, como muito feliz viagem e saude; entre outras coisas me dizem que alli todos affirmavam que eu (*seria?*) chamado para Deputado, e que já tinha ordem para me deixar desembarcar immediatamente que chegasse!!! E todavia, até agora nada de participação official. Terá o novo Ministerio, que foi nomeado a 15 do dito mez, mudado de parecer? Se o boato da vinda da I. criança, apezar da constituição, tem algum fundamento, então nada me admirará que por cá fiquemos ainda alguns annos ou

tempos. Então que diz do medo dos corcundas em aceitar *pastas?* Deixe correr o tempo, e verá que se recrutará para ministros de Estado como para soldados, que vem amarrados. Quem é este *honrado* cidadão Nobrega, que o Bomtempo pretende lhe abreviaram os medicos a vida? Será um Monsenhor, ou o meu digno collega antigo? Quão pouco custam as boas reputações no Brasil!

Os jornaes d'Astrea são curiosissimos e mostram a bestialidade da nossa Assembléa. Que de miserias e villanias? Todavia, o seu redactor, que é *pé de chumbo,* não deixa occasião de nos dar pela sorrelfa suas patadas de quando em quando; mas nada de mais original e ridiculo que os sermões do Malagueta, cujo Lunatico não tinha comparecido na Camara dos Deputados, ou por medo, ou por odio figadal á constituição e independencia. Então já o *criador de gatos* está plenipotenciario do grande Imperio do Monomotapa, e o *Pedra parda,* e o *caixeirinho!* E a lesma de A. Telles, apezar da irmã se ter feito acclamar em Chaves Rainha de Portugal, continuará a beijar o *sésso* do Principe Viennez, ou esperará pela vinda do Miguelito para o acompanhar e defender de olhados máos?

Que lhe parece da estrondosa e solemne recepção do Enviado de Columbia? Não é amigo o Bolivar? E não é o nosso Governo amigo do Bonapartismo?

Dou-lhe parte que o *caciquinho* me escreveu, remettendo a lettra de dois quarteis vencidos, que já cobrámos eu, meus irmãos e o Belchíor; porém diz que não se póde encarregar de remetter os outros vencimentos, e que será bom que mandemos procuração ao Costa, de Londres. Eu ainda não lhe agradeci o trabalho, o que farei nesta semana; mas esperamos resposta do *caixeirinho,* que se tinha offerecido para as futuras remessas; e, quando tarde, estou resolvido a mandar minha procuração á casa do Samuel Filips, de Londres, que nos escreveu, offerecendo-se para isto. Antes de concluir esta, dou-lhe os parabens das esperanças que lhe dá seu mano. Mas não se gorarão estas com a entrada dos novos Ministros? Comtudo a

resposta do Severiano ao *P. parda*, a respeito do passaporte para o Rio, parece que inculca alguma boa vontade.

Adeus; tenha melhor saude, e não tarde de vir abraçar a um amigo, que o estima e ama deveras.

Saudades ao Rocha, que perdeu a falla e o uso de escrever.

Seu do coração,
J. B. de Andrada.

(Reservado)

P. S. — Queira mandar entregar esta a M.me Delaunay, e procure ver com attenção a uma senhora, que foi com ella visital-o, cuja idade é de 34 annos, e se chama Elisa. Veja se tem feições que se pareçam com as minhas, ou com as de minha familia; mas tudo isto deve ser com toda a dissimulação e melindre. Offereça da minha parte a M.me Delaunay 100 francos, que de tudo será embolsado quando cá chegar.

Responda logo.

⁂

Bordéos, 10 de Maio, 1827.

Meu bom amigo e Sñr., com a trabalheira da mudança de Talance para o *Chemin de St. Genner n.º 132*, não pude responder ás suas ultimas de 24 do passado e de 2 do corrente. Graças a Deus foi nellas largo de escripta, o que muito estimo, pois, quando leio taes cartas, parece-me que estou a conversar com um amigo a quem tanto prezo.

Recebi uma carta da Delaunay e outra da Elisa, a quem dirá que espero pela vinda de V. S.a para melhor responder. O negocio é delicado e o romance é complicado. Traga o retrato da Elisa, que promette enviar-me a Delaunay.

A carta da Elisa é bem escripta, e com muita ternura e sizo. Emfim, chegou o paquete, e o negocio do nosso regresso está no mesmo pé de incerteza, como d'antes, e poucas ou nenhumas esperanças me restam,

apezar de uma carta de Bellard á irmã, de 25 de Fevereiro, que remetteu pelo navio *Nestor* e chegou a 8 d'este, onde, levado pelas illusões da amizade, diz o seguinte: «On parle beaucoup de notre ami de Talance; tout le monde ici le désire; et on assure qu'il n'ya que lui capable de tirer ce pays du mau vasipas dans lequel il se trouve. Il est aimé de beaucoup de monde, et estimé et considéré de toute la nation; c'est un hommage rendu à l'homme le plus vertueux du nouveau monde. On parle beaucoup de son arrivée prochaine à Rio-Janeiro, et on assure que les ordres sont partis, etc.». Quando no Rio se me louva, em Paris se me calumnia; estou no caso de Santo Agostinho: — *Laudator ubi non est, cruciatur ubi est*. Não me admiro do novo ataque ao caracter politico dos pobres Andradas, e só do elogio da minha *probidade politica*, que não entendo; como igualmente de que fui deportado por me metter a defensor do Boticario Pamplona?

Que tal, meu bom amigo?

Que sucia de vis escrevinhadores? que imprudencia de imprimirem que 40 pais de familia foram *mis à mort!!* Os *relegués* para o Rio e diversos logares de S. Paulo não chegaram a 15. E quem os fez sahir fui eu, que estava no Rio, ou a Imperial criança, que lá se achava com o Ex.mo p..., hoje em Paris escrevendo abominaveis mentiras? Já se não lembrará das portarias que assignou? E porque esqueceram os que depois da dissolução da Assembléa foram desterrados e perseguidos em muito maior numero? Que patifes!

Agradeçam-me a boa vontade que tenho de dar-lhes um pontapé no c., ainda que fosse á surrelfa; mas estou em Bordéos.

As noticias diplomaticas do ultimo paquete são façanhudas e provam que nem todo o Helléboro das Ilhas Gregas é capaz de dar juizo a tal gente. Que? O Aragão, conhecido pela politica de Paris, Ministro em França? E o medico Barão, e valido da Domitilla, que assistiu á misera Imperatriz em Vienna? Se Antonio Telles continúa com a sua *bigamia* masculina em Londres, como é de

crer, que papel não vai fazer em Inglaterra? Note que toda a diplomacia está em mãos *chumbaticas*. Será tambem o escrivão Getulio europeu? Apezar de tanta sandice e brutalidade, os Tatambas do Rio estão quietos, apezar de não serem contidos senão pelo batalhão de S. Paulo e por 200 faccinorosos extrangeiros. Que gente pacifica e santa! Ao *Pedra parda* inculque que vá para a Italia, que é terra barata, fazer versos como os seus narizes; que poderá dar-lhes alguma novidade, escrevendo-os *em phrase de etiqueta ministerial.*

Para concluir, digo-lhe que parta quanto antes para cá, pois já tem cama comprada e prompta.

De encommendas, nada ha que queiram essas senhoras todas; da minha parte só tenho que accrescentar que, se a *Revue Americaine* lhe parece coisa capaz, m'a traga.

Adeus; saudades a todos, e principalmente ao amigo e Sñr. Rocha, cuja sorte lamento.

Seu de coração,
Andrada.

P. S. — Recebeu a Ode aos Gregos, etc.?

Bordéos, 23 de Janeiro de 1828.

Illmo.

Meu bom amigo do coração, recebi com muito prazer a sua ultima de 16 do corrente por duas causas: porque vejo que ainda se lembra de mim, e porque os sentimentos acêrca da minha boa e honrada irmã honram o coração do meu bom amigo.

Ora pois, fique socegado, porque ella está livre por esta vez, e *evitou a Libitina*, graças ao *Loderise.*

Nas suas duas cartas a Martim, queixa-se V. S.[a] do meu silencio epistolar. Passe por isto; mas ao mesmo tempo suspeita que lhe perdi a amizade, e que não soffro. Não respondi á primeira porque esperava que me dissesse onde parava, se em Anvers, Amsterdam, etc., etc. De-

mais, não tendo coisa de monta que communicar-lhe, era desnecessario carregar a sua ou minha bolsa com portes de cartas. Está satisfeito? Lembra V. S.ª que seria bom fazer um *poemeto* contra os magistrados do nosso paiz. — Mas para isto, caso o merecessem estas lesmas, que esmagadas fedem como os percevejos, é preciso receber influxos apollineos; porém bem sabe que o deus loiro é assás escasso commigo de audiencias.

Apezar de tudo, aproveitei uma para fazer uma Ode aos Bahianos, que queria imprimir aqui, mas que os conselhos de meus irmãos e mulher não m'o consentem por ora. Comecei a lançar no borrador alguns pensamentos para uma carta a *João Mendes Carapeba*, em que darei algumas azorragadas aos nossos Areopagistas; e em uma especie de homilia tratarei dos pontos seguintes: 1.º *Investitu ne glorieris unquam;* 2.º *Vinte saias, nenhuma saia;* 3.º *Fui um santo, sou um demonio;* 4.º *Leve o diabo aos que têm os joelhos dobradiços e os beiços risonhos e fechados*, etc., etc., etc.; porém, para satisfazer ao intento, cumpre estar mais de sangue frio e com repouso d'alma, o que vedam a devassa e sentenças, e tambem a falta do dinheiro da pensão, que até hoje não chegou. Vio V. S.ª mais bestial devassa, e mais infames sentenças?

Essa gente está de certo louca ou bebeda. Já me tarda a ida de meus irmãos para os ver esmagar tão vil canalha. Não tema nada, meu amigo, ou isto é entremesada pueril, ou vistas da Providencia para algum bem futuro do paiz. Se ella se publicar com notas juridicas e historicas em francez, então verá o mundo o que é o Brasil: — um vaso de contradicções, despropositos e infamias. Esses patifes nos perseguem com odio tão figadal que saltariam de prazer, se pudessem inventar outro peccado mortal, além dos sete christãos, para nos lançarem ás costas.

Vamos a outras coisas. Diga-me se pagou a subscripção para o *Jornal de Medicina* do Dr. Bernardes, ou se foi o Rocha, para o satisfazer. Diga-me como vai de amores? *A propos;* cá veiu ter M.me de Launay, e aqui está ha perto de um mez; porém eu tenho guardado um

silencio absoluto sobre o romance da *Elisa*. Estou com meus escrupulos sobre o amigo Rocha, que me parece ou muito timido, ou muito machiavelico. O tempo o mostrará.

Adeus, meu bom Menezes; receba muitas saudades de todos, e os meus sinceros agradecimentos pela sua generosa offerta.

Seu de coração,
Andrada.

P. S. — Se ha algum catalogo impresso dos alfarrabios, em que me falla, remetta-m'o por via commoda e barata. Que foi feito da minha *Viagem Mineralogica?*

Ill.mo Am.o e Sñr.

Com summa magoa de meu coração vejo-me obrigado a ser nuncio de más novas; mas V. S.a me força a tão triste mister. O Sñr. José de Menezes deixou de existir pelas 2 horas da tarde, no dia segunda-feira 28 do mez passado, hora e meia antes de chegar a esta sua casa. — Imagine a este espectaculo as lagrimas e afflicções de mim e de toda a minha familia! Nunca vi magreza igual; e com effeito, ainda hoje me admiro como, em tal estado, poude elle soffrer 11 dias de viagem; mas os cuidados e ternura com que foi tratado pelo bom Juvencio, que o devia acompanhar até ás Caldas, sem duvida prolongaram por alguns dias mais o sopro de vida, que ainda o animava. Foi enterrado no dia seguinte, se não com muita pompa, ao menos com toda a decencia e officios da Igreja. — Pobre joven, hoje jaz sepultado em terra estranha, no cemiterio da Cartuxa. Segundo noticias, o seu genio desconfiado e uma miseravel creatura, que o levou para o campo e o sequestrou das vistas de seus patricios, foram em grande parte a causa da sua prematura morte. Mas que remedio! *Durum, sed levius fit patientia quicquid corrigere est nefas.* A natureza exige um

desafogo, mas a razão o modera; e mais que tudo esperemos do Tempo consolador o lenitivo a suas justas magoas.

Meu bom amigo, algumas outras coisas teria de communicar-lhe; mas a occasião é avessa a outras communicações.

Receba mil saudades de Narciza, de Juvencio e de todos que o amam como merece.

Bordéos, 1 de Agosto de 1828.

Seu amigo verdadeiro,

J. B. de Andrada.

∴

Bordéos, 3 de Março de 1829.

Meu bom amigo e senhor, recebi com summo prazer a sua ultima de 21 do passado, mas devo protestar contra as causas do meu apparente esquecimento. — Não foi só a falta de saude, o inverno e a minha habitual preguiça, que me impediram de responder ás suas cartas, mas principalmente o não saber para onde devia dirigir as respostas, pois nunca V. S.ª me dizia onde as devêra encaminhar na sua aventurosa perigrinagem. — O meu coração não é mudavel, ainda mesmo quando ha motivos de justos arrufos. Vamos satisfazer ao que quer saber. — A chave que tem minha mulher não é do caixão, mas sim da cêrca que rodeia o terreno onde estão depositados os ossos de seu caro Irmão, cujo cadaver foi encerrado em 3 caixões pregados. O corpo póde ficar em repouso por nove annos; o terreno, no caso de se lhe mandar elevar um monumento, custará 400 francos; o caveau de pedra outros 40; e o monumento superior á sepultura não tem preço fixo, porque dependerá da qualidade e obra d'elle. — Para limpar a terra, cuidar das flôres e dos cyprestes, quer o homem que cuida nos outros, 30 soldos por mez. Diga o que quer que se faça a esse respeito. Eu projecto partir para fins de Abril ou meiado

de Maio para o Brasil, não só por não expôr minha familia aos incommodos de uma viagem de inverno, mas para cobrar o meu quartel de Abril, pois estou quasi sem dinheiro para os preparativos indispensaveis da viagem; bem que parte d'aqui até 20 d'este um navio, o *Gustave Anna*, de 180 toneladas, para o Rio de Janeiro.

Muito folgaria que V. S.ª escolhesse esta via por Bordéos, para ter o gosto de dar-lhe o ultimo abraço e jubilar-me com o vêl-o desencantado das feiticeiras Gallicanas.

Parta, meu bom amigo; vá ver se ainda póde ser util ao seu desgraçado paiz. — É moço, tem visto e estudado o mundo, e sabe a fundo a perfidia e machiavelismo dos Gabinetes europeus, que tem arruinado a nossa terra. — Forceje por lhe ser util, já que a minha idade provecta e o desengano de um mundo corrompido e ingrato me privam de todo o trabalho e de qualquer esperança.

Fico-lhe muito obrigado pela amigavel offerta da sua quinta, mas não devo acceital-a, porque, aborrecido por todos os partidos, que como abutres esfaimados dilaceram e roem as entranhas do Brasil, seria de novo comprometter a V. S.ª e mórmente a seu timorato Irmão, que já sentiu o que custa ser amigo dos Andradas.

Receba saudades do Belchior, de minha mulher e da minha boa Narcizinha; e dê-as a tudo o que lhe interessa, pois sou humano, *et nihil humani a me alienum esse puto.* Responda e dê noticias politicas que possam interessar.

Seu de coração,

Andrada.

Bordéos, 2 de Abril de 1829.

Illmo.

Meu bom amigo e senhor, com muito gosto recebi a sua carta de 25 do passado, e estimarei que parta quanto antes para o bom paiz dos *Tatambas*, onde desejo que não

se applique só a ganhar dinheiro, mas tambem a servir a sua desgraçada patria, que tanta precisão tem de homens instruidos e activos.

Eu conto partir d'aqui a 10 ou a 15 de Maio no navio *Phenix*, e, como ajustei não pagar senão a metade da passagem aqui e a outra no Rio, — e para isso póde bastar a minha pobre bolsa, — eis o motivo por que não acceito a sua generosa offerta, que talvez me seja mais necessaria lá. Como eu não quero ir para a casa de meu sobrinho ou do Mariano, e ao mesmo tempo não quero descontental-os, por isso tambem não posso acceitar igualmente a outra sua offerta da quinta; mas lhe rogo queira alugar-me uma casinha para onde nos recolhamos esses poucos dias que ficarei no Rio, para requerer, em paga da grande (*perda?*) que soffri com o desterro violento e rapido, a execução do Decreto de S. Magestade, já enviado em 1822 a S. Paulo, pelo qual se me mandava pagar a metade dos ordenados que cobrava em Portugal; como tambem para ver se recolho o resto dos meus livros, etc., e a minha collecção de mineraes, machinas e modelos, que deixei na casa do nosso Francinha. — Se tudo isto está perdido, então paciencia. — Lá vão perdidos mais de cem mil francos, que fariam toda a minha riqueza.

Descanse sobre o negocio de seu defunto Irmão; agora recommendarei isto ao amigo Mr. Escaut, livreiro *au cours de Tourni*, e lhe pagarei o anno inteiro, que é uma bagatella. — Agradeço-lhe a offerta da leitura das *Revues;* e em vez de mais subscripções, bom era V. S.ª levasse para o Rio alguns instrumentos aratorios, que possam ter applicação no Brasil, etc.

Pobre Portugal, e pobre D. Pedro, que não teve ao lado quem lhe abrisse os olhos sobre a infernal politica da Europa, assim como não teve sobre a bestial guerra de Buenos-Aires! — Para que não succeda o mesmo ao successor do throno, grite, meu bom amigo, que lhe dêm quanto antes um aio, homem de energia, probidade e saber. Sem educação, quem nos assegura que não saia um novo D. Miguel, para infelicidade sua e do Imperio?

— Mas basta de politicas, que só servem de affligir os amigos do bem e da patria. — Pobre patria, representada na Europa por Brants, A. Telles, Cunhas, Linhares, etc., etc., etc.!

Diga ao meu bom amigo Rocha, que estou muito enfadado com S. Ex.ª deputado, que ha mezes não tem achado um momento livre para escrever-me.

Dei os seus comprimentos ás pessoas suas recommendadas, que todas lhe agradecem as despedidas.

Seu de coração,
Andrada.

P. S. — Ainda não sei das listas dos novos Deputados das Provincias; porém se foram tão bem escolhidos como os do Rio, adeus Imperio. O que valerá é que são poltrões e bestas. Não tenho tempo, por isso não lhe envio a minha Ode aos Bahianos, que não desmerece, se não excede á dos Gregos.

.·.

Illmo.

Pelo capitão Mamignard mandei dizer a V. S.ª que me mandasse 50 mil réis em cobre que estava já *a la luna* e já devo 10 patacas ao Custodio. — Queira entregal-os ao Sñr. Antonio Joaquim da Silva Garcez, Boticario da rua dos Pescadores, na travessa, para que os mande entregar aqui ao visinho e amigo Custodio. Estou sem Gazetas ha duas semanas, porque o Aquilino, que m'as remettia aqui, creio que está sem vintem. Se V. S. as puder haver, queira enviarm'as pela via do Boticario.

Adeus; saudades de todos a todos.

Sexta-feira, 23 de Julho.

Seu de coração,
Andrada.

.·.

Illmo.

Ainda estará doente? Assim o temo, visto ha tanto tempo não ter escripto ao Farropilha-mór da Republica das formigas.

Ora, pois, o dia de Santo Antonio está á porta, e é preciso fazer um esforço para vir beber commigo um copo de champanha.

Diga-me se já pagam no erario.

Em todo o caso, mande-me pelo Mamignard, no caso de não poder absolutamente vir, cincoenta mil réis em cobre.

Tambem sirva-se dar ao portador d'esta, o valente patriota Porto Seguro, um conto de réis, passando-me uma obrigação de divida por um anno, com o juro da lei, podendo dentro d'este prazo ir pagando por parcellas. Logo que lá for lh'o pagarei, por ser preciso abrir primeiro o bahú que lá está, e segundo um caixãozinho, cuja chave não posso mandar por agora.

Adeus; saudades ás senhoras e á comadre.

Seu de coração,

Andrada.

.·.

Recebi a sua e dou-lhe os parabens da sua proxima viagem, bem que sinto muito igualmente perder a sociedade de um amigo. Venha logo a estes seus estados, e falle ao Paranaguá pelo portador, que estimo pelo caracter, e desejo que seja servido.

Seu am.º e cr.º

Andrada.

P. S. — Traga comsigo pelo menos quatro caixões de livros.

.·.

Illmo.

Domingo.

A carta de Martim é de 7 de Fevereiro, e é nella que me dá parte que vem com minha filha e netos para a minha casa. Não sei por que fatalidade só agora é que recebo esta carta, que creio ficou trasmalhada entre os papeis do nosso Nabab, que creio traz a cabeça no centro da gravitação, ou ponto de apoio da machina humana.

Logo que Martim chegar, conduza-o a essa sua casa, e dê-me parte para ir abraçal-o. Confio no meu amigo, que lhe apromptará tudo o de que precisarem até a minha chegada.

Cá vamos vivendo, e a tirar formigas, que é nunca acabar; o que já começa a fazer-me perder o gosto da chacarinha, e a chorar o dinheiro que nella já tenho gastado e tenho de gastar.

Adeus; tenha saude, e dê as novidades do tempo, e se já sabe alguma coisa da carta que o Nero de Portugal escreveu ao irmão, etc., etc.

Seu de coração,

Andrada.

Illmo.

Recebi o seu bilhete, com que folguei muito, pois agora só por lettras sei alguma coisa da sua pessoa e saude.

A minha obra vai aos pulos, depois que aqui cheguei; mas com o café e esta não ha tempo para continuar as Fantasmagorias. Se não quer entrar nellas, logo que puder compareça aqui em proprio vulto; e, quando vier, tragame o meu alambique e tambem as botas e almofadinha, se é que ellas existem ainda em propriedade minha; pois, segundo dizem de lá, o boticario, não entendendo a lingua de *Cabinda* do preto que as levou, as recambiou pelo mesmo selvagem.

A Narcizinha deve ir quanto antes para a pensão de M.[me] Touloi, para aprender a piano, continuar a cantoria, e ver se tem geito para o desenho, lêr, escrever e contar na lingua de N. Sñr.[a]

Adeus; saudades ao Nabab de Arcote, etc., etc.

Rogo a continuação da remessa das gazetas, e agradecimentos ao amigo Cruz.

Seu general e amigo
Andrada.

Nhonhô Antonio.

Eu fico sozinho hoje em casa; se mecê, meu sinhozinho de França, prefere comer pirão e feijão com toucinho á Paulista aos quitutes do grandiosissimo Senhor D. Luiz de las Panreas, cá o espero; se não, Deus ajude a mecê.

Seu moleque
Andrada.

Meu bom amigo.

Veja se me póde obter os dois *Diarios* parentes, o do Governo, em que vem o meu despacho pecuniario, e o do Planché, onde vem não sei que, que me diz respeito. Se puder hoje saiba do menino bonito a significação das palavras sobre quintas.

Andrada.

DECLARAÇÃO INDISPENSAVEL

Como fizemos com o livro *Pedro I* e com as *Questões de Português,* ora fazemos com *O Homem da Independencia:* dividimos a obra em volumes de 300 paginas mais ou menos. Isto, evidentemente, torna a leitura mais accessivel, pois livros de 800 ou 1.000 paginas rarissimas pessoas lerão ou comprarão. Vendemos os direitos auctoraes apenas do primeiro volume dessas tres obras á Companhia Melhoramentos de S. Paulo, que as editou por conta propria. Á mesma Companhia, ou á outra empreza qualquer, venderemos a continuação desses nossos trabalhos litterarios si elles caírem no agrado publico. Acresce ainda observar que a subida formidavel do *dóllar* determinou o encarecimento do papel de impressão, donde a necessidade de se augmentar um pouco o preço dos livros, pois os importadores de papel fazem o pagamento em *dóllares.*

A disposição dos capitulos do 2.º volume do *O Homem da Independencia* será a seguinte:

1.º) *Bonifacio — a criança;*
2.º) » *— o moço;*
3.º) » *— o doutor;*
4.º) » *— o sabio;*
5.º) » *— o filho;*
6.º) » *— o irmão;*
7.º) » *— o esposo;*
8.º) » *— o amante;*
9.º) » *— o pae;*
10.º) » *— o velho;*
11.º) » *— o amigo;*
12.º) » *— o inimigo;*
13.º) *Bonifacio — o brasileiro;*
14.º) » *— o paulista;*
15.º) » *na independencia do Brasil;*
16.º) *Por que José Antonio se chamou José Bonifacio?*
17.º) *A morte e o testamento de José Bonifacio;*
18.º) *Parallelos de próceres;*
19.º) *Ultima ratio.*
20.º) *A accusação;*
21.º) *A defesa;*
22.º) *A sentença.*

Capitulo extra-livro

— « O homem que se não defende é um covarde. Quando a aggressão é um punhado de lama atirado pela canalha das ruas, despreza-se a canalha, limpa-se a nodoa e prosegue-se serena e impavidamente no caminho escolhido. É, no caso, a unica defesa. » (CAMILLO CASTELLO BRANCO).

EXTRA-LIVRO

Nunca tivemos a pretensão da infallibilidade. Sômos humilde criatura humana e, como tal, sujeita a todas as fraquezas e erros. Si o maior dos brasileiros, Ruy Barbosa, diz, recebendo uma homenagem da Camara dos Deputados do Rio, que elle se vê *«cheio das fraquezas e das miserias, das culpas e nadas com que se tecem todas as nossas grandezas»*. (1) que poderemos dizer nós, criatura humilde e insignificante, sem valor, sem posição e sem brilho?

Si em verdade errámos em nossas apreciações historicas (o que não se deu no caso em questão) mereciamos por isso os insultos que nos atiraram certos senhores da sabedoria official? Não. «*Uma verdade ha* (quem o diz é Ruy Barbosa), *uma verdade ha que não assusta, porque é universal e de universal consenso: não ha escriptor sem erros*». (2) E outro grande mestre, o egregio professor Carneiro, proclama bem alto:

— «*Nunca me envergonhou o errar: é condição a que se não póde furtar a caduca humanidade.*» (3)

Alexandre Herculano confessava, em carta a Almeida Garret, que de dez em dez annos se transformava sua intelligencia e de novo raciocinava e aprendia. (4)

O grande Assis Brasil assevera que *ninguem possue o dom da infallibilidade, parece que nem mesmo os deuses a quem tem sido attribuido com a maior candidez por sabios e nescios de todas as epocas.*

---

(1) *Imparcial*, 17 de Junho de 1921.

(2) *Replica*, pg. 29.

(3) *A Replica do dr. Ruy*, pg. 436.

(4) *Opusculos*, II, 60.

Assim, pois, quem disser que jamais errou, que não erra ou que não errará nunca, é um nescio. Consciente de nossa desvalia, não temos vaidade. Dess'arte, si os nossos antagonistas se referissem a erros nossos com apreciações e criticas raciocinadas e sinceras, só teriamos motivos para agradecer. Não comprehendemos que se faça critica com insultos e improperios. Quantas vezes não temos errado, e quantas vezes ainda teremos de errar? É da philosophia christã: *quem se julgar sem culpa que atire a primeira pedra...*

Nosso trabalho tem sido o da colheita em archivos e bibliothecas. E com os materiaes dispersos procuramos construir o edificio historico e philologico. É o que já fez ha mais de dois seculos o sabio diplomata e philosopho Antonio de Souza Macedo, confessando intimoratamente:

— « *Mas porque não é licito aos paes negar os filhos, posto que defeituosos: confesso que a architectura é minha e que me parece que nella sirvo como as abelhas fabricando do alheio servem mais que as aranhas tecendo do proprio: Não é pequeno serviço ajunctar o disperso, abreviar o longo, apartar o selecto.* » (1)

Ajunctámos o disperso, abreviámos o longo, apartámos o selecto.

Tal já dissemos nas *Questões de Português*: tal repetimos nestas questões historicas. Não inventamos. Colhemos. Si a colheita é bôa ou má, dirá o publico que lê e julga.

— « *Falsificador da Historia! Desclassificado litterario! Cabotino! Charlatão! Ignorante! Idiota! Historicida!* ».

Isso disseram do professor Assis Cintra. E aos aggressores o professor Assis Cintra responde com o julgamento de tres glorias nacionaes: RUY BARBOSA, RAMIZ GALVÃO e ASSIS BRASIL. E ainda: com o julgamento da opinião publica, representada pela voz da imprensa desde o Pará até o Rio Grande do Sul.

(1) *Eva e Ave*, Prefacio.

A apreciação de Assis Brasil abre, como prefacio, o presente livro. A de Ruy e a de Ramiz, bem como a da imprensa do Brasil e do Estrangeiro, são as que ora vamos reproduzir. É a resposta que resolvemos dar aos que nos insultam, esquecendo-se dos mais rudimentares preceitos de civilidade, em vez de nos criticarem raciocinadamente. Que Deos lhes perdoe e não permitta que surja algum dia em sua frente alguem que use tamancos de praiense ou cinturões de arrieiro para lhes dar o troco devido, respondendo a malcreação com malcreação e meia. A nós nos repugna o *duelo* de injurias. O transeunte educado que passa na rua póde ser salpicado por uns borrifos de lama. Não se perturba, não se preoccupa, limpa os *borrifos* e prosegue em seo destino. É o que fazemos. Leia o leitor o que ora se transcreve, e julgue o professor Assis Cintra.

O que disseram os grandes Mestres e a imprensa

I

O QUE DISSE RUY BARBOSA

«Petropolis, 1.º de Fevereiro de 1921.

Meu caro sr. professor Assis Cintra.

. . . .

Na parte dessa obra que assim me deu a conhecer, tive a prelibação de um trabalho, que virá notabilizar ainda mais o seu já tão notavel autor.

A reputação que lhe tem acareado os seus escriptos, escusa novos elogios, ou cumprimentos... — Mas o meu habito de admirar e applaudir o merecimento, sobretudo nos moços, para com os quaes nisso vae um dos mais agradaveis deveres da velhice, não me consente deixar passar occasião de lhe render homenagem, de lhe bater palmas, embora inutilmente, quando se me depara ensejo de me entregar a esse desinteressado e innocente goso, sem ares de presumpção ou importunidade. Em cada uma das suas producções, que se vão succedendo tão rapidamente, meu joven e brilhante professor, novos signaes vejo das qualidades, menos vulgares e mais uteis nas duas provincias do saber, a que as feições de sua condição intellectual o propendem: a historia e a philologia.

Para essas duas altas especialidades o talharam as prendas que lhe são nativas, de uma vocação benedictina: a paciencia investigativa, a pertinacia no estudo, a abstracção de interesses, o amor e senso da verdade, a intuição critica, o faro e adivinhação das fontes, dos veios de mina, dos thezoiros soterrados, ignotos ou esquecidos, a isenção de espirito, a franqueza da palavra, a coragem das realidades malvistas á rotina da sciencia de compilações e convenções.

Sendo estes dotes mentaes e moraes os que mais pela raiz atacam, e são capazes de cernar até ao mais rijo do âmago a dureza dos erros consagrados; sendo elles os que mais se oppoem á esclerose da consciencia pela mentira; sendo elles os que arrostam, sem tremer, a cerdosa e aggressiva hispidez das tradições falsas, elles os que reagem contra o somnolento, encharcado e maligno convencionalismo, a cuja sombra médra essa ruim vegetação da preguiça e da inveja, do ranço e da mediocridade, — naturalmente a carreira litteraria lhe não será chã e desempeçada. Hostilidades e hostilidades lhe surgirão e resurtirão a cada passo, como os espinhos e reptis que enxameiam no solo crestado ou lodoso dos pragaes, charnecas e alagadiços, quando os começam a trilhar plantas de gente civilizada, e, com ellas, os primeiros tentames de saneamento ou cultura.

Mas não se lhe dê nunca das investidas e bravarias, das pequenezes e maldades, que deve esperar estimar como contraprovas seguras do seu valor e descontos inevitaveis na sua colheita de triumphos e honras.» (1)

II

O QUE DISSE RAMIZ GALVÃO

(em 6 de Março de 1911)

— O meu illustrado patricio Assis Cintra, que, com perseverança benedictina, consumiu alguns annos na consulta de archivos e fontes seguras de informação para elucidar o assumpto, acaba de nos offerecer o resultado de suas pesquizas, revelando erudição e um cuidado meticuloso que sobremaneira o honram. Felicito-o deveras, por isso, e, depois de lêr a sua excellente obra, a mim proprio me felicito por haver tambem mudado de opinião a respeito deste ponto controverso.» (2)

(1) Do Prefacio das «*Questões de Portuguez*».
(2) Do Prefacio do «*Nome Brasil*».

III

O QUE DISSE ASSIS BRASIL

(em 22 de Maio de 1921)

— «É de plena convicção e consciencia que reputo o sr. professor F. Assis Cintra um estudioso intelligente, movido pelos mais honestos ideaes e orientado pelo melhor criterio. O seu methodo é o mais proprio para dar fecundos resultados, tanto nas pesquizas historicas como nas de todas as sciencias: procura beber nos mananciaes originaes, captar e interpretar documentos, fazel-os falar, em vez de se contentar com chronicas mais ou menos authenticas, fabricadas sobre alguns desses mesmos documentos e successivamente copiados dos primitivos pelos modernos escriptores. É um trabalhador, um pensador substantivo. — Ser *veridico* já é uma grande cousa, especialmente em historia. E essa virtude, julgo vel-a brilhar com evidencia em toda a obra do joven professor Assis Cintra.» (1)

∴

IV

O QUE DISSE A IMPRENSA DO RIO E S. PAULO

I) Do *Correio da Manhã*, de 27-5-920.

O professor Francisco de Assis Cintra

Triumphador, por já haver alcançado a maior parte dos seus objectivos, através da reclusão benedictina de suas pesquisas de historiographo e philologo, esclarecidas por uma clara e elevada visão critica e por uma soberba independencia mental, elle continúa, no emtanto, igno-

(1) Do *Prefacio* do «*O Homem da Independencia*

rado das turbas que fazem, entre nós, de conta propria, as consagrações definitivas. E talvez seja esta a sua maior gloria! Mas, fóra dos corrilhos, que erigem assim as celebridades litterarias impostas á superstição popular, ha uma avultada massa de homens, interessada nos assumptos e nos problemas que Assis Cintra illuminou e resolve, fiel ao culto do verdadeiro merito e das abnegações sinceras e efficientes, capaz de avaliar e julgar os legitimos padrões de nossa cultura.

O patriarca da independencia do Brasil não é José Bonifacio — constitue o modelo mais caracteristico do desassombro com que o escriptor elabora os seus trabalhos, firma os seus conceitos e affronta o dogma das ficções historicas. Lançado aquelle repto pelas columnas do «Correio Paulistano», houve em S. Paulo uma sensação de estupor. Que voz de louco tinha a insolita ousadia de contrariar o fetichismo das tradições, já insculpidas no bronze das homenagens eternas? O Instituto Historico, ali, por um dos mais notaveis associados, enfrentou o sacrilego e com elle discutiu porfiadamente. Para o historiographo moço e destemeroso, que preferiu á acceitação musulmana da palavra dos mestres, tantas vezes fallivel, o estudo da historia nos seus documentos veridicos, o patriarca da independencia é o tribuno e jornalista Joaquim Gonçalves Lédo, que poz ao serviço daquella causa o verbo e a penna. O precursor gritou, luctou, soffreu; a sua propaganda exerceu-se entre riscos terriveis; viu-se sempre o seu peito a descoberto. Coube-lhe romper o fio de agua, que se fez arroio, que se fez caudal, que se fez avalanche dominadora. Vingada a sua iniciativa, a obra do seu stoicismo, o ideal civico da sua apostolacia, ninguem se lembrou da formiga humilde, que primeiro cavou e cavou até á alvorada de 7 de setembro. Os outros, protegidos pelas posições officiaes, subiram aos céos da fama, deixando-o em baixo. O depoimento dos aulicos criou a lenda, cresceu no enthusiasmo improvisado das prelecções escolares, acabou em estatuas. Assis Cintra reune, a respeito, uma forte documentação em que se encontram cartas de José Boni-

facio mesmo, destruindo a gloria exaggerada de que lhe cercam o nome.

Os seus estudos sobre a Historia do Brasil e a Lingua Portugueza baseam-se em pesquisas levadas ás mais remotas origens de uma e outra. Nesse sentido, elle conseguiu extraordinario numero de documentos e trabalhos, originaes em absoluto, não só nos archivos brasileiros, mas tambem em estrangeiros.»

III) Do *Jornal do Brasil*, de 21-3-920.

A questão do patriarca

O tempo é a força das forças, porque é a força duravel. Tudo o mais é passageiro no universo, desde as muralhas das grandes cidades em cujas ruinas se vão beber os signaes denunciadores da civilisação do povo que ali viveu, até ás grandes obras do pensamento humano. Na litteratura, nas sciencias, nas artes, tudo passa, tudo envelhece, e o tempo continúa a correr sua marcha chronometrica, dentro ou fóra dos kalendarios, mathematicamente immutavel, acabem-se os mundos de hoje ou sejam novos mundos construidos, confundindo, baralhando, destruindo, esquecendo, apagando...

A historia acompanha a muito custo o tempo e não raras vezes se perde na balburdia e no tumulto de sua corrida interminavel.

Com maior difficuldade o homem acompanha a Historia e della recolhe a sua philosophia no cháos das instituições que se succederam, das religiões que se supplantaram, emfim, na montanha formidavel, inextricavel, de um papelorio tremendo de documentos originaes, copiados ou falsificados, referentes a factos hecterogeneos, acontecidos em épocas diversas, louco por attingir a verdade historica, - mais que isso — a prova incontrovertida dessa verdade, livre das adulterações phantasticas das lendas.

A maioria dos acontecimentos historicos corre «por-ouvir-dizer», conforme a versão posta em circulação pelos interessados empenhados no fluxo e refluxo das paixões do momento.

Factos ha, na Historia, cuja inverosimilhança toca ás raias do sobrenatural. Ora, o que é sobrenatural não póde acontecer dentro da Natureza, e a Historia é eminentemente «natural».

Outros factos, recentissimos, deante da distancia multisecular do tempo, são esquecidos completamente até caducarem; então, vão ser reconstruidos na memoria, ao sabor das imaginações humanas. Parece mesmo que os homens esperam a caducidade dos acontecimentos, para delles se occuparem.

Ha quem conteste, com argumentos logicos, irrespondiveis, o grito de Pedro I nas margens do Ipiranga: «*Independencia ou Morte!*» (1). Mais recente, o facto da proclamação da Republica vae-se embebendo da confusão e diversidade de versões ao ponto de apparecerem as mais extravagantes e disparatadas lendas.

No emtanto, a Republica ainda não tem trinta e dous annos completos.

E o tempo está passando, correndo no seu kalendario natural, de sol a sol, para o nosso mundo, construindo, destruindo, esboçando, apagando...

Vem essas considerações a proposito da polemica travada sobre o Patriarcado da Independencia brasileira, entre os illustrados professores Francisco de Assis Cintra e dr. Lellis Vieira. O primeiro sustenta, com cópia não pequena de documentos authenticados, que *José Bonifacio não é o patriarca da Independencia*. Rúe, assim, sob os golpes de uma documentação irrecusavel e de uma logica vigorosa, admiravel, a crença em que todos estavamos de que o grande estadista paulista havia sido o factor-agente de nossa emancipação politica.»

(1) Artigo que publicamos no *Jornal do Commercio*, de S. Paulo, em 13 de maio de 1920.

III) Do *Jornal do Commercio*, de 22-5-920.
(Topico da redacção)

O professor Francisco de Assis Cintra

. . . .

. . . .

« O professor Francisco de Assis Cintra não é uma pessoa vulgar; é uma pessoa notavel; é uma pessoa notavel, sobretudo, porque tem a caracteriza-la um cunho de excepcional originalidade. Nos dias que correm, pelo menos, essa originalidade não póde passar despercebida, porque assenta, entre outras cousas, numa despretensão e num amor aos livros nunca ultrapassados. É um modesto, sem affectação; é um estudioso, por indole, sem a menor preoccupação de fazer praça dos seus conhecimentos. Por isso, ia quasi passando ignorado, num paiz em que todo o mundo pompeia de sabio. Hoje, porém, apesar de sua modestia, é um nome; e já não se póde fallar no professor Assis Cintra sem que nos venham á lembrança alguns dos nossos mais interessantes acontecimentos historicos, como a Inconfidencia Mineira, a Independencia Nacional e outros — que elle andou discutindo, em artigos luminosos, sob um prisma perfeitamente novo. »

. . . .

. . . .

IV) Do *O Paiz*, de 15-3-920.
(Artigo da redacção)

Os homens da Independencia

Ha presentemente na imprensa paulista ardentes debates historicos em torno dos grandes nomes que formaram a avançada da Independencia nacional.

José Bonifacio de Andrada e Silva está soffrendo uma rigorosa investigação historica na sua gloria quasi secular. Um erudito, depois de haver mergulhado mezes e mezes na poeira dos archivos, surge compulsando uma documentação cerrada, e pretende contestar com energia ao grande homem o patriarcado da Independencia.

Não entraremos aqui, é claro, na apreciação dessa investida demolidora, em que José Bonifacio é dado, nada mais, nada menos, como reaccionario, preferindo a honra do aulicismo ao regente do reino, á honra ainda maior de quebrar desde logo os grilhões coloniaes do seo paiz.

O historiador que contesta vigorosamente ao grande paulista o patriarcado da nossa emancipação politica é o professor Francisco de Assis Cintra, que, entretanto, encontra pela prôa contradictores temiveis, defendendo contra aquella empreitada de destruição e recomposição historica o nome do egregio conselheiro.

Mas, se a tarefa a que se commetteu o professor Cintra não é de molde a attrair, de golpe, convicções e sympathias, máo grado a cópia e idoneidade dos testemunhos em que se apoia — porque não se altera, não se subverte, na historia, o facto consummado que o tempo consagrou sem protesto para edificação das gerações — não perde, com ella, em subsidios interessantes e opportunos, o curso da nossa historia, e antes o prepara para reparar injustiças e restabelecer verdades deturpadas ou esquecidas.

O professor Francisco de Assis Cintra reivindica para Joaquim Gonçalves Lédo o patriarcado da Independencia, como reivindica, através de José Clemente Pereira, para o Rio de Janeiro, a prioridade, attribuida a S. Paulo, no movimento de que resultou a famosa phrase do principe D. Pedro: — «Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico».

Deixando de lado as duas investigações, sobre as quaes só os historiadores devem pronunciar-se, evoquemos esses dois nomes: Joaquim Gonçalves Lédo e José Clemente Pereira.

É inquestionavel que o seu papel no facto concreto da Independencia foi dos mais culminantes.

Lédo, jornalista como Evaristo da Veiga, redigindo um jornal de combate, o «Reverbero», tribuno, politico, chefe da maçonaria brasileira, director do famoso manifesto de 1 de agosto de 1822, 37 dias antes do grito do Ipiranga, é, sem duvida alguma, resplandecente figura do nosso mais importante periodo historico.

Não menor, pela sua lealissima dedicação ao Brasil, posto que de origem portugueza, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro em 1822, companheiro de Lédo nos preparativos do magno acontecimento e portador do manifesto dos brasileiros ao principe, para que desobedecesse ás ordens do reino, que o intimavam a regressar á metropole.

Eis ahi, portanto, dois nomes da maior significação historica, inteiramente esquecidos. Se o patriarca tem um monumento aqui, um mausoléo em Santos, e o nome num cruzador auxiliar; se Evaristo da Veiga tem o nome numa rua; se Feijó deu o nome a um povoado no Acre, — nem Joaquim Gonçalves Lédo, nem José Clemente Pereira lograram ainda a mais modesta homenagem dos seus concidadãos desagradecidos.

Não é o caso de, nas vesperas do centenario, irmos pensando num desaggravo civico a essas memorias illustres?»

.·.

V) Da *A Gazeta* (S. P.), de 7-4-920.

(Artigo da Redacção, inserto na 1.ª pagina)

. . . .

. . . .

«Os Andradas, de que foi José Bonifacio o primogenito prodigio, bem representam, entre o primeiro e segundo reinados, as mais brilhantes paginas da nossa historia parlamentar e politica. Tão grande foi, de resto, a actuação de José Bonifacio na nossa historia, que lhe consagramos o titulo de Patriarca da Independencia — titulo

que hoje lhe contesta, com os mais impressionantes documentos, o professor Assis Cintra. A proposito, outro amante das cousas patrias, o sr. Lellis Vieira, sahiu tambem a campo, a combater aquelle pesquisador — mas, ao que nos parece, é menos incisivo e menos eloquente. Um historía, outro divaga. O primeiro se baseia em datas do tempo do famoso movimento; o segundo reproduz escriptores e chronistas, todos certamente bem intencionados, mas que apenas têm o valor de commentadores. Mas, como quer que seja, o eminente patricio, o eminente Andrada, patriarca da Independencia ou não, será sempre uma personalidade de relevo em nossa historia.»

VI) Da *A Patria*, de 22-4-921.

(Artigo da redacção)

—«Não ha hoje nas lettras quem não conheça o professor Assis Cintra. É um nome lançado pela imprensa de S. Paulo e do Rio e que ficou desde então a cantar nos ouvidos dos que lêm e estudam. Por isto: o prof. Assis Cintra, por uma questão de pontos de vista, por educação ou por temperamento, dedicou-se á elucidação das controversias. Em historia e em philologia. E dahi, ninguem mais esquecer o seu nome, lido um só dos seus interessantes e tão originaes estudos. Moço, culto, dedicado ao estudo, á investigação, ás pesquizas benedictinas, andou mettido com os livros, revolvendo archivos, colhendo o rico filão da nossa historia e do veio farto da philologia portuguêza. Armazenou, enthezourou, guardou, colleccionou uma respeitavel bagagem de observações, de notas, de estudos, de investigações e eis que um dia, o professor Assis Cintra veio para a imprensa, criando immediatamente e com inteira justiça, um bello renome no genero de estudos a que se dedica. A sua modestia é tão grande como o seu talento; o seu saber surprehendente em um jovem de menos de trinta annos.»

VII) Do *Correio Paulistano*, de 22-5-920.

— «... é o sr. professor Francisco de Assis Cintra, collaborador desta folha, em cujas columnas tem, nestes ultimos tempos, agitado interessantes questões historicas. O professor Assis Cintra, alem de possuir uma respeitavel erudição, é uma intelligencia vigorosa.» (Redacção do «Correio»).

— «... tambem pelo merito e desassombro dos seus estudos historicos, tem já Assis Cintra o nome bafejado pelo geral carinho e geral consenso dos seus patricios. Todos lhe querem. A sua prosa erudita, em que discute audaciosamente, sob novos aspectos, cousas e episodios dos nossos fastos; o seu paciente esforço de seleccionador, pesquizador, excavador, que lhe dá todas as notaveis prerogativas de emerito experimentalista; e acima de tudo isto, o amor visceral á pureza do vernaculo e á grandeza da patria, são, sem duvida, qualidades peregrinas que o exornam e que muito o recommendam, sinão mesmo ardentemente o impõe ao nosso pleito e admiração. Assis Cintra conversa. E no tom de quem prelecciona com familiaridade, sem emphase ou pedantismo, discute, analysa, critica. Ora acceita opiniões, ora as combate. É um espirito independente, desses que não seguem trilhas batidas, apenas recompilando. O professor Assis Cintra bem merece, portanto, o applauso geral... — ». (*Dr. N. Santa Anna*, critico litterario do «Correio Paulistano», 17-4-921).

— « É o patriarca!

— Não é o patriarca...

Os nomes de Lédo e José Bonifacio substituiram nas palestras o pé-bolista Friedenreich. Das suas carneiras cheias de epitaphios dourados, os gloriosos soldados da Independencia surgiram, espectralmente, aos boléos da polemica. O Instituto Historico, pesado de sciencia e sonoro de discursos viu suas columnas abaladas... —

Quem com tal atoarda e tão imprevista audacia, ousava desaterrar colendos vultos do mausoléo da Historia, para os processar á luz cegante de uma erudição séria e de uma documentação farta, despindo-os de europeis talvez indevidos? — O professor Francisco Assis Cintra... — Uma noite, no salão nobre do «Correio», vi-o de palestra travada com o dr. Washington Luis: achara um parceiro apaixonado das chronicas e da gloria de nossa gente. E as bellas façanhas dos sertanistas, as audacias do Anhanguera, os heroicos e lendarios desvarios de Paes Leme, de Antonio Pires, de Borba Gato davam azo aos dois eruditos ás mais emmaranhadas controversias, sonóras de citações, quentes de enthusiasmo. De repente, Assis Cintra sumiu-se. Voltaram ás suas carneiras os patriarcas do Brasil autonomo. A grita do «Correio» cessara. Os contendores de Assis Cintra, sahidos á liça, inda flammantes da refrega, enxugaram as pennas que tanto sangue negro de tinta fizeram correr nas bobinas de papel alvo. Subitamente, clarinado pela fama, veio-nos do Rio, de novo, em rajadas, o nome de Assis Cintra. Lá, já o seu espirito plastico brilhava noutra serie dos humanos conhecimentos.» (Dr. Menotti, redactor politico e litterario do «Correio Paulistano», em 4-8-920).

VIII) Da *Selecta*, 5-3-921.

— «O professor Assis Cintra, fez ha pouco, no Club dos Diarios, uma conferencia magnifica, sobre os homens que contribuiram para a nossa independencia politica. No primeiro plano, muito acima de José Bonifacio que, com a sua grande capacidade, só adheriu no ultimo momento, e de Pedro I, que a acceitou por interesses dymnasticos, a nossa emancipação é devida em parte á figura admiravel de Gonçalves Ledo que, com rara tenacidade, a promoveu, pelo jornalismo e pela tribuna. A palestra do professor Assis Cintra foi documentada por copiosos informes ineditos, que estão nos archivos e ainda não tiveram divulgação. O professor Assis Cintra, que se está

notabilizando por um espirito de investigação suprehendente, tem promptos varios trabalhos já entregues aos editores. Como se vê, na sua mocidade pertinaz e emprehendedora, o professor Assis Cintra, pela sua infatigavel capacidade de trabalho, será dentro em breve um dos nossos mais acatados estudiosos pelas realizações de sua intelligencia proficua.»

∴

IX) Da *Para Todos*, 14-5-921.

— «Ha um anno, si tanto, era um nome inteiramente desconhecido entre nós o do professor Assis Cintra, quando de S. Paulo nos chegaram os echos de uma controversia acerca do debatido assumpto do patriarcado de José Bonifacio, ainda uma vez negado, e agora, com argumentos novos, e nova documentação, em artigos assignados por esse original escriptor, que só depois de um rude e prolongado combate com as collecções de varios archivos europeus e nacionaes, armado de uma solida erudição, appareceu pela imprensa a derruir convicções formadas por annos de repetido ensino, sobre factos de nossa Historia. Se o que desejava o novel escriptor, atacando em S. Paulo a memoria do Andrada, fôra attrair para o seu nome a attenção, sempre esquiva, do publico, conseguiu-o plenamente, pois que em breve seu nome era com louvor citado, mesmo pelos que os seus argumentos não convenciam, como um dos raros conhecedores da nossa desdenhada Historia Patria. Veiu para o Rio de Janeiro o professor Assis Cintra e em nossa imprensa continuou a escrever, occupando-se ainda de assumptos historicos e revelando mais uma face brilhante do seu talento, abordando as questões da nossa lingua com absoluta superioridade, demonstrando ao par de singular criterio a mais solida erudição... Deante de tamanha actividade mental e tamanha capacidade de labor, servidos por tão solida erudição, natural era que vencesse rapidamente o novel professor.»

∴

X) Do *Fon-Fon*, 26 - 3 - 921.

— «... o professor Assis Cintra, cujos brilhantes artigos no «Correio» sobre nossa historia tem despertado real interesse, pela copiosidade dos documentos em que se baseam os seus estudos. O valente e jovem polemista é tambem um conhecedor da lingua.»

.·.

XI) Do *Jornal do Commercio*, 11 - 5 - 921.

— «O sr. professor Assis Cintra tem collaborado em varios jornaes do Rio e dos Estados. Minucioso nos seus trabalhos de investigação, é auxiliado por uma notavel cultura classica.»

— «... o prof. Assis Cintra tem varias obras historicas de valor ...» (Do *Jornal do Commercio*, de 26-1-921.

.·.

XII) Da *Gazeta de Noticias*, 6 - 6 - 920.

— «Eu que já conhecia de nome o sr. professor Assis Cintra, por me terem informado do brilho com que elle destruiu em S. Paulo a legenda que ainda hoje nos quer apresentar José Bonifacio como o patriarca da Independencia.» (*M. Mello*, redactor litterario da «Gazeta», columna de honra).

— «Entre os que apparecem na vanguarda de nossos philosophos, justiça é reconhecer o professor Assis Cintra, que na cathedra e na imprensa diaria tem prestado valioso serviço ás nossas lettras... — Bem empregado se póde, com justiça, dizer o tempo de quem o espender na leitura das proveitosas lições daquelle que se tornou muito cedo um dos mais respeitaveis professores.» (Da *Gazeta de Noticias*, de 9 - 5 - 921).

.·.

XIII) Da *Folha da Noite*, 5 - 5 - 920.
(1.ª pagina, artigo da redacção)

— Sobejamente conhecido nos centros intellectuaes do paiz desde a sua ruidosa apparição em polemica que fez

éco, o prof. Assis Cintra é um desses estoicos que se dedicam com benedictina paciencia ás tarefas extenuantes. Espirito combativo, o prof. Assis Cintra sente a volupia da controversia: só se acha bem, só se sente á vontade, na polemica rija, persistente, continua, no terreno sempre elevado das idéas. Assim foi na exhumação das duas principaes figuras do Imperio, assim tem sido em outras tantas questões linguisticas, que são o seu fraco, ou antes o seu forte, porque, realmente, entre os rarissimos homens de lettras nacionaes que se dedicam ás cousas do idioma, o sr. Assis Cintra occupa um logar de relevo.»

.·.

XIV) Do *Deutsche Zeitung*, São Paulo, 8-4-921.

Personalnachrichten (1)

Die Staatsregierung hat den Lehrer und Schriftsteller Herrn Francisco de Assis Cintra eingeladen, an der hiesigen Normalschule einen Lehrstuhl der portugiesischen Sprache zu uebernehmen. Herr Assis Cintra, der seine Laufbahn in der Redaktion des «Correio da Manhã» begann und dann längere Zeit in São Paulo in der Presse und im Lehrfach tätig war, ist seit mehreren Monaten wieder Mitglied des Redaktionsstabes der grossen Rio-Zeitung. Noch jung an Jahren, gilt er als einer der besten Kenner der portugiesischen Sprache und ist vielleicht der tiefgründigste Geschichtsforscher Brasiliens. Seine Arbeiten über die Unabhängigkeitserklärung, über den Ausgang des Paraguaykrieges und seine kurzen Abhandlungen über Tiradentes und Calabar haben seinerzeit ein grosses Aufsehen erregt.

---

(1) O Governo do Estado acaba de nomear o Professor e Escriptor, Snr. Francisco de Assis Cintra, para reger a cadeira de Lingoa Portuguêsa na Escola Normal da Capital. O Snr. Assis Cintra, tendo iniciado sua carreira na redacção do «Correio da Manhã», occupou-se durante algum tempo no magisterio e na imprensa em S. Paulo, e tornou a fazer parte do corpo redactorial do grande jornal carioca. Moço ainda, é tido como um dos melhores conhecedores da lingoa portuguêsa e é talvez um dos mais profundos pesquisadores da historia do Brasil. Seos ensaios relativos á declaração da independencia e ao desfecho da Guerra do Paraguay e seos artigos sobre Tiradentes e Calabar causaram, ha pouco, grande sensação.

V

O QUE DISSE A IMPRENSA, DE NORTE A SUL, E ALEM FRONTEIRA

Não somente a imprensa de S. Paulo e do Rio se manifestou sobre nossos trabalhos litterarios, modestos, humildes e desvaliosos, quanto ao merito do escriptor, porem louvaveis e dignos, quanto ao fim visado — o da reconstrucção de factos adulterados, o da justiça historica.

E tanto é verdade que fômos comprehendidos em nosso objectivo, que, apesar de nossa desvalia e insignificancia litteraria, nossos artigos mereceram as honras de transcripções em todos os Estados do Brasil. Pelo correio, recebemos jornaes de todos os recantos patrios, desde o Rio Grande até o Pará, jornaes esses que transcreviam trabalhos nossos, acompanhados de commentarios generosos, filhos apenas, não de nosso merecimento, porem da immensa bondade patricia.

Nossa propaganda, comtudo, não se fez unicamente nas columnas do jornal. Fômos á tribuna dos oradores na capital da Republica, e no Clube dos Diarios, (1) o mais fidalgo gremio do Brasil, fizemos uma dissertação historica sobre o patriarcado da Independencia, amplamente commentada pelos jornaes cariocas, com grandes e bondosos elogios. Nosso nome, graças ás polemicas e ás conferencias, voou alem das fronteiras, e transpôs as raias do Brasil. De tal monta eram os nossos argumentos, de tal valia nossa documentação, que a propria imprensa de Buenos Aires não nos regateou applausos. E o maior jornal sul-americano, o principal orgam portenho estampava a seguinte noticia:

— *En el Brasil, con la aproximación del centenario de la independencia, se tiene agitado la cuestión del patriar-*

(1) No "Clube dos Diarios", sob a direcção de um dos mais brilhantes intellectuaes do Rio, o dr. João do Rego Barros, realizou-se uma "Exposição de Historia Patria", quando visitaram o Brasil o conde d'Eu e o principe d. Pedro. Nessa occasião é que fizemos a nossa conferencia, a convite do dr. Rego Barros.

cado, sobresaliendo por su arrojo y valor el profesor Assis Cintra, de S. Paulo. Este joven señor, que se tiene impuesto à la admiración de sus patricios por sus estudios interesantes, ahora hizo una notable conferencia en el Club de los Diarios de Rio de Janeiro.»

Para não transcrevermos tudo, aqui poremos apenas os commentarios da imprensa do extremo norte (Pará), da do extremo sul (Rio Grande do Sul) e da do principal estado central (Minas Geraes).

∴

Do Estado do Pará

Da *A Provincia do Pará*, 19-6-920.
(Dirigida pelo deputado federal
dr. Chermont de Miranda)

— «O professor Assis Cintra é uma das mentalidades mais em destaque no rol dos estudiosos da nossa patria, e uma das mais acatadas pelas provas publicas dos seus immensos meritos como cultor da nossa historia e da nossa lingua. Espirito de absoluta independencia e profunda probidade de processos criticos, Assis Cintra revolve, como um heroe da verdade dos factos, não só archivos publicos, mas tambem archivos particulares preciosos, cujos possuidores os offerecem ao seu exame de investigador sequioso de desfazer obscuridades, de destruir lendas sem fundamento, de substituir os erros dos julgamentos levianos e desauctorizados, propagados através da rotina didactica, pelos factos reaes, insophismaveis, taes como resultam de documentos inatacaveis, compulsados e interpretados com imparcialidade e bôa fé. Póde-se dizer de Assis Cintra que, si é um demolidor, é ao mesmo tempo um honesto e esclarecido reconstructor, cuja obra, no terreno da historia patria, já constitue um vasto cabedal de estudos valiosos, que os especialistas

acompanham com attenção e applaudem com justiça. Os esforços de reconstrucção historica, aliás, assignalam em todas as nacionalidades epocas de verdadeiro resurgimento e de intenso progresso. Nesses periodos os operarios intellectuaes que sondam os recessos da historia para fazer a luz verdadeira que o pó das tradições e das lendas sepultara, são sempre victimas do apego ás idéas consagradas pela repetição continuada e rotineira, muitas vezes enraizadas em espiritos dos mais eminentes e, talvez por isso, extremamente intolerantes. No seu estudo sobre Tiradentes, elemento de uma serie sobre as «Mentiras da nossa Historia», o professor Assis Cintra começa exactamente por lembrar o que aconteceu a Taine quando, «no escalpelar de homens e factos da sua terra» provou que «o julgamento historico dos mestres nem sempre é inappelavel». Girardin, a pretexto de *defender* a historia de sua patria, teve esta tirada:

— «A historia da França não póde ser reformada por um aventureiro litterario: sagrada e intangivel, não a alcançam os botes dos demolidores de heroes.»

E não obstante essa *defesa*, Taine, o *demolidor obscuro*, o *aventureiro litterario*, se transformou em mestre glorificado de hoje. Temos em mente mostrar que os apodos lançados, muitas vezes, com a sufficiencia de superioridades balofas, e sem titulos conhecidos, não anniquilam os que devem viver.

O estudo mencionado e que irritou a susceptibilidade do tradicionalismo é, aliás, de uma sobriedade de historiador consciencioso e enuncia theses immediatamente seguidas da documentação authentica, cuja interpretação não comporta chicana.

Emittir com desassombro uma verdade documentada, embora em desaccordo com idéas correntes, não é obra de simples demolição.

O mesmo faz o professor Assis Cintra no trabalho sobre o patriarcha da nossa independencia e ainda mais accentuadamente quando mostra com documentos insuspeitos que Chico Diabo não foi quem matou Lopes, o

dictador do Paraguay. E é um facto sabido que ao citado professor paulista anima um alto espirito de operoso patriota e nacionalista. Neste sentido se orientam de modo caracteristico as producções da sua mentalidade.

Não ha muitos dias publicamos nas nossas columnas um artigo delle a proposito da ultima carta de Floriano Peixoto, artigo que determinou um enthusiastico telegramma de applausos a Assis Cintra por parte do ex.mo sr. general Joaquim Ignacio, cujo criterio não é o de um incensador facil de demolidores do nosso patriotismo historico. Sendo um cultor profundo do nosso idioma, com proficientes estudos publicados (emerito sabedor da lingua, lhe chamou Monteiro Lobato) elle tem em elaboração o «Diccionario Brasileiro», um verdadeiro monumento da lingua, de cujo plano já nos occupamos, com que contribuirá para a commemoração do centenario de nossa independencia.

Apesar dos ataques, reedição inferior do que contra Taine escreveu Girardin, o professor Assis Cintra não é um aventureiro litterario, é um grande nome da nossa intellectualidade hodierna, um espirito forte de constructor e um dos mais operosos e merecedores pioneiros do nosso nacionalismo.» (Artigo da Redacção, 1.ª pagina),

---

Do *Correio*, do Rio Grande do Sul, 8-10-920.

(Artigo da redacção)

— «O nome de Assis Cintra, por certo, já é conhecido de todos os nossos leitores. Sua carreira litteraria foi rapida e fulminante. De repente, no scenario intellectual do Rio de Janeiro surgiu uma figura originalissima de historiador e philologo: o professor paulista Francisco de Assis Cintra.

Moço, apenas com vinte e poucos annos de edade, o professor Assis Cintra fez um verdadeiro milagre, qual o de se tornar um nome nacional em alguns mêses apenas.

Ainda ha pouco tempo, através dum telegramma da *Americana*, sabiamos que o professor Assis Cintra destruira a gloria do patriarca José Bonifacio, apresentando em publico uma documentação brilhante e irrecusavel. Depois, uma serie de revelações historicas, cada qual mais interessante e suggestiva. Enveredando pela philologia, discrepou dos ensinamentos corriqueiros, e numa secção, «O que é correcto», do *Correio da Manhã*, deu mostra de uma formidavel e profunda cultura classica, em artigos quasi que diariamente publicados. Esse jovem professor paulista, que já esteve entre nós, nos pampas do sul, colhendo documentos para uma historia da «Revolução de 93», será dentro em breve, o mais acatado historiador patricio. Eis ahi quem é o auctor do artigo, brilhante na fórma e no fundo, que, sob o titulo « *Republica de Piratinin* », ora transcrevemos do «*Correio da Manhã*».

∴

Do Estado de Minas Geraes

Da *Gazeta de Leopoldina*, Leopoldina, 7 - 12 - 920.

(Dirigida pelo deputado federal dr. Ribeiro Junqueira)

— « Assis Cintra é já um nome consagrado nas lettras brasileiras, que tem sabido enriquecer e honrar, através de estudos magistraes e originalissimos sobre dois grandes assumptos nacionaes: a nossa lingua e a nossa historia.» (Artigo da Redacção, 1.a pagina).

∴

Do *Diario Mercantil*, Juiz de Fóra, 9 - 6 - 920.

(Dirigida pelo deputado federal dr. João Penido)

— Assis Cintra projecta, na historia, uma nova e poderosa luz... — É o foco poderoso de uma documentação historica, atravessando a objectiva crystallina de uma

erudição e intelligencia bastante demoradas. O emprehendimento de rehabilitação de alguns de nossos vultos historicos, esquecidos uns, desprezados e calumniados outros, torna-se imprescindivel. É preciso que os homens de saber e de intelligencia se congreguem ao redor de Assis Cintra, para essa campanha necessaria e salutar.» (Artigo da 1.ª columna e 1.ª pagina).

∴

No Estado do Rio

Da *Folha do Commercio*, Campos, 9-5-920.
(Orgam official)

— «O professor Assis Cintra é um dos nossos mais escrupulosos philologos e um pesquisador consciencioso e paciente de documentos historicos, que de certo tempo a esta parte, vem concorrendo de maneira directa para aclarar varios problemas da historia patria e da lingua portugueza.» (Artigo da Redacção, 1.ª pagina).

--∴

Do *O Estado de S. Paulo*, S. Paulo, 21-7-921.

— «O Autor (Assis Cintra) conseguiu reunir extraordinaria copia de argumentos, estudando e discutindo a questão sob todos os pontos de vista possiveis. Numa primeira parte do seu trabalho, defende directamente a sua these; na outra parte, analysa e combate... — Entre as obras de erudição ultimamente apparecidas, esta do sr. Assis Cintra ha de ser sempre lembrada.

— «O sr. Assis Cintra é intelligente, perspicaz, estudioso, como fartamente demonstra através das trezentas e tantas paginas de suas *Questões.*»

∴

Das *Vozes de Petropolis*, Petropolis, 1-8-921.

(Revista religiosa, scientifica, litteraria, n.º 15 do anno XV)

— « Assis Cintra é um destes jovens laboriosos, intelligentes e bem formados dos quaes a Patria se ufana e que se apartam da multidão de nullidades ociosas, que pullulam neste solo fertilissimo do Brasil. Espirito de investigação objectiva e paciente, serenamente elevado, profundo, methodico e claro, encanta a todos que o acompanham nestas veredas de investigação.

Os Assis Cintra são os futuros homens do Brasil.

Applaudam-nos. »

Da *Gazeta de Noticias*, Rio, 9-5-921.

— « Justiça é reconhecer que o professor Assis Cintra, na cathedra e na imprensa diaria, tem prestado valioso serviço ás nossas lettras. »

Do *Jornal do Brasil*, Rio, 9-6-921.

— « Definem o sr. Assis Cintra aquelles que o chamam professor. De facto, ha no estudioso sr. Assis Cintra todas as manifestações do mestre profissional. Não vae nesse conceito um desmerecimento. O professor é, por muitos titulos, uma creatura sempre respeitavel. A sua utilidade é indiscutivel, a sua abnegação está acima de todos os elogios... — O sr. Assis Cintra é profundo e util. As suas lições valem muito. »

INDICE

O que disseram os grandes Mestres e a imprensa